

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

DIEGO EYMARD

**AS MÁSCARAS DO VALOR: O SUBJETIVISMO DE BÖHM-BAWERK ENCONTRA
A TEORIA DA FORMA-VALOR DE ISAAK RUBIN**

VARGINHA/MG

2026

DIEGO EYMARD

**AS MÁSCARAS DO VALOR: O SUBJETIVISMO DE BÖHM-BAWERK ENCONTRA
A TEORIA DA FORMA-VALOR DE ISAAK RUBIN**

Trabalho de Conclusão de Dissertação apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia, pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia. Economia e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Pereira Silva
Coorientador: Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi

VARGINHA/MG

2026

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Eymard, Diego.

As máscaras do valor : O subjetivismo de Böhm-Bawerk encontra a teoria da forma-valor de Isaak Rubin / Diego Eymard. - Varginha, MG, 2026.

179 f. -

Orientador(a): Roberto Pereira Silva.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2026.

Bibliografia.

1. Teoria do Valor. 2. Karl Marx. 3. Eugen von Böhm-Bawerk. 4. Isaak Rubin. 5. Forma-Valor. I. Silva, Roberto Pereira, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

DIEGO EYMARD CARVALHO PINTO

**AS MÁSCARAS DO VALOR: O SUBJETIVISMO DE BÖHM-BAWERK ENCONTRA A
TEORIA DA FORMA-VALOR DE ISAAK RUBIN**

O Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Aprovada em: 02 de junho de 2026.

Prof. Dr. Roberto Pereira Silva
Presidente da Banca Examinadora
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Celso Pereira Neris Júnior
Instituição: Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Hugo Eduardo Araujo da Gama Cerqueira
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi
Instituição: Universidade Federal de Alfenas



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pereira Silva, Professor do Magistério Superior**, em 03/06/2026, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_or_gao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1806226** e o código CRC **BE11EA87**.

AGRADECIMENTOS

O modesto trabalho que temos em mãos é produto de alguns bons anos de estudos, que jamais seriam possíveis se não fossem as pessoas e as instituições a quem dedico enorme gratidão nessas poucas linhas. A começar pela minha família, que proporcionou todas as condições para que eu pudesse estudar e me tornar independente, seguindo a vida fazendo as minhas próprias escolhas. À minha mãe, Carina, pelo decisivo apoio em toda a minha trajetória, pelo ávido interesse no que estudo e no que faço, e por sempre me acolher com carinho e preocupação. Ao meu pai, Marquinho, pela prontidão, pela disposição irrestrita e pelo companheirismo; sua presença constante tem sido essencial. Às minhas tias e aos meus tios, aos meus primos, à minha irmã. Às minhas avós, Arlete e Maria Júlia; ao meu saudoso avô, José Antônio, cuja memória sempre me acompanha; às minhas bisavós, a também saudosa Maria Elisa, a “vó velha”, e à vó Dirinha, que completou 101 anos.

Expresso minha imensa gratidão à minha companheira, Gabriela, que sempre está ao meu lado diante de qualquer situação, e que me incentiva a seguir buscando os meus objetivos mesmo quando a distância entre nós se coloca como um obstáculo. Estendo meu reconhecimento todos os meus familiares, amigos e colegas, que são muitos para poder nomear aqui; quero que saibam que nutro profunda gratidão por cada um de vocês, sobretudo àqueles que apoiam os diversos projetos que busco conduzir.

No âmbito acadêmico, sou imensamente devedor aos professores que me ajudaram a chegar até aqui. Ao Roberto Pereira Silva, meu orientador: muito obrigado por ter me acolhido logo no início do mestrado, aceitando me orientar nessa pesquisa tortuosa que eu decidi mergulhar. Mesmo fisicamente distante, as nossas conversas, os seus comentários e a sua parceria foram essenciais para que esse texto fosse escrito. Agradeço aos membros da banca examinadora, não apenas por aceitarem o convite, mas pela generosidade com que contornaram os prazos exíguos – pelos quais eu assumo inteira responsabilidade – para a leitura dos materiais. A Thiago Fontelas Rosado Gambi, pela coorientação, pela ajuda em diversas tarefas e pela presença atenta; a Hugo da Gama Cerqueira, uma enorme referência intelectual cujo escrutínio enriqueceu substancialmente a versão final; e a Marcos Tarôco Rezende, pela grande amizade, pela prontidão de sempre e pelas observações argutas que trouxe a esta banca.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Sou grato à UNIFAL e à CAPES, por garantirem as condições materiais e logísticas para que eu pudesse desenvolver as minhas pesquisas e apresentá-las em eventos nacionais e internacionais ao longo dos últimos

dois anos. Sou grato a cada funcionário da UNIFAL: aos técnico-administrativos, aos responsáveis pela limpeza, pela segurança e pelas burocracias, e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Economia. Agradeço aos grupos que fiz e faço parte: ao Grupo SoPHiE, pelas tantas parcerias, em especial ao professor Mucio Tosta Gonçalves, por ter me orientado não apenas na graduação, mas por seguir contribuindo para as minhas reflexões e atividades acadêmicas.

Sou grato aos companheiros e às companheiras de luta, sejam os que se encontram em Dores de Campos, minha terrinha, sejam os que conheci nos coletivos, nas organizações e nos movimentos. É graças a pessoas como vocês que podemos, ainda, acreditar num mundo melhor. Nesse quesito, sou especialmente grato aos camaradas que tenho comigo nas fileiras do Instituto Soyuz, desde os docentes aos alunos. O espaço que edificamos juntos expandiu meus horizontes de estudo e me conectou a reflexões imprescindíveis; o conhecimento que ali buscamos construir coletivamente fará, decerto, toda a diferença para a emancipação do ser humano.

Por fim, dedico este trabalho àqueles que, cotidianamente, sentem na pele o peso da forma-valor. Que o esforço teórico aqui empreendido não se encerre nos limites da academia, mas sirva como uma modesta ferramenta na longa e incontornável luta pela emancipação humana. Afinal, como nos ensina a própria tradição que busco resgatar, desvendar a essência desta sociedade só faz sentido se o horizonte final for a sua superação e a construção de um mundo onde sejamos, enfim, sujeitos de nossa própria história.

“Que haja, finalmente, dois métodos, um destinado ao cultivo das ciências e outro destinado à descoberta científica. Aos que preferem o primeiro caminho, seja por impaciência, por injunções da vida civil, seja pela insegurança de suas mentes em compreender e abarcar a outra via (este será, de longe, o caso da maior parte dos homens), a eles auguramos sejam bem sucedidos no que escolheram e consigam alcançar aquilo que buscam. Mas aqueles dentre os mortais, mais animados e interessados, não no uso presente das descobertas já feitas, mas em ir mais além; que estejam preocupados, não com a vitória sobre os adversários por meio de argumentos, mas na vitória sobre a natureza, pela ação; não em emitir opiniões elegantes e prováveis, mas em conhecer a verdade de forma clara e manifesta; esses, como verdadeiros filhos da ciência, que se juntem a nós, para, deixando para trás os vestibulos das ciências, por tantos palmilhados sem resultado, penetrarmos em seus recônditos domínios.”

(Bacon, 1973, p. 14)

RESUMO

A presente dissertação investiga a trajetória histórica e teórica do confronto entre a teoria do valor de Karl Marx e a crítica subjetivista da escola austríaca, representada primordialmente por Eugen von Böhm-Bawerk. O cerne do trabalho reside na demonstração de que a crítica austríaca, ao tentar decretar a insolubilidade do sistema de Marx através da chamada “grande contradição”, falhou em apreender a dimensão social da forma-valor. Partindo de uma reconstrução sistemática operada principalmente por Isaak Illich Rubin na década de 1920, recuperada a partir da década de 1970 no Ocidente, o estudo analisa como a transição de um paradigma de “trabalho incorporado” para um paradigma de “forma-valor” permite desconstruir o subjetivismo marginalista e o desvio neoricardiano de meados do século XX. Nosso percurso reconstrói debates oriundos da crítica de Böhm-Bawerk, como o famoso debate sobre o problema da transformação dos valores em preços de produção, e através do exame dos textos de Isaak Rubin, complementados por tradições contemporâneas como a *Neue Marx-Lektüre* e a *Interpretação Macro-Monetária*, evidenciamos que as igualdades agregadas de Marx permanecem consistentes quando a teoria é lida como uma ciência crítica da totalidade capitalista mediada pelo dinheiro. Conclui-se, a partir do confronto entre o conjunto das críticas de Böhm-Bawerk com a interpretação proposta por Isaak Rubin, que o valor é a gramática coercitiva da sociedade capitalista, cuja compreensão exige a superação definitiva do psicologismo austríaco e do mecanicismo contábil das versões tradicionais do trabalho incorporado.

Palavras-chave: Teoria do Valor; Karl Marx; Eugen von Böhm-Bawerk; Isaak Rubin; Forma-Valor.

ABSTRACT

This dissertation investigates the historical and theoretical trajectory of the confrontation between Karl Marx's theory of value and the subjectivist critique of the Austrian school, primarily represented by Eugen von Böhm-Bawerk. The core of this work lies in demonstrating that the Austrian critique, in attempting to decree the insolubility of Marx's system through the so-called "great contradiction," failed to grasp the social dimension of the value-form. Building upon a systematic reconstruction carried out mainly by Isaak Illich Rubin in the 1920s—and recovered in the West from the 1970s onwards—the study analyzes how the transition from an "embodied labor" paradigm to a "value-form" paradigm allows for the deconstruction of marginalist subjectivism and the neo-Ricardian deviation of the mid-20th century. Our path reconstructs debates stemming from Böhm-Bawerk's critique, such as the famous debate on the transformation problem of values into prices of production. Through the examination of Isaak Rubin's texts, complemented by contemporary traditions such as the *Neue Marx-Lektüre* and the Macro-Monetary Interpretation, we demonstrate that Marx's aggregate equalities remain consistent when the theory is read as a critical science of the capitalist totality mediated by money. It is concluded, from the confrontation between Böhm-Bawerk's critiques and the interpretation proposed by Isaak Rubin, that value is the coercive grammar of capitalist society, the understanding of which requires the definitive overcoming of Austrian psychologism and the accounting mechanicism of traditional versions of embodied labor.

Palavras-chave: Value Theory; Karl Marx; Eugen von Böhm-Bawerk; Isaak Rubin; Value-Form.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A AÇÃO SEM SUBSTÂNCIA: DA REVOLUÇÃO MARGINALISTA À TEORIA AUSTRÍACA DO VALOR SUBJETIVO	24
2.1. A “REVOLUÇÃO” MARGINALISTA: RECUO PARA A CIRCULAÇÃO	25
2.2. BIFURCAÇÕES DO MARGINALISMO: A VIA FÍSICO-MATEMÁTICA E A VIA FILOSÓFICO-CAUSAL	30
2.3. CARL MENGER E A INVENÇÃO DA TEORIA SUBJETIVA DO VALOR	34
2.4. BÖHM-BAWERK: ENTRE A ESCOLA AUSTRÍACA E O MARGINALISMO	40
2.4.1. Do valor subjetivo ao valor de troca objetivo	41
2.4.2. A teoria da produção	44
2.4.3. O ágio do tempo: a teoria do capital e do juro	45
2.4.4. Böhm-Bawerk e a teoria neoclássica	49
3. A CRÍTICA DO FRACASSO E O FRACASSO DA CRÍTICA: BÖHM-BAWERK CONTRA MARX	55
3.1. UMA INTRODUÇÃO À EXPOSIÇÃO DE MARX SOBRE O VALOR	59
3.2. A CRÍTICA DO FRACASSO: BÖHM-BAWERK CONTRA O SISTEMA DE MARX	63
3.2.1. Crítica I: o vício da origem	68
3.2.2. Crítica II: a grande contradição	70
3.2.3. Crítica III: a introdução do tempo e do capital	73
3.2.4. A crítica nas trincheiras: das reações imediatas à defesa de Hilferding	75
3.3. O FRACASSO DA CRÍTICA: A QUIMERA DA RESPOSTA TRADICIONAL	79
3.3.1. A armadilha fisiológica: valor como trabalho incorporado no marxismo tradicional ...	79
3.3.2. O desvio sraffiano como um beco sem saída	87
3.3.3. O fantasma finalmente se revela	97
4. DESNUDANDO O FANTASMA: A TEORIA DA FORMA-VALOR DE MARX E RUBIN CONTRA BÖHM-BAWERK	99
4.1. O PROCEDIMENTO DIALÉTICO: MOVIMENTO DAS CATEGORIAS EM <i>O CAPITAL</i>	104
4.2. O SEGREDO DA MERCADORIA: FETICHISMO E VALOR	109
4.3. A ABSTRAÇÃO EM ATO: O DUPLO CARÁTER DO TRABALHO E O MERCADO	114
4.4. A NECESSIDADE DA FORMA: DO VALOR DE USO AO DINHEIRO	117

4.5. O VALOR DE TROCA COMO FORMA DE MANIFESTAÇÃO DO VALOR.....	121
4.6. A SUBSTÂNCIA MEDIDA: DETERMINAÇÕES QUANTITATIVAS DA LEI DO VALOR.....	127
4.7. O CAPITAL EM SEU DUPLO MOVIMENTO: VALOR, PREÇO DE PRODUÇÃO E A SUPERAÇÃO DA QUIMERA.....	133
4.8. DESDOBRAMENTOS DA TEORIA DA FORMA-VALOR E NOVAS SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DA TRANSFORMAÇÃO.....	149
5. CONCLUSÃO	156
REFERÊNCIAS	168

1. INTRODUÇÃO

“– Céus! – exclamou a jovem senhora, apavorada. – E é isso a vida! Um combate...”

Honoré de Balzac, em *Ao chat-qui-pelote*.

Se escritores como Balzac capturaram na literatura o espírito de uma época em que tudo que era sólido desmanchava no ar, coube à economia política decifrar a anatomia desse novo mundo. Mas a ciência econômica não nasceu como um espelho frio e neutro da realidade; ela nasceu, tal qual a vida descrita pela personagem balzaquiana, como um combate. E em nenhuma outra fronteira esse combate foi tão encarniçado quanto na teoria do valor.

Ora, toda ciência digna de tal nome deve estruturar-se a partir da apreensão da lógica interna do próprio objeto que busca explicar; isto quer dizer que é a realidade material, o ser social, o modo como as pessoas efetivamente produzem e trocam, o que efetivamente deve determinar e articular as categorias de um sistema teórico que se proponha a explicar a economia. No caso particular da crítica da economia política, essa gramática fundamental – a estrutura objetiva que, supostamente, coordena a anarquia da produção – é o valor, como explica João Antônio de Paula (1984). É esta relação social que confere a inteligibilidade ao caos da circulação, atuando como o fio condutor que une a materialidade da produção à abstração das trocas. Sem a compreensão correta desse eixo, a análise reduz-se a um estudo técnico de fenômenos superficiais, ou conduz a conclusões unilaterais.

Explicar o valor significa responder por que a relação social entre os produtores de mercadorias assume a forma fantasmagórica de uma propriedade inerente às coisas, e como essa abstração governa, em última instância, o metabolismo da vida moderna. Por que e em que medida nós, os seres humanos, nos relacionamos socialmente uns com os outros nesta forma histórica específica tendo de passar pelo mercado, enquanto o ambiente próprio em que a troca de mercadorias ocorre? Em outras palavras, por que uma criação humana, o dinheiro, que surge de uma necessidade social de mediar a troca entre mercadorias, torna-se determinante em nossa sociabilidade?

Para levar a cabo uma tal investigação, é preciso adotar uma postura que recuse o ser aparente e estático das categorias econômicas. Como reivindica Benoit (1996), a crítica não pode se conformar com a exposição à maneira da ciência positiva, que observa os objetos em

repouso como se fossem dados naturais da existência humana. Em oposição, é necessário arrancar a mercadoria e o dinheiro de sua imobilidade fenomenológica e recolocá-los na inquietude de sua produção. Ao redesenhar seus pressupostos, percebemos que o movimento das categorias é o movimento das próprias contradições sociais; os princípios não são alcançados através de contemplação passiva, mas pelo desenvolvimento mesmo das tensões que habitam o coração da riqueza capitalista.

Até que surgisse uma proposta teórica que elucidasse esse percurso, a economia política emergiu como um esforço tateante da nascente sociedade burguesa para decifrar as leis de sua própria reprodução. Antes de se converter em um manual de fórmulas e abstrações, ela foi a tentativa de ler o destino das nações no movimento das mercadorias. William Petty, ao final do século XVII, deu o passo inaugural ao perceber que, para as mercadorias serem medidas em dinheiro, era preciso uma medida subjacente: o trabalho (Petty, [1662], 1983). Contudo, Petty e, posteriormente, os fisiocratas perderam-se no caráter puramente físico da riqueza. Ao situarem a origem do valor na fertilidade da terra, como fazem Quesnay e seus seguidores (Quesnay, [1758], 1983; Mirabeau, [1760], 2020; Rivière, [1767], 2020; Badeau, [1767], 2020), ou mesmo no trabalho agrícola, a exemplo de Turgot ([1770] 1979), esses economistas confundiram a forma social do valor com a produtividade natural da terra, estancando diante da imediatez do valor de uso.

O rompimento com essa tese da produtividade exclusiva da agricultura veio com Adam Smith. Em sua obra, a nascente ciência econômica já percebia que a riqueza não era um dom da natureza, mas fruto do trabalho humano em geral. Smith estabeleceu o trabalho como a medida real do valor de troca (Smith, [1776] 1996). No entanto, seu sistema repousava sobre uma hesitação que marcaria a tradição clássica: ele oscilou entre o trabalho como substância (trabalho incorporado) e o trabalho como poder de compra (trabalho comandado). Ao descrever a sociedade capitalista como um todo harmônico regido por uma “mão invisível”, Smith falhou em explicar a gênese do excedente, tratando as categorias econômicas como se fossem dotadas de uma vida própria e eterna.

A maturidade do pensamento clássico encontra seu limite intransponível em David Ricardo ([1817] 1986), a quem Marx reconhece por ter reivindicado a determinação do valor pelo tempo de trabalho como o fundamento da sociedade burguesa (Marx, [1905] 1980, p. 598). Ao tentar formular uma teoria rigorosa, Ricardo, erigindo o tempo de trabalho como o fundamento principal da grandeza do valor, esbarrou num limite dentro do seu próprio sistema: a influência da distribuição, isto é, a relação inversa entre lucros e salários, e da composição do capital sobre a determinação dos preços relativos. Com efeito, Ricardo evidenciou o antagonismo de classes

e o conflito distributivo inerentes à sociedade burguesa, mas permaneceu prisioneiro de uma perspectiva puramente quantitativa, levando-o a não estabelecer uma diferença estrita entre valor e preço. Como aponta Rubin ([1927] 2014, p. 314), ao concentrar-se na magnitude do valor e, conseqüentemente, na busca por uma medida de valor que não variasse, Ricardo ficou míope diante da forma social do valor, tratando o capital enquanto propriedade material e natural do processo produtivo.

Com efeito, o percurso que vai de Petty a Ricardo nos apresenta um processo de descoberta que caminha lado a lado com um inevitável ocultamento. Quando a teoria do valor-trabalho começou a ser utilizada como arma teórica para denunciar a exploração, conforme vemos em socialistas utópicos como Thomas Hodgskin (1827), a economia política clássica entrou em crise. O impasse estava posto: avançar à crítica radical ou recuar para a justificativa da ordem estabelecida. Diante do precipício, a inteligência burguesa preferiu abandonar o solo firme da produção de mercadorias em favor da superfície da circulação. Foi nesse cenário de “decadência” da economia clássica que surgiu a necessidade de uma ruptura que explicasse por que o trabalho assume, no capitalismo, a forma do valor.

É sobre os escombros do pensamento clássico que precisamos definir o sentido da ciência que aqui praticamos. A ciência econômica, em suas definições correntes e manuais contemporâneos, é frequentemente reduzida a uma “ciência das escolhas” sob condições de escassez, ou a uma técnica neutra de alocação de recursos. Samuelson e Nordhaus (2012), por exemplo, definem a economia como o estudo de como as pessoas e a sociedade decidem empregar recursos escassos, que poderiam ter utilizações alternativas, com fins de produzir bens variados e para os distribuir ao consumo, agora ou no futuro, entre várias pessoas e grupos da sociedade. Essa é a visão que costuma predominar nos manuais correntes das disciplinas de microeconomia.

A diversidade de definições que encontramos hoje no campo econômico não é um fenômeno fortuito, mas o desdobramento de uma cisão ocorrida ainda no século XIX. Em *Contribuição à crítica da economia política*, Karl Marx ([1859] 1977) já sintetizava que, a partir do momento em que a luta de classes assumiu formas mais nítidas e ameaçadoras, a economia política burguesa atingiu seu limite. Enquanto a economia clássica (de Petty a Ricardo) ainda buscava penetrar no nexos interno das relações de produção, as correntes teóricas surgidas nas décadas seguintes operaram um recuo analítico.

Embora o pensamento econômico do século XX tenha produzido rupturas importantes em outras frentes, a tradição marginalista – e a vertente neoclássica que dela descende – passou a se ocupar apenas com a esfera da circulação. Por isso mesmo, abandonando a investigação de

como funciona a estrutura social de produção, essa tradição passou a sistematizar o comportamento dos agentes no mercado, reduzindo as categorias econômicas às relações imediatas, fortuitas, da escolha individual e da utilidade.

Debatendo com autores como Bastiat, Senior e Say, Marx diferenciou o economista clássico do economista vulgar, argumentando que a economia vulgar ocupa-se de sistematizar as aparências do mercado e as concepções dos agentes presos à circulação de mercadorias. Para Marx ([1905] 1980, p. 698), o economista vulgar “[...] apenas traduz em linguagem mais teórica na aparência as estranhas noções dos capitalistas prisioneiros da concorrência e procura forjar a justeza dessas noções”, ou seja, o norte de sua atividade é a justificativa teórica do sistema burguês, ignorando as contradições apreendidas por economistas como Smith e Ricardo. Com efeito, as visões contemporâneas que dominam a academia nada mais são do que herdeiras refinadas dessa ruptura, operando sobre o solo de uma ciência que abdicou de compreender o valor para se tornar uma técnica de justificativa do real.

É sob essa linhagem de pensamento que podemos situar a tentativa de reduzir a economia a uma espécie de lógica pura da mente humana. Quem sintetiza bem esta visão é Murray Rothbard, para quem a ciência econômica não deve ser entendida como o estudo de relações históricas, mas como um subconjunto da praxeologia – a análise lógica de uma suposta “ação humana” universal. Segundo essa perspectiva, a tarefa do economista seria deduzir “verdades eternas” a partir de axiomas autoevidentes, como a busca de fins através de meios escassos.

Ao postular que essas leis seriam absolutas e imutáveis, Rothbard (1995) naturaliza as relações sociais burguesas, projetando-as para toda a história humana, e faz parecer que o capitalismo não é um modo de produção historicamente específico, mas uma expressão da natureza racional do ser humano. Para nós, no entanto, essa busca por axiomas eternos não passa de uma fetichização das relações capitalistas, do completo apagamento de seu conteúdo e de uma naturalização da vida presente, em que as formas sociais da atualidade são projetadas para toda a história humana. A partir de Rubin ([1928] 1987) e Heinrich (2024), explicamos o fetichismo não enquanto uma alienação referente a uma suposta essência humana, muito menos como uma simples falsa consciência. O fetichismo envolve a dinâmica complexa das transformações da mercadoria, que esconde seus movimentos. Ao olharmos para a superfície das relações de troca, podemos expressá-las unilateralmente, incompletamente; operando sob o fetiche, nesse caso, estaríamos expressando um “[...] estado de coisas real” (Heinrich, 2024, p. 84), ainda que sob a aparente liberdade de ação dos proprietários individuais de mercadorias, tal como faz Rothbard.

Em um flanco aparentemente oposto, encontramos abordagens mais recentes, como a de Daron Acemoglu (2003), que reinserem o conflito social e o poder político no centro do debate econômico. Acemoglu define a economia política como o estudo das instituições, nada mais que as “regras do jogo”, e de como grupos de interesse utilizam o poder *de jure* e *de facto* para garantir renda. Embora essa visão avance ao reconhecer que as instituições não são neutras ou naturalmente eficientes, ela ainda permanece cativa de uma análise de superfície. Ao focar no conflito pela distribuição do excedente e na persistência de instituições ineficientes, negligencia a forma social que torna esse conflito possível. Trata-se de uma economia política do “como” as regras são feitas, mas que silencia sobre o “porquê” de a própria vida social estar submetida à forma-mercadoria e ao valor.

Diante dessas duas vias – a da metafísica praxeológica e a da gestão institucional de conflitos – reafirmamos a nossa posição que pretende romper com a unilateralidade de ambos os lados: o que praticamos aqui é a crítica da economia política. Enquanto Rothbard busca o eterno e Acemoglu o arranjo institucional, a crítica busca a dissolução dessas formas. A teoria do valor não nos serve para prever equilíbrios ou modelar jogos de poder; ela nos serve para denunciar que tanto a ação humana quanto as instituições são, no capitalismo, formas reificadas de relações sociais que escondem o caráter da luta de classes.

Por isso é que retornar ao valor é tarefa urgente para o economista do século XXI. Num mundo em que o valor se esconde por trás de coisas aparentemente cada vez mais imateriais, algorítmicas e fluidas, a crítica da economia política corre o risco de se perder na superfície das novas formas de gestão. Fenômenos como a uberização e a economia de plataformas parecem sugerir que o trabalho foi substituído pela tecnologia ou pelo empreendedorismo de si mesmo; contudo, sob o véu dos aplicativos, permanece a mesma estrutura de extração de mais-valor. Retomar as categorias fundantes do capitalismo não é um apego ao passado, mas a única forma de enxergar que, por trás das interfaces digitais, opera a mesma lógica de valorização que a economia política do século XIX trouxe ao debate.

Mas a economia política clássica, embora tenha sistematizado os problemas com os quais o economista precisa se confrontar e colocado o valor no centro, o fez de maneira dogmática. Segundo Backhaus (1978, p. 24), a economia clássica não conseguiu perceber que é impossível distinguir o valor de uma mercadoria de seu valor de uso sem expressá-lo sobre a forma de outro valor de uso. Sendo assim, a hipótese clássica de que o trabalho determina pura e simplesmente o valor da mercadoria, quando não profundamente investigada e intrincada à análise da forma social capitalista, não passa de um dogma metafísico.

Sobre esse aspecto, não há como não fazermos referência a Aristóteles (2002). Em sua *Metafísica*, Aristóteles não se limita a criar uma teoria sobre as quatro causas das substâncias sensíveis, mas antes revisa criticamente todas as teorias dos filósofos que o precederam. Criticá-los era parte essencial de sua própria teoria das quatro causas. Dentre as críticas que dirigiu a filósofos como Heráclito, Anaxágoras, Parmênides, Demócrito e até Platão, estava a reivindicação de que a substância só pode ser causa das coisas se não é separada delas (Aristóteles, 2002, 992a 25).

De posse disso, para desvendar uma coisa qualquer, é imprescindível que se compreenda sua substância. De modo muito parecido com o que fez Aristóteles, a elaboração teórica de Marx ocorre enquanto um acerto de contas contínuo com o pensamento precedente. Embora os fundamentos de sua teoria do valor já estivessem consolidados desde *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), é nos manuscritos compilados em *Teorias da mais-valia* que Marx ([1905] 1980) realiza uma exaustiva revisão dos economistas clássicos. Dentre outras contribuições, ele dissecou as teorias do valor desses economistas para provar, pelo avesso, pelo negativo, a necessidade de sua própria descoberta: o trabalho abstrato como substância do valor, do qual a grandeza e a forma se predicam, e o qual não se materializa sem a forma. A demonstração de que esta substância social só pode se expressar através do valor de troca ganha força justamente na exposição das debilidades teóricas de seus adversários. Aqui se evidencia a diferença metodológica primordial de Marx para com os economistas políticos.

É, portanto, somente com Marx que esta dificuldade de estabelecer as corretas distinções do caráter do trabalho que cria valor é superada. E isso só pôde ser feito devido a uma das questões essenciais da teoria marxiana do valor: se o valor é criado pelo trabalho, por que ele precisa do dinheiro para ser expresso e medido nas trocas de mercadorias? Esta é a pergunta que nos obriga a deduzir do valor o dinheiro, e que por isso torna cognoscível que, apesar de o valor ser criado pelo trabalho, ele precisa se representar numa forma social que lhe dê materialidade.

Marx ([1867] 2013) inaugura *O Capital* com a análise sobre a mercadoria, a célula mais básica da riqueza na sociedade capitalista. Nela, ele primeiro encontra o valor de uso e o valor de troca: o valor de uso representa o conteúdo material da riqueza, associando-se às necessidades que a mercadoria atende; o valor de troca, a permutabilidade, o aspecto que permite que ela seja trocada. O que está por trás do valor de uso é o trabalho concreto – a atividade em sua particularidade (o trabalho do carpinteiro ou o trabalho do pedreiro, por exemplo). Por trás do valor de troca está o trabalho abstrato, um aspecto especificamente capitalista. Para que a troca ocorra, os diferentes trabalhos são reduzidos a uma “geleia de trabalho humano”, indiferenciada

e abstraída de suas formas úteis. Na troca, pouco importa quem produziu a mercadoria, mas sim a massa de trabalho humano nela cristalizada, que pode ser quantificada em termos de tempo de trabalho.

No entanto, há um detalhe que, se desconsiderado, faz com que a teoria marxista regreda ao solo dos clássicos: o valor de troca não é o valor em si. Como bem nota Jadir Antunes (2018), o valor de troca é apenas a forma de expressão do valor. O valor é uma relação social suprasensível cuja substância é o trabalho abstrato. Por conta de suas propriedades “fantasmagóricas”, a mercadoria esconde a relação social que a constitui. Marx compreendeu o que passou despercebido até então: enquanto o trabalho concreto produz valores de uso, o trabalho abstrato é próprio da sociedade capitalista e se constitui como trabalho em geral, capaz de criar valor.

Mas de que maneira essa “geleia de trabalho humano” torna-se valor de troca? Marx avança para a análise da forma de manifestação do valor, o modo pelo qual o valor da mercadoria ganha corporalidade. Sem que o linho seja equiparado ao casaco, ele jamais pode exteriorizar seu próprio valor. Conforme a investigação avança, a mercadoria que ocupa a forma de equivalente transforma-se em dinheiro, servindo universalmente para expressar o valor de todas as outras, dando à relação social uma forma sensível e corpórea. Essa distinção – que Marx amadureceu entre 1859 e 1867, como esclarece Rubin ([1929] 2019; [1929] 2022) – coloca-o um passo à frente da economia política clássica.

Ainda assim, a teoria do valor de Marx é objeto de disputa. Ela esteve no centro de um vasto e complexo debate historiográfico ao longo do século XX. Ainda que as controvérsias abarquem uma multiplicidade de correntes e matizes teóricos, para os propósitos do presente trabalho vamos destacar a tensão entre duas grandes tendências interpretativas que balizaram a resposta à crítica austríaca.

De um lado consolidou-se uma tradição que tendia a focar na magnitude quantitativa do valor, aproximando Marx da herança ricardiana. De outro, destacam-se leituras focadas na forma do valor, perspectiva que encontrou seu contorno mais rigoroso na obra de Isaak Rubin, que defende que o fetichismo é a base de todo o sistema de Marx, particularmente de sua teoria do valor (Rubin, [1928] 1987, p. 19). Na economia mercantil-capitalista, as relações sociais de produção assumem a forma de coisas e só se expressam através delas. Nisso consiste o fetiche: os caracteres sociais do trabalho aparecem como caracteres objetivos dos produtos, e a relação entre produtores aparece como uma relação social entre objetos que se reproduz à margem deles (Marx, [1867] 2013).

Paradoxalmente, a interpretação formulada pelo austríaco Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914) aparece aqui em dupla função: por um lado, ela ergueu um flanco oposto à tradição

marxista; por outro, sua leitura, que enquadra a teoria de Marx nos limites quantitativos de Ricardo, acabou por definir os próprios termos do debate, convertendo-se na interpretação dominante no interior do marxismo tradicional ao longo do século XX. Desse modo, além de ancorar até os dias de hoje a visão que a Escola austríaca reserva a categorias centrais como o capital, a crítica de Böhm-Bawerk aprisionou parte dos teóricos marxistas em um labirinto, do qual só seria possível escapar resgatando a dimensão da forma-valor.

Nascido em Brünn e formado em Direito pela Universidade de Viena, Böhm-Bawerk trouxe para a economia o rigor lógico e a acuidade dedutiva da jurisprudência, raciocinando como economista e argumentando como advogado. Membro de uma dualidade produtiva entre a academia e a *Realpolitik*, serviu como Ministro das Finanças da Áustria em três ocasiões, onde lutou pelo padrão-ouro e pelo equilíbrio fiscal, aplicando na administração pública o conservadorismo inerente à sua visão teórica (Garrison, 2007). Juntamente com Carl Menger e Friedrich von Wieser, constitui um dos três pilares fundadores da Escola austríaca, sendo reconhecido por Joseph Schumpeter (1958) como o discípulo mais entusiasta de Menger, capaz de sistematizar o subjetivismo de uma forma que o próprio mestre nunca fez.

A obra de Böhm-Bawerk, especialmente sua *magnum opus* em três volumes, *Capital and Interest*, não foi um exercício de diletantismo abstrato, mas um projeto deliberado de contenção ao avanço do socialismo. Intelectualmente, posicionou-se como um baluarte contra o historicismo alemão e, sobretudo, contra o marxismo, que desafiava a legitimidade do lucro e do juro. Sua investida no primeiro volume de *Capital and Interest*, especialmente no Livro VI, buscou desarmar a suposta “teoria da exploração” ao argumentar que os capitalistas não exploram os trabalhadores, mas os acomodam ao prover renda antecipada – o ágio – frente a processos produtivos que demandam tempo (Böhm-Bawerk, 1890). Para Böhm-Bawerk, a distribuição de renda entre os fatores de produção era uma questão puramente econômica e não política. Daí ele ter se empenhado em demonstrar que o juro repousava em leis psicológicas e técnicas universais, como a preferência temporal (Böhm-Bawerk, [1889] 1998).

Todavia, o ápice de seu combate ao marxismo deu-se em *Karl Marx and the Close of his System*, onde Böhm-Bawerk ([1896] 1949) concentrou-se no que considerava uma contradição entre os volumes I e III de *O Capital*. Ao acusar Marx de abandonar a lei do valor em favor dos preços de produção – isto é, os preços reguladores que garantem a taxa média de lucro entre os diferentes setores do capital –, o autor austríaco acreditou ter decretado a falência teórica do sistema marxiano. Para Böhm-Bawerk, a divergência entre os valores baseados no trabalho e os preços que garantem um lucro médio aos capitalistas representava uma contradição lógica insuperável.

O desafio lançado por Böhm-Bawerk está longe de ser um simples mal-entendido ou uma leitura superficial. Ao apontar a inconsistência entre o valor e os preços de produção, o autor austríaco confrontou o marxismo com a necessidade de provar a viabilidade de seu sistema como uma teoria capaz de dar conta da realidade empírica dos preços e da concorrência capitalista. A investida de Böhm-Bawerk estabeleceu um divisor de águas: ou a teoria de Marx sucumbiria diante da prova lógica da contradição – e com isso não apenas a compreensão marxista do capitalismo se revelaria defasada, como também a proposta socialista que sucede a crítica do capitalismo –, ou os marxistas precisariam elevar o debate a outro patamar.

É esse impasse, que perdura há mais de um século, que nos convoca a revisitar a crítica de Böhm-Bawerk e o debate marxista sobre a teoria do valor, não para decretar um vencedor, mas para investigar se a resposta de Marx – e de seus intérpretes, como Rubin – oferece uma saída que mantenha a integridade da crítica da economia política diante do ataque austríaco.

A urgência de retomar o confronto iniciado por Böhm-Bawerk reside na necessidade de enfrentar a renovada capacidade do capitalismo de ocultar as relações sociais que o reproduzem. Se o austríaco buscou dissolver a exploração na “preferência temporal” e na técnica produtiva, o capitalismo contemporâneo radicaliza esse movimento ao esconder o trabalho sob a opacidade dos algoritmos e da uberização. Em ambos os casos – na Viena de 1900 ou no Vale do Silício no século XXI –, a estratégia ideológica parece ser a mesma: reduzir relações de poder a imperativos técnicos e psicológicos. Portanto, volver à crítica da economia política é tarefa para o economista que busca despir o presente de suas novas roupagens fetichistas.

Faz-se necessário dizer que, a partir do momento em que o debate passou a ser lido e discutido no Brasil, autores brasileiros têm apontado os limites da crítica austríaca e as armadilhas das soluções estritamente matemáticas. Ricardo Tolipan (1983), por exemplo, alertou que o problema da transformação não deveria ser reduzido a um quebra-cabeça algébrico – como fez Bortkiewicz –, mas compreendido como uma “[...] das peças-chaves na construção do discurso de Marx e lugar de confronto crítico com a Economia Política clássica” (Tolipan, 1983, p. 308). Na mesma esteira, Cláudio Gontijo (1989) diagnosticou o erro epistemológico basilar de Böhm-Bawerk: a tentativa mecanicista de comparar diretamente a lei do valor (essência) com os preços de produção (fenômeno) sem levar em conta as mediações lógicas estabelecidas na arquitetura d’*O Capital*.

No século XXI, João Antônio de Paula (2000) inseriu a querela no coração da crítica austríaca, advertindo que a própria defesa marxista tradicional, especialmente a via neorricardiana, cedeu a uma armadilha metodológica ao tentar resolver o problema nos moldes do equilíbrio geral walrasiano, criando um “[...] problema inteiramente desfocado, cujas soluções ou

levam ao abandono da teoria do valor ou à reafirmação de uma pretensa ortodoxia marxiana” (De Paula, 2000, p. 481). A necessidade de historicizar esse debate foi aprofundada por Camarinha Lopes (2013), que classificou a investida original de Böhm-Bawerk como a “crítica da contradição”. Lopes demonstra que, perante as refutações metodológicas, o argumento burguês teria recuado e se transmutado ao longo do século XX numa “crítica da redundância”, passando a acusar a teoria do valor não mais de contraditória, mas de desnecessária.

Mais recentemente, Gustavo Daou Lucas (2017) defende que o problema da transformação dos valores em preços, tal como a tradição marxista tentou resolvê-lo, é na verdade um falso problema, uma parte superada da evolução da teoria clássica, sendo suas soluções “[...] completamente restritas a casos particulares de forma que não seria um exagero dizer que é um problema que não possui solução” (Lucas, 2017, p. 645). Bruno Humberto Alves da Silva (2019), por sua vez, por meio de uma competente reconstrução historiográfica do debate em língua alemã, reforçou que Böhm-Bawerk estruturou os termos do que viria a ser conhecido como o problema da transformação. Balizando os termos do debate, o austríaco enxergou a não dedutibilidade matemática imediata dos preços relativos a partir do trabalho socialmente necessário como a revelação de uma “inconsistência” e uma falha irreconciliável no sistema marxiano (Silva, 2019, p. 21).

O resgate dessa literatura brasileira evidencia, desde já, que os equívocos de Böhm-Bawerk e as falhas das defesas tradicionais têm sido amplamente mapeados no Brasil. A nossa contribuição, portanto, ergue-se sobre esse acúmulo teórico para dar um passo além, ancorando uma proposta de resolução do impasse na contribuição de Rubin ([1928] 1987), ainda pouco discutida pela literatura brasileira.

Diante do exposto e do acúmulo histórico desse debate, faz-se necessário delimitar com precisão o escopo deste trabalho. O nosso objetivo central é demonstrar que, frente à crítica que inaugura o longo debate sobre a suposta contradição de Marx, a crítica de Böhm-Bawerk, a resposta baseada na teoria da forma-valor – sistematizada na obra de Isaak Rubin – constitui a resposta mais rigorosa, consistente e convincente. Com efeito, a obsessão do autor austríaco pela magnitude dos preços oferece, paradoxalmente, o “negativo” perfeito para revelarmos a centralidade da forma social em Marx. Ao analisarmos o labirinto da chamada “crítica da contradição”, pretendemos evidenciar os motivos pelos quais apenas a abordagem sociológica de Rubin – focada no fetichismo e no trabalho abstrato – é capaz de sobreviver ao crivo lógico austríaco, superando a crítica – seja na versão da contradição ou na da redundância – sem recair no abandono da lei do valor.

Para dar conta da tarefa que aqui se impõe, a estrutura desta dissertação está organizada em três capítulos centrais, além desta introdução, que constitui o capítulo inicial, e da conclusão. Essa escolha estratégica visa acompanhar o movimento analítico e histórico do debate, partindo da gênese da Escola austríaca, investigando a crítica de Böhm-Bawerk e o fracasso das respostas tradicionais, até culminarmos em sua superação através da teoria da forma-valor de Rubin.

No segundo capítulo, intitulado *A ação sem substância: da revolução marginalista à teoria austríaca do valor subjetivo*, investigaremos a gênese da teoria do valor subjetivo em Carl Menger e sua sistematização em Böhm-Bawerk. Identificamos as diferentes bifurcações da assim chamada “revolução marginalista” e a contribuição própria de Menger, chegando às formulações de Böhm-Bawerk como uma fusão entre os princípios psicologistas de seu mestre e algumas proposições neoclássicas.

No terceiro capítulo, *A crítica do fracasso e o fracasso da crítica: Böhm-Bawerk contra Marx*, analisamos o embate direto. O foco recai sobre a obra *Karl Marx and the Close of his System* (1896), na qual Böhm-Bawerk buscou decretar a falência teórica do marxismo. Examinamos as críticas feitas pelo autor austríaco e as organizamos em três conjuntos, que serão recuperados depois. Colocamos estas críticas diante de suas recepções imediatas, bem como mostramos como as abordagens do trabalho incorporado lidaram com elas ao longo do século XX.

O quarto capítulo, *Desnudando o fantasma: a teoria da forma-valor de Marx e Rubin contra Böhm-Bawerk*, realiza o balanço da interpretação de Isaak Rubin, que reivindica, nos anos 1920, que a teoria do valor de Marx deve ser lida como uma teoria da forma de valor, em que produção e circulação, em que valor e preço, e em que Livro I e Livro III de *O Capital* são elementos inseparáveis de um mesmo processo real. Exaustamos a interpretação de Rubin, mostramos como ela é aderente aos textos de Marx, elencamos por meio dela todas as respostas aos problemas suscitados pela crítica de Böhm-Bawerk e, por fim, delineamos algumas das interpretações mais recentes no campo das teorias da forma-valor.

Para levar a cabo tal empreitada, a metodologia adotada é a pesquisa teórica de natureza bibliográfica, operando através da análise exegética e da crítica imanente. Não assumimos pressupostos externos para julgar as obras de antemão; buscamos, ao contrário, examinar a consistência interna dos argumentos de cada autor – Karl Marx, Eugen von Böhm-Bawerk e Isaak Rubin – a partir de suas próprias premissas lógicas e históricas. Essa abordagem permite reconstruir a racionalidade dos sistemas em disputa sem incorrer em anacronismos, garantindo que a disputa entre teoria marxista do valor e a teoria do valor-utilidade se dê em seu terreno

mais rigoroso, isto é, no nível das conexões internas entre as categorias econômicas, em especial, o valor. Mostraremos que Marx e Böhm-Bawerk não falam de objetos diferentes, mas disputam o mesmo objeto, isto é, a economia capitalista em suas determinações fenomênicas e essenciais.

Reconhecer o rigor interno desses sistemas não implica atribuir-lhes neutralidade. Ao contrário, a própria possibilidade de uma ciência econômica exige enfrentar sua dupla determinação: enquanto esforço sistemático de compreensão de uma realidade social, a economia se apresenta como ciência; mas, enquanto forma de pensamento historicamente situada, ela também participa das mediações mistificadoras próprias da sociedade que busca explicar. Essa tensão é uma característica constitutiva do campo, e a crítica imanente tem de explicitar os limites internos que emergem quando as categorias econômicas são levadas às últimas consequências.

Encerramos, portanto, reafirmando que a ciência econômica não pode ser compreendida sob o véu da neutralidade científica, mas tampouco reduzida a mera ideologia. Ela é um terreno em disputa no qual diferentes formas de racionalidade procuram apreender – e, ao mesmo tempo, são moldadas por – relações sociais específicas que estruturam o capitalismo. Se cumprirmos nosso objetivo de dissecar a anatomia desse debate centenário, demarcaremos uma posição frente à redução da economia a uma técnica de gestão da escassez, a uma “ciência” que lida com decisões dos agentes econômicos diante de recursos escassos, a um modo de ser pretensamente científico das próprias aparências que saltam cotidianamente aos nossos olhos.

2. A AÇÃO SEM SUBSTÂNCIA: DA REVOLUÇÃO MARGINALISTA À TEORIA AUSTRIACA DO VALOR SUBJETIVO

“Se alguém se aproximasse de um cômico mascarado, no instante em que estivesse desempenhando o seu papel, e tentasse arrancar-lhe a máscara para que os espectadores lhe vissem o rosto, não perturbaria assim toda a cena? Não mereceria ser expulso a pedradas, como um estúpido e petulante? [...] Que é, afinal, a vida humana? Uma comédia. Cada qual representa o seu papel sempre mascarado. [...] tudo neste mundo não passa de uma sombra e de uma aparência, mas o fato é que esta grande e longa comédia não pode ser representada de outra forma.”

(Erasmus, Elogio da Loucura, 1972, p. 49)

A economia política clássica, em seu auge com David Ricardo, deixou à ciência um dilema inescapável: ao posicionar a relação inversa entre salários e lucros no centro de sua teoria da distribuição, Ricardo evidenciou de maneira incontornável o conflito distributivo inerente à sociedade capitalista. A partir da dissolução da escola ricardiana, em meados do século XIX, o pensamento econômico fragmentou-se em múltiplas correntes. Se, por um lado, Karl Marx levou as contradições descobertas pelo sistema clássico às últimas consequências por meio da crítica da economia política, por outro, o cenário acadêmico do final do século XIX presenciou a ascensão de um suposto novo paradigma.

A assim chamada “revolução marginalista” emergiu enquanto fundação de uma nova ortodoxia. Ao deslocar o eixo da análise da esfera da produção de mercadorias para a esfera da circulação, ancorando-se na utilidade subjetiva, essa nova tradição reconfigurou os termos de todo o debate econômico e afastou a disciplina das contradições sociais descobertas sobretudo entre os séculos XVIII e XIX.

Entretanto, considerar a “revolução marginalista” como um evento monolítico ou uma mera mudança de paradigma (Deane, 1993) oculta as significativas divergências metodológicas e filosóficas entre seus criadores. Como afirmam diversos historiadores do pensamento econômico, desde Mark Blaug (1972) até William Jaffé (1976), a noção de uma ruptura unificada é, no mínimo, questionável. Assim, o objetivo deste capítulo é “desomogeneizar” essa suposta revolução a fim de isolar a vertente específica que nos interessa. Sustentaremos que, sob o mesmo nome, surgiram pelo menos duas abordagens diferentes: uma físico-matemática, exemplificada por Jevons e Walras, e outra filosófico-causal, que originou a escola austríaca.

Para atingir o objetivo proposto, nossa análise iniciará questionando o conceito de "revolução" em si, estabelecendo um diálogo entre as diversas interpretações a respeito de sua natureza e origem. A seguir, diferenciaremos as duas principais abordagens, demonstrando como a perspectiva de Carl Menger se distancia significativamente da proposta de matematização da economia. Em seguida, examinaremos os princípios do sistema mengeriano, reconstruindo sua teoria do valor subjetivo com base no indivíduo isolado e em sua crítica à ideia de equivalência na troca. Por fim, o capítulo concluirá com uma análise do trabalho de Eugen von Böhm-Bawerk, mostrando como ele organizou e fortaleceu a doutrina austríaca, transformando-a em um paradigma completo, preparado para sua missão principal: enfrentar diretamente a teoria marxista do valor.

2.1. A “REVOLUÇÃO” MARGINALISTA: RECUO PARA A CIRCULAÇÃO

Os economistas políticos clássicos legaram à humanidade o seu grande empreendimento: a investigação pioneira das conexões internas da sociedade capitalista, isto é, uma tentativa de explicar cientificamente o mundo da mercadoria. Contudo, essa explicação esbarrou em limites metodológicos profundos, associados às filiações de classe, a escolhas de um ponto de vista ideológico e ao próprio objeto investigado por esses economistas¹.

Como demonstra Rubin ([1926] 2014), embora esses economistas tenham penetrado na materialidade do sistema, não conseguiram romper com a aparência naturalizada das relações de troca. Presos a essa naturalização, não estava em seu alcance apreender a historicidade e a forma social específica do trabalho que produz mercadorias no capitalismo.

Essas contradições teóricas desencadearam a dissolução da economia política clássica, abrindo diferentes desdobramentos. De um lado, teóricos vinculados ao chamado socialismo ricardiano extraíram implicações radicais da teoria do valor, denunciando o lucro como trabalho não pago. Karl Marx, contudo, não se limitou a expandir esse horizonte em uma linha de continuidade direta, como se fosse um herdeiro de Ricardo, ou um ricardiano de esquerda. Marx operou uma ruptura tal que, instaurando a crítica da economia política, desvendou questões

¹ Na tradição marxista, existe uma discussão sobre quais são as limitações de um pesquisador para adquirir conhecimento. A partir de Lowy (1996), por exemplo, temos o conceito de “horizonte intelectual”, que aponta as limitações impostas pela posição de classe do pesquisador. Michael Heinrich (2024), no entanto, adverte que o limite epistemológico dos economistas clássicos era mais profundo que a falsa consciência ou a parcialidade burguesa. Do nosso ponto de vista, há de se considerar que as limitações de classe, o horizonte intelectual, são obstáculos determinantes para a investigação e a descrição correta do objeto, mas não os únicos. O obstáculo fundamental, na verdade, deriva da força objetiva do fetichismo da mercadoria: a sociabilidade capitalista gera uma determinada forma de pensamento que impinge a todos os agentes práticos, capitalistas ou trabalhadores, a ilusão de que as relações sociais são propriedades naturais das coisas.

como a distinção estrutural entre trabalho e força de trabalho e o mecanismo de extração do mais-valor.

Do outro lado, como reação aos impasses ricardianos e ao uso político que se fazia da centralidade do trabalho, consolidou-se um movimento de recuo para a superfície dos fenômenos de mercado, algo que Marx denunciou como a vulgarização da economia². É por consequência desse cenário que surge a “revolução marginalista” no final do século XIX, mais especificamente na década de 1870, sacramentando o abandono da teoria do valor-trabalho para consolidar uma nova ortodoxia centrada na escassez e na utilidade subjetiva. Dentro desse novo cenário, quem melhor sistematizou a recusa da teoria objetiva do valor foram os austríacos. Vejamos como se deu essa transição.

Tomando como base o conceito de “revoluções científicas” discutido por Thomas Kuhn, Phyllis Deane (1993) interpreta a chamada “revolução marginalista” como uma mudança de paradigma, dada a ampla transformação da metodologia que caracterizava a economia analítica, transformação proporcionada pela inclusão do instrumental matemático. A aceitação do novo paradigma precisava que o tempo estivesse suficientemente maduro, e tal maturidade veio com a publicação quase simultânea dos primeiros livros de Jevons e Menger, seguidos por Walras e Marshall (Deane, 1993).

Se olharmos para a questão através da ótica de uma mudança de paradigma, podemos entender que essa transformação instaurada pelos marginalistas foi, inclusive, uma mudança geral de critérios, exemplos e regras processuais que passaram a ser aceitas e a orientar o trabalho dos economistas profissionais. Com efeito, a chave para essa mudança foi a aplicação em larga escala da “análise marginal”:

O poder analítico e o alcance da nova técnica, a simplicidade plausível de sua suposição básica – de que consumidores e produtores se comportariam naturalmente de modo a maximizar suas satisfações ou lucros em um mercado competitivo – eram imensamente atraentes para os estudantes de economia “pura”, ou seja, para os teóricos acadêmicos que eram mais dedicados à verdade científica, definida como teoria abstrata, do que a programas políticos (Deane, 1993, p. 99).

² De acordo com a clássica definição de Marx, os economistas vulgares (que desenvolvem o ponto de vista apologético do capitalismo) [...] traduzem, de fato, as representações, os motivos etc., dos portadores envolvidos na produção capitalista, nos quais ela se reflete apenas em sua aparência superficial. Traduzem-na numa linguagem doutrinária, do ponto de vista da facção dominante, dos capitalistas; por isso, não de uma maneira ingênua e objetiva, mas apologética. O exprimir limitado e pedante das representações vulgares, que necessariamente se produz naqueles que sustentam esse modo de produção, é muito diferente do impulso de economistas como os fisiocratas, Adam Smith, Ricardo, no sentido de apreender as conexões internas desse modo (Marx, 1974, p. 267).

Problemas como o “valor” e a “distribuição”, que preocupavam os ricardianos, pareciam estar resolvidos – para usar os termos de Deane (1993, p. 101), “[...] varridos para debaixo do tapete”. Agora, as noções de “racionalidade”, “competição perfeita” e “alocação ótima” aparecem entre os jargões da nova ortodoxia econômica como os conceitos centrais, acentuando suas conotações ideológicas e dando suporte pretensamente científico “[...] a um *status quo* político que dependia da aceitação de uma filosofia de individualismo econômico e harmonia” (Deane, 1993, p. 101).

Alguns intérpretes utilizam essa virada para meramente reafirmar suas posições ideológicas. É o caso de Kauder (1953), para quem a ciência econômica só se inicia na década de 1870, com os escritos dos autores marginalistas. Mencionando Galiani e Condillac, ele conclui:

Assim, a escola ítalo-francesa percorreu um longo caminho desde o ensino dos doutores, e até mesmo Aristóteles é superado pelo menos em alguns aspectos. No entanto, foi a tragédia desses escritores que eles escreveram em vão, eles logo foram esquecidos. Nenhum estudioso parecia fazer desses pensamentos a nova ciência da economia política. Em vez disso, o pai de nossa ciência econômica escreveu que a água tem uma grande utilidade e um pequeno valor. Com essas poucas palavras, Adam Smith fez do pensamento de 2.000 anos um desperdício e lixo. A chance de começar em 1776 em vez de 1870 com um conhecimento mais correto dos princípios de valor foi perdida (Kauder, 1953, p. 650).

Com isso, Kauder quer dizer que os princípios corretos só são utilizados pela ciência econômica a partir dos marginalistas. Subestima Adam Smith por dizer que a água possui grande utilidade e baixo valor, e tudo isso depois de dizer que Aristóteles reconhecia a utilidade, a escassez e os custos fixos como os fundamentos do valor. Uma leitura atenta dos textos do grego revelaria, por exemplo, que, na *Política*, Aristóteles (1998, 1957a 10) pontuou a diferença entre valor de uso e valor de troca praticamente à maneira de economistas clássicos, como o próprio Smith; na *Ética a Nicômaco*, percebeu a relação entre comensurabilidade e igualdade, tendo estabelecido que, na troca entre os produtos do trabalho do arquiteto e do sapateiro, por exemplo, são comparados os trabalhos dos dois, e não as diferentes utilidades de seus produtos (Aristóteles, 2017, 1113a 15 – 1133a 33)³.

Mas, apesar dos devaneios ideológicos que por vezes aparecem, as interpretações sobre a “revolução marginalista” variam, basicamente, em três sentidos: há os que a consideram um avanço científico, como se a economia tivesse passado de “arte” para ciência rigorosa, com ganhos metodológicos e profissionalização; outra interpretação enxerga um recuo ideológico,

³ Não à toa Marx ([1867] 2013, p. 135-136) saúda Aristóteles por ter reconhecido no dinheiro a expressão do valor dos produtos do trabalho, sendo a “igualdade de essências” que tornava esses produtos comensuráveis resultado de alguma substância que ainda não havia sido revelada ao grego, dado o contexto de sua sociedade.

isto é, a teoria marginalista abstrai as relações sociais e passa a focar em “átomos individuais e coisas”, visando defender a continuidade do capitalismo; e há, por último, uma posição intermediária, para a qual houve uma mudança de objetivos, como por exemplo do crescimento para a alocação/eficiência, mas sem um rompimento tão expressivo com os princípios da economia clássica (Winch, 1972). Ao adotar a posição intermediária, David Winch (1972, p. 334) vê a transição para o marginalismo como uma acentuação do individualismo econômico, que, apesar do estreitamento dos objetivos da teoria econômica, oriundo da adoção do método dedutivo, manteve algumas continuidades.

Por outro lado, Mark Blaug (1972) rejeita a ideia de uma “revolução marginalista”. Para ele, David Ricardo, por exemplo, já aplicava o “conceito marginal” a objetos diferentes, no sentido de que pensava esses objetos em termos de “margem” ou “incremento”. É o caso de sua teoria da renda da terra, por exemplo, em que ele explicou a determinação da renda pela diferença na produtividade da terra na “margem” do cultivo – a terra menos fértil ou o último incremento de capital e trabalho aplicado que ainda compensa a ser utilizado. A renda na terra mais produtiva é a diferença entre sua produtividade e a produtividade da terra “marginal” que não gera renda (Ricardo, [1817] 1986). A diferença está em que Ricardo aplicava a noção à produção e à distribuição de mercadorias, enquanto Jevons e Walras aplicavam ao consumo e à demanda.

Há, assim, “[...] tanto marginalismo em Ricardo quanto em Jevons ou Walras, mas é aplicado a coisas diferentes” (Blaug, 1972, p. 276). Seguindo essa linha argumentativa, Blaug defende que a mudança orientada ao raciocínio marginal focado na alocação de recursos com ofertas fixas não foi uma “revolução” abrupta no sentido de Thomas Kuhn, mas uma transformação gradual em que algumas ideias antigas nunca foram definitivamente rejeitadas. O que se tornou importante não foi a teoria da utilidade em si, mas o conceito de raciocinar na “margem”.

A questão está em saber o porquê da adesão dos princípios do marginalismo em tão larga escala entre o fim do século XIX e o início do século XX. Hutchinson (1972) acredita que o conceito marginal e a ideia de utilidade marginal eram de tal importância que seus surgimentos estavam fadados a acontecer. No entanto, o termo “revolução marginalista” é no mínimo amplo e abrange elementos bastante diferentes; por esse motivo, é importante diferenciar o surgimento do marginalismo entre os lugares de seu nascimento: por um lado, sua manifestação na Inglaterra ocorre enquanto uma “revolução destrutiva”, em que a experiência foi de súbito abandono de um núcleo teórico central que prevalecia como ortodoxia (Economia Ricardo-Mill)⁴. Por

⁴ O termo é do próprio Hutchinson (1972). O autor o utiliza para designar o corpo teórico composto pela teoria do valor-trabalho e/ou custo de produção, a teoria do fundo de salários e a teoria do salário natural.

outro, seu desenvolvimento em Viena e em Lausanne ocorreu de modo evolucionário e construtivo, no sentido de que a utilização do conceito marginal estava assentada em tradições que já reconheciam a importância da utilidade e da escassez na determinação do valor.

Mas a tese de que a “revolução marginalista” não apresenta ruptura com a teoria econômica dominante do século XIX mostra fraquezas. De fato, como salienta Mirowski (1984), no que diz respeito à teoria do valor-utilidade, é válido dizer que não houve uma ruptura tão acentuada, visto que Say ([1803] 1983) e Stuart Mill ([1848] 1983), por exemplo, haviam anunciado os princípios de uma teoria do valor-utilidade e avançado nessa direção. Mas, quando se tem em conta a tentativa de transformar a economia em uma ciência matemática, aí sim é possível observar a ruptura.

Mirowski (1984) defende que houve uma descontinuidade no pensamento econômico nas décadas de 1870 e 1880, que foi a gênese da teoria neoclássica, e que seu conteúdo intelectual pode ser explicado por desenvolvimentos paralelos na física durante o século XIX. Ao analisar os textos de Jevons ([1871] 1996), Walras (1874; [1874] 1996), Edgeworth (1881) e Pareto a respeito de a economia ser uma ciência matemática, as metáforas com a física não são coincidências. A metáfora da energia, por exemplo, bem como a estrutura da física do século XIX, representam a marca de nascença da economia neoclássica e são “[...] o fio da Ariadne que vincula os protagonistas e que pode nos levar ao significado fundamental do programa de pesquisa neoclássica” (Mirowski, 1984, p. 365).

Dada a alternativa que o autor propõe, o argumento se desenvolve de modo a mostrar que a teoria neoclássica não foi impulsionada por uma analogia newtoniana, mas pela ascensão da *energetics*, ou seja, da concepção de energia na física em meados do século XIX, inovação esta que forneceu à teoria econômica tanto a metáfora quanto as técnicas matemáticas e as novas atitudes em relação à economia como ciência matemática. Até mesmo a utilidade pode ser redefinida como idêntica à energia na física, nos termos de Mirowski (1984).

Em via distinta, João Antônio de Paula (2002), que propõe uma releitura da obra de Walras a partir de trabalhos por ele publicados nos anos 1860, no *Journal des Économistes*, argumenta que Walras buscou, nesses trabalhos, o substrato lógico-formal e o arcabouço teórico na teoria do equilíbrio de forças de Louis Poincaré. Nesse sentido, a utilidade marginal de Walras é similar ao conceito de força exposto por Poincaré em 1803. Após criticar Mirowski por omitir a presença da mecânica de Poincaré, João Antônio de Paula conclui que, dos três fundadores da teoria neoclássica – Jevons, Menger e Walras –, apenas o primeiro assumiu de fato a metáfora energética; considerar a obra de Walras “[...] é constatar sua permanente adesão à mecânica estática” (De Paula, 2002, p. 144)

De todo modo, mesmo sob arcabouços diferentes, o fio condutor dos primeiros marginalistas é menos o corpo teórico fundado na utilidade marginal, e mais a tentativa de transformar a economia em uma ciência similar à física. Questionada a plausibilidade de tratar esse processo como uma simples e vulgar evolução teórica, é preciso reconhecer que representou uma ruptura. Tratou-se menos de mudança de ênfase e mais da substituição da esfera da produção pela esfera da circulação e da alocação. Ou seja, o projeto central da economia política clássica – definido por Ricardo como a descoberta das leis que determinam a distribuição da riqueza entre as classes sociais – foi abandonado e substituído pela preocupação formal com a alocação “ótima” de recursos escassos frente a fins alternativos. Independentemente da roupagem metodológica que vestiram, Jevons, Walras e Menger compreenderam a sociedade burguesa como um somatório de átomos maximizadores de utilidade, num sistema composto por indivíduos que buscam a maior satisfação com o mínimo de esforço.

2.2. BIFURCAÇÕES DO MARGINALISMO: A VIA FÍSICO-MATEMÁTICA E A VIA FILOSÓFICO-CAUSAL

Mas, onde é que se localiza a contribuição de Menger? Se a ruptura da “revolução marginalista” está na tentativa de transformar a economia em ciência matemática, Menger pode ainda ser considerado um marginalista? Essas questões nos conduzem a entender tanto o papel de Menger nessa virada quanto o surgimento da escola austríaca de economia, da qual Böhm-Bawerk é parte. Para respondê-las com precisão, muitos autores têm atentado para a “desomogeneização” da tríade original do marginalismo: Jevons, Menger e Walras.

Jaffé (1972; 1976) é um desses autores. Revisando como se discutiu o termo “revolução marginalista” ao longo do tempo, Jaffé (1976) propõe que o uso de uma única designação para os três autores obscurece as diferenças entre eles que se relevam mais importantes que suas próprias semelhanças. Suas obras, inclusive, influenciaram cursos bastante distintos: fora dos “manuais estereotipados”, Jevons, Menger e Walras foram mantidos separados no curso ordinário dos eventos teóricos.

A começar pelo aspecto metodológico, Winch (1972) explica que a grande diferença entre Menger, Jevons e Walras pode ser observada na adoção do método. Enquanto Menger reivindicava os princípios do realismo filosófico, argumentando que a teoria visava a compreensão direta da razão de existência dos objetos investigados, Jevons e Walras desenvolveram muito mais a base matemática da análise dos fenômenos que preocupavam os autores marginalistas. Talvez, a característica que, de certo modo, une seus princípios metodológicos é a maneira de

entender os conjuntos sociais através do individualismo metodológico, que orienta a crença de que a ordem social espontânea ou inconsciente deve ser tratada como resultado de ações individuais (Winch, 1972). Fora isso, Menger demonstrava extrema antipatia em relação ao uso da matemática na análise econômica, diferente de Jevons e Walras.

Este último, inclusive, é o verdadeiro “culpado” do estado atual da economia neoclássica. Para Kirman (2021), a Escola de Lausanne, representada por Walras e Pareto⁵, forneceu à teoria neoclássica as ideias de que a economia deve ter fundamentos matemáticos sólidos e que existem leis que governam o sistema, com status semelhante às leis da física. Para Walras, que estava preocupado em desenvolver uma teoria de um equilíbrio em que todos os mercados se resolvem simultaneamente, a lei da oferta e da demanda, por exemplo, age como a lei de gravidade.

Nesse contexto, Jaffé (1972) explica que, nas mãos de Walras, a economia pura assumiu a forma do que chamou de ciência “físico-matemática”⁶. Para Walras, esta ciência já estava presente desde os escritos dos fisiocratas, passando pelos tratados dos economistas ingleses como Ricardo e Stuart Mill. Sempre fazendo referência aos cânones, Walras procurou estudar os fenômenos econômicos a partir do princípio da *rareté*, ou escassez (Jaffé, 1972, p. 384).

É somente em relação a este ou aquele indivíduo que é possível, por uma assimilação rigorosa da escassez, da utilidade efetiva e da quantidade possuída, por um lado, com a velocidade, o espaço percorrido e o tempo gasto na viagem e, por outro lado, definir a escassez como a derivada da utilidade real em relação à quantidade possuída. Assim como definimos a velocidade, a derivada do espaço percorrido em relação ao tempo necessário para percorrê-lo (Walras, 1874, p. 28).

Para Walras (1874), *rareté* significa a intensidade do desejo satisfeito pela última quantidade possuída de uma mercadoria, e traduz a derivada da utilidade efetiva (total) com respeito

⁵ É válido pontuar que, apesar do reconhecimento de que Pareto aprimora certas formulações de Walras, Kirman (2021) argumenta que a visão de que a Escola de Lausanne teria sido um “empreendimento intelectual cooperativo” é altamente enganosa, porque ambos se diferenciaram muito por conta de suas visões do que a ciência deveria ser e de suas diferenças políticas e ideológicas. O “turno paretiano” na teoria econômica pura, ao introduzir preferências ordinais, desviou a teoria do caminho walrasiano e levou-a a focar nas características dos estados de uma economia. Walras, no entanto, estava muito mais preocupado em como esses estados foram atingidos. Kirman (2021) reforça, ainda, que a posterior mudança de Pareto para a sociologia, bem como seu questionamento da racionalidade, o afastaram ainda mais da posição de Walras.

⁶ É curioso ponderar que Jaffé (1872) relembra que toda a concepção de Walras parece surgir da tentativa herdada de seu pai, Auguste Walras, de transformar a economia em uma ciência matemática, como a mecânica e a física. Tanto é que, para dar sequência ao raciocínio de seu pai e o aprimorar, Léon Walras contou com a ajuda de Paul Piccard, professor de mecânica em Lausanne, que utilizou curvas de utilidade marginal (*courbes de besoin*) para mostrar que a maximização da satisfação, sujeita à restrição orçamentária, ocorria quando a troca era levada ao ponto em que o último pequeno incremento de área sob a curva de utilidade marginal de um bem era igual ao correspondente decremento sob a curva de outro bem, ajustado pelo preço. Assim, Walras teria descoberto o teorema fundamental da proporcionalidade entre as *rareté's* (utilidades marginais) e os preços de mercado, que finalmente resolvia o problema posto pelo pai de relacionar a utilidade-escassez à determinação dos preços de mercado.

à quantidade possuída. Assim, a *rareté* constitui, para ele, a força motriz subjacente que fornece o poder de administrar o mecanismo de mercado competitivo. Tal princípio é praticamente a síntese da teoria da utilidade marginal walrasiana (Jaffé, 1974).

Depois de aprofundar o princípio da *rareté* como força motriz, no *Compêndio dos elementos de economia política pura*, Walras estabelece uma distinção categórica entre a essência do valor e sua manifestação relativa no mercado, recorrendo novamente à analogia física: “O valor de troca, como o peso, é um fato relativo; a raridade, como a massa, é um fato absoluto” (Walras, [1874] 1996, p. 110). Traçando essa analogia, o autor define a raridade como a “[...] derivada da utilidade efetiva em relação à quantidade possuída, exatamente como se define a velocidade como a derivada do espaço percorrido em relação ao tempo gasto para percorrê-la” (Walras, [1874] 1996, p. 110).

O passo fundamental que forjou o seu sistema reside no teorema da utilidade máxima. De maneira a ligar as considerações de utilidade à equação de demanda efetiva, Walras buscou provar que “[...] a satisfação máxima das necessidades, ou o máximo de utilidade efetiva, acontece, para cada portador, quando a relação entre as intensidades das últimas necessidades satisfeitas, ou a relação entre as raridades, é igual ao preço” (Walras, [1874] 1996, p. 95). É desse princípio de otimização que ele deduz as curvas de demanda e fundamenta a determinação matemática do mercado, afirmando que “[...] os preços correntes, ou preços de equilíbrio, são iguais às relações entre as raridades” e, portanto, “[...] os valores de troca são proporcionais às raridades” (Walras, [1874] 1996, p. 109).

Em suma, o argumento do equilíbrio geral walrasiano cristaliza-se na concepção de que o livre mercado é um mecanismo autorregulador perfeito. A oferta e a demanda, traduzidas em funções racionais, garantem a utilidade máxima e permitem a determinação simultânea de todos os preços no sistema econômico. No livre mercado, “[...] cada um deve receber na proporção do que dá, ou dar na proporção do que recebe” (Walras [1874] 1996, p. 107). Disso se segue que:

[...] a troca de duas mercadorias entre si, num mercado regido pela livre-concorrência, é uma operação pela qual todos os portadores [...] podem obter a maior satisfação de suas necessidades compatível com a condição de dar mercadoria que vendem e de receber mercadoria que compram numa proporção comum e idêntica (Walras [1874] 1996, p. 107).

Enquanto Walras forjou um elo analítico claramente definido entre utilidade marginal e preço de mercado, Jevons utilizou um método no mínimo vago para ligar sua teoria do “grau final de utilidade” à determinação dos preços em um mercado competitivo. Como Jaffé (1972,

p. 387) demonstra, Walras, numa carta de 1874, disse que Jevons perdeu a oportunidade de derivar a equação de demanda efetiva de considerações de utilidade máxima, fator essencial para resolver o problema da determinação do preço de equilíbrio. Apesar dessa limitação apontada por Walras, Jevons fundamentou sua teoria com a convicção, “[...] de alguma forma inédita, de que o valor depende inteiramente da utilidade” (Jevons, [1871] 1996, p. 47). Tentando solucionar o problema da troca por essa via, ele enunciou a sua lei fundamental, postulando que “[...] a relação de troca de dois bens quaisquer será correspondente à relação dos graus finais de utilidade das quantidades dos bens disponíveis para consumo depois que a troca se completa” (Jevons, [1871] 1996, p. 102).

A obra de Jevons buscou deliberadamente transformar a economia em uma ciência análoga à mecânica, adotando o cálculo diferencial como ferramenta central para analisar o comportamento do indivíduo maximizador de utilidade: “Com essas analogias em mente, ele explicitamente se propôs a desenvolver uma teoria da economia política que usava os conceitos e técnicas analíticas da ‘ciência mecânica estática’” (Deane, 1993, p. 107). O próprio Jevons reforça essa ambição metodológica como um imperativo de precisão, afirmando que sua teoria “[...] consiste na aplicação do cálculo diferencial aos conceitos familiares de riqueza, utilidade, valor, procura, oferta, capital, juro, trabalho e todas as outras noções quantitativas pertencentes às operações cotidianas dos negócios” (Jevons, [1871] 1996, p. 48).

Em suas próprias palavras: “A Teoria da Economia [...] sugere uma estreita analogia com a ciência da Mecânica Estática, e verifica-se que as Leis de Troca se assemelham as Leis do Equilíbrio de uma alavanca, determinadas sob o princípio das velocidades virtuais” (Jevons, [1871] 1996, p. 16). Mais ainda: tomando a ciência econômica como um cálculo do prazer e do sofrimento, Jevons ([1871] 1996, p. 16) pontua: “Há muito penso que ela [a ciência econômica], por lidar permanentemente com quantidades, deve ser uma ciência matemática no conteúdo, se não na linguagem”. Ele defende essa premissa declarando de forma axiomática:

É claro que, se a Economia deve ser, em absoluto, uma ciência, deve ser uma ciência matemática. [...] minha teoria de Economia é de caráter puramente matemático. [...] parece-me que nossa ciência deve ser matemática, simplesmente porque lida com quantidades. Onde quer que os objetos tratados sejam passíveis de ser maior ou menor, aí as leis e relações devem ser matemáticas por natureza. As leis usuais da oferta e da procura tratam inteiramente de quantidades de mercadoria procurada ou oferecida e expressam a maneira pela qual as quantidades variam em conexão com o preço. Em consequência desse fato as leis são matemáticas (Jevons, [1871] 1996, p. 48).

Nesse sentido, o problema central da economia, isto é, satisfazer as necessidades com o mínimo de esforço, “[...] obter o máximo do desejável à custa do mínimo indesejável” (Jevons,

[1871] 1996, p 69), está perfeitamente alinhado à lógica racional descrita acima. Como aponta Mirowski (1984), a redução dos processos sociais a considerações utilitárias é explicitamente comparada à redução da meteorologia à física, implicando a existência de uma metodologia científica única e universal. Nesta via físico-matemática, o trabalho humano deixa de ser a substância que cria valor e se torna mais uma variável quantitativa de “sofrimento” (*desutility*) num sistema ótimo e equilibrado.

Fica claro, em resumo, que tanto Jevons quanto Walras representam a via físico-matemática da “revolução” marginalista, na medida em que buscam na mecânica e na “energética” o modelo e o rigor matemático para a nova ciência econômica sob a aparente neutralidade das ciências exatas. É distinto, todavia, o caminho percorrido por Menger. Se, como vimos, Menger demonstrava antipatia pela matematização, isso se deve à sua concepção de ciência, que se baseava em fundamentos filosóficos radicalmente diferentes. Ao rejeitar as equações estáticas, Menger não estava propondo um retorno à análise clássica, mas forjando uma via “filosófico-causal” – fundamentada na essência aristotélica e ancorada na subjetividade psicológica. É exatamente essa via mengeriana, desprovida de formalismo matemático mas carregada de axiomas e premissas do individualismo metodológico, que preparará o terreno para a ofensiva de Böhm-Bawerk.

2.3. CARL MENGER E A INVENÇÃO DA TEORIA SUBJETIVA DO VALOR

Menger adota princípios do realismo filosófico aristotélico, segundo os quais a teoria deve buscar a apreensão direta da essência dos fenômenos, a “razão de sua existência” (Winch, 1972). Para ele, a resposta não estava na construção de modelos matemáticos formais, mas na causalidade genética: o que o interessava era traçar os fenômenos complexos até suas causas elementares na ação humana. Nessa visão, a teoria trata da “forma” – entendida como as leis e tipos exatos válidos para todos os tempos e lugares -, enquanto a história e a estatística tratam da “matéria”, isto é, casos concretos que exemplificam a regularidade geral.

Tal abordagem explica sua rejeição aos princípios que definiriam a economia neoclássica, o que embasa a interpretação de que Menger não pode ser considerado um precursor das ideias neoclássicas. De fato, Mirowski (1984) argumenta que as alegações de Menger de promover um método “exato”, tal como os de Newton e Helmholtz, eram, no mínimo, fracas, revelando uma concepção de ciência “severamente aristotélica” que os cientistas de sua época já haviam rejeitado (Mirowski, 1984, p. 373). Streissler, por sua vez, reforça a singularidade da Escola

austríaca, argumentando que Menger foi o “[...] ápice de um novo sistema social” cuja influência institucional em Viena garantiu a prevalência de suas ideias (Streissler, 1972, p. 429).

Caldwell ([2008] 2019), depois de reforçar a ideia de separação entre Menger e os marginalistas, argumenta que foram Wieser e Böhm-Bawerk que mais tarde transformaram a tradição austríaca em uma tradição solidamente marginalista. Vejamos como se deu essa transição a partir dos fundamentos estabelecidos por Menger.

A base do sistema mengeriano é o indivíduo isolado e sua relação com as coisas. Notadamente, Menger abstrai de sua análise qualquer forma social que essas coisas adquirem: a qualidade de ser ou não um bem deriva da relação entre a coisa e o próprio indivíduo. Por isso mesmo, para Menger ([1871] 1988), a análise econômica não se inicia com a sociedade, a produção e as classes sociais, mas com o indivíduo e sua relação com o mundo das coisas: o fundamento de toda a atividade econômica reside na busca individual pela satisfação das necessidades humanas.

Nesse esquema, o autor estabelece suas categorias primordiais: as coisas que possuem a capacidade de satisfazer necessidades são chamadas de “utilidades”. Essas utilidades se transformam em “bens” quando o indivíduo reconhece essa capacidade e pode dispor delas para satisfazer suas necessidades. Para que essa coisa adquira a qualidade de “bem”, quatro condições devem ser atendidas (Menger [1871] 1988, p. 33):

1. A existência de uma necessidade humana;
2. Que a coisa possua qualidades que a tornem apta a satisfazer essa necessidade;
3. O reconhecimento, por parte do indivíduo, desse nexos causal;
4. A possibilidade de o indivíduo dispor da coisa para utilizá-la efetivamente.

Nota-se, portanto, que nenhuma dessas condições diz respeito à forma social da coisa ou às relações de produção sob as quais ela foi criada. Com efeito, a relação de nexos causal é estabelecida estritamente entre a consciência de um indivíduo isolado e um determinado objeto. É verdade que o autor austríaco admite que o caráter de “bem” pode derivar até mesmo de “[...] propriedades imaginárias, ou então de necessidades humanas imaginárias”, dando origem ao que Menger ([1871] 1988, p. 35) chamou de “bens imaginários”, como ídolos ou amuletos.

O que torna o ponto de partida de Menger resolutamente a-social e subjetivista é a redução de todo o fenômeno econômico à imputação psicológica. A pedra angular de sua ciência é o juízo cognitivo e autárquico que o próprio indivíduo faz sobre a capacidade das coisas de atenderem às suas necessidades.

Uma vez estabelecida a relação entre indivíduo e bens econômicos, Menger ([1871] 1988) dedica-se a aprofundar o nexos causal que os conecta. Assim distingue os bens de acordo com a

sua proximidade da satisfação final da necessidade: aqueles bens que satisfazem uma necessidade de forma direta e imediata, como o pão – que satisfaz a necessidade de comer –, são classificados como bens de primeira ordem. No entanto, a maioria dos bens envolvidos na produção do pão não se enquadra nesta categoria: farinhas, moinhos, trigo e a terra para cultivá-lo são todos bens, mas de ordens superiores (segunda, terceira, quarta, etc.), pois sua capacidade de satisfazer necessidades é apenas indireta e mediata.

Logo, a condição para uma coisa ser um bem é que haja “[...] nexos causais entre a coisa e o atendimento da necessidade humana, não sendo preciso para tanto que tal nexo seja direto ou imediato” (Menger, [1871] 1988, p. 37). Para que a cadeia causal se mantenha, Menger introduz um princípio crucial: a necessidade de bens complementares. Isto é, para que bens de ordem superior conservem sua qualidade, é necessário que o indivíduo disponha de todos os outros bens da mesma ordem que são indispensáveis para a produção do bem de ordem inferior subsequente.

Ele ilustra sua tese com um exemplo: nas férteis planícies da Hungria, grandes quantidades de trigo apodrecem nos campos, perdendo sua “qualidade de bem”. A razão, segundo Menger ([1871] 1988, p. 41), é a falta de um bem complementar – nesse caso, a mão de obra⁷ necessária para a colheita. O exemplo é revelador, não por expor um mero equívoco lógico do austríaco, mas pelo seguinte: quando ele descreve a interação entre o trigo e o trabalhador como uma relação causal e técnica entre dois bens complementares, o que se opera é a reprodução teórica da exata aparência fenomênica do modo de produção capitalista. É essencial compreender por que essa formulação soava (e ainda soa) tão razoável e adequada aos seus contemporâneos: sob a égide do capital, a força de trabalho adquire, de fato a forma de mercadoria, sendo transacionada e coisificada no mercado como qualquer outro insumo produtivo. A teoria mengeriana, nesse exato ponto, mostra-se como a tradução intelectual perfeita dessa vivência fetichizada, que é também imediata. Seu limite metodológico, portanto, está menos em relatar essa aparência e mais em tomá-la como dado natural e a-histórico.

Essa mesma limitação reaparece em sua teoria do progresso econômico. Em uma crítica direta a Adam Smith, Menger ([1871] 1988) argumenta que a divisão do trabalho é apenas uma das causas, e não a principal, do aumento de bem-estar. Para o austríaco, o verdadeiro motor do progresso é o “[...] conhecimento progressivo do nexo causal das coisas com o bem-estar humano” e o domínio crescente sobre os bens de ordens mais remotas (Menger, [1871] 1988, p.

⁷ “Mão de obra” é o termo utilizado pelo próprio Menger. Pontuamos que esta categoria não é utilizada por nós neste trabalho.

47). Assim, ele explica o progresso em sociedades capitalistas a partir da diferenciação dos bens produzidos, que, agora, atendem a mais – e novas – necessidades.

Ao proceder desta maneira, ele não consegue diferenciar a divisão técnica do trabalho (dentro de uma unidade produtiva) da divisão social do trabalho (entre produtores independentes), tratando sob a mesma lógica abstrata uma tribo primitiva e uma sociedade economicamente desenvolvida. Em sua visão, o progresso não é produto da transformação das forças produtivas sob determinadas relações sociais de produção, mas o resultado do avanço do conhecimento de indivíduos isolados sobre os bens que satisfazem suas necessidades.

A saber, sua teoria do valor é a consequência lógica de seu ponto de partida. Se a atividade econômica se origina, pura e simplesmente, da necessidade de gerenciar a defasagem entre necessidades humanas e bens disponíveis, o valor emerge dessa tensão. O primeiro passo de Menger ([1871] 1988, p. 59) é distinguir os bens: os bens econômicos são aqueles cuja demanda é superior à oferta disponível. É a existência da escassez que força o indivíduo a “economizar”, isto é, a fazer escolhas sobre como alocar recursos limitados de modo a satisfazer suas necessidades da forma mais completa possível.

É a partir da constatação acima que o valor se manifesta. O valor não é aqui tomado como uma propriedade intrínseca das coisas, nem como resultado do trabalho despendido nelas; na verdade, valor é um juízo e significa “[...] a importância que determinados bens concretos – ou quantidades concretas de bens – adquirem para nós, pelo fato de estarmos conscientes de que só podemos atender às nossas necessidades na medida em que dispusermos deles” (Menger, [1871] 1988, p. 73).

Em outras palavras, o valor nasce na consciência do indivíduo no momento em que ele se dá conta de que a satisfação de uma necessidade sua depende da posse sobre um bem escasso. Menger é explícito acerca do caráter radicalmente a-social e a-histórico de sua concepção: em nota de rodapé categórica, ele afirma: “O valor dos bens [...] independe da economia humana em sua forma social, independendo também da ordem jurídica, inclusive da existência da sociedade. O valor dos bens subsiste mesmo na economia isolada” (Menger, [1871] 1988, p. 74).

E a grandeza desse valor também é subjetivamente determinada: como as necessidades humanas possuem diferentes graus de importância, e considerando também que a satisfação de uma mesma necessidade diminui à medida que mais unidades de um bem são consumidas, Menger ([1871] 1988) chega ao princípio da utilidade marginal. Em suma, o valor de uma quantidade específica de um bem é igual à importância da menos importante das necessidades que podem ser atendidas com a quantidade total disponível desse bem. Desse modo, quanto maior a oferta de um bem, menor será seu valor unitário, pois seu destino será a satisfação de

necessidades cada vez menos urgentes. A conclusão é inequívoca e representa o pilar sobre o qual se ergue a escola austríaca:

[...] valor é algo subjetivo, não somente no que tange a sua natureza, como no tocante à medida de determinação do mesmo. Sempre e em toda parte, os bens têm ‘valor’ para certos indivíduos, em relação a determinados indivíduos, e somente para tais indivíduos têm valor determinado ([Menger, [1871] 1988, p. 94).

Em vista disso, a consequência mais disruptiva da teoria subjetiva do valor de Menger manifesta-se em sua análise da troca e do preço. Se o valor é um juízo puramente individual e subjetivo, é equivocado e logicamente impossível dizer que a troca de mercadorias se baseia em uma equivalência objetiva dos objetos. Para Menger, a troca não é a confirmação de uma igualdade preexistente; ao contrário, ela só ocorre em razão da desigualdade das valorações.

Ele afirma categoricamente que os preços são “[...] apenas fenômenos acidentais, sintomas do equilíbrio econômico entre as economias humanas” (Menger, [1871] 1988, p. 121) e, por isso mesmo, a busca por uma substância comum ou uma medida invariante de valor, que obcecou tantos economistas clássicos – e até o próprio Sraffa, mais recentemente –, é vista como um erro fundamental. Menger rejeita explicitamente a premissa da equivalência: “[...] não existem mercadorias equivalentes (= de valor igual) no sentido objetivo da palavra, nem mesmo em relação a determinado mercado ou a determinado momento” (Menger, [1871] 1988, p. 121).

Em sua visão, a troca é motivada pela busca individual de melhorar a própria situação econômica, e isso só é possível se cada participante valorar mais o bem que recebe do que o bem do qual abre mão. Consequentemente, a base da troca é a diferença de valorações subjetivas entre os diferentes polos, e não a igualdade. O preço que emerge desse processo não expressa um valor intrínseco, mas simplesmente o ponto em que as valorações opostas dos diferentes agentes encontram um ponto de realização. Mesmo no caso de um monopólio, o preço se forma dentro dos limites estabelecidos pelos concorrentes que atribuem a maior valoração subjetiva ao bem ofertado (Menger, [1871], 1988, p. 128).

Segundo essa lógica, o dinheiro não pode ser o equivalente universal que expressa a objetividade do valor social, mas sim um “[...] produto natural da própria economia” que emerge espontaneamente da ação de indivíduos que, para superar as dificuldades da troca direta (escambo), buscam trocar seus bens por outros que sejam mais “vendáveis” (Menger, [1871] 1988, p. 167).

Da definição de “bem” à origem do dinheiro, Menger constrói um sistema que pretende explicar todos os fenômenos econômicos a partir de um único princípio: o juízo de indivíduos isolados na busca pela satisfação de suas necessidades. Por certo, o mundo mengeriano, construído a partir de um único e inflexível princípio, edifica uma sociedade cujas relações dependem exclusivamente da percepção subjetiva de indivíduos isolados.

Foi essa formulação de um sistema abstrato, focado no indivíduo isolado e na dedução teórica, que separou Menger de Walras e Jevons, e que ao mesmo tempo o colocou em rota de colisão direta com a ortodoxia de sua época nas universidades germânicas: a escola histórica alemã. Esse choque deflagrou o chamado *Methodenstreit* (a Batalha dos Métodos), iniciado em 1883 quando Menger publicou *Investigations Into the Method of the Social Sciences*.

Na obra, Menger ([1883] 1985, p. 31) julgava que “O progresso da nossa ciência no presente é prejudicado pelo domínio de princípios metodológicos errôneos”. Por isso, Segundo Mello Filho (2025, p. 5), ele defendeu que a ciência econômica deveria buscar leis exatas abstraído a realidade e reduzindo a economia aos seus “verdadeiros elementos”: a economia individual.

Para a escola histórica, os fenômenos econômicos não podiam ser isolados arbitrariamente, devendo ser estudados em conexão inseparável com todo o desenvolvimento histórico, político e social das nações, premissa duramente atacada por Menger. Para o austríaco, como essa visão tornava impossível qualquer avanço na economia pura, os historicistas alemães confundiam frequentemente a história da economia, isto é, o estudo do desenvolvimento e de fatos individuais, com a teoria econômica, ou a busca por leis e formas gerais.

Em contrapartida, Menger define o seu método como a “orientação exata” da pesquisa teórica, um método que funciona através da abstração, isola os elementos mais fundamentais e simples da ação humana e constrói o entendimento deduzindo logicamente como fenômenos mais complexos se formam a partir dessas peças básicas:

A natureza dessa orientação exata da pesquisa teórica no reino dos fenômenos éticos, no entanto, consiste no fato de que reduzimos os fenômenos humanos aos seus fatores constitutivos mais originais e simples. Juntamos a estes a medida correspondente à sua natureza e, finalmente, tentamos investigar as leis pelas quais os fenômenos humanos mais complicados são formados a partir desses elementos mais simples, pensados em seu isolamento (Menger, [1883] 1985, p. 62).

Gustav Schmoller, líder da escola histórica, respondeu duramente argumentando que isolar o indivíduo de seu contexto social, ético e institucional seria um erro gravíssimo. Em sua resposta, Menger argumentou que a tentativa de construir essa suposta teoria exata da economia

seria um “[...] erro análogo ao de reduzir a química à física” (Mello Filho, 2025, p. 5), sendo impossível conceber a esfera econômica como autônoma em relação às outras esferas.

Portanto, o debate polarizou as ciências sociais entre o indutivismo holístico de Schmoller e o dedutivismo individualista de Menger, consolidando “[...] as diferenças de opinião sobre as virtudes da teoria dedutiva abstrata frente à abordagem histórica” (Milonakis; Fine, 2009, p. 91). Ao fazer isso, o debate ajudou a delinear rigidamente as fronteiras da abordagem mengeriana perante seus pares, atraindo seguidores como Böhm-Bawerk e Wieser e, indiretamente, sendo o catalisador que inaugurou e consolidou a própria escola austríaca de economia (Milonakis; Fine, 2009, p. 115).

É com esse arsenal teórico – individualismo metodológico, teoria subjetiva do valor e uma concepção de ordem espontânea – que Menger funda a escola austríaca, oferecendo uma alternativa a-social e a-histórica às tradições empiristas e materialistas. No entanto, como apontam seus próprios sucessores, sua obra deixou lacunas especialmente no que tange a uma teoria sistemática do capital e do juro, que esses mesmos sucessores tentariam preencher.

2.4. BÖHM-BAWERK: ENTRE A ESCOLA AUSTRÍACA E O MARGINALISMO

Se Carl Menger forneceu os fundamentos da escola austríaca, foi Eugen von Böhm-Bawerk quem ergueu o edifício teórico. Foi ele quem sistematizou e aprofundou os princípios enunciados por seu mestre. Em sua *Teoria positiva do capital* (1889), Böhm-Bawerk elevou a teoria do valor subjetivo ao status de axioma central e inegociável de toda a ciência econômica.

Para Böhm-Bawerk ([1889] 1988), a análise econômica deve começar pelo indivíduo e encontrar, em seu juízo subjetivo, a explicação final para todos os fenômenos. Ele deixa essa posição clara ao afirmar que a doutrina da utilidade marginal é o núcleo explicativo da teoria do valor:

[...] as pessoas avaliam os bens com os quais têm a ver por sua utilidade marginal e agem com base nessa avaliação. E sob esse aspecto a doutrina da utilidade marginal é o ponto crucial não somente da teoria do valor, mas até de toda explicação dos atos econômicos das pessoas, e portanto de toda a teoria da Economia Política (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 168).

Contudo, a consolidação desse edifício exigiu que Böhm-Bawerk descesse a uma arena de intensos conflitos metodológicos e políticos. Metodologicamente, ele assumiu a linha de frente do *Methodenstreit* (a Batalha dos Métodos), defendendo o método "abstrato-dedutivo" contra a escola histórica alemã. Böhm-Bawerk (1891) argumentava que, embora a coleta de dados histórico-estatísticos fosse válida, ela era estéril para a fundação de leis econômicas,

afirmando que a escola histórica não conseguiria escrever "[...] três páginas sobre questões econômicas [...] sem teoria geral" (Böhm-Bawerk, 1891, p. 260), e não se constrói teoria geral sem dedução abstrata.

Essa defesa do método abstrato possuía profundas raízes filosóficas. Kauder (1957) argumenta que a defesa de Böhm-Bawerk da causalidade genética deriva de uma metafísica aristotélica, orientada para aquilo que Peter Klein (2008) identifica como o núcleo duro da abordagem austríaca: uma “economia mundana”, focada em explicações reais para a formação dos preços, juros e capital, distanciando-se do formalismo funcionalista.

Politicamente, o projeto de Böhm-Bawerk tinha um alvo incontornável: o avanço da teoria marxista e do socialismo. Segundo Salerno (2008), o estímulo inicial para formular uma teoria geral da distribuição veio de seus professores alemães, Schäffle e Knies. Ambos tentaram refutar as reivindicações do socialismo elaborando teorias do capital que conferissem um papel central ao elemento “tempo”. Böhm-Bawerk assumiu essa missão para si, transformando a lacuna teórica deixada pelos *Princípios* de Menger em uma ferramenta acadêmica e ideológica de combate ao marxismo.

As formulações conceituais de Böhm-Bawerk geraram polêmica mesmo entre seus pares conservadores. Frank Fetter (1900), por exemplo, nota que Böhm-Bawerk dedicou volumes inteiros a lidar com o conceito de capital, enquanto meios para aquisição de bens, insistindo numa rígida distinção entre “capital privado”, que é fonte de juros, e “capital social”, um fator de produção produtivo. Segundo Fetter (1900, p. 29), essa separação se assentava em bases ilógicas e “[...] são tão estranhas uma à outra que, em vez de uma vantagem, é uma fonte de muita confusão que sejam chamadas pelo mesmo nome”.

Apesar das controvérsias internas, o sucesso da grande ofensiva de Böhm-Bawerk contra o marxismo dependia, antes de tudo, de um passo anterior: consolidar a utilidade marginal não apenas como uma observação dedutiva, mas como o centro da ação humana no mercado.

2.4.1. Do valor subjetivo ao valor de troca objetivo

O valor subjetivo transcende a mera precificação e se torna o “motor” de toda a atividade econômica, a “[...] bússola e o motivo intermediário universal de nossos atos econômicos” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 151). Não obstante, o autor se dedica a blindar essa fundação psicológica de críticas filosóficas. Contra a acusação de que sua teoria seria meramente hedonista ou utilitarista, ele argumenta que sua validade depende menos de uma escola psicológica específica e mais de sua correspondência com “[...] premissas psicológicas reais” (Böhm-

Bawerk, [1889] 1988, p. 202). Ele ainda insiste que as necessidades e os sentimentos são, na prática, mensuráveis pela “[...] intensidade do prazer e do desprazer que sentimos” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 217), estabelecendo a base psicológica como um fato empírico sobre o qual a ciência econômica deve se fundamentar.

Nesse processo de sistematização teórica, Böhm-Bawerk, em conjunto com Wieser, acaba por transformar a tradição austríaca em algo solidamente marginalista, como argumenta Caldwell ([2008] 2019), distanciando-se em parte da abordagem mais filosófica de Menger. Enquanto este via a economia como um campo complexo, repleto de incerteza, seus pupilos focaram mais na determinação do valor e do preço em condições de concorrência perfeita, aproximando-se mais do que se consolidaria como o núcleo do pensamento marginalista (Streissler, 1972, p. 435).

Uma vez estabelecida a primazia do valor subjetivo como o ponto crucial da ciência econômica, a tarefa seguinte de Böhm-Bawerk é demonstrar como tal fundamento, cujo território é a consciência de cada indivíduo, dá origem a um fenômeno aparentemente objetivo e social: o preço de mercado. A ponte entre esses dois mundos criativos é a teoria da formação de preços, que consiste em uma reinterpretação da lei da oferta e da demanda à luz do princípio da utilidade marginal.

Nesse sentido, o primeiro passo de Böhm-Bawerk é estabelecer uma distinção conceitual aparentemente rigorosa. Ele diferencia o valor subjetivo – definido como a importância que um bem adquire para o bem-estar de um indivíduo – do valor objetivo. Distinto do primeiro, o valor objetivo significa a capacidade de um bem de gerar um resultado externo específico, sendo sua manifestação mais importante o “valor de troca objetivo”, ou seja, o poder de compra de um bem no mercado, expresso em seu preço (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 150).

A questão teórica essencial é, portanto, explicar de que maneira o valor de troca objetivo (preço) pode ser compreendido a partir do valor subjetivo (utilidade marginal). Com efeito, o valor de troca objetivo é apenas um fenômeno derivado – enquanto seu fundamento é o valor subjetivo. Este valor não é uma propriedade da coisa, mas um juízo que nasce na consciência do indivíduo – que age economicamente – quando ele percebe que a satisfação de uma de suas necessidades depende da posse daquele bem (Böhm-Bawerk, [1889] 1988).

A grandeza desse valor é determinada pelo princípio da utilidade marginal. Em um estoque de bens idênticos, cada unidade é destinada a satisfazer necessidades em uma escala de importância decrescente. O valor de qualquer uma dessas unidades, argumenta Böhm-Bawerk ([1889] 1988), é medido pela satisfação da necessidade menos importante – a necessidade

marginal – que depende da posse daquele bem. Logo, é a utilidade dessa última satisfação que define o valor, pois é ela que o indivíduo estaria disposto a sacrificar em caso de perda.

Böhm-Bawerk defende que esse princípio é o “[...] o ponto crucial não somente da teoria do valor, mas até de toda explicação dos atos econômicos das pessoas” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 168). Essa mesma lógica é estendida aos bens de produção, invertendo a causalidade da economia clássica. O valor dos meios de produção (“bens de ordens mais remotas” ou “bens-custos”) não determina o valor do produto final – ao contrário, o valor flui do futuro para o presente: “[...] enquanto nós dissemos que o valor dos meios de produção e, portanto, dos bens-custos é ditado pelo valor dos produtos que provêm deles, se costuma interpretar a lei dos custos de maneira inversa: o valor dos produtos seria determinado pelo montante dos custos” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 192).

Ora, até mesmo o “sofrimento do trabalho” (*disutility*) é incorporado ao sistema: não é o esforço do trabalho uma fonte de valor, mas um custo subjetivo, um desprazer que o indivíduo pesa contra o prazer (utilidade) do bem a ser obtido. Em certos casos, o valor do bem pode ser determinado, ao invés da utilidade positiva, pela “grandeza de um sofrimento marginal” que sua aquisição permite evitar (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 202). O que Böhm-Bawerk faz aqui, ao reduzir o trabalho a um item na contabilidade psicológica do indivíduo, é capturar e sistematizar a exata aparência fenomênica do trabalho alienado. Numa sociedade capitalista, os produtores operam de forma privada e o trabalhador se encontra despossuído dos meios de produção. Então, o dispêndio de força de trabalho se manifesta para a consciência imediata justamente como um sacrifício pessoal, uma desutilidade, um desprazer necessário à busca de prazer, um fardo subjetivo a ser compensado depois. Essa redução, insistimos, soa perfeitamente plausível porque traduz o modo exato como a exploração se apresenta na esfera da circulação de mercadorias. É com essa arquitetura que Böhm-Bawerk vai consolidando um sistema em que o valor se resume a um fenômeno puramente subjetivo e psicológico.

Contudo, a aparente coesão lógica dessa teoria repousa sobre uma premissa epistemológica que exige o nosso exame crítico. Ao postular o valor subjetivo como uma “bússola universal” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 151), a teoria naturaliza as relações burguesas e projeta um indivíduo a-histórico cujas necessidades determinariam soberanamente o mundo material. A teoria austríaca negligencia, assim, o fato de que as necessidades, a própria utilidade e a racionalidade do indivíduo calculista não emanam de uma natureza humana abstrata, mas são moldadas, constrangidas e englobadas pelas relações sociais que constituem o modo de produção capitalista.

A despeito dessas objeções, que não querem mais do que questionar os alicerces de seu método, Böhm-Bawerk considerava ter estabelecido um fundamento inabalável. A tarefa seguinte, e crucial para a sua polêmica contra as teorias objetivas do valor, era demonstrar como esses juízos poderiam dar origem a um fenômeno social aparentemente objetivo: o preço de mercado. Para Böhm-Bawerk ([1889], 1988; 1894), a lei da oferta e da demanda, em sua formulação tradicional, tratou ambos os conceitos como massas impessoais e de maneira superficial. Na verdade, as verdadeiras forças motrizes por trás do mercado são as avaliações subjetivas e os interesses dos indivíduos participantes – e a formação do preço é a resultante de um confronto entre essas múltiplas e diferentes avaliações subjetivas.

Para ilustrar esse processo, Böhm-Bawerk ([1889] 1988) desenvolve seu famoso esquema de determinação de preços, baseado na competição entre compradores e vendedores em que cada lado possui seu próprio limite de valoração. Em um mercado com múltiplos participantes, a concorrência “naturalmente” exclui os compradores cuja avaliação subjetiva máxima seja inferior à avaliação subjetiva mínima dos vendedores mais ansiosos, e vice-versa. O preço de mercado, portanto, deve se estabelecer em uma zona delimitada pelas avaliações do que ele denomina de “par marginal”, composto pelos concorrentes-limite: o último comprador que ainda consegue adquirir o bem e o último vendedor que ainda consegue efetuar a venda, por um lado; e o primeiro comprador excluído e o primeiro vendedor excluído, por outro (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 241).

Com esse exemplo, o preço de mercado é fixado entre dois limites: não pode ser superior à avaliação do último comprador, tampouco inferior à avaliação do último vendedor. Dessa forma, um único preço objetivo emerge não como a expressão de uma substância intrínseca (como o trabalho), mas como a resultante objetiva de um conflito subjetivo. Reflete, assim, a utilidade marginal do bem para os participantes menos ávidos que, mesmo assim, conseguem efetivar a troca. Através desse mecanismo, Böhm-Bawerk acreditava ter solucionado a tarefa central da teoria econômica: explicar “[...] os processos causais exatos que determinam os preços realmente pagos na economia” a partir do princípio unificador da utilidade marginal (Salerno, 2008, p. 96).

2.4.2. A teoria da produção

Para edificar sua teoria do capital e justificar a origem dos juros, Böhm-Bawerk estabelece uma teoria da produção em bases que ele considera puramente técnicas e naturais, partindo da premissa de que toda produção humana é o resultado de duas – e somente duas – “forças

produtivas elementares”: a Natureza e o trabalho (Böhm-Bawerk, [1899] 1988, p. 108). Seguindo essa visão, o capital é um produto derivado que surge da maneira como essas duas forças primárias são combinadas ao longo do tempo.

Nesse contexto, Böhm-Bawerk distingue produção direta e produção indireta. A produção direta, que ele equipara à produção sem capital, descreve o processo em que o trabalho é aplicado diretamente aos recursos naturais para obter bens de consumo imediatos. Contudo, argumenta que a humanidade descobriu que “[...] obtém-se mais êxito produzindo bens de uso indiretamente do que por via direta (Böhm-Bawerk, [1899] 1988, p. 36). Essa constatação dá origem à sua famosa teoria dos “métodos de produção indiretos” (*roundabout methods*), considerada por ele um dos “[...] princípios mais importantes e mais fundamentais de toda a teoria da produção” (Böhm-Bawerk, [1899] 1988, p. 37).

O conceito significa o seguinte: ao invés de aplicar o trabalho para satisfazer uma necessidade imediata (como tentar pescar com as mãos), o produtor racional adota uma via mais longa: primeiro ele utiliza trabalho e natureza para criar produtos intermediários, como uma rede e um barco, para depois utilizá-los no processo final de obtenção de bens de consumo de modo mais produtivo. É por esta razão que a produtividade do capital, para Böhm-Bawerk ([1889] 1988; 1894), reside num aspecto puramente técnico: os processos produtivos mais longos e com maior número de etapas intermediárias são, via de regra, mais eficientes e geram uma quantidade maior de produtos finais.

No entanto, essa produtividade não é infinita. Böhm-Bawerk reconhece que o aumento do capital, embora acresça o produto total, o faz em um grau cada vez menor, estabelecendo, para o prolongamento dos métodos indiretos, uma lei de rendimentos decrescentes (Böhm-Bawerk, [1899] 1988, p. 113). É sobre esta base que ele ergue sua teoria do capital: se os métodos indiretos são mais produtivos, mas exigem tempo, o tempo se torna uma dimensão crucial da produção, e o capital, o conjunto de produtos que viabiliza essa dimensão temporal.

2.4.3. O ágio do tempo: a teoria do capital e do juro

Vimos que a teoria da produção de Böhm-Bawerk rompe deliberadamente com qualquer concepção sociológica. Se os métodos de produção indiretos são mais produtivos por utilizarem etapas e produtos intermediários, então o capital social, por sua vez e em sua forma mais fundamental, é precisamente “[...] o conjunto dos produtos intermediários que surgem nas diversas etapas individuais que perfazem a via de surgimento indireta” (Böhm-Bawerk, [1899] 1988, p. 38). Em suma, o capital de Böhm-Bawerk é um agregado de coisas – ferramentas, máquinas,

materiais e instalações – que materializam os métodos de produção mais produtivos e demorados.

Böhm-Bawerk está ciente de que sua definição relega as relações sociais de produção ao segundo plano, enquanto sacramenta a técnica como ferramenta explicativa para as categorias econômicas. Tão ciente que se utiliza disso como marca explícita de oposição à Marx, a quem critica por definir o capital a partir de seu papel na exploração: “[...] [Marx] conceitua como capital apenas aqueles meios de produção que nas mãos de capitalistas ‘servem como meio de exploração e domínio do trabalhador’. As mesmas coisas, quando na posse do trabalhador, pelo contrário, não são capital” (Böhm-Bawerk, [1899] 1988, p. 49). Quanto à forma de se apoderar dessas coisas, isto é, quanto às relações sociais que dão a posse específica a essas forças produtivas, Böhm-Bawerk nada tem a dizer.

A partir disso, ele executa um movimento teórico seguindo de perto as formulações de Menger: a inversão da “lei dos custos”. Contrariando toda a tradição da economia política clássica e, claro, a teoria de Marx, mas concordando com Menger, argumenta que o valor dos meios de produção não determina o valor do produto final. Ao contrário: a causalidade flui em direção oposta – da esfera do consumo para a da produção: “[...] enquanto nós dissemos que o valor dos meios de produção e, portanto, dos bens-custos é ditado pelo valor dos produtos que provêm deles, se costuma interpretar a lei dos custos de maneira inversa: o valor dos produtos seria determinado pelo montante dos custos” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 192).

Dessa maneira, o valor dos “produtos intermediários”, isto é, do capital, é sempre derivado do valor subjetivo esperado dos bens de consumo para a produção dos quais eles serão utilizados. A partir desse princípio da imputação, o valor de uma máquina de tecer deriva da importância que os consumidores atribuem às roupas que ela produzirá no futuro; o valor da rede de pesca deriva do valor subjetivo dos peixes que ela ajudará a capturar. Ora, a “lei” da utilidade marginal permanece soberana, e seu poder de determinação do valor flui para trás ao longo de cada etapa da cadeia produtiva.

Entretanto, embora logicamente coerente dentro do sistema subjetivista, essa inversão cria uma causalidade unidirecional bastante rígida que obscurece a interação entre produção e consumo. Afirmando que o valor dos custos é ditado pelo valor do produto final, Böhm-Bawerk está subestimando o papel dos próprios custos enquanto restrições objetivas que moldam o que pode ser produzido e, conseqüentemente, o que pode ser demandado e valorado. Dito de outro modo, os custos de produção não são meros reflexos passivos da utilidade futura; representam, com precisão, as condições materiais e sociais que limitam a própria oferta, como a disponibilidade de tecnologia, de recursos e o tempo de trabalho socialmente necessário. Limitando a

oferta, mesmo no esquema criativo de Böhm-Bawerk, estariam, também, influenciando a utilidade marginal possível de ser realizada no mercado.

É precisamente nesse terreno inóspito da “psicologia do tempo e da espera” que Böhm-Bawerk ([1889] 1988) busca a solução para o “problema central” da teoria do capital: a origem dos juros. Se o valor dos insumos é apenas um reflexo do valor do produto final, por que o valor do produto é, via de regra, maior que o valor dos insumos que o criaram? De onde é que surge o excedente que se torna o lucro do capitalista? Para o austríaco, a resposta está na interseção de dois fatos fundamentais: um técnico e outro psicológico. O fato técnico já está estabelecido: os métodos de produção indiretos, embora mais demorados, são mais produtivos. O fato psicológico, que ele postula como uma lei universal da natureza humana, é a preferência intertemporal, que vamos abordar a seguir.

O pilar de toda a teoria de Böhm-Bawerk sobre o juro é uma “verdade” que ele considera autoevidente e universal: “Bens presentes sempre têm mais valor do que bens futuros da mesma espécie e quantidade” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 269). Sob as condições reprodutivas da sociabilidade capitalista – onde a forma-juro e a valorização do valor no tempo são imperativos práticos –, essa afirmação soa empiricamente razoável. Inclusive, qualquer pessoa comum que tenha alguma noção sobre juros pode se identificar com a afirmação de Böhm-Bawerk. E ele, como teórico circunscrito às formas aparentes da circulação, descreve a superfície fetichizada do mercado. Ao deparar-se com uma relação social específica, isto é, o capital que rende juros, ele não a reconhece como tal, e passa a naturalizá-la como um traço trans-histórico e inato da ação humana.

Ao postular que a valorização do presente em detrimento do futuro deriva de uma inclinação psicológica e inata, a teoria austríaca oculta o fato de que essa métrica de tempo é o corolário de uma estrutura social muito específica: a dinâmica de acumulação e a existência do capital portador de juros. Mascarando as determinações dessa forma de capital sob o manto de uma racionalidade intertemporal e universal, Böhm-Bawerk teoriza sobre uma relação real invertida.

Continuando, Böhm-Bawerk sustenta essa “preferência intertemporal” através de três causas principais. As duas primeiras são de natureza puramente psicológica: enquanto a primeira reside na distinção entre oferta e demanda de bens nos momentos presente e futuro, especialmente em casos de dificuldade e situações de necessidade momentâneos (Böhm-Bawerk, [1889] 1988), a segunda causa traduz a tendência humana de subestimar o futuro, seja por falta de imaginação, pela incerteza da vida ou por uma fraqueza de vontade.

É na terceira causa, porém, que Böhm-Bawerk ancora seu argumento mais potente: a superioridade técnica dos bens presentes. O argumento é erguido sobre o edifício já construído de sua teoria da produção, que permite a Böhm-Bawerk explicar que “[...] por motivos técnicos, bens presentes sempre são meios melhores para atendermos a nossas necessidades do que bens futuros” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 284). A razão é que bens disponíveis hoje nos permitem iniciar imediatamente os métodos de produção indiretos (mais longos e mais produtivos); logo, um bem presente é tecnicamente superior porque abre um leque de possibilidades produtivas que um bem futuro, por definição, não permite.

Atribuindo a origem do ganho a essa “técnica” supostamente neutra e objetiva, Böhm-Bawerk se esforça para “desideologizar” a fonte do juro. Porém, ao fazê-lo, ele apaga a determinação histórica e material específica que funda essa relação: a separação entre os produtores diretos e os meios de produção. O autor austríaco pressupõe como dado natural aquilo que é, na verdade, o resultado histórico da acumulação capitalista – o monopólio de uma classe sobre as condições objetivas de produção e a conseqüente alienação do trabalhador em relação aos produtos de seu trabalho e aos meios para produzi-los; trabalhador esse que se vê, agora, obrigado a vender sua força de trabalho para aceder aos meios de subsistência mais imediatos.

É apenas por ignorar essa assimetria estrutural que a origem dos juros, na arquitetura bawerkiana, pode ser reduzida à combinação de suas três causas intertemporais. Dado que os bens presentes são sistematicamente mais valorizados, surge, naturalmente, um “ágio sobre bens presentes” quando são trocados por bens futuros; então, o juro é, na verdade, esse ágio, “[...] o qual provém, pois, de forma diretíssima, da diferença de valor entre bens presentes e bens futuros” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 302). Com efeito, o juro bawerkiano é nada mais que o preço do tempo, a suposta remuneração paga ao capitalista pelo sacrifício de sua espera ao adiantar salários (bens presentes) em troca de obter ganhos futuros. A teoria oculta que a espera do capitalista só rende juros porque a despossessão prévia do trabalhador o obriga a submeter-se à extração de trabalho não pago no presente.

Sua teoria do juro se manifesta, por exemplo, no que ele chama de “segundo caso principal”: o ganho de capital auferido pelos empresários. O empresário compra “bens de ordens mais remotas” (meios de produção e trabalho) a valores presentes, que são mais baixos, e os transforma em um produto final cujo valor futuro será mais alto. O lucro ou juro é simplesmente a maturação do valor que estava latente no tempo. Ou seja, a própria avaliação feita pelo empresário sobre os meios de produção já inclui um desconto referente ao juro esperado: ele calcula “[...] se o produto futuro, além do juro de dois anos e após dedução do mesmo, ainda deixa de sobra no mínimo 100 florins” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 318).

Finalmente, Böhm-Bawerk defende a instituição do juro como socialmente benéfica. Embora reconheça a possibilidade de abusos, ele argumenta que a expectativa de auferir juros estimula a poupança, que por sua vez conduz à formação de capital e, conseqüentemente, a um “[...] suprimento mais abundante de toda a nação mediante a adoção de métodos de produção mais rentáveis” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 351). No entanto, a defesa feita por ele negligencia quem de fato tem a capacidade de poupar e quem é forçado a se endividar, mascarando as relações de poder e as implicações da concentração de riqueza que resultam da apropriação dos juros. É através de todo esse construto que o austríaco Böhm-Bawerk acredita ter deduzido “[...] com simplicidade e fidelidade, o fenômeno do juro [...] a partir dos fundamentos psicológicos naturais mais simples de nossa ciência” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 392).

2.4.4. Böhm-Bawerk e a teoria neoclássica

Por último, é imperativo salientar que a consolidação da teoria de Böhm-Bawerk revela que, em quesitos fundamentais, o discípulo desviou-se de seu mestre. Se Carl Menger inaugurou a tradição com um foco estrito no subjetivismo e na ação individual, rejeitando o formalismo matemático, o desenvolvimento da escola tomou um rumo distinto nas mãos de seus sucessores. Como adverte Bruce Caldwell ([2008] 2019, p. 32), se Menger tivesse se considerado o fundador de uma escola da utilidade marginal, seu comportamento analítico faria pouco sentido. Foram, na verdade, “[...] Wieser, Böhm-Bawerk e uma série de outros austríacos que, nas décadas seguintes, transformaram a tradição austríaca em uma tradição solidamente marginalista”. Citando Erich Streissler, Caldwell arremata: “Quanto mais seus alunos escapavam dele [de Menger], mais marginalistas se tornavam”.

O marco histórico dessa transformação ocorreu em 1886, quando Böhm-Bawerk publicou um artigo em duas partes sobre a utilidade marginal no *Conrads Jahrbücher*, em que apresentou pela primeira vez sua ideia sobre utilidade marginal em um periódico acadêmico alemão, texto que rapidamente se consolidou como a “[...] exposição padrão em língua alemã da teoria” (Caldwell, [2008] 2019, p. 29). Contudo, essa padronização cada vez mais marginalista impôs a Böhm-Bawerk a necessidade de incorporar princípios que hoje reconhecemos como os pilares da teoria neoclássica. Por esta razão, não é exagero atestar o distanciamento da obra de Menger em três frentes fundamentais: a mensuração cardinal da utilidade, a reabilitação da lei dos custos e a formulação de um estado de equilíbrio.

Em primeiro lugar, a nova economia neoclássica necessitava tratar a utilidade como uma magnitude mensurável, ou correria o risco de que a lógica de maximização fizesse pouco

sentido prático. Böhm-Bawerk assume essa utilidade cardeal ao propor que os indivíduos calculam frações exatas de prazer nas trocas que fazem diariamente. Ele ilustra essa quantificação psicológica de maneira categórica:

Será que podemos julgar que o sentimento de prazer A é, por exemplo, três vezes maior ou mais forte do que o sentimento de prazer B? [...] Imaginemos dois rapazes, dos quais um possui uma maçã, o outro possui ameixas. [...] Se o dono das ameixas lhe oferecer sete, ele vacila; se finalmente ele oferecer oito, dá-lhe em troca a maçã. Que há nesse modo de agir senão o juízo, determinado numericamente, de que o prazer de comer uma maçã supera o de comer uma ameixa mais do que sete vezes, mas menos do que oito? (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 215).

Como aponta Simon Bil’o (2005, p. 4-5), essa tendência de Böhm-Bawerk de tratar o valor como uma grandeza mensurável e cardeal “[...] está em estrito confronto com a abordagem dinâmica mengeriana, onde cada valor recorre a ações concretas”.

Em segundo lugar, para que o sistema teórico respondesse aos desafios de uma economia industrial complexa, que naquele período já não podia ter sua existência ignorada, Böhm-Bawerk reincorporou os custos de produção em sua análise, estabelecendo uma ponte direta com a síntese neoclássica que seria popularizada por Alfred Marshall. Nesse contexto, Jacques-Laurent Ravix (1999) nota que, para Böhm-Bawerk, torna-se perfeitamente correto dizer que, na indústria moderna, o custo governa o valor. O austríaco justifica esse recuo afirmando que a lei dos custos “[...] é na verdade apenas uma maneira especial de formular a lei da utilidade marginal a fim de adaptá-la a um grupo especial de fenômenos” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 263). Assim, ele promove a [...] incorporação dos custos, como um elemento causador de valor, na teoria econômica austríaca” (Bil’o, 2005, p. 8).

Por fim, esse afastamento já verificado culmina na formulação de uma teoria voltada ao equilíbrio e à produtividade marginal. Ancorado em suas redefinições de capital e juro, Böhm-Bawerk estipula a taxa de juros com base na produtividade do último investimento de capital, argumentando que a grandeza dos juros seria delimitada “[...] pela produtividade do último prolongamento da produção economicamente ainda admissível” (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 371). Com efeito, toda essa arquitetura faz com que Söllner (2016, p. 37) constate que o discípulo de Menger, embora avesso à matemática formal, elaborou uma genuína teoria de equilíbrio, justificando plenamente a sua classificação como um dos primeiros economistas neoclássicos.

Essa guinada em direção ao objetivismo não passou despercebida por Menger, que via na base de seu pupilo um desvirtuamento. Anthony Endres (1987, p. 291) relembra que a discórdia metodológica era tamanha que Menger chegou a confessar a Joseph Schumpeter que “[...] o

tempo viria em que as pessoas perceberiam que a teoria de Böhm-Bawerk era um dos maiores erros já cometidos”.

Para confrontar a teoria marxista do valor, Böhm-Bawerk absorveu e sistematizou a economia capitalista exatamente como ela se apresenta na imediatez do mercado, isto é, restrita à esfera da circulação de mercadorias. Ao buscar uma métrica no tempo que fundamentasse a existência do juro, ele naturalizou as categorias da superfície econômica, tomando a produtividade marginal do capital como a única determinação do valor que produzido pelo próprio capital.

Ao fazer isso, o seu sistema desmorona em tautologias. Como denuncia Fred Moseley (2013), a teoria da produtividade marginal que herda esses postulados revela-se hoje incapaz de prover uma explicação real para a distribuição de renda entre as classes; pelo contrário, “[...] toma como dado aquilo que deveria explicar – ou seja, o retorno do capital” (Moseley, 2013, p. 112), revelando-se uma teoria “[...] completamente vazia” (Moseley, 2013, p. 117).

Esse aparente vazio denunciado por Moseley possui uma base de classe cristalina, que explica o porquê de o fetichismo da circulação de mercadorias ter se tornado o pilar da ortodoxia neoclássica, em especial de uma de suas precursoras e asseclas, a escola austríaca. Se Böhm-Bawerk torna as esferas do consumo e do mercado absolutas diante das esferas da produção e da distribuição, é porque o seu sistema traduz para a economia política a visão de um mundo vivido por uma fração específica da burguesia, que estava em ascensão na virada do século XIX para o século XX: o capitalista financeiro, o rentista. Para esta classe, aponta Bukhárin, “[...] o campo de sua atividade econômica é predominantemente o da circulação de papéis financeiros – a Bolsa de Valores” (Bukhárin, [1914] 1927, p. xiii).

A ação sem substância, que intitula o presente capítulo, encontra aqui a sua encarnação definitiva. Ao contrário do capitalista industrial, que tem de passar inevitavelmente pelo processo de produção de mercadorias para extrair mais-valor ao final do processo de circulação do capital, o rentista relaciona-se com o mundo econômico apenas no momento da apropriação e do consumo. Como os produtos parecem chegar prontos a ele, advindos de um mercado cujas engrenagens operam às suas costas, Bukhárin ([1914] 1927, p. xiv) constata que “[...] a produção, o trabalho necessário para a criação de mercadorias materiais, encontra-se além do seu horizonte e é, portanto, um acidente em sua vida”. O rentista é o sujeito atomizado, o *Homo economicus* por excelência, o indivíduo cujas bases materiais de existência se esgotam na psicologia da demanda individual. Em consequência, a consagração do valor-utilidade por Böhm-Bawerk é a tradução imediata desse parasitismo rentista. Trata-se, nas palavras de Bukhárin, de

imortalizar “[...] a ideologia do burguês que já foi eliminado do processo de produção, a psicologia do burguês em declínio” (Bukhárin, [1914] 1927, p. xvii).

A economia marginalista, e por extensão a escola austríaca e os neoclássicos, tentam deduzir as leis do mercado capitalista a partir da psicologia de um átomo isolado – com efeito, a eterna robinsonada do homem na ilha deserta avaliando suas possibilidades diante da escassez de recursos. Mas não se pode derivar o social do individual, pois é a totalidade que engendra o sujeito:

A sociedade [...] não é um mero agregado aritmético de indivíduos isolados; pelo contrário, a atividade econômica de cada indivíduo específico pressupõe um ambiente social definido no qual a relação social das economias individuais encontra a sua expressão. Os motivos do indivíduo que vive isolado são inteiramente diferentes dos do “animal social” (Bukhárin, [1914] 1927, p. 6).

Apesar – e também por causa – de seus devaneios, o individualismo metodológico cumpre uma função de apagar a história. A burguesia, em sua fase apologética, recusa-se a enxergar o capitalismo como uma formação transitória dilacerada pela luta de classes. Por isso, a escola austríaca traveste categorias sociais historicamente específicas em relações universais e biológicas entre a natureza e indivíduos genéricos. Bukhárin desmascara esse movimento metodológico: “Enquanto Marx enfatiza o caráter histórico de uma certa categoria como seu traço principal, Böhm-Bawerk ignora o elemento histórico inteiramente; [...] no lugar de categorias sócio-históricas, restam-nos apenas as categorias ‘naturais’” (Bukhárin, [1914] 1927, p. 13).

Mas a teoria austríaca não é insustentável apenas do ponto de vista metodológico ou do ponto de vista sociológico. É também insustentável em seus próprios termos, em sua coerência lógica interna. Böhm-Bawerk, Wieser e companhia se defrontam com enormes contradições quando se esforçam para deduzir as leis do valor de troca objetivo a partir do valor subjetivo, como salienta Rubin ([1926] 2019). O suposto triunfo de Böhm-Bawerk, isto é, a afirmação de que os preços de mercado nascem do encontro de avaliações psicológicas – a utilidade marginal e o esquema dos pares marginais – esbarra num erro de inversão causal. Böhm-Bawerk ignora que, na vida real de uma economia mercantil, o sujeito não cria o preço com a sua mente; pelo contrário, o seu desejo é delimitado e pautado pela materialidade que o próprio mercado lhe apresenta. Rubin [1926] 2019, p. 144) é implacável ao apontar essa circularidade: “[...] numa economia mercantil, não serão os preços determinados por avaliações subjetivas, mas, muito mais, o contrário: o último elemento [avaliações subjetivas] emerge com base nos preços já determinados de antemão”.

O colapso na teoria dos preços é evidente, mas a falência da escola austríaca torna-se cristalina quando ela busca explicar o lucro e a distribuição. A justificação do juro por Böhm-Bawerk, amparada numa ideia de “sacrifício da espera” imposto pelo prolongamento do tempo de produção, choca-se com a realidade do próprio capitalismo. Sob o modo de produção capitalista, a divisão do trabalho faz com que a extração de matérias-primas e a fabricação de meios de produção ocorram de maneira paralela e contínua em diferentes empresas. Consequentemente, nenhum capitalista “[...] tem de esperar o prazo entre primeiro extrair a matéria e depois produzir o item final para consumo” (Rubin, [1926] 2019, p. 146). A premissa do juro como remuneração pelo tempo é tão disfuncional que sua bancarrota “[...] é reconhecida mesmo por alguns economistas austríacos”, como Wieser e Schumpeter, que se viram forçados a tentar remendar o sistema com teorias alternativas de produtividade e inovação (Rubin, [1926] 2019, p. 146).

Em última instância, retornamos à metodologia. Para Rubin ([1926] 2019, p. 147): “[...] a economia política não estuda o lado técnico da economia, mas sua forma social determinada, a saber, a economia mercantil-capitalista”. Quando os economistas austríacos, marginalistas e neoclássicos fecham os olhos para essas relações sociais objetivas e focam exclusivamente na psicologia do indivíduo isolado, eles mostram que não compreenderam o abismo que separa a ação humana instintiva perante a natureza das coerções materiais que são impostas a esses mesmos indivíduos pela reprodução do capital.

Ao término deste trajeto, o que se evidencia é, para além do surgimento de uma nova teoria econômica, a suposta criação de um paradigma integral e autossuficiente. A jornada, que começou com a desconstrução do mito de uma "revolução marginalista" unificada, nos possibilitou isolar a particularidade da escola austríaca. Mostramos como a perspectiva de Carl Menger, com seu realismo filosófico e individualismo metodológico, constituiu um caminho diferente das abordagens físico-matemáticas de Jevons e Walras, estabelecendo as bases para uma ciência econômica fundamentada na ação humana e no juízo subjetivo.

Foi sobre esses fundamentos que Eugen von Böhm-Bawerk construiu seu sistema teórico. Observamos como ele organizou e aprofundou a teoria do valor subjetivo, colocando a utilidade marginal como o "ponto central" de toda a análise. A partir desse ponto, ele construiu uma explicação abrangente para os fenômenos centrais do capitalismo: o preço surge como o resultado objetivo do conflito entre valorações subjetivas; o capital é reclassificado como uma categoria puramente técnica, isenta de qualquer aspecto social; e o juro (lucro) é naturalizado como uma compensação justa pelo "sacrifício da espera", originado da preferência universal por bens imediatos.

Cada componente da teoria se integra para criar uma perspectiva da economia capitalista como um sistema justo e eficaz, expurgando de sua análise as categorias de classe, exploração e relações sociais de produção. A escola austríaca se recusa a olhar para trás da máscara do mercado. Como os espectadores que se divertem com a troca das roupas e fisionomias na comédia descrita por Erasmo de Roterdã (1972, p. 49), os austríacos encantam-se com o palco da circulação mercantil, idolatrando a utilidade marginal e a mecânica dos preços. Simultaneamente, acusam Marx de ser o “estúpido e petulante” que ousa subir ao palco para arrancar a máscara das categorias econômicas, revelando a exploração oculta e ameaçando perturbar o andamento do espetáculo burguês.

A própria trajetória de Böhm-Bawerk demonstra que a construção desse edifício teórico não ocorreu em um vácuo intelectual. O pano de fundo no qual a escola austríaca se afirmava era marcado pelo crescimento do movimento operário e pelo aumento da influência das ideias socialistas na Europa. A teoria "positiva" de Böhm-Bawerk não foi simplesmente um exercício acadêmico; ela foi desenvolvida para atuar como a principal oposição ao marxismo. Uma vez erguido o seu próprio edifício lógico e redefinidos os critérios do que constituiria a “verdadeira ciência econômica”, Böhm-Bawerk estava pronto para a sua cruzada definitiva: decretar o colapso estrutural do sistema marxiano.

3. A CRÍTICA DO FRACASSO E O FRACASSO DA CRÍTICA: BÖHM-BAWERK CONTRA MARX

“Meu objetivo é examinar a proposição, muito embora possa acontecer que tanto eu, que pergunto, como tu, que respondes, acabemos por ser examinados.”

(Platão, Protágoras, 1970, p. 253).

A história do debate seminal proposto por Eugen von Böhm-Bawerk, a partir da publicação de *Karl Marx and the Close of His System* (1896), começa, curiosamente, com um desafio lançado por Friederich Engels. Em 1885, no prefácio do Livro II de *O Capital*, Engels lançou o que ficaria conhecido como o “enigma da esfinge” da teoria marxista.

Ciente de que a publicação póstuma dos manuscritos de Marx demoraria mais alguns anos e de que a questão da taxa média de lucro permaneceria uma lacuna teórica aparente desde o Livro I, Engels ([1885] 2014) provocou os economistas da época – especialmente os adeptos da escola de Rodbertus – a resolverem o problema: como, numa economia em que apenas o trabalho cria valor, é possível que capitais com diferentes composições orgânicas auferam taxas de lucro iguais?

Na realidade, capitais iguais, qualquer que seja a quantidade de trabalho vivo que empreguem, produzem em tempos iguais, em média, lucros iguais. Aqui se apresenta, portanto, uma contradição na própria lei do valor, contradição que já fora encontrada por Ricardo e que também sua escola foi incapaz de resolver. Tampouco Rodbertus pôde evitar essa contradição; mas, em vez de resolvê-la, fez dela um dos pontos de partida de sua utopia (Engels, [1885] 2014, p. 100).

Engels prometeu que a solução estaria contida nos manuscritos do Livro III e que seria revelada ao mundo pouco depois. A promessa criou um interregno de quase uma década de suspense teórico. Quando o Livro III finalmente foi publicado em 1894, a solução apresentada por Marx, isto é, a transformação quantitativa dos valores em preços de produção através da redistribuição do mais-valor social, foi recebida pelos críticos como uma capitulação, em vez de solução definitiva (Dostaler, 1978, p. 45-47). Para a economia política clássica e vulgar da época, a admissão de que os preços de mercado divergiam sistematicamente dos valores-trabalho parecia confirmar que a teoria do valor do Livro I era, na melhor das hipóteses, uma abstração inútil e, na pior, um erro lógico fundamental.

Foi nesse vácuo que Böhm-Bawerk, expoente da embrionária escola austríaca e defensor da teoria da utilidade marginal, publicou sua crítica à teoria marxista em 1896: *Karl Marx and the Close of His System (Zum Abschluss des Marxschen Systems)*. O próprio título evidenciava desde já o seu objetivo: decretar o “encerramento” ou o fim do sistema marxiano como proposta científica. E o impacto foi imediato e devastador, definindo o tom da recepção acadêmica nas décadas seguintes.

A resenha contemporânea de F. M. Butlin (1898) capturou o espírito da época: a “contradição” entre os livros I e III parecia, de fato, insuperável e fatal. Ecoando a crítica de Böhm-Bawerk, a recepção imediata viu a solução de Marx como o desmascaramento de um truque dialético, em que o revolucionário, um crente sincero em uma lógica falha, teria sacrificado seu conceito original de valor diante da realidade dos preços.

Depois, já no início do século XX, aparece a resposta sociológica de Rudolf Hilferding ([1904] 1949). Em sua contraofensiva, Hilferding buscou contrapor o ponto de vista objetivo e histórico do marxismo ao subjetivismo a-histórico austríaco, argumentando que a teoria do valor de Marx apreende as leis de movimento da sociedade capitalista como um todo. No entanto, essa resposta acabou eclipsada por uma tendência crescente à formalização matemática. Enquanto autores como V. Dmitriev ([1902] 1974) e Tugan-Baranovski (1915) tentavam ecleticamente conciliar a teoria do valor-trabalho com os pressupostos do marginalismo, von Bortkiewicz (1907; [1907] 1949) e, mais tarde, Kei Shibata (1933) traduziram a crítica qualitativa de Böhm-Bawerk para a linguagem da álgebra linear, aprisionando o marxismo no chamado problema da transformação.

Ao reformular o problema da transformação através de um sistema de equações simultâneas, Bortkiewicz e Shibata cristalizaram a ideia de que o sistema de Marx era matematicamente indeterminado se não abandonasse a premissa do valor. Essa virada teve um efeito profundo, na medida que deslocou o debate para a consistência algébrica, consolidando a aparente vitória da crítica austríaca no interior da academia.

Em contrapartida, esse mesmo período gestou a resposta metodológica mais sofisticada ao desafio austríaco, embora tenha permanecido oculta para o Ocidente até os anos 1970. Nos anos 1920, Isaak Rubin contrapôs-se tanto aos críticos matemáticos quanto à ortodoxia simplificada, argumentando que a teoria do valor não trata da dedução de preços a partir de coeficientes técnicos, mas da regulação social da produção através da forma-valor.

Em *A teoria marxista do valor*, cuja primeira edição data de 1923, Rubin ([1928] 1987) aproveita as críticas de Böhm-Bawerk para mostrar que a teoria marxista do valor não é uma teoria de formação imediata de preços relativos (como a neoclássica), mas a teoria da regulação

da totalidade social que engendra os próprios preços; mais tarde, no artigo *A escola austríaca*, o economista soviético se propõe a desmontar as principais proposições teóricas da escola derivada de Wieser e Böhm-Bawerk (Rubin, [1926] 2019). Definitivamente, as soluções apresentadas por Rubin redefiniriam o objeto da economia política, mas o isolamento linguístico, somado à destruição e ocultamento de muitos de seus textos entre as décadas de 1920 e 1930, contribuíram para que o campo ficasse livre para o predomínio da interpretação lógico-formal.

O debate permaneceu latente até ser reavido quase meio século depois, com a publicação da edição de Paul Sweezy em 1949, que reuniu o texto de Böhm-Bawerk, a resposta de Hilferding e a solução apresentada por Bortkiewicz. A recepção dessa nova edição, contudo, já refletia um deslocamento importante na compreensão do problema. Com efeito, R. Dehem (1950), assumindo a defesa de Hilferding, argumentou que, se interpretarmos Marx literalmente – como teria feito Böhm-Bawerk, buscando uma teoria positiva das trocas – a refutação é válida. Contudo, se compreendermos que Marx visava o “determinismo social” e a economia como parte da sociologia, a crítica perde sua força, pois o trabalho se revela não como uma medida técnica, mas como o laço social unindo uma sociedade atomizada. O autor ainda termina sua resenha dizendo que uma “[...] crítica relevante ao sistema teria que ser dirigida à ética de Marx e aos parâmetros das suas leis de evolução social” (Dehem, 1950, p. 557).

Essa leitura é reforçada, em partes, por Kenneth May (1951), que, analisando o volume, introduziu o conceito de “propósitos cruzados” (*cross purposes*): reconhecia-se, enfim, que Böhm-Bawerk e Marx falavam de objetos distintos. Enquanto o crítico austríaco atacava a precificação individual, buscando erros técnicos, a defesa marxista (representada aqui por Hilferding) focava no laço social e na totalidade do capitalismo, tornando a crítica de Böhm-Bawerk tecnicamente correta para seus fins, mas irrelevante para as tendências totalizantes da sociedade capitalista.

No entanto, a tentativa de salvar Marx relegando o valor a uma esfera puramente sociológica ou macroeconômica cobrou seu preço, como demonstra a leitura iconoclasta de Joan Robinson (1950). Embora classifique a crítica bawerkiana como superficial por não atingir o núcleo da exploração, que é central em Marx, Robinson é implacável com o método de Marx no que diz respeito à teoria do valor:

O que Marx estava a tentar transmitir era uma visão do funcionamento do sistema capitalista que, certa ou errada, é altamente significativa; mas o que ele realmente escreveu, tomado literalmente, é uma bobagem⁸ totalmente

⁸ Como a tradução desse trecho é nossa, vale destacar que os termos utilizados por Robinson (1950) são *nonsense* e *rigmarole*, que podem ser traduzidos como “bobagem”.

desprovida de conteúdo. Böhm-Bawerk aproveitou a bobagem assim que o Volume III foi publicado e zombou dela (Robinson, 1950, p. 360).

Para ela, o problema da transformação é um mero “brinquedo” circular e a insistência no valor como substância não passa de uma mistificação ou um credo religioso. Robinson argumenta, ainda, que a teoria funcionaria melhor sem esse “dogma metafísico”, focando apenas na divisão macroeconômica entre lucros e salários. Essa trajetória de recepção – da contradição fatal de Butlin, passando pelo desdém de Robinson e alcançando as formulações de Sraffa ([1960] 1997) – pavimentou o caminho para que Paul Samuelson, em 1971, decretasse a “redundância” final do valor⁹.

Essa longevidade da crítica originalmente austríaca deve-se à sua capacidade de, supostamente, expor falhas lógico-formais das teorias oponentes. Um expoente dessa continuidade teórica é Ludwig von Mises ([1920] 2012; [1922] 2011), que desdobrou a premissa subjetivista de seus antecessores no famoso debate sobre a impossibilidade do cálculo econômico. Ao fundamentar sua tese na premissa de que a alocação racional de recursos exige preços de mercado em dinheiro – que surgem a partir das valorações subjetivas que os indivíduos fazem das coisas –, Mises sustentou que o sistema marxiano seria operacionalmente estéril.

Para Mises, sem a propriedade privada dos meios de produção, seria impossível o estabelecimento de preços para os bens de capital, inviabilizando qualquer cálculo econômico e transformando a economia planejada num caos irracional. Na mesma esteira, nas décadas seguintes, autores como Gottfried Haberler (1966) e Fehl (1974) continuaram a utilizar a teoria austríaca do capital para decretar a obsolescência da teoria do valor-trabalho perante a ciência econômica moderna.

Mais recentemente, autores como Del Castillo (2007) reafirmam a crítica de Böhm-Bawerk quase *ipsis litteris*, repetindo como papagaios a acusação de que a teoria do valor de Marx

⁹ Samuelson (1957; 1971; 1972) argumenta que a transformação dos valores em preços é um pseudo-problema lógico. Contra essa crítica supostamente ultrapassada, ele advoga pela redundância completa do valor: dado que os preços competitivos e a taxa de lucro podem ser determinados diretamente a partir das condições técnicas de produção e da cesta de subsistência real dos trabalhadores, o cálculo intermediário dos valores é um desvio desnecessário e logicamente irrelevante. A transformação não conecta dois sistemas reais, mas abandona um sistema falho (valor) em favor de um sistema funcional (preços). Camarinha Lopes (2013) defende que, com os trabalhos de Samuelson, a “crítica da contradição” foi superada e substituída pela “crítica da redundância”. Contudo, para os propósitos deste trabalho, é preciso matizar essa tese. A rigor, a redundância não substitui a crítica de Böhm-Bawerk, mas atua como o seu desdobramento formal e matemático. O próprio autor austríaco já assentava as bases para essa conclusão ao argumentar que, se os preços divergem sistematicamente dos valores, a lei do valor perde sua função explicativa, tornando-se inoperante (e, logo, redundante). Tratar as duas críticas como etapas excludentes pode ofuscar o fato de que a matriz da rejeição ortodoxa – a redução da forma social do valor a um mero problema de cálculo técnico-quantitativo – permanece essencialmente bawerkiana. É por essa razão que nosso acerto de contas com a crítica de Böhm-Bawerk é também um enfrentamento da pedra angular que ainda sustenta o edifício da crítica ortodoxa ao marxismo.

se baseia em premissas falsas e truques lógicos. Para os críticos da atualidade, a refutação de Böhm-Bawerk permanece incontornável, e por esta razão ela é a base para se rejeitar as análises da exploração e da totalidade capitalista feitas por Marx. Portanto, a tarefa de revisitar o debate suscitado pelo austríaco está longe de ser um ajuste de contas com o passado. Parte, muito mais, de uma necessidade presente de enfrentar uma crítica logicamente potente, mas que continua a ler Marx como um economista clássico.

Reforçamos: a necessidade de reabrir esse capítulo da história do pensamento econômico transcende o mero interesse historiográfico. Se aceitarmos o veredito de Robinson ou a tese da redundância de Samuelson, reduzimos a teoria do valor a um cálculo de preços falho, um tema ultrapassado, na melhor das hipóteses. O objetivo das próximas seções é demonstrar que esse veredito repousa sobre um equívoco fundamental, estabelecido originalmente por Böhm-Bawerk: a suposição de que a teoria de Marx deveria operar como uma teoria de preços relativos. Neste capítulo, proporemos a desconstrução da arquitetura crítica austríaca, revelando que, ao atacar um “Marx ricardiano”, Böhm-Bawerk inadvertidamente abriu o caminho para a recuperação da dimensão específica da crítica marxiana: a análise do valor não como grandeza matemática, mas como a forma social que regula a totalidade capitalista.

No presente capítulo, vamos discutir o conjunto das críticas feitas por Böhm-Bawerk e sua repercussão através de diferentes respostas: as recepções à época, como a de Hilferding, que realizou uma crítica imanente e pioneira ao austríaco; e as diferentes tentativas de interpretação através do eixo do trabalho incorporado, que buscavam, dentre outros objetivos, resolver o problema da transformação. Mas, antes de examinarmos as críticas, vamos sintetizar o seu principal alvo, isto é, a teoria de Marx sobre o valor.

3.1. UMA INTRODUÇÃO À EXPOSIÇÃO DE MARX SOBRE O VALOR

A despeito de leituras que apontam para um possível anacronismo frente à sofisticação tecnológica e contemporânea do capitalismo do século XXI, a obra de Karl Marx mantém-se como um referencial analítico para a investigação das leis de movimento do capital. Ainda que o autor não tenha, por razões óbvias, testemunhado a complexidade assumida por este modo de produção nas últimas décadas, o escopo de sua investigação em *O Capital* transcende a descrição conjuntural das formas de mercado, voltando-se para a apreensão da lógica que estrutura as relações sociais e que explica o seu movimento. É por esse motivo que José Paulo Netto afirma contundentemente: “[...] Marx e sua obra nos são concretamente contemporâneos – e continuarão a sê-lo enquanto vigir o regime do capital” (Netto, 2014, p. 25).

Diferentemente da economia política clássica de Smith e Ricardo, que naturalizava as categorias burguesas tratando-as como formas eternas da razão humana (Teixeira, 2006), Marx buscou apreender o capitalismo como uma formação histórica específica. Para tanto, desenvolveu um método dialético que rompe com a linearidade da lógica formal e com o idealismo hegeliano. Se, para Hegel ([1830] 2012), o real era resultado do movimento do conceito, para Marx, o ideal é o material transposto e traduzido na cabeça do ser humano (Marx, [1867] 2013, p. 90).

Com efeito, esse método exige que a exposição parta das categorias mais simples e abstratas para só após ascender às mais complexas e concretas. Não se trata de uma sucessão histórica cronológica, mas de uma reconstrução lógica das estruturas que compõem a totalidade burguesa. É por essa razão que *O Capital* não inicia pela análise do “capital em si”, nem pelo Estado ou pelo mercado mundial, mas pela mercadoria. Ela é a forma econômica celular da riqueza nas sociedades burguesas, a unidade elementar que contém em germe todas as contradições do sistema. Contradições que, ao se desdobrarem e se desenvolverem, exigirão o dinheiro, o capital e as crises como relações necessárias.

Ao dissecar a forma econômica celular do capitalismo, isto é, a mercadoria, Marx encontra nela o valor de uso e o valor de troca. O primeiro forma o conteúdo material da riqueza, condicionado pelas propriedades do corpo da mercadoria e associado às necessidades que ela atende; na sociedade burguesa, os valores de uso tornam-se os “[...] suportes materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca” (Marx, [1867] 2013, p. 114)¹⁰.

Enquanto isso, o valor de troca aparece inicialmente como uma “[...] relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo”, uma relação que parece mudar constantemente no tempo e no espaço (Marx, [1867] 2013, p. 114). No entanto, se o valor de troca fosse apenas essa relação acidental, não haveria nada de intrínseco que permitisse a comensurabilidade entre mercadorias qualitativamente distintas. Assim, a própria reprodução da sociedade burguesa seria inviável. Como nesta sociedade não existe nenhum plano consciente e a priori de distribuição do trabalho, a única maneira pela qual

¹⁰ Não entraremos na questão da importância do valor de uso para a teoria do valor de Marx. Mesmo assim, vale salientar que não podemos concordar que o valor de uso seja apenas um pressuposto para a existência do valor. Como aponta Rosdolsky ([1868] 2001, p. 78-79), além de o valor de uso possuir esta atribuição, especificamente no capitalismo ele deve ser levado em conta no que se refere às relações sociais de produção. Afinal, para julgarmos se uma categoria tem ou não significação econômica, precisamos saber se esta categoria estabelece alguma relação com as relações sociais de produção entre pessoas no modo de produção em questão. Desse modo, no capitalismo, quando analisamos a circulação capitalista de mercadorias (D-M-D') e nos deparamos com o mais-valor, o valor de uso toma importância econômica na medida em que, ao se confrontarem as pessoas como capitalistas e trabalhadoras, o consumo do valor de uso da força de trabalho serve à criação de mais-valor. Então, o valor de uso possui significação econômica, apesar de ela ser abstraída neste momento da exposição de *O capital*.

os trabalhos privados e independentes se validam como parte do trabalho social total é através da equiparação dos produtos do trabalho no mercado. Portanto, para que essa validação social ocorra e a sociedade continue a se reproduzir, é uma necessidade que a troca seja regulada por uma substância social comum, algo intrínseco que permita a comensurabilidade e a equalização objetiva entre mercadorias qualitativamente distintas umas das outras.

Para que mercadorias diferentes, como linho e casacos, sejam igualadas na troca, deve existir algo nelas que não se configura nem como uma de suas propriedades naturais (valor de uso), nem como parte do trabalho concreto, isto é, a atividade específica executada pelo trabalhador, nesse caso, a tecelagem ou a alfaiataria. Essa exclusão das propriedades naturais não é um artifício arbitrário, como argumentaria Böhm-Bawerk mais tarde. A utilidade diz respeito à relação material e qualitativa entre o sujeito e a coisa – o que explica a motivação da troca –, mas é organicamente incapaz de fornecer a substância objetiva para a equalização social entre os produtores nesta forma de sociedade.

Ao abstrairmos o valor de uso, resta apenas uma propriedade comum: a de que ambas as mercadorias são produtos do trabalho. Mas não do trabalho em sua forma concreta, e sim do trabalho humano indiferenciado, reduzido a uma “gelatina de trabalho humano”, uma substância social que faz das mercadorias valores antes de serem valores de troca. Trata-se do trabalho abstrato, dispêndio de força humana de trabalho nos sentidos fisiológico e social, que constitui a substância do valor (Marx, [1867] 2013, p. 121), mas que não se reduz ao gasto de energia biológica, senão sua existência não seria historicamente condicionada. Ao contrário: o trabalho abstrato é a redução dos múltiplos trabalhos privados a um trabalho humano já indiferenciado, que só se efetiva no momento da troca, através do dinheiro.

Por esta razão, é necessário pontuar que há, no início dessa discussão, um detalhe crucial que, se desconsiderado, faz a teoria marxista regredir às teorias clássicas: o valor de troca não é o valor em si. O que atua como fundamento da proporção de troca é o valor. Diferentemente do corpo físico da mercadoria, o valor possui uma objetividade puramente social. Embora emerja das relações sociais de produção, a objetividade do valor não possui sequer um átomo de matéria física. Nos termos de Marx, ela é uma realidade suprassensível, fantasmagórica; por ser uma substância puramente social e desprovida de existência física própria, o valor não pode aparecer por si mesmo, necessitando de uma forma que o exteriorize (Antunes, 2018). O valor de troca é, portanto, apenas a forma de manifestação [*Erscheinungsform*] de um conteúdo dele distinguido (Marx, [1867] 2013, p. 116).

É precisamente nessa incapacidade de o valor se expressar no próprio corpo da mercadoria que reside a necessidade lógica da dedução do dinheiro. Oculto sob a materialidade do linho,

por exemplo, o trabalho abstrato não pode ser visto nem trocado diretamente; logo, o linho precisa de uma mercadoria dele diferente, como o casaco, que assume a forma equivalente e serve de espelho material à grandeza de valor do linho. O desenvolvimento lógico das trocas generaliza essa exigência estrutural: para que todas as mercadorias consigam expressar sua substância social simultaneamente, elas precisam espelhar-se no corpo físico de uma única mercadoria excluída socialmente para esse fim. Marx demonstra, então, que o valor não pode ser expresso isoladamente; uma mercadoria (na forma relativa) precisa sempre de outra (na forma equivalente) para servir de espelho ao valor. Desse transpassar dialético – que parte da forma simples (x mercadoria A = y mercadoria B), passa pela forma desdobrada e pela forma geral – resulta necessariamente a forma-dinheiro. O dinheiro não é, portanto, um mero facilitador técnico imposto de fora para que as trocas possam ocorrer. É, na verdade, a cristalização necessária da forma de valor, a única maneira pela qual os trabalhos privados e independentes podem validar seu caráter social (Marx, [1857-1858] 2011; Marx [1867] 2013; Rubin [1924] 1987; Rosdolsky [1968] 2001).

Nesse contexto, o resultado do processo de objetivação descrito acima é o fetichismo da mercadoria. Como os produtores privados não entram em contato social direto no processo de produção, mas apenas através da troca de seus produtos, os caracteres sociais de seus trabalhos aparecem para eles como “[...] caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho” (Marx, [1867] 2013, p. 147)¹¹. Ocorre uma inversão real: as relações sociais entre as pessoas assumem a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. O valor, operando como uma força social, impessoal e objetiva, passa a reger o movimento da sociedade, enquanto os produtores de mercadorias são reduzidos a meros possuidores de mercadorias que executam as leis do mercado. É precisamente essa inversão, estabelecida já na forma-mercadoria, que preparará o terreno para que o capital – em sua forma plena de valor que se valoriza – erija-se mais à frente como o verdadeiro sujeito automático do processo social. Em suma, o fetiche não é uma ilusão da consciência, mas uma realidade objetiva da sociedade mercantil, onde as coisas personificadas dominam os sujeitos reificados.

¹¹ Reproduzimos aqui integralmente o trecho citado, pois ele ajuda a compreender esta questão fundamental: “De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho. O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores” (Marx, [1867] 2013, p. 147).

Vale ressaltar, além disso, que a análise de Marx sobre o valor não se esgota na apreensão de suas determinações essenciais imediatas. A arquitetura expositiva de *O Capital* articula um movimento complexo que parte das conexões internas do modo de produção capitalista em direção às suas formas mais concretas. Se, no Livro I, a investigação concentra-se no processo de produção do capital, é no Livro III que a teoria abarca o processo de produção capitalista em seu conjunto. E é nesse patamar que a exposição, pressupondo a concorrência que já operava como lei coercitiva interna sobre os capitais individuais desde o Livro I, incorpora a dinâmica da concorrência entre as diversas esferas de produção e a mobilidade intersetorial dos capitais. Com mediações cada vez mais complexas, a lei do valor realiza-se na superfície da sociedade burguesa: os valores convertem-se em preços de produção e o mais-valor redistribui-se na forma de lucro médio, equalizando as taxas de retorno entre os diferentes ramos, como Marx ([1894] 2017) discute no Livro III. Compreender esse desdobramento categorial – da estrutura essencial do valor à sua manifestação fenomênica nos preços – é a condição *sine qua non* para enfrentar as controvérsias sobre a consistência lógica da obra, tais como aparecem em Böhm-Bawerk ([1896] 1949) ou em Samuelson (1971).

É com base na compreensão dessa articulação indissolúvel entre substância (trabalho abstrato), magnitude (tempo de trabalho socialmente necessário) e forma (valor de troca/dinheiro) que se desenrolaram as principais controvérsias teóricas dentro e fora do marxismo.

3.2. A CRÍTICA DO FRACASSO: BÖHM-BAWERK CONTRA O SISTEMA DE MARX

Eugen von Böhm-Bawerk era uma das figuras centrais da chamada escola austríaca de economia. Discípulo intelectual de Carl Menger – o fundador da escola –, Böhm-Bawerk dedicou sua carreira a refinar e sistematizar a teoria do valor subjetivo, consolidando suas análises sobre o capital e o juro, propondo a ruptura definitiva com a tradição clássica de Smith e Ricardo. Sua atuação não se restringia à academia; homem de Estado, serviu três vezes como Ministro das Finanças da Áustria-Hungria, posição que lhe conferia uma perspectiva pragmática e uma aversão política às implicações revolucionárias do marxismo.

Podemos inferir que a motivação de Böhm-Bawerk ao escrever *Karl Marx and the Close of His System* transcendia a mera curiosidade intelectual. Em fins do século XIX, o campo da economia política era palco de uma pluralidade de disputas que envolviam desde a escola histórica alemã até as vertentes marginalistas de Lausanne e a síntese britânica de Marshall. Nesse cenário de transição, o sistema de Marx – cuja recepção crescia no debate europeu – era percebido pela vertente austríaca como a expressão mais sofisticada da tradição clássica, a qual

Böhm-Bawerk procurava superar. Marx representava, assim, o último e mais formidável bastião do que eles interpretavam como “teoria do valor-trabalho”¹².

Para Böhm-Bawerk, que compreendia a obra de Marx como um prolongamento das premissas ricardianas, refutar *O Capital* representava um passo essencial para a validação de sua própria teoria do capital e do juro. Ao fundamentar a origem do lucro na preferência temporal e na natureza do processo produtivo, Böhm-Bawerk visava oferecer uma explicação que tornasse as categorias de exploração logicamente desnecessárias para a compreensão do funcionamento da economia capitalista, como se desprende da sua legitimidade dessa renda:

[...] não é minha intenção nem é minha tarefa investigar que organização social no global é a melhor, se a de hoje ou a socialista. Aqui só me cabe responder aquilo que se pode responder a partir de uma pesquisa sobre a natureza e a origem do juro. E esta resposta é: não há vício na essência do juro do capital. Quem, pois, exige sua abolição poderá, na melhor das hipóteses, fundamentar isso em considerações quaisquer de conveniência, mas não, como o fazem hoje os socialistas, na afirmação da injustiça intrínseca desse tipo de renda (Böhm-Bawerk, [1889] 1988, p. 351).

A literatura sobre o período reforça que o embate supracitado integrava a dinâmica de substituição de modelos teóricos típicos da época. Milonakis e Fine (2009, p. 250) observam que a teoria subjetiva do valor foi mobilizada como um contraponto analítico às teorias centradas no trabalho e que, em especial, durante as décadas de 1880 e 1890, o austríaco “[...] usou a teoria subjetiva do valor como uma arma em sua tentativa de demolir a teoria do valor-trabalho de Marx”. No mesmo sentido, Stanley Brue ([1963] 2006, p. 249) atesta que a ênfase do austríaco na produtividade do capital, sua veemente defesa dos juros e o apoio à Lei de Say “[...] foram, em parte, uma reação à crescente influência do marxismo na sua época”. Assim, o esforço austríaco visava a refutação de uma vertente específica, cuja representação máxima passava a ser tomada pela figura de Marx, e a proposição de um edifício teórico que redefinisse os fundamentos da distribuição da riqueza.

E. K. Hunt e Mark Lautzenheiser ([1968] 2013) reforçam essa perspectiva, apontando que Bawerk sentiu-se politicamente compelido a entrar na controvérsia. Formulando sua teoria da preferência temporal e dos métodos indiretos de produção, o seu grande objetivo era esvaziar

¹² É imperativo registrar aqui que Marx não formulou uma teoria do valor-trabalho nos termos da economia política clássica. Marx empreendeu a crítica da economia política e, particularmente em sua teoria do valor, elaborou uma teoria centrada na forma-valor. Se, por vezes, a tradição marxista, em virtude do vocabulário estabelecido em cada época, utiliza a expressão “teoria do valor-trabalho” como atalho conceitual para reafirmar a centralidade do trabalho abstrato, adotaremos nesse texto uma distinção mais rigorosa. Quando nos referimos à “teoria do valor-trabalho” como o alvo de Böhm-Bawerk, fazemo-lo precisamente porque o autor austríaco reduzia a teoria marxiana a esse enquadramento ricardiano. Como vamos demonstrar, esta é uma das debilidades teóricas da crítica austríaca à teoria marxista do valor.

a tese socialista de que o juro equivaleria a um roubo: “[...] Böhm-Bawerk não se contentou em criticar a teoria de Marx; também formulou uma teoria do capital e dos juros”, sentindo-se obrigado a “[...] trilhar o caminho tumultuado da controvérsia” (Hunt; Lautzenheiser, [1968] 2013, p. 437).

Contudo, a principal frente de batalha de Böhm-Bawerk, em que ele acreditava ter desferido o golpe fatal, materializou-se em seu célebre ensaio de 1896. Como sugere Bruce Caldwell ([2008] 2019), o título da obra carrega um provável duplo sentido: referia-se à recente publicação póstuma do Livro III de *O Capital*, que supostamente concluía o sistema de Marx, mas também declara o “fechamento”, no sentido de encerramento ou falência, desse mesmo sistema. O alvo escolhido para demonstrar a falência desse sistema foi a chamada “grande contradição” entre os volumes I e III de *O Capital*. Hans Ehrbar e Mark Glick (1987) apontam que Böhm-Bawerk concentrou seu poder de fogo na alegada incompatibilidade entre a teoria do valor do Livro I e a teoria dos preços de produção no Livro III, argumentando que a estrutura inteira de Marx era falha (Ehrbar; Glick, 1987, p. 464). Encontramos uma leitura parecida em Maurice Dobb (1973, p. 531), que destaca que, para o austríaco, a suposta incapacidade de Marx em derivar satisfatoriamente os preços de produção a partir dos valores repousava “[...] no núcleo do sistema marxista e era a fonte” do seu colapso definitivo.

Portanto, a cruzada metodológica e teórica iniciada por Menger e coroada por Böhm-Bawerk desenvolveu-se no interior de um campo científico plural, dialogando e divergindo intensamente com diversas vertentes da nascente economia neoclássica em torno da teoria dos juros e do capital. Contudo, paralelamente a esses debates internos, é inegável que a consolidação desse paradigma assumiu uma função histórica inequívoca no embate ideológico de seu tempo.

Isaak Rubin ([1926] 2019) compreendeu esse empreendimento com excelência. Para o russo, a sofisticação teórica da escola austríaca representava a resposta ideológica burguesa por excelência à ameaça revolucionária, notando que “[...] não surpreende que a escola austríaca trave uma batalha zelosa contra o marxismo, e goze de grande sucesso entre os escolares burgueses, que encontram nela... uma arma teórica aguda para a luta contra o marxismo e o socialismo”. O cerne dessa eficácia argumentativa, conclui Rubin, residia na sua capacidade de naturalizar as categorias próprias do capitalismo tal como elas aparecem, apresentando a “[...] alegada ‘natureza’ imutável do homem [...] como ponto de partida da pesquisa teórica e como argumento para a impossibilidade de uma economia socialista” (Rubin, [1926] 2019, p. 148).

Para levar à cabo essa refutação a Marx, a estratégia argumentativa adotada por Böhm-Bawerk distingue-se pela sua pretensão de imanência. Ao contrário de críticos que rejeitam o

marxismo por discordâncias puramente éticas, Böhm-Bawerk propôs-se a demonstrar que o sistema de Marx repousava numa contradição lógica e fracassava nos seus próprios termos. A tese central é a de que a “promessa” de uma lei do valor capaz de regular a totalidade econômica, feita no Livro I, é formalmente negada pela realidade dos preços de produção descrita no Livro III (Böhm-Bawerk, [1896] 1949).

No entanto, para o austríaco, esse colapso lógico era menos um acidente de percurso e mais o resultado necessário de um vício metodológico presente desde a sua gênese: Marx teria se encurralado logicamente logo nas primeiras páginas de *O Capital*, ao tentar deduzir a substância do valor através de um método de exclusão arbitrário, divorciado da realidade empírica. Portanto, para compreender a sentença de “encerramento” do sistema, precisamos retrair os passos dessa ousada acusação, que se desdobra em três movimentos fundamentais: o ataque ao método de dedução, a exposição da contradição dos preços e a crítica ao papel do tempo e do capital.

Böhm-Bawerk, introduzindo-nos ao problema em análise, reserva comentários ao autor que pretende criticar e reconhece: “Mas Marx, apesar de tudo isso, tornou-se o apóstolo de amplos círculos de leitores, incluindo muitos que não são, via de regra, dados à leitura de livros difíceis” (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 3). É classificando *O Capital* como um livro difícil que Böhm-Bawerk abre caminho às suas críticas minuciosas ao conjunto da obra. Ainda que, segundo o austríaco, Marx não tivesse oferecido bases sólidas e concernentes com a realidade no Livro I, resultando nas inconsistências observadas nos livros II e III, a repercussão da obra de Marx é aqui reconhecida, com o mérito de angariar apoio de várias camadas de intelectuais. Daí que Bawerk inicia seu exame com a seguinte indagação: “O próprio Marx resolveu o seu próprio problema? O seu sistema completo permaneceu fiel a si mesmo e aos fatos, ou não?” (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 7).

Objetivando responder a esta indagação colocando a obra de Marx no centro, nosso autor admite entender que o valor e a lei do valor são a base de todo o sistema marxiano, e por isso devem ser o objeto inicial da crítica. Para isso, ele recupera a análise de Marx no capítulo 1 de *O Capital*, explicando o valor, primeiramente, como uma relação quantitativa que, por variar constantemente no tempo e no espaço, parece acidental. No entanto, ele destaca que, para Marx, essa variação esconde um elemento mais estável: se duas mercadorias diferentes (como trigo e ferro) são equiparadas na troca, deve existir nelas um fator comum de mesma magnitude.

A partir desse ponto, Böhm-Bawerk reconstitui o que considera ser o método de exclusão negativa de Marx. Segundo sua leitura, esse fator comum não pode ser uma “[...] propriedade geométrica, física, química ou outra propriedade natural”, pois tais atributos referem-se apenas

à utilidade da coisa (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 10). O passo decisivo da dedução marxiana, na ótica de Bawerk, ocorre quando se decide que as mercadorias, enquanto valores de troca, devem ser tratadas como quantidades puras, não podendo conter nenhum átomo de valor de uso.

Abstraindo o valor de uso, resta apenas uma propriedade comum: a de serem produtos do trabalho. Böhm-Bawerk ressalta, contudo, que essa abstração também dissolve o caráter útil e concreto do trabalho. Com efeito, o resíduo dessa operação lógica é descrito por ele, citando Marx, como uma “objetividade fantasmagórica”, um mero “tecido celular de trabalho humano indistinto” (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 11). É dessa substância social que deriva a lei do valor, a qual determina que as mercadorias se trocam na proporção do tempo de trabalho socialmente necessário nelas incorporado, funcionando como uma lei natural reguladora em meio às flutuações acidentais de preços.

Estabelecida a lei fundamental do valor, Böhm-Bawerk resume a construção do segundo pilar do sistema: o mais-valor. Sem embargo, o problema do mais-valor é apresentado por ele enquanto um enigma: como o capitalista pode comprar e vender mercadorias pelos seus valores e, ainda assim, extrair mais dinheiro do que adiantou? Böhm-Bawerk ([1896] 1949, p. 16) utiliza a expressão latina citada por Marx, “*Hic Rhodus, hic salta!*”, para ilustrar o desafio lógico. A solução, aponta o autor, residiria na mercadoria força de trabalho, cujo valor de uso gera um valor excedente, o mais-valor, detalhando a distinção crucial entre o tempo de trabalho necessário – pago como salário – e o tempo de trabalho excedente, durante o qual o trabalhador criou mais-valor sem receber equivalente.

Em sua retomada da teoria marxiana do valor tal como aparece no capítulo primeiro do Livro I de *O Capital*, Böhm-Bawerk parece ignorar completamente o papel do dinheiro. Ele salta as partes três e quatro, que tratam das formas de valor e do fetiche da mercadoria, respectivamente. Compreende a teoria do valor em Marx a partir da separação entre valor de uso e valor e entre trabalho concreto e trabalho abstrato. E, depois, passa do valor à mais-valor sem se ater às formas que são próprias a essa transição.

Por fim, e decisivo para o argumento crítico que virá a seguir, Böhm-Bawerk enfatiza a categorização dos componentes do capital. Ele observa que apenas a parte convertida em força de trabalho, “o capital variável”, altera seu valor no processo, enquanto os meios de produção, o “capital constante”, apenas transferem seu valor preexistente. Essa distinção conduz à diferenciação aritmética entre a taxa de mais-valor (calculada sobre o capital variável) e a taxa de lucro (calculada sobre o capital total).

É ao expor que a taxa de lucro varia conforme a composição orgânica do capital – “[...] quanto maior o capital variável [...] maior será a taxa de lucro” (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 17) – que nosso autor prepara a armadilha lógica, concluindo seu resumo com o anúncio de que esse resultado conduz a um “estágio inteiramente novo” do sistema: a contradição presente no Livro III.

É sobre esse alicerce teórico, cuidadosamente reconstruído, que Böhm-Bawerk erige sua artilharia crítica. O exame que se segue detalha os movimentos decisivos desse ataque, divididos conforme a lógica da própria acusação: primeiramente, abordaremos a denúncia do “vício de origem” metodológico, no qual Marx é acusado de manipular a dedução lógica do capítulo um para excluir arbitrariamente o valor de uso; na sequência, exporemos a formulação da “grande contradição”, a tese central de que os preços de produção do Livro III revogam formalmente a lei do valor do Livro I; e, por fim, analisaremos a crítica ao papel do tempo e do capital, demonstrando como, para o autor austríaco, a reintrodução dessas variáveis terminaria por implodir a coerência interna do sistema marxiano.

3.2.1. Crítica I: o vício da origem

Para Böhm-Bawerk, o colapso do sistema marxiano é o resultado necessário de uma falha genética localizada na própria dedução inicial da substância do valor, a qual foi reproduzida anteriormente pelo autor austríaco. Ele argumenta que Marx, em vez de recorrer à prova empírica para dela extrair a fundamentação de sua tese, optou por um caminho lógico-dialético que já continha de antemão o resultado desejado.

O ponto de partida da Crítica I reside na apropriação que Marx teria feito da ideia aristotélica de igualdade. Böhm-Bawerk nota que Marx inicia sua construção citando a máxima de que “[...] a troca não pode existir sem igualdade, e a igualdade não pode existir sem comensurabilidade” (Marx, [1867] 2013 apud Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 68). A partir dessa premissa, infere-se que deve haver um fator comum nas coisas trocadas. O crítico a aceita provisoriamente apenas para atacar a execução do método de exclusão que ele argumenta estar na sequência. Para ele, Marx manipulava o universo de análise desde o princípio:

Ele age como alguém que deseja urgentemente tirar uma bola branca de uma urna e toma o cuidado de garantir esse resultado colocando apenas bolas brancas. Isto é, ele limita desde o início o campo da sua busca pela substância do valor de troca às “mercadorias” [...] e limita-a aos produtos do trabalho em oposição às dádivas da natureza (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 70).

Essa delimitação arbitrária constitui, para o autor austríaco, um grande erro metodológico: se a troca pressupõe uma igualdade material, o fator comum deveria ser buscado em todos os bens trocáveis, e não apenas naqueles selecionados previamente. Ao excluir bens como “[...] o solo, a madeira nas árvores, a energia hídrica, as jazidas de carvão”, que, segundo Böhm-Bawerk ([1896] 1949, p. 70) são bens naturais, Marx teria eliminado os “concorrentes” que poderiam refutar a primazia do trabalho.

O ataque avança, então, para a exclusão do valor de uso. Marx argumenta que, ao abstrairmos as características físicas das mercadorias, resta apenas a propriedade de serem produtos do trabalho. Böhm-Bawerk ([1896] 1949, p. 73) classifica esse passo como um “malabarismo ingênuo” (*naive juggle*). Para o crítico, Marx desliza sobre o ponto nodal do problema com uma dialética rápida e rasteira, ignorando que a abstração das formas específicas de uso não elimina a categoria geral de utilidade, assim como a abstração das formas concretas de trabalho não deveria eliminar o trabalho.

Aquí, nosso crítico denuncia o que chama de um “*hocus-pocus* dialético” na argumentação de Marx. Se a lógica da abstração fosse aplicada com rigor e imparcialidade, ao se abstrair as formas específicas do valor de uso, não se chegaria a nada, mas sim à categoria de utilidade abstrata – a capacidade de satisfazer necessidades humanas. Böhm-Bawerk ainda sustenta que Marx utiliza dois pesos e duas medidas: ele anula a utilidade na abstração, mas preserva o trabalho, revelando que a escolha já havia sido feita antes mesmo da prova se iniciar. Para Böhm-Bawerk, a mesma lógica poderia ser invertida para provar que a utilidade é a fonte do valor, caso o autor assim o desejasse.

Essa abstração forçada conduziria, segundo a análise austríaca, a outro problema insolúvel: a ficção da igualdade entre diferentes tipos de trabalho. Böhm-Bawerk aponta que o trabalho real é sempre concreto e desigual, e questiona a redução do trabalho qualificado ao trabalho simples. Segundo ele, Marx sustenta que o trabalho complexo “conta como” (*counts as*) trabalho simples multiplicado. Mas o austríaco retruca afirmando que “contar como” não é “ser” (*to be*). Utilizando a análise biológica, o crítico ironiza: dizer que um dia de trabalho de um escultor é igual a cinco dias de um quebra-pedras é tão fictício quanto um estatístico afirmar que “[...] existem mil lebres numa capa que continha cem veados e quinhentas lebres” (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 82).

Da suposta “ficção estatística”, Böhm-Bawerk extrai a acusação de uma lógica circular fatal (*arguing in a complete circle*), defendendo que Marx recorre às proporções estabelecidas pela própria troca (os preços) para determinar o grau em que o trabalho qualificado deve ser reduzido ao simples. E aí, Bawerk dispara: “[...] aprendemos que eles se trocam dessa maneira

[...] porque, segundo a experiência, eles se trocam dessa maneira!” (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 84). Ou seja, o valor deveria explicar as relações de troca, mas, no fim das contas, são as relações de troca que acabam por definir a magnitude do valor, deixando a teoria, na opinião de Böhm-Bawerk, carente de um fundamento causal que possua independência.

A Crítica I de Böhm-Bawerk, que versa sobre “o vício da origem”, visa desmontar o procedimento de Marx no capítulo inaugural de *O Capital*, denunciando-o como uma construção lógica viciada desde a premissa. Para o austríaco, a tentativa de Marx de provar que o trabalho é a única substância do valor repousa sobre quatro pilares falaciosos que se sustentam mutuamente:

1. A manobra aristotélica. Segundo Bawerk, Marx teria se baseado em uma inferência incorreta, sustentada na autoridade de Aristóteles, de que a troca pressupõe necessariamente uma igualdade e que essa igualdade exige a existência de um “fator comum” físico ou químico da mesma magnitude nas coisas trocadas.

2. A prova negativa por exclusão, isto é, a manipulação do universo de análise, limitando-o arbitrariamente às mercadorias e excluindo os bens naturais que possuem valor de troca, garantindo, assim, através de um erro de amostragem, que o trabalho fosse o único “candidato” que restasse.

3. O “*hocus-pocus* dialético”. A aplicação inconsistente do método de abstração, que elimina o valor de uso das mercadorias sob pretexto de abstrair suas formas particulares, embora Marx, segundo Bawerk, tivesse se recusado a fazer o mesmo com o trabalho, preservando-o como “trabalho abstrato” quando, pela mesma lógica, poderia ter preservado a “utilidade abstrata”.

4. A lógica circular, evidenciada na tentativa de resolver a heterogeneidade do trabalho real (qualificado vs. simples) recorrendo às proporções de troca (preços) para definir a magnitude do valor, invertendo a relação causal e fazendo com que o preço explicasse o valor, e não o contrário.

3.2.2. Crítica II: a grande contradição

Enquanto a Crítica I atacou a gênese da teoria, é na presente crítica, que chamamos aqui de Crítica II, que Böhm-Bawerk pretende confrontar os volumes I e III de *O Capital* e decretar o colapso do sistema marxiano. É aqui que nosso autor enuncia seus argumentos contra a explicação de Marx sobre o assim chamado “problema da transformação”. Estabelecida a premissa de que a taxa de lucro deveria variar conforme a composição orgânica do capital – visto

que somente o trabalho vivo cria mais-valor –, o crítico observa que a realidade empírica do capitalismo demonstraria exatamente o oposto: capitais de igual magnitude tendem a render lucros iguais, independentemente da proporção de trabalho vivo que empregam.

Nesse contexto, Böhm-Bawerk destaca que, para a teoria do valor do Livro I manter-se de pé, seria necessário que as mercadorias fossem trocadas na proporção do trabalho nelas incorporado. Mas, ao contrário:

[...] com uma taxa igual de mais-valor, cada ramo de produção deve apresentar uma taxa de lucro diferente, especial, com a condição, certamente, que Marx sempre assumiu, de que as mercadorias sejam trocadas umas com as outras “de acordo com seus valores”, ou em proporção ao trabalho nelas incorporado (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 20).

O enigma surge porque, na realidade, a concorrência impõe uma taxa média de lucro geral. A expectativa criada por Marx era a de que essa equalização seria explicada sem violar a lei do valor. Contudo, analisando a solução apresentada no Livro III, em que Marx introduz os preços de produção compreendendo à soma do custo com o lucro médio, que divergem dos valores, Böhm-Bawerk declara que a promessa não foi cumprida. Para ele, a admissão de que as trocas reais ocorrem por preços que diferem sistematicamente dos valores não é um aprofundamento dialético, mas uma negação direta da premissa anterior:

E agora, no terceiro volume, somos informados de forma breve e seca que o que, de acordo com o ensinamento do primeiro volume, deve ser, não é e nunca pode ser; que as mercadorias individuais trocam e devem trocar umas com as outras em uma proporção diferente daquela do trabalho incorporado nelas, e isso não acidental e temporariamente, mas por necessidade e permanentemente (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 30).

Com efeito, a constatação acima conduz à formulação da tese central da crítica austríaca: a existência de uma contradição irreconciliável no coração da teoria marxista. Se a lei do valor postula que o trabalho regula a troca, e o Livro III demonstra que a concorrência (via taxa de lucro) anula essa regulação para as mercadorias individuais, então o sistema falharia em sua função primária de explicar os preços. Por esta razão, o veredito de Böhm-Bawerk é taxativo: “O terceiro volume de Marx contradiz o primeiro. A teoria da taxa média de lucro e dos preços de produção não pode ser reconciliada com a teoria do valor” (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 30).

A consequência imediata da suposta contradição seria a perda da função da lei do valor. Se a teoria afirma que o valor regula as proporções de troca, mas a realidade tal como admitida no Livro III mostra que as trocas ocorrem por preços de produção que divergem dos valores,

então a lei do valor torna-se inoperante para explicar os fenômenos concretos do mercado. Nesse sentido, para Böhm-Bawerk ([1896] 1949, p. 61), a afirmação de Marx de que o valor regula a troca e o fato empírico de que ele não regula guardam entre si a mesma relação que um “sim” guarda com um “não”.

E já antecipando possíveis defesas, Böhm-Bawerk ataca o argumento marxista de que a lei do valor continuaria válida no agregado, isto é, que a soma total dos preços de produção seria igual à soma total dos valores. Para ele, essa igualdade não passa de uma tautologia vazia, e a ciência econômica deve se propor a explicar as trocas reais, não totais abstratos: “O valor total das mercadorias [...] nunca é trocado” e, portanto, aplicar a lei a esse agregado não tem “nenhum significado” para os agentes econômicos (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 57). Saber que os desvios se cancelam no total não explica por que uma mercadoria específica é trocada por outra numa dada proporção.

A Crítica II ainda se aprofunda quando Bawerk aponta a influência do que ele chama de “determinantes alienígenas” na formação dos preços, como a questão dos salários. Através de um exemplo numérico, ele defende que um aumento nos salários altera os preços de produção de forma desigual – fazendo alguns caírem e outros subirem – mesmo quando a quantidade de trabalho incorporada permanece a mesma. Ele conclui: “[...] os preços mudaram drasticamente apenas porque a taxa de salário mudou” (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 56), supostamente provando que o trabalho não seria o único regulador.

Por fim, ele denuncia a capitulação final de Marx à concorrência. Se no Livro I a concorrência explicava apenas as flutuações, no Livro III ela é elevada à posição de reguladora dos preços permanentes, atuando como um *deus ex machina* para forçar a gravitação em torno dos preços de produção (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 98). Assim, o sistema marxiano terminaria rendendo-se à lei da oferta e da demanda, admitindo involuntariamente que “[...] a influência que a quantidade de trabalho empregado exerce sobre o nível permanente de preços [...] atua apenas através do jogo da oferta e da procura, isto é, através da concorrência” (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 91).

Em síntese, a Crítica II, que identifica “a grande contradição” e trata da crítica ao “problema da transformação”, não se limita a apontar uma discrepância superficial, mas busca validar a tese de que o edifício teórico de Marx entrou em colapso com a publicação do Livro III de *O Capital*. Para Böhm-Bawerk, a tentativa de Marx de conciliar a lei do valor com a realidade dos preços de produção falha em múltiplas frentes, as quais podem ser resumidas nos seguintes argumentos:

1. A contradição lógica, ou incompatibilidade formal entre a premissa de que o valor regula as relações de troca, tomada no Livro I, e a admissão de que, na realidade capitalista, os preços de produção divergem sistemática e permanentemente dos valores para garantir uma taxa média de lucro, tal como aparece no Livro III.

2. A tautologia da “soma total”. Aqui, Böhm-Bawerk busca refutar a defesa de que a lei do valor permanece válida no agregado, cuja identidade se resume como “soma dos preços = soma dos valores”. Para ele, essa identidade é irrelevante e vazia, pois a troca real nunca ocorre com o produto nacional total, mas apenas entre mercadorias individuais, cujas proporções a lei falha em explicar.

3. A influência dos “determinantes alienígenas”. Böhm-Bawerk teria demonstrando que os fatores estranhos ao tempo de trabalho – como a taxa de salários e a quantidade de capital acumulado – exercem influência direta na formação dos preços, provando que o trabalho não é o único regulador da troca.

4. A refutação histórica. O argumento de que a lei do valor não pode ser salva nem mesmo com uma realidade histórica pretérita, pois, segundo Böhm-Bawerk, a equalização das taxas de lucro e a influência do capital sempre impediram que as mercadorias fossem trocadas puramente pelo trabalho incorporado, mesmo em estágios primitivos.

5. A capitulação à concorrência. Böhm-Bawerk argumenta que Marx, ao invocar a concorrência como mecanismo que ajusta os preços ao nível de produção, termina por abandonar a sua própria teoria do valor-trabalho e retorna, involuntariamente, à explicação baseada em custos de produção e oferta e demanda de autores como Malthus.

3.2.3. Crítica III: a introdução do tempo e do capital

Não satisfeito em apontar a suposta contradição lógica entre os volumes de *O Capital*, Böhm-Bawerk avança para uma crítica de ordem teórica e psicológica: a exclusão do fator tempo na determinação do valor. O crítico acusa Marx de construir todo um sistema em que o tempo de duração do processo produtivo seria irrelevante para a troca, o que levaria a conclusões economicamente insustentáveis.

Para ilustrar seu ponto, Böhm-Bawerk propõe um experimento mental envolvendo dois produtores independentes, que ele chama de Trabalhador I e Trabalhador II, ambos realizando a mesma quantidade de trabalho (por exemplo, cem dias), mas em ramos de produção distintos. O Trabalhador I atua em um processo que exige um longo período de maturação, recebendo o

retorno de seu trabalho apenas após anos de espera. Enquanto isso, o Trabalhador II atua em um ramo de produção imediata, recebendo seu pagamento ao final de cada período curto.

Nas palavras do crítico, segundo a lógica estrita da lei do valor de Marx, como ambos despenderam a mesma quantidade de trabalho socialmente necessário, seus produtos deveriam ter exatamente o mesmo valor. Böhm-Bawerk ([1896] 1949, p. 43) classifica essa conclusão como sendo “[...] econômica e psicologicamente impossível”. Afinal, se o valor fosse o mesmo, o Trabalhador I estaria numa posição de desvantagem absoluta: ele receberia a mesma quantia que o Trabalhador II, mas com um atraso considerável. Ninguém escolheria livremente a posição do Trabalhador I sem uma compensação adicional pelo “sacrifício da espera” (*sacrifice of waiting*).

Essa compensação necessária é o que introduz o capital na equação. Böhm-Bawerk argumenta que apenas produtores que já possuem um estoque de meios de subsistência podem se dar ao luxo de engajar-se em processos produtivos longos. Isso cria uma barreira natural à entrada nesses ramos, restringindo a concorrência. Por sua vez, essa menor competição permite que os preços dos produtores de longa maturação subam permanentemente acima do nível determinado pelo simples trabalho incorporado (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 43-44).

Bawerk ainda acrescenta que Marx, ao tentar salvar sua teoria, sugeriu que a troca por valores puros teria ocorrido em condições históricas primitivas, antes da dominância do capital. Böhm-Bawerk refuta essa defesa histórica argumentando que não há evidências factuais de tal período e que a lógica do lucro sobre o capital sempre exigiu uma remuneração proporcional ao tempo investido. Então, ele conclui que não há vestígios históricos de que setores com alta composição de capital tivessem lucros menores no passado:

Deveríamos, portanto, logicamente esperar, onde quer que esta competição de capitais estivesse ausente [...] que o modo original de formação de preços e lucros afirmado por Marx fosse encontrando na sua plena, ou quase total, pureza. [...] Na verdade, porém, não há vestígios disso em lugar nenhum, nem no passado histórico nem no presente (Böhm-Bawerk, [1896] 1949, p. 49).

Assim, a exclusão do tempo revela-se, para nosso crítico, mais uma cegueira deliberada do método de Marx, que, ao ignorar que o tempo é um custo que exige compensação, teria construído uma teoria estática incapaz de dar conta da dinâmica real da produção capitalista. Os argumentos que estruturam a Crítica III podem ser resumidos nos seguintes pontos:

1. A impossibilidade psicológica e econômica. O experimento dos dois trabalhadores hipotéticos demonstraria que a lei do valor de Marx exige que agentes econômicos sejam indiferentes ao tempo, aceitando receber o mesmo valor por um trabalho que leva anos para maturar

e por outro que é imediato – uma premissa que ignora o sacrifício da espera, que Bawerk acredita ser inerente a qualquer processo produtivo mais longo.

2. O capital como tempo e barreira. A identificação de que a produção de longa duração exige um estoque prévio de meios de subsistência (capital), o que cria barreiras naturais à concorrência nesses setores; essa restrição de oferta permite e exige que os preços se elevem permanentemente acima do valor para remunerar o tempo investido.

3. A inexistência histórica da lei pura. Mais uma vez, o argumento de Böhm-Bawerk recai sobre a defesa de que a troca por valores puros teria existido em estágios primitivos ou pré-capitalistas. Ele defende que não há vestígio histórico de um período em que o tempo e o capital não exigissem remuneração, pensando ter provado por $A + B$ que a equalização das taxas de lucro, e conseqüentemente a divergência dos valores, é um fenômeno originário, não uma distorção tardia produzida pelo desenvolvimento do capitalismo.

3.2.4 A crítica nas trincheiras: das reações imediatas à defesa de Hilferding

A crítica de Böhm-Bawerk não atingiu um campo marxista coeso e preparado para respondê-la imediatamente. Ao contrário: ela capitalizou sobre o clima de ansiedade e frustração intelectual que marcara a recepção do Livro II d'*O Capital* (1885). Como Kautsky ([1886] 2018) já havia alertado à época, aquele volume adiava a tão aguardada solução para o enigma da transformação do mais-valor em lucro e da equalização da taxa média de lucro. Resumindo esse sentimento, ele nota que: “[...] se o primeiro volume é, em certo sentido, um todo independente, o segundo volume é apenas uma introdução para o terceiro, um fragmento, um torso, que tem muitos atrativos, mas que também desperta o desejo de conhecer o todo” (Kautsky, [1886] 2018).

Quando o Livro III finalmente foi publicado, em 1894, as reações demonstraram esforços heterogêneos para salvaguardar a concretude da teoria do valor de Marx. De um lado, Werner Sombart tentou blindar o sistema argumentando que a lei do valor operava como um pressuposto lógico. Para Sombart, o conceito de valor é antes de mais nada uma “[...] ferramenta do nosso pensamento, que usamos para compreender os fenômenos da vida econômica; é um fato lógico” (Sombart, [1894] 2018, p. 188). Essa interpretação quase heurística encontrou resistência de Engels, que, como já dissemos, enxergava a lei do valor válida num período pré-capitalista. Para Engels, a transição do valor para os preços de produção seria um processo mais histórico do que lógico.

No campo epistemológico, a defesa exigiu a denúncia do empirismo ingênuo da economia vulgar. Otto Bauer expôs a miopia dos críticos que não compreendiam o processo de abstração utilizado por Marx, através de uma analogia exagerada com o método de Hegel:

Marx certamente imita o método de Hegel. Ele também olha por trás da “aparência da concorrência” para o verdadeiro e real. E ele também quer encontrar por trás da imediatez a verdade do ser [...] A quantidade, à qual a existência ou a qualidade está ligada como a medida de Hegel, é aqui o trabalho social. É a essência dos fenômenos econômicos (Bauer, [1907] 2018, p. 124-125).

Gustav Eckstein ([1906] 2018) também apresentou uma defesa parecida, asseverando que a denúncia de uma suposta contradição entre os volumes I e III provinha da confusão burguesa entre pesquisa e exposição. Comparando o rigor de Marx ao da gravitação na astronomia, Eckstein pontua que:

[...] foi só depois de ter rastreado os vários fenômenos da economia de volta à sua raiz comum, na lei do valor, que ele se propôs a desenvolver esses fenômenos a partir dessa lei, tal como a reconstrução do mundo no pensamento por Laplace só foi possível quando se demonstrou que todos os fenômenos celestes resultavam da atividade da lei da gravidade (Eckstein, [1906] 2018, p. 250).

O terreno da discussão também já vinha sendo preparado contra o nascente subjetivismo da escola austríaca. Conrad Schmidt atacou a ilusão marginalista de ancorar o valor nos caprichos do consumidor, alertando que o enigma da economia só poderia ser resolvido na medida que os economistas compreendessem a lei universal que governa a troca de mercadorias. Para que haja comensurabilidade na superfície mercantil, deve necessariamente existir “[...] um fator comum que torne possível essa equalização, essa comensurabilidade das unidades aparentemente incomensuráveis” (Schmidt [1892] 2018, p. 412), fator este que só poderia ser o trabalho. Como Werner Sombart ([1894] 2018, p. 207) sintetizaria mais tarde contra o psicologismo de Böhm-Bawerk: “[...] a questão para Marx nunca é a motivação, mas sempre a limitação do capricho individual dos agentes econômicos”.

O que vemos com essas defesas preliminares é que faltava ainda o ataque frontal às formulações de Böhm-Bawerk. Reconhecia-se, claro, que a suposta contradição não passava de um desdobramento do valor enquanto essência para o preço enquanto aparência. Mas o desafio lançado ao núcleo da obra magna de Marx ainda exigia que as defesas marxistas confrontassem diretamente as críticas de Böhm-Bawerk.

Coube a Rudolfg Hiferding, em 1904, com o ensaio *Böhm-Bawerk's Criticism of Marx*, articular a mais robusta contracrítica à escola austríaca até aquele momento, enfrentando o adversário ponto a ponto, desde a definição de mercadoria até os cálculos da taxa de lucro.

O primeiro movimento que Hilferding fez foi desarmar a premissa epistemológica de Böhm-Bawerk, que questionava com que direito Marx havia proclamado o trabalho como o único criador de valor. Hilferding responde que a chave não estava em um postulado arbitrário, como sugeriu o austríaco, mas na análise rigorosa da forma-mercadoria. Para a nascente escola austríaca, o objeto de estudo era a relação individual e psicológica entre um ser humano e uma coisa, enquanto valor de uso. Contudo, Hilferding ([1904] 1949, p. 130) acusa Böhm-Bawerk de uma profunda miopia em relação a todos os fatores sociológicos da teoria de Marx: “O objeto da economia política é o aspecto social da mercadoria [...]. Por outro lado, o aspecto natural da mercadoria, o seu valor de uso, situa-se fora do domínio da economia política”.

Ignorando a dimensão sociológica, Böhm-Bawerk incorre no que Hilferding classifica como uma recaída na “ilusão dos fisiocratas”. Ao tentar explicar a renda da terra, por exemplo, Bawerk atribui às “dádivas da natureza” um valor peculiar, esquecendo-se de que a terra só adquire a forma de preço através de um longo processo histórico que a subsume ao capital. Ora, a natureza não cria renda alguma. A renda é uma relação de produção social travestida de propriedade natural. E é por assumir o trabalho socialmente necessário como ponto de partida, de acordo com Hilferding, que Marx consegue descobrir o nexu invisível que une produtores isolados, enquanto a economia burguesa permanece presa à aparência das coisas (Hilferding, [1904] 1949, p. 134-135). Como seria exposto décadas depois por Rubin ([1928] 1987), não foi por tomar o trabalho socialmente necessário como ponto de partida – até porque não o fez – que Marx descobriu esse nexu invisível, mas por justamente expor o fetichismo da mercadoria e o colocar como a base para todo o seu projeto de crítica da economia política.

Superado esse debate conceitual, Hilferding avança para o núcleo da “grande contradição”: o problema da transformação e a taxa média de lucro. Böhm-Bawerk ridicularizara a solução de Marx tal como ela aparece no Livro III – de que a soma dos preços de produção equivale à soma dos valores – classificando-a como uma tautologia inútil. Hilferding demonstra que essa crítica erra o alvo porque não compreende a totalidade. A equação da totalidade é o alicerce incontornável do sistema, pois prova que “[...] o preço total de produção não pode ser superior ao valor total; [...] isto significa que todo o lucro provém da produção e não da circulação” (Hilferding, [1904] 1949, p. 159). Sem o cômputo do mais-valor global originado na produção de mercadorias, a própria taxa de lucro que equaliza os preços seria uma grandeza oca, surgida do nada e impossível de ser explicada. O preço de produção, portanto, não revoga a lei do valor;

ele a pressupõe e a modifica para distribuir o mais-valor extraído (Hilferding, [1904] 1949, p. 157).

A defesa fica ainda mais robusta quando Hilferding ataca o anacronismo de Böhm-Bawerk. Para tentar refutar a lei do valor, este último imaginou um cenário de produtores simples, isto é, artesãos, em que um trabalhador levaria seis anos para finalizar um produto e o outro levaria apenas um mês, concluindo que o primeiro exigiria juros na troca, invalidando a equivalência pelo tempo de trabalho. Nesse quesito, Hilferding ([1904] 1949, p. 165) acusa o crítico de transportar a lógica do capital financeiro moderno para a pré-história do capital “[...] num piscar de olhos”. Na produção mercantil simples, não há equalização de lucros ou compensação pelo “tempo de espera”, simplesmente porque não existe mobilidade de capital. O ferreiro não pode transferir seu capital e virar tecelão instantaneamente em busca de mais rentabilidade. O que rege a troca é apenas a restituição do esforço despendido. O “juro” é uma forma histórica estrita da concorrência capitalista madura, não uma categoria psicológica universal.

Por fim, Hilferding desmascara a aritmética da crítica austríaca. Böhm-Bawerk tentara provar, por meio de tabelas, que o aumento dos salários determinava diretamente os preços, refutando a lei do valor. Em oposição, Hilferding aponta um erro primário, quase amador, nos cálculos de seu adversário: Böhm-Bawerk eliminou o capital constante (c) – as máquinas, os instrumentos de trabalho e as matérias-primas – de suas equações, reduzindo o custo apenas aos salários: “Precisamente porque ignora c , ele torna completamente impossível para si mesmo obter uma visão do processo de formação do valor. Ele não vê que, no produto, a parte do preço de custo que representa o capital constante aparece reproduzida com o seu valor inalterado” (Hilferding, [1904] 1949, p. 175).

Ao reinserir a composição orgânica do capital nesse cálculo, Hilferding termina por provar que um aumento de salários não eleva automaticamente os preços. Na realidade, ele reduz a massa global de mais-valor e derruba a taxa média de lucro. Como resultado, os preços dos setores de alta composição orgânica paradoxalmente caem, enquanto os de baixa composição sobem. Essa dinâmica prova o oposto do que Böhm-Bawerk pretendia: o salário não determina o preço de forma linear, e o movimento da economia só pode ser entendido a partir da totalidade da distribuição do valor, nunca a partir do cálculo isolado de uma única empresa.

Hilferding defendeu heroicamente o ponto de vista do trabalho contra o ponto de vista da utilidade, mas não desvendou plenamente as consequências do trabalho abstrato enquanto substância reificada que só ganha objetividade quando a mercadoria é submetida à troca, e quando o dinheiro se autonomiza como forma de equivalente. Ele compreendeu o aspecto sociológico da teoria de Marx, mas não alçou o fetichismo da mercadoria à condição de fundamento da

teoria do valor. É precisamente nas lacunas deixadas por esta brilhante, porém incompleta, defesa que emerge a urgência e a monumentalidade da intervenção de Isaak Rubin, ofuscada por várias razões – uma delas o predomínio das abordagens do trabalho incorporado ao longo de quase todo o século XX.

3.3. O FRACASSO DA CRÍTICA: A QUIMERA DA RESPOSTA TRADICIONAL

Esta seção pretende investigar o que denominamos como a "quimera da resposta tradicional", um mosaico de interpretações que, na ânsia de provar a consistência matemática da transformação de valores em preços, sacrificou aquilo que a teoria do valor de Marx possuía de inovador frente às abordagens da escola clássica.

Para organizar a vasta teia de interpretações que se formou em torno do debate do valor, adotaremos como bússola metodológica a tipologia proposta por Alfredo Saad Filho (2001). Dessa clássica síntese, apropriamo-nos da divisão estrutural que opõe duas grandes matrizes interpretativas: as abordagens do trabalho incorporado e as abordagens da forma-valor.

O recorte analítico que operamos neste capítulo, em que nos detemos especificamente nas duas principais vertentes da abordagem do trabalho incorporado (o marxismo tradicional anglo-saxão e as análises sraffianas), não é fortuito, obedecendo a um imperativo estratégico da nossa argumentação. Justifica-se escrutinar essas duas tradições porque elas representam as tentativas históricas de responder ao desafio de Böhm-Bawerk aceitando, de antemão, o enquadramento imposto pelo austríaco e tratando Marx como um Ricardo sofisticado. Compreender como o marxismo tradicional anglo-saxão construiu uma armadilha fisiológica para si mesmo, e como a escola sraffiana a levou ao inevitável colapso lógico da redundância, é a condição preliminar para atestar o esgotamento definitivo dessa via de defesa.

3.3.1. A armadilha fisiológica: valor como trabalho incorporado no marxismo tradicional

No marxismo tradicional anglo-saxão, o valor é, antes de tudo, uma grandeza mensurável, concebida como trabalho abstrato incorporado nas mercadorias – uma leitura que tende a minimizar, ou mesmo ignorar, o caráter especificamente social do valor, expresso em sua forma.

O marxismo tradicional anglo-saxão faz parte do que Saad Filho (2001) chama de abordagem do trabalho incorporado, para a qual o valor é o trabalho incorporado nas mercadorias durante sua produção. O marxismo tradicional é representado por autores como Maurice Dobb

([1937] 1961; 1973), Ronald L. Meek ([1956] 1973) e Paul Sweezy ([1956] 1976), que tendem a não diferenciar essencialmente a teoria marxista do valor da teoria ricardiana – pelo menos, não em seus fundamentos.

É no interior dessa matriz de leitura que se reproduz a tese de que *O capital* estaria dividido entre produção mercantil simples, descrita nos quatro primeiros capítulos do Livro I, e subsequente produção capitalista¹³. Contudo, é preciso pontuar que essa periodização histórica não é uma invenção original anglo-saxã, e remonta diretamente às formulações de Friedrich Engels ([1894] 2013) para o Livro III e à posterior canonização promovida por Karl Kautsky ([1887] 1925). Mais importante ainda é reconhecer que a mera adesão a esse mito historiográfico não explica, por si só, o abandono da forma-valor operado por esses autores. O que fundamenta o foco exclusivo na magnitude do valor é a sua filiação à economia política clássica. Ao lerem Marx como um teórico focado na determinação de preços relativos, Dobb, Meek e Sweezy esvaziam o caráter especificamente social e histórico do valor expresso em sua forma, reduzindo-o a um mero substrato fisiológico.

Do ponto de vista do marxismo tradicional anglo-saxão, para abordar a teoria do valor, o pesquisador precisa se colocar o problema qualitativo e o problema quantitativo. Nesse sentido, Sweezy ([1956] 1976) argumenta que, sendo a ciência econômica a ciência da produção de mercadorias, todos os problemas da economia possuem o aspecto qualitativo e o aspecto quantitativo. Negligenciar um ou outro equivale a apresentar uma visão equivocada do fenômeno.

O valor de troca é um exemplo dessa dualidade: se, de um lado, ele parece ser uma relação quantitativa entre coisas, por outro, ele pode ser concebido como uma relação social, e é daí que vem sua qualidade de poder ser objeto da investigação do economista: “A relação de troca como tal, à parte qualquer consideração das quantidades envolvidas, é uma expressão do fato

¹³ A ideia de que Marx, nos primeiros capítulos de *O Capital*, estaria descrevendo um estágio histórico classificado como “produção mercantil simples”, é um mito historiográfico. Como demonstra Christopher Arthur (2020, p. 175), Marx nunca chamou nenhum estágio histórico de “produção simples de mercadorias” (*einfache Warenproduktion*). O termo simplesmente não pode ser encontrado em seus escritos. Quem o introduziu foi Engels, em seu prefácio e suplemento à edição do Livro III, sendo um desdobramento da proposta de Engels que ficou conhecida como “método lógico-histórico”. Posteriormente, essa leitura foi popularizada por Karl Kautsky em seu livro de 1887, *Doutrinas econômicas de Karl Marx*. A autoridade dessa interpretação influenciou fortemente o marxismo tradicional, levando seus expoentes a acreditarem erroneamente que *O Capital* se iniciava pela “produção simples de mercadorias. Na verdade, Arthur (2020, p. 176) argumenta que a circulação simples de mercadorias discutida por Marx na abertura do Livro I já é a circulação da economia capitalista, mas num momento maior de abstração. A arquitetura da obra não emprega uma dialética histórica e linear, mas uma dialética sistemática, que Arthur defende estar ancorada na lógica de Hegel, e na qual um começo abstrato é sequencialmente concretizado. Christopher Arthur ([2005] 2016) ainda argumenta que esse falso conceito de “produção mercantil simples” levou a uma interpretação equivocada da obra de Marx, desviando-a de seu caráter filosófico, dialético e revolucionário; mais ainda: deslocando-a para caminhos como o darwinismo, o cientificismo, o economicismo, o evolucionismo e o historicismo.

de que os produtores individuais, cada qual trabalhando isoladamente, estão na realidade trabalhando um para o outro” (Sweezy, [1956] 1976, p. 55).

Em linha semelhante, Dobb ([1937] 1961) argumenta que a natureza do objeto da economia e a classe de afirmações que ela precisa postular fazem com que a teoria econômica deva ser quantitativa em sua forma. Ou seja: as relações têm que poder se expressar em dimensões reais que permitam ser conhecidas. É por isso que a teoria precisa postular uma base quantitativa e objetiva para o valor.

Dobb explica que Marx, especialmente no “mal construído” primeiro capítulo de *O Capital*, enfatizou a necessidade de encontrar uma quantidade uniforme, que não fosse ela mesma um valor, para expressar o valor de troca das mercadorias. Ele também ressalta que a concepção de trabalho de Ricardo e Marx era de natureza objetiva, entendida como o dispêndio de uma quantidade determinada de energia humana (Dobb, [1937] 1961, p. 16).

Para Dobb ([1937] 1961), o valor de Marx não é um atributo intrínseco misterioso das coisas – é apenas a expressão de uma relação social entre os homens. É um atributo que os objetos são dotados em virtude da maneira como o trabalho humano foi utilizado nos vários ramos da produção, através do processo de divisão do trabalho que rege a sociedade. E é daí que se impõe a necessidade de investigar a substância do valor.

A esse respeito, o marxismo tradicional anglo-saxão falhou em apreender o conteúdo do trabalho abstrato, uma descoberta da qual Marx se orgulhava. A exposição de Meek ([1956] 1973, p. 124-167), ao retomar os passos da teoria do valor de Marx em *O capital*, pretendeu-se uma reprodução quase integral do texto – até o momento em que alcança, ou melhor, que deixa de abordar, a terceira parte do primeiro capítulo, sobre as formas de valor.

Com efeito, Meek ([1956] 1973) define o trabalho abstrato como a atividade produtiva de um tipo geral, da qual todas as diferenças entre os vários tipos de atividades (qualificadas ou não) foram abstraídas. Na sociedade real, a experiência mostra que a redução dos diferentes tipos de trabalho qualificado para trabalho não qualificado ocorre constantemente. As proporções em que ocorre a redução do trabalho qualificado ao trabalho simples, redução esta da qual depende o trabalho abstrato, são estabelecidas por um processo social que ocorre pelas costas dos produtores e pelo costume.

Para essa corrente, trabalho abstrato é, portanto, equivalente a “trabalho em geral”: trata-se, segundo Sweezy ([1956] 1976, p. 58), daquilo que é comum a toda atividade humana produtiva; então: “O trabalho abstrato só é abstrato no sentido perfeitamente direto de que todas as características especiais que distinguem uma forma de trabalho da outra são ignoradas”. Marx

teria, nesse sentido, adotado a mesma perspectiva de Smith e Ricardo, tendo apenas dado expressão precisa e explícita a uma ideia clássica¹⁴.

O que o marxismo tradicional anglo-saxão faz aqui é um franco retrocesso teórico. O “trabalho em geral”, conceito amplamente empregado por Adam Smith, tratava-se de uma abstração meramente fisiológica, uma generalização a-histórica que permite Smith a enxergar relações de produção tipicamente capitalistas em formas sociais não capitalistas. Por isso mesmo, uma generalização insuficiente para explicar qualquer forma social específica da riqueza capitalista. Sweezy e Meek esvaziam o caráter de abstração real e prática do trabalho abstrato. Ignoram que, para a crítica de Marx, a redução dos múltiplos trabalhos privados a trabalho humano indiferenciado ocorre no ato objetivo e social da troca mercantil, manifestando-se através do dinheiro, da forma necessária de manifestação do valor, e não através da mente do observador ou da própria fisiologia humana.

Logo, a principal contribuição do marxismo tradicional para a teoria do valor, que é a ênfase no trabalho abstrato como substância do valor, é, paradoxalmente, a sua maior fraqueza teórica: o trabalho abstrato é aqui entendido à maneira clássica, enquanto gasto de energia física – uma abstração mais fisiológica do que social. Com isso, o trabalho abstrato deixa de ser uma mediação historicamente específica, produzida pela forma-mercadoria. Para essa tradição, o “abstrato” é tratado como uma abstração da mente, uma generalização intelectual que isola o “trabalho em geral”, mas não como uma abstração real, que ocorre no dia a dia da sociedade capitalista, operada pela própria dinâmica social do capital.

Como corolário desse naturalismo fisiológico, o papel da esfera da circulação é rebaixado. Para esses autores, o momento da troca é destituído de sua função formativa. Figura apenas como mecanismo técnico de distribuição de uma substância já plena e fisiologicamente constituída na esfera da produção. Contra essa separação mecânica, Rosdolsky (2001, p. 114) explica que, numa sociedade formada por “indivíduos isolados”, isto é, produtores privados e formalmente independentes entre si, os trabalhos privados só se tornam partes do trabalho social na medida em que um valor de uso se vincule a outro valor de uso sob a forma do valor de troca.

¹⁴ A incapacidade de distinguir a ruptura ontológica operada por Marx em relação à economia política clássica mostra-se na confissão do próprio Sweezy: “A respeito de outra coisa, [Marx] assinala que ‘foi um progresso tremendo de Adam Smith por de lado todas as limitações que marcam a atividade produtiva de riqueza, e defini-la como o trabalho em geral, nem industrial, nem comercial, nem agrícola, mas todos ao mesmo tempo’. Ricardo, como Marx bem sabia, adotou o mesmo ponto de vista e o seguiu com maior coerência do que Smith. Disso, como em muitos outros casos, Marx partiu de uma ideia básica da escola clássica, deu-lhe expressão precisa e explícita, desenvolveu-a, e a utilizou na análise das relações sociais, com seu modo original e penetrante” (Sweezy, [1956] 1976, p. 59). O que Sweezy celebra como uma continuidade é, na realidade, a exata regressão ricardiana que aprisionou o marxismo tradicional.

É só assim, e não de outra maneira, que os trabalhos privados das diversas pessoas se relacionam como trabalho igual e geral, assumindo a forma-valor dos produtos do trabalho.

Diante disso, trata-se de um equívoco a leitura do marxismo tradicional sobre o conceito de trabalho abstrato. Que é o trabalho abstrato, afinal? É trabalho socialmente igualado na forma específica que adquire numa economia mercantil. Seu pressuposto é o trabalho fisiologicamente igual, que se refere à quantidade de esforço físico e mental despendida pelos trabalhadores durante a produção - uma característica universal da produção. Mas, enquanto trabalho socialmente igualado, o trabalho abstrato se baseia nas relações sociais e nas condições de produção de uma dada sociedade, só adquirindo essa forma (1) quando a igualdade dos diferentes tipos de trabalho e dos indivíduos expressa o caráter social específico do trabalho privado realizado independentemente e (2) quando a igualação do trabalho se realiza sob uma forma material – ou seja, assume a forma de valor no produto (Rubin, [1928] 1987, p. 154).

Em suma, essa abordagem compreende o trabalho abstrato como mero dispêndio fisiológico de energia, reduzindo uma forma social historicamente específica a uma categoria genérica e naturalizada de trabalho. Uma categoria que, portanto, tem pouco a dizer sobre o funcionamento do capitalismo.

A interpretação tradicional se torna ainda mais problemática quando seus autores alcançam a parte sobre as formas de valor. É verdade que *O Capital* é uma obra inacabada, permeada por tensões teóricas e projetos de revisão, mas a arquitetura do terceiro item do primeiro capítulo do Livro I passa longe de ser contingencial. O fato de Marx ter reescrito exhaustivamente a dedução da forma-valor – desde a *Contribuição* de 1859, passando pelo apêndice da primeira edição de 1867, até chegar na redação final de 1872 – evidencia que o desdobramento lógico do valor é o núcleo metodológico de sua ruptura com a economia clássica. E sobretudo no livro primeiro, escrito, editado e publicado por Marx, cada parte foi articulada para compor a totalidade, qual seja, o próprio capital; e cada momento da exposição é um momento dialético que passa do simples ao complexo, em que os fatos isolados são meras abstrações e só podem ser entendidos se reunidos no todo; assim como o todo, do qual não foram diferenciados e determinados os momentos, é abstrato e vazio (Kosik, 1976).

Com efeito, Backhaus (1978) argumenta que a terceira parte do capítulo primeiro, que desvenda a forma de valor através de sucessivas abstrações, em geral foi compreendida apenas como uma prova redundante ou como um ornamento dialético do que foi dito antes, enquanto o caráter fetichista e seu segredo, que compõe a quarta parte, deve ser decifrado a partir das três particularizações que a forma equivalente do valor assume.

Tal não parece ser a compreensão do marxismo tradicional. Para Meek ([1956] 1973, p. 176), Marx considerou a distinção entre trabalho abstrato e concreto como o “[...] pivô sobre o qual gira uma clara compreensão da economia política”. De fato, essa distinção estabelece critérios para a investigação da economia política, na medida em que demarca o que é de interesse da ciência econômica e o que não é. No entanto, as formas de valor parecem entrar nessa interpretação como um mero ornamento dialético da exposição, para usar os termos de Backhaus. O item que descreve as metamorfoses da mercadoria e as sucessivas formas que o valor assume não é um resumo histórico sobre as origens do escambo, mas a dedução lógica e imanente da gênese do dinheiro. É nesse momento da exposição que Marx demonstra a contradição entre valor de uso e valor, interna à mercadoria, e evidencia que o valor precisa adquirir uma forma fenomênica autônoma e tangível – a forma de equivalente geral. Sem compreender a transição da forma simples à forma-dinheiro, a teoria perde a capacidade de explicar por que o trabalho se manifesta como valor e por que o valor tem de se manifestar como dinheiro.

Contudo, ao alcançar a parte sobre as formas de valor, Meek apenas pontua a relação entre valor e dinheiro, e diz que não é necessário seguir os passos de Marx em detalhes, somente estabelecer que se trata de demonstrar a natureza das contradições lógicas e históricas surgidas entre mercadoria e dinheiro (Meek, [1956] 1973, p. 173). Assim também é com Dobb e Sweezy. Dobb ([1937] 1961, p. 49), mesmo reconhecendo que o valor “[...] não é um atributo intrínseco misterioso das coisas”, mas a expressão de uma relação social entre os homens, não se apropria da forma como ocorre a mediação entre essa relação social e as coisas nas quais ela se cristaliza. Enquanto isso, Sweezy ([1956] 1976) apreende o valor de troca como forma fenomênica do valor e explicita que todas as mercadorias são valores, não valores de troca; no entanto, essa relação aparece como algo trivial, sem a devida importância que tem para a teoria marxista do valor. Ao esvaziarem a dedução da forma-dinheiro, esses autores regressam a David Ricardo e naturalizam o dinheiro como um simples facilitador das trocas, ignorando que ele é a cristalização obrigatória da forma social do valor, e portanto não um contingente. Sem dinheiro, não há valor.

Por esta razão, a resposta dos representantes do marxismo tradicional à crítica da suposta contradição entre valor e preço foi insuficiente, em grande parte por ter sido moldada para rebater diretamente a objeção formulada por Böhm-Bawerk, segundo a qual haveria uma contradição insolúvel entre a determinação do valor pelo trabalho e a transformação desses valores em preços de produção, com lucros médios. Ao aceitar esse enquadramento, autores como Meek, Dobb e Sweezy acabaram reformulando a teoria do valor de Marx de modo a aproximá-la de uma lógica compatível com a economia política clássica.

Meek ([1956] 1973) reconhece que, no capitalismo desenvolvido, as mercadorias não tendem a ser vendidas por seus valores, mas por seus preços de produção, que incluem uma margem de lucro à taxa média. Essa transformação é necessária porque os capitais não são homogêneos: suas composições orgânicas variam, logo, sob a ação da concorrência, o lucro se iguala entre as esferas de produção, e não permanece proporcional ao capital variável.

Assim, Meek interpreta o movimento entre valor e preço como parte de um processo lógico e histórico, em que o volume I de *O capital* estabelece as bases simplificadas da produção de mercadorias, enquanto o volume III introduz as mediações do capitalismo plenamente desenvolvido. O que está em jogo, para ele, não é uma prova matemática, mas uma exposição de tipo lógico-histórico: as ilustrações aritméticas de Marx seriam ilustrações de tendência, etapas de seus argumentos em nível elementar, não demonstrações formais. A análise marxiana começa, assim, com a “produção simples de mercadorias”, onde os valores tendem a coincidir com os preços, que serve como ponto de partida lógico e histórico para entender o capitalismo; depois, a transformação dos valores em preços de produção passa a ser vista como o “espelho corrigido” de uma transição histórica do capitalismo “simples” para o “desenvolvido” (Meek, [1956] 1973, p. 193).

Dobb ([1937] 1961) adota posição semelhante. Para ele, é necessário entender os primeiros capítulos de *O capital* como uma aproximação teórica – uma modelagem necessária para a exposição de conceitos fundamentais, a serem depois mediados por formas mais complexas. O essencial, segundo Dobb, é que as conclusões principais da crítica da economia política – a exploração de classe por meio do mais-valor – não são invalidadas pelas transformações introduzidas no volume III. A transformação dos valores em preços de produção não corrige - nem contradiz - a teoria marxista do valor; apenas expressa como a forma capitalista mais desenvolvida redistribui os ganhos da exploração.

Adiante, ainda sobre as mediações entre Livro I e Livro III, a deturpação da teoria de Marx fica ainda mais explícita quando o marxismo tradicional anglo-saxão passa a tratar a lei do valor como uma espécie de teoria de equilíbrio geral. Embora Sweezy ([1956] 1976) formule essa tese de maneira mais explícita, essa leitura estruturalmente não difere das posições assumidas por Dobb, Meek e outros expoentes da abordagem do trabalho incorporado. Para essa tradição, Marx teria tido como um dos objetivos primordiais demonstrar como as forças de oferta e procura – quando em equilíbrio – fariam com que os preços de mercado coincidissem com os valores. Essa leitura é extremamente problemática, pois aproxima a teoria do valor de Marx da concepção smithiana de uma ordem espontânea do mercado, ou mesmo do equilíbrio geral dos marginalistas. Para Sweezy, a lei do valor é essencialmente uma teoria de equilíbrio

geral que descreve as forças que regulam: a) as razões de troca entre as mercadorias; b) a quantidade de cada mercadoria produzida; c) e a distribuição da força de trabalho aos vários ramos da produção. Essa lei, diz Sweezy ([1956] 1976, p. 81), se aplica primeiro à produção de mercadorias simples e depois é adaptada ao capitalismo desenvolvido.

A fraqueza dessa matriz interpretativa torna-se, portanto, evidente. Basta constatar que, uma vez suprimida a falsa premissa histórico-evolutiva da “produção mercantil simples”, todo o edifício teórico da interpretação tradicional rui como um castelo de cartas. Saad Filho (2001, p. 499) expõe com precisão a inconsistência desse artifício, lembrando que “[...] apesar de Marx frequentemente lançar mão de estudos históricos para explicar argumentos teóricos ou traçar a evolução das categorias analíticas, o único modo de produção que ele analisa sistematicamente no *Capital* é o capitalismo”.

De todo modo, o enfoque do marxismo tradicional na solução das supostas inconsistências entre os volumes de *O capital* é uma defesa de Marx contra os ataques liberais. E essa defesa, embora importante no contexto desse embate ideológico, carrega seus próprios limites teóricos. Ao responder nos termos do adversário, ela rebaixa a teoria marxista do valor a uma doutrina que busca expressar coerência técnica de uma forma social irracional, que funciona e se reproduz de maneira anárquica, ignorando o caráter crítico e revolucionário da ciência de Marx. E em que consiste, rigorosamente, esse caráter crítico? Consiste na capacidade de demonstrar que as categorias econômicas burguesas não são leis naturais inalteráveis, mas relações sociais historicamente específicas, determinadas e superáveis, que se cristalizam nas coisas. A própria estrutura da forma-valor é deixada de lado, como se a teoria de Marx sobre o valor só pudesse se legitimar se conseguisse justificar os preços tal como se apresentam no mercado – isto é, como se o objetivo fosse uma teoria da formação de preços e não a crítica das formas sociais que os produzem. Perde-se de vista que a investigação marxiana do capitalismo se recusa a assumir o mercado como dado natural e passa a explicar por que o trabalho humano assume a forma objetiva de valor, por que o valor exige a forma-dinheiro e como essas objetividades sociais passam a governar o metabolismo humano.

Com isso, a tentativa do marxismo tradicional de responder à crítica austríaca, em especial à de Böhm-Bawerk, termina por deformar a teoria do valor que pretendia defender. Ao invés de sua radicalidade teórica, ela se converte numa teoria positiva da formação de preços, compatível com os pressupostos mesmos de seus críticos. A teoria marxiana do valor foi, entre os autores do marxismo tradicional anglo-saxão, subvertida para uma teoria que se coloca os problemas da interpretação austríaca.

Ao se colocar nesta posição, a interpretação tradicional:

- a) Desconecta a análise do modo de produção da circulação e distribuição do produto, o que exagera a independência entre essas esferas e reforça uma separação artificial entre produção e mercado, que Marx justamente procurou superar.
- b) Afirma incorretamente que a análise de Marx sobre mercadoria, valor e moeda se refere a um amplo conjunto de modos de produção, especialmente a produção mercantil simples, e que sua análise do capitalismo só começa no quarto capítulo. Essa leitura ignora que já no capítulo primeiro Marx trata da forma-mercadoria como forma social específica dos produtos do trabalho sob o capitalismo.
- c) Reintroduz uma leitura ricardiana do valor, reduzindo Marx a um reformador técnico da teoria do trabalho incorporado. Essa síntese – que Marx cuidadosamente rejeitou, como lembra Saad Filho (2001) – anula a ruptura metodológica que funda a crítica da economia política como crítica das categorias sociais supostamente naturais e universais.
- d) Omite a análise das formas de valor e sua articulação com a forma-dinheiro. Ao saltar essa parte, ignora a lógica interna que conecta valor, dinheiro, fetichismo e as mediações da sociabilidade moderna.
- e) Assume como seus os problemas colocados pelos críticos austríacos, e reorienta a teoria do valor para o terreno do adversário. Ao fazer isso, converte uma teoria da mediação social em uma teoria da formação de preços, esvaziando seu conteúdo propriamente revolucionário.

3.3.2. O desvio sraffiano como um beco sem saída

A análise anterior demonstrou como o marxismo tradicional anglo-saxão, em sua tentativa de defender a teoria do valor de Marx contra a crítica austríaca, cometeu um erro estratégico fundamental. Ao aceitar os termos do debate impostos por adversários como Eugen von Böhm-Bawerk ([1896] 1949), a defesa rebaixou a teoria do valor a uma teoria quantitativa da formação de preços, nos moldes de David Ricardo. Este enquadramento, focado em salvar a consistência técnica da "transformação" de valores em preços de produção, acabou por esvaziar a teoria de seu conteúdo eminentemente crítico e de sua contribuição mais original: a análise da forma social do valor.

Essa postura defensiva deixou a teoria marxista em uma posição de vulnerabilidade. Ao apresentar Marx como um mero aperfeiçoador de Ricardo, os tradicionalistas não conseguiram articular a ruptura radical que *O Capital* representava. Criaram, assim, um vácuo teórico: se a

teoria do valor-trabalho é, em sua essência, um mecanismo para determinar preços de equilíbrio, então ela deve ser julgada por sua consistência e rigor matemático nesse quesito. A porta estava aberta para que qualquer abordagem que oferecesse maior rigor formal pudesse reivindicar superioridade.

É nesse contexto que a contribuição da escola sraffiana para a teoria do valor deve ser compreendida. Sua intervenção não foi um "desvio" exógeno, mas a herdeira lógica e rigorosa do projeto falho do marxismo tradicional. Os sraffianos tomaram a premissa dos tradicionalistas - de que o valor é uma teoria quantitativa de insumos para a determinação de preços - e a levaram às suas últimas consequências com uma formalização matemática muito superior. Eles se propuseram a "corrigir" as inconsistências que os próprios marxistas admitiam existir, mas o fizeram de uma maneira que tornaria a categoria central de Marx, o valor, obsoleta.

Esta seção argumentará que a análise sraffiana, em sua busca por perfeição técnica, realiza uma *reductio ad absurdum* da interpretação ricardiana do valor. A sua conclusão - de que a categoria de "valor" é redundante para a determinação dos preços de produção e da taxa de lucro - não deve ser vista como uma refutação de Marx, mas sim como a demonstração definitiva da esterilidade da leitura que o marxismo tradicional tentou defender.

Para desenvolver esta tese, a seção irá, primeiramente, traçar os antecedentes históricos dessa formalização matemática, desde os primeiros trabalhos de V. K. Dmitriev e Ladislaus von Bortkiewicz, que redefiniram o "problema da transformação" como uma questão de cálculo. Em seguida, analisará a culminação desse projeto na obra de Piero Sraffa, demonstrando como seu sistema de "produção de mercadorias por meio de mercadorias" dispensa a teoria do valor. Por fim, explorará as consequências dessa abordagem nas obras de seus seguidores, como Ian Steedman, para revelar como esse aparente beco sem saída, paradoxalmente, abriu caminho para uma redescoberta do núcleo autêntico da crítica de Marx: a teoria do valor como forma social.

A trajetória que culminou na síntese sraffiana foi pavimentada por uma série de intervenções teóricas que, progressivamente, reconfiguraram o eixo do debate sobre a teoria do valor. O catalisador desse processo foi a crítica de Böhm-Bawerk ([1896] 1949), que acusou Marx de uma contradição lógica insolúvel entre a teoria do valor do volume I de *O Capital* e a teoria dos preços de produção do volume III. Ao aceitarem o desafio imposto pelo autor austríaco nos exatos termos em que foi formulado, os teóricos subsequentes deflagraram um processo letal para a integridade da obra marxiana: a completa supressão da determinação formal do valor. Em nome da consistência matemático-formal na transformação de valores em preços, sacrificou-se a apreensão do trabalho abstrato enquanto relação social. Consequentemente, as

categorias de valor e mais-valor foram rebaixadas a coeficientes técnicos de trabalho corporificado, preparando o terreno para que, futuramente, fossem declaradas redundantes.

V. K. Dmitriev ([1902] 1974), um economista matemático russo de grande projeção, propôs uma espécie de “síntese orgânica” das teorias do valor-trabalho e da utilidade marginal. Seu trabalho inaugura, de forma pioneira, uma formalização rigorosa do cálculo do trabalho incorporado, próxima das análises de insumo-produto, derivando a taxa de lucro das condições de produção dos bens-salário - antecipando elementos que Sraffa desenvolveria décadas depois. Sua obra foi celebrada por Bortkiewicz e Chuprov, e classificada como “ricardiana”. Essa posição intermediária e conciliatória contrasta com a abordagem de Bortkiewicz, que se voltaria de forma mais incisiva à teoria marxista do valor.

Precursor direto das análises sraffianas, Bortkiewicz ([1907] 1949; 1907) propôs um novo sistema de equações simultâneas para determinar preços de produção e a taxa de lucro, tratando o problema da transformação como uma questão de coerência formal. Embora a teoria marxiana se propusesse, de fato, a derivar os preços de produção (como o centro regulador dos preços de mercado), ela o fazia com um objetivo distinto da economia clássica ou mesmo da neoclássica: demonstrar como a totalidade do mais-valor extraído na produção é redistribuída na circulação sob a forma de lucro médio.

Na leitura de Bortkiewicz, o sistema de Marx apresenta um erro fundamental e uma contradição entre as categorias de valor, apresentada no primeiro volume de *O capital*, e de preço, apresentada no terceiro volume (Bortkiewicz, 1907, p. 45). Para comprovar a suposta inconsistência do método marxiano e propor uma solução logicamente fechada, Bortkiewicz formaliza as condições de reprodução simples dividindo a economia em três departamentos: Departamento I (meios de produção), Departamento II (bens de consumo dos trabalhadores) e Departamento III (bens de consumo dos capitalistas). Enquanto Marx calculava a taxa de lucro baseando-se nos valores totais agregados e depois aplicava essa taxa aos preços de custo não transformados, Bortkiewicz ([1907] 1949, p. 201) argumenta que “[...] o princípio da taxa de lucro igual [...] deve envolver esses elementos [capital constante e variável] no processo de transformação”. Para isso, ele introduz coeficientes de conversão desconhecidos (x,y,z) para os valores dos produtos de cada departamento, estabelecendo o seguinte sistema de equações, onde p é a taxa média de lucro uniforme¹⁵:

¹⁵ Nestas equações, extraídas diretamente de sua demonstração (Bortkiewicz, [1907] 1949, p. 202), o lado esquerdo representa o preço de custo acrescido do lucro médio, enquanto o lado direito representa o preço total da produção de cada departamento (igualada à demanda social sob reprodução simples). Ao assumir uma mercadoria numerária (por exemplo, o produto do Departamento III, fazendo $z=1$), o sistema torna-se determinado, permitindo calcular simultaneamente a taxa de lucro (p) e os preços relativos (x,y) sem recorrer aos totais de valor agregados por Marx.

$$\begin{aligned}(1 + p)(c_1x + v_1y) &= (c_1 + c_2 + c_3)x \\(1 + p)(c_2x + v_2y) &= (v_1 + v_2 + v_3)y \\(1 + p)(c_3x + v_3y) &= (s_1 + s_2 + s_3)z\end{aligned}$$

Sua intervenção, contudo, antecipa um desvio problemático: a priorização quase exclusiva da consistência formal e da previsão de preços de equilíbrio, relegando a segundo plano dimensões centrais do projeto marxiano, como a análise das relações sociais de produção, a crítica do fetichismo e a dinâmica histórica do capitalismo. Ao isolar a determinação de preços relativos como um problema quase puramente contábil, o debate subsequente operou um reducionismo que se consolida e se evidencia em autores como Shibata (1933), cuja análise matemática do valor acaba por desvinculá-lo da análise de sua função de mediação das relações sociais de produção¹⁶.

Nessa mesma esteira, Tugan-Baranowsky (1915) ocupa um lugar de transição profundamente ambíguo na história do debate. Ao investigar o valor em suas conexões com o mais-valor no contexto da formação da taxa geral de lucro, o autor introduz formalizações numéricas com o intuito de provar a consistência lógica do sistema frente às críticas. Em seu capítulo sobre o mais-valor (Tugan-Baranowsky, 1915, p. 181-206), onde pensamos se localizar o cerne de sua argumentação sobre a relação entre valor e mais-valor, ele reafirma a conclusão marxiana de que o lucro capitalista advém da exploração da força de trabalho, sendo o mais-valor o lucro do capitalista e o mais-trabalho o fundamento desse lucro.

Contudo, a defesa operada por ele cobra um preço altíssimo: ao tentar comprovar a mecânica da exploração através de um instrumental puramente quantitativo – e buscando ecleticamente conciliar esses cálculos com premissas do marginalismo –, Tugan-Baranowsky separa a dimensão técnica e material da exploração (o mais-trabalho) de sua forma social e histórica específica (a forma-valor). Desse modo, sua intervenção pavimenta o caminho para a completa desvinculação entre exploração e valor, consolidando o instrumental formal que seria herdado, radicalizado e definitivamente esvaziado de sua dimensão social nas análises sraffianas.

Em consonância, precursores tardios, como F. Seton e o próprio Sraffa, deram ao “problema da transformação” um tratamento algébrico e matricial inédito. Se Bortkiewicz e Shibata

¹⁶ Shibata (1933) parte da ideia de que as proporções das relações de troca e dos fenômenos a ela associados pode ser explicada teoricamente sem o conhecimento prévio dos valores – que estão camuflados por trás dos valores de troca (Shibata, 1933, p. 49). Para o autor, era possível provar que os resultados obtidos ao determinar preços diretamente, sem fazer referência aos valores, são exatamente os mesmos que os resultados alcançados através de um processo de transformação que parte dos valores e da taxa de mais-valor para chegar aos preços de produção.

havia estabelecido a matriz conceitual do debate sraffiano, Seton elevou o padrão de rigor estritamente matemático e formal, explorando a determinação simultânea dos preços de produção e da taxa de lucro a partir de condições técnicas de produção.

Propondo uma defesa da teoria do valor de Marx contra as críticas de inconsistência lógica de Böhm-Bawerk, Seton (1957) apresentou um modelo geral de n divisões da economia, utilizando uma estrutura de “fluxos de valor” ancorada em uma matriz de Leontief, com o objetivo de demonstrar como esse sistema de valores pode ser traduzido em termos de preço. Mas, ao invés de propostas como as de Bortkiewicz (1907), Winternitz (1948) e Meek (1956), sobre as quais Seton argumenta que careciam de uma base objetiva para a escolha de um postulado de invariância, o autor reduz o modelo a três departamentos (bens de capital, bens-salário e bens de luxo) para poder investigar as características dos preços de produção.

Para operacionalizar essa investigação, Seton reformula o sistema de equações baseando-se em coeficientes de custo. Ele define γ e ω como as proporções de capital constante e variável, respectivamente, no valor total do produto de cada setor. Assumindo o postulado de invariância onde o preço total iguala o valor total e mantendo a premissa marxiana de taxas de mais-valor iguais, Seton deduz que o preço p_i de qualquer mercadoria (expressa como múltiplo do seu valor-trabalho) é determinado pela seguinte relação com a estrutura média da economia:

$$p_i = \frac{\gamma_i(p - \chi) + \chi}{\gamma_0(p - \chi) + \chi}$$

Nesta equação, γ_i representa a composição de capital do setor específico e γ_0 a média nacional; χ é a razão salarial (proporção do valor que vai para os trabalhadores, igual em todos os setores); e p é a razão de preços entre o departamento de bens de capital e o de bens-salário (p_1/p_2). Através desta formalização, Seton demonstra que o termo $(p - \chi)$ é necessariamente positivo, o que implica matematicamente que p_i será maior que 1 (preço acima do valor) sempre que γ_i for maior que γ_0 (Seton, 1957, p. 158-159).

Assim, Seton (1957) formaliza algebricamente o teorema de que os preços excederão os valores em indústrias com maior composição orgânica de capital. Embora essa dinâmica compensatória já fosse uma premissa deduzida por Marx na formulação da taxa média de lucro no Livro III, a demonstração de Seton apresentou uma prova matricial fechada para esse desvio.

Em suma, Seton elevou a sofisticação algébrica do debate a um novo patamar, confirmando matematicamente a intuição de Marx sobre a relação entre preços e composição orgânica. No entanto, essa confirmação ocorreu dentro de um quadro que já havia transformado o

valor em um mero "fluxo" em uma matriz técnica de insumos, tratando a economia como um sistema de engenharia, e não como um campo de antagonismo social. A trajetória estava completa e a investigação da forma social e fetichista que governa a produção foi, definitivamente, arrastada para fora do debate.

Nos anos 1960, com a publicação de *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*, Piero Sraffa aparece com uma contribuição singular. Como o próprio subtítulo de sua obra indica, trata-se de um *Prelúdio a uma crítica da teoria econômica*. Já no prefácio, Sraffa ([1960] 1997, p. 11) é categórico ao afirmar que suas proposições visam fornecer uma base para a crítica da teoria marginalista do valor e da distribuição. Para fazê-lo, posiciona-se em um retorno aos economistas clássicos, retomando o problema, deixado por David Ricardo, da busca por uma "medida invariante de valor", que ele pensa ter solucionado por meio da mercadoria-padrão.

Sraffa reconhece a dificuldade teórica enfrentada por Ricardo, qual seja, a necessidade de expressar preços em termos de um padrão que não fosse ele mesmo afetado por variações na distribuição entre salários e lucros. Segundo Sraffa, tanto Ricardo quanto Marx teriam procurado pela medida invariante do valor, já que sua necessidade surge quando os salários e a taxa de lucro variam e, em resposta, os preços relativos mudam devido à desigualdade nas proporções entre trabalho e meios de produção nas diferentes indústrias, ficando, assim, impossível distinguir se a variação de preço origina-se na mercadoria medida ou na mercadoria usada como padrão (Sraffa, [1960] 1997, p. 39).

Para resolver o suposto problema, Sraffa "cria" a mercadoria-padrão: um construto teórico crucial para encontrar a "medida invariante do valor", que representava uma combinação de mercadorias cuja composição dos meios de produção era idêntica à do produto. Dentre as características desse construto, destacam-se: (1) recorrência e invariância, pois a razão entre o produto líquido e os meios de produção permanece a mesma independentemente das variações na divisão do produto entre salários e lucros, e até de alterações nos preços; (2) e o isolamento de movimentos, pois o padrão seria capaz de isolar os movimentos de preços de qualquer produto, permitindo observá-los "como num vácuo", pois a própria mercadoria-padrão é "equilibrada" e não sofre alterações de valor relativas aos seus próprios meios de produção quando ocorrem mudanças na distribuição (Sraffa, [1960] 1997, p. 36-37).

Esse conceito serve a Sraffa como uma medida de valor que não varia e permite estabelecer uma linearidade da relação entre salário e lucro. O distanciamento em relação à crítica marxiana, no entanto, evidencia-se na operação exposta no sexto capítulo de sua obra, quando Sraffa ([1960] 1997, p. 55) propõe a "[...] redução a trabalho datado", isto é, a decomposição do valor de uma mercadoria em uma série de quantidades de trabalho aplicadas em momentos

específicos do passado. No procedimento que o autor propõe, o trabalho é tomado tão somente como um insumo de produção. Sraffa aqui assume o trabalho biológico como quantitativamente uniforme, dispensando por completo a distinção qualitativa entre trabalho concreto e abstrato, bem como o problema da validação social desse trabalho no mercado. A busca infértil por uma medida invariável de valor vai conduzindo Sraffa à mesma mistificação da qual os economistas que ele critica não conseguem sair – a mistificação que esconde o fato de que a sociedade burguesa torna todas essas operações possíveis no mercado através do dinheiro, não necessitando de nenhuma outra coisa para representar o valor das mercadorias¹⁷.

Em suma, Sraffa constrói seu modelo com base em coeficientes físicos porque o seu propósito crítico, que era derrotar a teoria marginalista, assim o exigia. Tratar o mais-valor como um excedente físico a ser distribuído era suficiente para sua tarefa. O verdadeiro colapso metodológico face à teoria do valor ocorre, portanto, quando esse instrumental é importado, sem as devidas mediações, pelo marxismo neoricardiano. A acusação frequente desses seguidores de que a categoria marxiana de valor seria redundante repousa sobre a seguinte tautologia: o valor é de fato redundante dentro do sistema de Sraffa, pois o texto de 1960 foi concebido *a priori* para operar exclusivamente com quantidades físicas e preços relativos. Todavia, a crítica neoricardiana opera uma transmutação desse objeto, decretando a falência da teoria marxista do valor avaliando-a por meio de um sistema de equações que, por suas próprias premissas, nunca se propôs a investigar a forma social do capitalismo.

As implicações do trabalho de Sraffa foram levadas à sua conclusão mais radical por seus seguidores, notadamente Ian Steedman. Em sua obra, Steedman (1977) parece entender que a teoria do valor de Marx não é apenas inconsistente, mas fundamentalmente irrelevante. Seguindo essa perspectiva, a taxa de lucro e os preços de produção podem ser determinados de forma completa e rigorosa apenas com base nas condições físicas de produção e nos salários reais. O valor-trabalho se torna, assim, uma *detour* desnecessária, e o problema da transformação, um “pseudoproblema”: “De fato, uma vez que a taxa de lucro e todos os preços de produção podem ser determinados sem referência a qualquer magnitude de valor, o ‘problema da transformação’ é um pseudo-problema” (Steedman, 1977, p. 14).

¹⁷ Nos apêndices do texto, Sraffa torna explícita a suposta conexão histórica de seu conceito com a busca clássica pela “medida invariável de valor”. Dentre outras observações, o autor destaca que a concepção de uma medida-padrão como uma média entre extremos pertence a David Ricardo, que teria tentado isolar o cereal (trigo) como o único produto requerido para sua própria produção e para a das outras mercadorias, permitindo a determinação da taxa de lucro independentemente do valor. Sendo assim, Sraffa apresenta sua mercadoria-padrão como a generalização da intuição ricardiana, resultando em algo “[...] muito próximo ao padrão sugerido por Adam Smith”, o “trabalho ordenado”, ao qual o próprio Ricardo se opusera (Sraffa, [1960] 1997, p. 120).

No entanto, chamar o problema da transformação de "pseudoproblema" é inadequado. Para a teoria marxiana do valor, a questão não é a determinação numérica dos preços, mas as conexões internas do processo, a explicação social de como o valor, substância abstrata de trabalho, se manifesta (e se transfigura) na superfície dos preços.

Com efeito, Steedman (1977) insiste que, como a taxa de lucro e os preços podem ser definidos sem qualquer referência às magnitudes de valor, a discussão sobre sua conversão é intrinsecamente sem importância. Essa visão, no entanto, ignora que, para a teoria de Marx, o ponto central não é o cálculo numérico dos preços, mas a explicação social de como o valor, substância de trabalho abstrato, se manifesta e se transfigura na superfície do mercado.

Steedman (1977, p. 40) acredita que é plausível mensurar o valor das mercadorias da matriz em termos de unidades de tempo de trabalho. Ele não percebe que a realidade faz isso a todo tempo, através do dinheiro. Um problema das análises rraffianas aparece aqui: a busca por uma unidade de medida invariável empreendida pelos clássicos terminou com Marx. Depois de Marx - para brincar com o título do livro de Steedman - essa busca é infértil. A questão colocada pela teoria marxiana do valor é a de que a moeda não exerce um papel secundário; na verdade, sem o dinheiro transfigurado na moeda, não há troca de mercadorias em sentido capitalista, não há meio de o valor se manifestar e, portanto, não há valor. No capitalismo, no entanto, não medimos os valores das mercadorias em unidades de tempo de trabalho - medimos em dinheiro.

A abordagem de Steedman, embora se apresente como tecnicamente superior, repousa sobre uma base teórica frágil. Ao tratar as condições técnicas e os salários como dados exógenos, ela oferece uma fotografia estática que perde de vista a dinâmica social do capitalismo: a luta de classes e a acumulação de capital, que determinam precisamente essas condições.

Como aponta Saad Filho (2001), o capital é reduzido a uma coleção de valores de uso, e não a uma relação social de produção. A análise limita-se a um nível fenomenológico, dissociando a determinação do lucro de sua origem social no mais-valor. A moeda, por sua vez, é tratada como um mero *numeraire*, sem papel autônomo, uma característica compartilhada com os modelos de equilíbrio geral walrasianos.

Em contrapartida, o trabalho de Geoffrey Hodgson (1974; 1981) representa uma tentativa de complexificar o debate. Em *Marxian epistemology and the transformation problem* (1974), ele aceita a crítica da inconsistência formal de Marx e argumenta o erro está em não transformar os preços dos insumos junto com os preços dos produtos. No entanto, em vez de descartar a teoria do valor, Hodgson (1974) propõe uma solução do tipo Bortkiewicz como uma alternativa logicamente consistente. Essa solução, embora abandone as identidades agregadas de Marx (valor total \neq preço total), busca demonstrar que os valores-trabalho são a informação necessária

e suficiente para determinar os preços de produção e a taxa de lucro, validando a teoria do valor como a base explicativa subjacente.

Hodgson define x_1 , x_2 e x_3 como “coeficientes de preço” para os setores de bens de capital, bens-salário e bens de luxo, respectivamente, enquanto insiste na tese de que a taxa de lucro (p^*) deve ser calculada sobre o capital avaliado nestes preços, não em valores simples. A fórmula geral para a taxa de lucro torna-se a seguinte em seu esquema (Hodgson, 1974, p. 374):

$$p^* = \frac{\text{receita bruta} - \text{custos}}{\text{desembolso total de capital}}$$

Diferente da fórmula marxiana, tanto o numerador quanto o denominador são convertidos pelos coeficientes de preço. Hodgson ilustra o fenômeno com o Departamento I (bens de capital), em que a taxa de lucro depende simultaneamente do preço do próprio produto (x_1) e dos bens-salário (x_2) que compõem o capital variável:

$$p^* = \frac{1000x_1 - 500x_2}{3999x_1 + 500x_2}$$

Ao resolver o sistema resultante de equações para os três departamentos estudados, Hodgson encontra uma taxa de lucro positiva única ($p^* \approx 12,7\%$) e coeficientes de preço determinados, o que o permite sustentar que “[...] os valores dados nos vários departamentos podem ser usados como informação suficiente para determinar os preços relativos e a taxa de lucro”, supostamente provando que a derivação matemática é possível sem recorrer às igualdades agregadas postuladas por Marx (Hodgson, 1974, p. 32).

A partir disso, Hodgson tenta afastar o debate daquilo que considera ser uma mistificação das categorias teóricas no marxismo tradicional. Em seu artigo de 1974, ele dedica uma seção inteira a criticar a “mistificação da economia política de Marx” (Hodgson, 1974, p. 372), atacando os marxistas que rebaixam a taxa de lucro e os preços de produção a categorias puramente racionais e “místicas” sem qualquer contato empírico (Hodgson, 1974, p. 373, 377). Para Hodgson, conceitos como trabalho abstrato e valor devem se traduzir num aspecto fenomênico e ressoar em uma correspondência observável. Ele chega a afirmar que a abstração do trabalho “[...] não é meramente o produto mental de uma totalidade concreta de trabalhos” (Hodgson, 1974, p. 380), entendendo essa abstração como um processo real que ocorre na troca monetária. Contudo, ao exigir essa ancoragem fenomênica imediata para fugir do que ele acusa como

dogmatismo e ao idealismo hegeliano da tradição marxista (Hodgson, 1974, p. 377), Hodgson acaba por comprometer a dimensão estrutural e suprassensível do valor.

Em um trabalho posterior, *Money and the Sraffa System* (1981), Hodgson busca superar a divisão entre a teoria do valor e a teoria monetária. Integrando conceitos keynesianos como a “preferência pela liquidez” a um modelo sraffiano de equilíbrio móvel, ele demonstra que o dinheiro não é neutro: fatores monetários têm efeitos diretos sobre os preços relativos, os lucros e os salários (Hodgson, 1981, p. 92). Curiosamente, o seu modelo demonstra que, enquanto os preços flutuam ao sabor da procura por liquidez, as grandezas dos valores-trabalho subjacentes permanecem inalteradas, uma vez que a preferência pela liquidez por dinheiro em espécie “[...] não afeta os valores-trabalho incorporados no sistema” (Hodgson, 1981, p. 89).

Ainda assim, a abordagem sraffiana ou neoricardiana, mesmo na versão sofisticada de Hodgson, apresenta tensões para a teoria marxista. Ao demonstrar que os preços relativos e a taxa de lucro flutuam em função de variáveis monetárias e distributivas, enquanto a matriz de valores-trabalho permaneceria inalterada, essa leitura atesta, na verdade, o divórcio entre a sua concepção de valor a dinâmica real da acumulação. O erro fatal reside menos na procura por coerência lógica e mais na redução do objeto a um formalismo matemático.

Portanto, o que designamos aqui por “desvio neoricardiano” desloca a teoria do valor para o campo de uma teoria puramente fiscalista, formalista, técnica, da determinação de preços. E ao operar essa transmutação, a referida corrente teórica:

- a) Leva às últimas consequências a ideia de reduzir o valor de Marx a uma medida quantitativa de trabalho incorporado, de forma semelhante a Ricardo, e persegue tal ideia com maior rigor matemático do que os tradicionalistas.
- b) Os sraffianos deduzem que, se o objetivo é uma teoria quantitativa logicamente consistente baseada em insumos de produção, a categoria de "valor" (como trabalho incorporado) não é necessária. É possível derivar os preços e a taxa de lucro diretamente dos dados físico-técnicos da produção.
- c) Por conseguinte, a conclusão neoricardiana, notabilizada por autores como Steedman, de que o trabalho incorporado é redundante, não é, do ponto de vista de sua formalização matemática, equivocada; ela é rigorosamente exata à luz das premissas clássicas. Os sraffianos provam inadvertidamente que, se Marx fosse efetivamente um Ricardo mais confuso, então o sistema sraffiano seria um sistema ricardiano mais coerente e superior ao sistema de Marx.
- d) O impasse do projeto neoricardiano constitui, paradoxalmente, a sua maior contribuição histórica para o debate. Pois, ao levar o paradigma do trabalho incorporado à sua

exaustão e provar sua redundância algébrica, esta corrente força uma ruptura definitiva com a interpretação ricardiana da teoria do valor de Marx. Fica, assim, pavimentado o caminho de resgate daquilo que é original em *O Capital* e indispensável para a refutação das críticas subjetivistas da Escola austríaca: a teoria da forma-valor.

3.3.3. O fantasma finalmente se revela

O debate em torno do "problema da transformação", desde a investida original de Böhm-Bawerk, passando pela resposta de Hilferding e chegando ao veredito de Steedman, pode ser visto como um longo e tortuoso processo que, no final, prestou um serviço inestimável à teoria marxiana. Ao levar a interpretação do valor enquanto mero "trabalho incorporado" à sua conclusão matemática mais extrema, a vertente neoricardiana acabou por decretar a redundância dessa categoria no interior de seu próprio sistema estático.

É precisamente nesse aparente colapso que reside a maior contribuição do desvio sraffiano. Ele força uma ruptura definitiva e inegociável com a interpretação ricardiana que dominou o marxismo por tanto tempo. Ao demonstrar que a teoria do valor-trabalho não funciona como uma teoria da formação de preços de equilíbrio, os sraffianos, involuntariamente, forçaram os teóricos marxistas a se perguntarem: se a teoria do valor não é sobre isso, então sobre o que ela é? Ao fechar a porta da leitura quantitativista e tecnicista, eles abriram caminho para a única interpretação que pode dar sentido à totalidade da obra de Marx: a teoria da forma social do valor.

Este processo pode ser entendido como uma mudança de paradigma¹⁸. O paradigma "ricardiano-marxista" enfrentou uma anomalia (a inconsistência da transformação) que tentou resolver com ajustes internos. Os trabalhos de Sraffa e Steedman provocaram uma crise paradigmática, mostrando que o modelo antigo era, em seus próprios termos, insustentável. A resposta não poderia ser mais uma tentativa de "salvar" o valor dentro do paradigma antigo. A solução exigia uma revolução teórica: a transição para a interpretação da forma-valor.

Neste novo marco de compreensão, o problema da transformação não se resume a uma contradição lógica e passa a se apresentar como um problema que existe efetivamente na realidade. Embora não se ignore o monumental esforço do próprio Marx, no Livro III, em calcular

¹⁸ O conceito de "paradigma" é aqui utilizado no sentido desenvolvido por Thomas S. Kuhn em sua obra seminal *A estrutura das revoluções científicas*, publicada originalmente em 1962. Para Kuhn ([1962] 2020), um paradigma constitui o conjunto de teorias, métodos e pressupostos que orientam a pesquisa científica em um determinado período, o que ele chama de "ciência normal". Uma "revolução científica" ou "mudança de paradigma" ocorre quando anomalias — resultados que contradizem o paradigma vigente — se acumulam, gerando uma crise que só é resolvida com a adoção de um novo paradigma.

a conservação quantitativa entre a totalidade dos valores e a dos preços de produção, o problema deixa de ser encarado primariamente como um quebra-cabeças algébrico, revelando-se enquanto desdobramento central da crítica de Marx: demonstrar quantitativa e qualitativamente como e o porque a substância social do trabalho (o valor) assume necessariamente uma forma fenomênica (o preço) que mistifica a origem da exploração e viabiliza a reprodução do capital em sua totalidade.

Böhm-Bawerk se propôs a examinar a validade do sistema de Marx, e diferentes tradições interpretativas apressaram-se em responder-lhe no mesmo terreno. Contudo, ao levarmos a proposição do problema da transformação às últimas consequências, constatamos que tanto aquele que perguntou quanto aquele que respondeu acabaram, eles próprios, examinados, cumprindo a advertência socrática registrada por Platão (1970, p. 253). A crítica do fracasso e o fracasso da crítica, a escola austríaca e as abordagens do trabalho incorporado, adversários na superfície das relações de mercado, revelaram-se reféns da mesma miopia: a absoluta incapacidade de apreender o valor enquanto forma social.

O aparente beco sem saída erguido por essa querela secular foi, portanto, o catalisador histórico para a redescoberta do núcleo vital da crítica de Marx. Resta-nos, no próximo capítulo, avançar sobre esse novo paradigma e, amparados em Rubin, desnudar o fantasma que assombrou os debatedores, reconstituindo o duplo caráter do trabalho e o fetichismo incrustado na forma da mercadoria.

4. DESNUDANDO O FANTASMA: A TEORIA DA FORMA-VALOR DE MARX E RUBIN CONTRA BÖHM-BAWERK

"Este escravo amarelo os sacrossantos votos anula e quebra, lança a bênção nos malditos, amável deixa a lepra, dá estado aos ladrões e lhes concede títulos e homenagens [...]. Vamos, poeira maldita, prostituta comum da humanidade, que a discórdia nas nações introduzes, vou fazer-te voltar a ser o que és."

(Shakespeare, *Timão de Atenas*, 2017, p. 111)

A resolução do impasse criado pela crítica sraffiana exige um retorno ao que há de mais específico na teoria de Marx, um elemento frequentemente negligenciado tanto pelo marxismo tradicional quanto pelos críticos de Marx: a indissociabilidade entre a teoria do valor e a teoria do fetichismo da mercadoria. O autor que articulou essa conexão de forma mais sistemática e influente foi Isaak Illich Rubin. Para apreender a envergadura de sua contribuição ao projeto iniciado por Marx de crítica da economia política, precisamos escrutinar sua trajetória política e intelectual.

Rubin consolidou-se como um dos mais proeminentes economistas da União Soviética a partir de seu ingresso, em 1919, no Instituto Marx e Engels (IME). Sob a direção de David Riázanov, Rubin assumiu o gabinete de economia política e converteu-se na peça-chave do projeto de estruturação da primeira *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA), que pretendia lançar as obras completas de Marx e Engels. O trabalho direto com os manuscritos originais desses dois autores e o domínio exaustivo de toda a história do pensamento econômico distanciariam Rubin de muitas leituras superficiais de sua época. De acordo com Vasina e Rokityansky (1992, p. 821), o nome de Rubin emergiu como um dos principais acadêmicos em economia de todo o país, e seus artigos “[...] provocavam debates afiados e suas palestras eram muito populares”.

O aprofundamento de sua investigação teórica colidiu de forma trágica com as demandas políticas e materiais do Estado soviético na segunda metade da década de 1920. O projeto de industrialização acelerada e a planificação central exigiam uma base teórica capaz de justificar a extração massiva de excedentes de trabalho:

Por que a versão social do valor em Rubin, apesar de sua correção teórica, foi derrotada no debate com a versão mecanicista? Em minha opinião, principalmente porque Rubin, ao compreender o valor como uma forma social das relações entre coisas, não o reduzia aos gastos efetivos do trabalho individual [...]. No entanto, a realidade econômica soviética, especialmente na segunda metade dos anos 1920, exigia essa naturalização (Padial, 2026, p. 23).

Bem, como veremos, a interpretação que Rubín propunha caminhava em direção contrária à naturalização da lei do valor, à proposta de que as relações sociais que operam a partir desta lei são passíveis de serem administradas por um órgão planejador. Segundo Rubín, o valor é uma forma social exclusiva e indissociável da produção mercantil-capitalista; por esta razão, destruir esse tipo de produção implicaria necessariamente na destruição da lei do valor. Em sua leitura, a sobrevivência do valor significava, em igual medida, a sobrevivência da exploração reificada, algo inaceitável para uma sociedade em transição socialista.

Já na década de 1920 a resposta institucional a essa leitura materializou-se na *Rubinschina*, uma campanha difamatória orquestrada para expurgar a interpretação da forma-valor do debate acadêmico soviético. Os detratores de Rubín apelaram para o dogmatismo de Estado e para o assassinato escancarado de reputações:

A peça central do grupo anti-Rubín foi a publicação de um volume editado, *Rubinschina ili marksizm? (Rubinismo ou Marxismo?)*, um título que na língua russa tem conotações especialmente maliciosas. [...] Os opositores careciam completamente, no entanto, da competência mais ampla de Rubín dentro da história das ideias econômicas [...]. Seus artigos continham principalmente referências a Vladimir Lenin, tratadas como dogma irrefutável (Boldyrev, 2015, p. 376).

Após uma série de prisões ao longo dos anos 1920, Rubín foi formalmente arrolado no julgamento dos mencheviques em março de 1931. Acusado de colaborar com um pretense “Bureau Sindical do Comitê Central do POSDR”, uma organização financiada pelo exterior e com acusações de ter sido forjada pelos inquiridores, Rubín foi submetido a severas sessões de tortura até confessar sua culpa (Padial, 2026, p. 7), isto é, que teria entregado a David Riazanov um documento contendo preparativos para uma insurreição (Da Gama Cerqueira, 2010, p. 29). Mesmo exilado, ele manteve sua dignidade intelectual e produziu incansavelmente, até que, em 15 de novembro de 1937, uma *troika* da polícia de segurança local condenou-o à morte por fuzilamento, sob a acusação de atividade contrarrevolucionária (Boldyrev, 2015, p. 382).

Mesmo tendo pouco tempo para amadurecer sua produção intelectual, Isaak Illich Rubín legou contribuições notáveis. Seu pioneirismo consolidou-se, primordialmente, com a publicação de *A teoria marxista do valor*, cuja primeira edição data de 1923, a segunda de 1924 e a terceira, amplamente revisada no calor das disputas acadêmicas, de 1928, que é a que aqui utilizamos. A premissa estrutural dessa obra estabelece um claríssimo divisor de águas entre as interpretações marxistas, com o fetichismo da mercadoria assumindo o posto de fundamento arquitetônico da sociedade capitalista. Rubín demonstra, com vastos exemplos e argumentações, que a sociedade mercantil regula a atividade de seus produtores atomizados de maneira

indireta, isto é, através do movimento reificado das mercadorias. O enigma da sociedade burguesa resolve-se quando compreendemos que categorias como dinheiro, capital e lucro representam sedimentações históricas de relações de produção.

Essa apreensão sociológica profunda foi acompanhada por um rigoroso escrutínio da história das ideias econômicas, como já mencionamos antes. Em 1926, com a publicação de *História do pensamento econômico* – obra que se tornaria o manual mais difundido de economia política da década na União Soviética –, Rubín assentou a premissa de que a evolução das doutrinas econômicas deriva diretamente do desenvolvimento das formas de produção e da luta de classes, não podendo ser compreendida sem o estudo desse desenvolvimento. Para João Antônio de Paula e Hugo da Gama Cerqueira (2014, p. 22), esta obra, concebida como um manual para uso no ensino superior, reitera a lição de Marx “[...] quanto às determinações materiais da existência, dos símbolos e das formas de consciência, determinações que rejeitam o reducionismo e o unilateralismo”.

O domínio da economia clássica capacitou Rubín a diagnosticar o limite exato dos antecessores de Marx, constatando que a teoria de Smith sucumbiu diante do problema da troca entre capital e trabalho, enquanto o construto de Ricardo fracassou na formulação dos preços de produção e da taxa média de lucro. Em paralelo, Rubín utilizou esse mesmo arcabouço para desferir, no ensaio *A escola austríaca* (1926), uma crítica demolidora ao nascente subjetivismo. Ele denunciou a metodologia utilizada pela escola marginalista e suas linhas derivadas:

Nas representações da escola austríaca, vê-se o mundo como Robinson Crusóé, e todos os fenômenos socioeconômicos convertem-se em elementos técnico-materiais de um consumo ou de uma produção sujeitos à “apreciação” psicológica [...]. A escola austríaca começa não de relações objetivo-sociais entre pessoas, mas da psicologia e dos propósitos do indivíduo isolado (o método subjetivo-psicológico); ela estuda a “atividade econômica” em geral, independentemente da forma histórica da economia (Rubín, [1926] 2019, p. 147-148).

Contra a dupla ameaça do marginalismo e do mecanicismo físico-quantitativo, Rubín empreendeu uma formulação inteiramente nova da categoria de trabalho abstrato. O artigo *Trabalho abstrato e valor no sistema de Marx* (1927) liquida de vez a identificação do trabalho abstrato com o mero dispêndio fisiológico de energia humana. A abstração aqui é explicada como um evento prático e objetivo de equalização social efetivado cotidianamente no mercado. Segundo Rubín ([1927] 2023), designa-se como trabalho abstrato a fração do trabalho social total equalizada através da equiparação mercantil dos produtos. Dessa maneira, a forma do valor reflete o caráter social particular da produção de mercadorias. Essas precisões categoriais vão

fornecer o estofa para a confecção da terceira edição de *A teoria marxista do valor* (1928), na qual Rubín reescreveu capítulos inteiros e adicionou o bloco *Resposta aos críticos* para confrontar teóricos contemporâneos soviéticos, como Dashkovskii (Melo; Padial, 2024, p. 17).

Em manuscritos maduros, como *Essays on Marx's Theory of Money* (1926-1928) e *Para a história do primeiro capítulo de O Capital de Marx* (1929), Rubín segue decifrando a relação inseparável entre valor e dinheiro. A equiparação universal das mercadorias pressupõe o equivalente geral, o que o levou a concluir que a teoria do valor é inoperante sem a teoria do dinheiro. Daí, inclusive, o ponto de ruptura entre Marx e Ricardo, que Rubín identifica definitivamente durante a análise dos textos de Samuel Bailey, evidenciando o momento em que Marx demarcou a diferença entre valor e valor de troca.

Entre 1936 e 1937, Rubín escreve textos inacabados que foram reunidos sob o título *A doutrina do capital de David Ricardo*, em que ele retorna à gênese da economia clássica com o objetivo de sentenciar a bancarrota de seu mais brilhante expoente. Com efeito, a atenção de Ricardo teria se fixado, segundo Rubín ([1936-1937] 2024), nos elementos técnico-materiais do capital, o que impediu o inglês de apreender a natureza peculiar da relação social oculta na contratação da força de trabalho.

Sendo assim, em todas as frentes de sua atuação intelectual, Rubín manteve-se norteado por uma recusa peremptória em dissociar a materialidade da produção da sua forma social e histórica. Seu assassinato e o confisco de seus manuscritos impuseram um longo silenciamento a uma das interpretações mais sofisticadas da teoria de Marx, particularmente da teoria marxista do valor, produzindo um vácuo que pavimentaria o caminho para a hegemonia de um marxismo de matriz ricardiana, o qual, ao reduzir a teoria do valor ao trabalho incorporado, deixou a crítica da economia política vulnerável às investidas que culminaram na crítica da redundância do valor. Foi a partir da década de 1970 que se deflagrou uma mudança de paradigma no seio do marxismo ocidental, momento em que os textos de Rubín foram redescobertos.

O marco dessa retomada ocorreu com a tradução e a difusão de *A teoria marxista do valor*. Em 1973, a edição norte-americana publicada pela Black & Red apresentou Rubín ao mundo anglófono, enquanto, no ano seguinte, a editora Pasado y Presente lançou a obra em Córdoba, sob a direção de José Aricó e com a tradução de Néstor Míguez (Conde, 2015). O impacto dessa redescoberta foi particularmente profundo na Alemanha, onde Hans-Georg Backhaus e Helmut Reichelt, influenciados pelas elaborações de Rubín sobre a forma de valor (*Werform*), inauguraram a *Neue Marx-Lektüre* (Nova Leitura de Marx) (Padial, 2026, p. 26-27). A tradução de seus textos converteu Rubín em um dos principais representantes do que ficou

conhecido como a “abordagem da forma-valor” (Boldyrev, 2012, p. 12), consolidando a ideia de que a teoria do valor deve admitir o papel crucial da forma¹⁹.

É sob a esteira dessa redescoberta que o presente capítulo se estrutura. Vimos, anteriormente, a crítica de Böhm-Bawerk contraposta às formulações do trabalho incorporado, que são insuficientes. As diversas correntes que fazem parte desse debate ainda comungam de uma mesma negligência perante a forma do valor, tropeçando sempre na reificação das categorias econômicas. Por esta razão, a interpretação de Rubin será recolada no centro. Contra a crítica que aponta uma contradição entre valor e preço em Marx, contra a crítica que pretende justificar a redundância do valor e contra as defesas que não se valem da centralidade da forma do valor, pretendemos demonstrar que a interpretação proposta por Rubin é incontornável. Rubin reposiciona a materialidade sobre a qual está erguido o sistema de preços, destruindo a base mecanicista dessas críticas:

A reificação do trabalho em valor é a conclusão mais importante da teoria do fetichismo, que explica a inevitabilidade da “reificação” das relações de produção entre as pessoas numa economia mercantil. A teoria do valor-trabalho não descobriu a condensação material do trabalho (como elemento da produção) em coisas que são produtos do trabalho [...]. A teoria do valor-trabalho descobriu o fetiche, a expressão reificada do trabalho social no valor das coisas (Rubin, [1928] 1987, p. 88).

Simultaneamente, essa mesma matriz sociológica dissolve o conjunto das críticas propostas por Böhm-Bawerk. Sua acusação de que a teoria dos preços de produção invalida a lei do valor ampara-se numa crença positivista de que o valor operaria como se fosse um centro gravitacional estático ditando preços diretos no vácuo. Em outras palavras, como se a violação dos valores pelos preços não fosse uma das dimensões da lei do valor. A falha de Böhm-Bawerk provém de sua incapacidade de distinguir a “[...] a diferença entre a existência ‘material’ e ‘funcional’ das coisas, entre o produto do trabalho e sua forma social” (Rubin, [1928] 1987, p. 88), não percebendo que a teoria do valor e a teoria do preço não são teorias de dois tipos diferentes de economia. Ambas tratam da economia capitalista, considerada em diferentes níveis de abstração (Rubin, [1928] 1987, p. 272).

¹⁹ Sobre a recepção germânica, cumpre notar que o resgate de Rubin possui antecedentes fundamentais na Alemanha Oriental (RDA) já na década de 1960, precedendo a difusão anglófona. Conforme detalha Padial (2026, p. 25-26), economistas da RDA utilizaram as teses de Rubin de forma instrumental para refutar interpretações fisiológicas do valor, que propunham a medição direta em tempo de trabalho, defendendo, em contrapartida, a necessidade da mediação monetária. Embora essa primeira apropriação tenha omitido o debate sobre o fetichismo para justificar reformas pró-mercado, o trabalho de Walter Tuchscheerer, publicado em 1968, reintegrou a dimensão da reificação à teoria do valor baseando-se em manuscritos soviéticos originais. Esse debate germânico-oriental foi o elo que influenciou Hans-Georg Backhaus no seminário de Theodor Adorno em 1962, constituindo um pilar silencioso na formação da *Neue Marx-Lektüre*. Para um detalhamento dessa trajetória, ver também Rauhala (2023).

O Livro I de *O Capital* desvenda a forma elementar do valor inerente à sociabilidade de produtores independentes, na medida em que a separação entre capital e trabalho, bem como a concorrência capitalista, vão sendo introduzidas pouco a pouco. Enquanto isso, o Livro III identifica o modo como essa mesma forma se metamorfoseia na superfície da concorrência de capitais, equalizada por uma taxa média de lucro. Desnudar esse fantasma, torná-lo aparente ainda que ele resista, elucidando a passagem entre trabalho abstrato e sua forma de aparição fetichizada na esfera da circulação de mercadorias, é a tarefa que assumimos a seguir, amparados na síntese e nas formulações inteiramente novas propostas por Isaak Illich Rubin.

4.1. O PROCEDIMENTO DIALÉTICO: MOVIMENTO DAS CATEGORIAS EM *O CAPITAL*

Neste item, a análise que desdobramos, e que se estende por todo este capítulo – culminando nas mediações do item 4.7 –, fundamenta-se na interlocução sistemática entre a arquitetura categorial de Karl Marx e a reconstrução teórica proposta por Isaak Illich Rubin. O movimento aqui empreendido consiste em expor as categorias marxianas sob a perspectiva da teoria da forma-valor. Assume-se, portanto, a obra de Rubin como o fio condutor e o suporte analítico para navegar pelos três livros da crítica da economia política de Marx. Para conferir precisão ao percurso, utilizaremos primordialmente as seções iniciais do Livro I (especialmente as partes I e II, que tratam da mercadoria, do processo de troca e da transformação do dinheiro em capital) para fundamentar o argumento sociológico do valor. Mediados por exposições necessárias que surgem subsequentemente, como no item III do Livro I em que aparece a diferenciação entre capital constante e capital variável, e mediados também pelas três seções do Livro II, que explicam o processo de circulação do capital industrial em seus diferentes ciclos, pretendemos avançar, nos momentos de maior concretude, para as determinações do Livro III, notadamente as seções I e II, em que se teoriza o processo em que o mais-valor se converte em lucro e os preços de produção são formados. Dessa forma, as citações diretas de Marx que permeiam todo o texto devem ser compreendidas como o objeto da análise, enquanto o arcabouço de Rubin fornece a estrutura interpretativa que permite confrontar o subjetivismo austríaco com o desenvolvimento teórico do próprio Marx.

A partir dos estudos de Rubin ([1926] 2014), podemos verificar os limites da economia política clássica e intuir como seus herdeiros falham sistematicamente num objetivo que é central para qualquer projeto de economia política: apreender a totalidade do modo de produção

capitalista. Boa parte desses erros provém do fato de que essas tradições tendem a naturalizar as categorias econômicas, não identificando sua historicidade.

O Capital de Marx rompe definitivamente com esse problema. E o faz na medida que realiza uma crítica em triplo sentido: a crítica da economia política, a crítica da metafísica e a crítica da própria sociedade burguesa. O domínio outrora exercido sobre o pensamento pelas abstrações religiosas foi historicamente substituído pela dominação material e concreta operada pelas mãos do mercado, do dinheiro e do capital. A reificação submeteu a vida prática das pessoas aos imperativos das coisas. Decifrar e desarticular essa totalidade exige um método capaz de transcender as formas fenomênicas que ocultam a essência das relações sociais que se reproduzem nesta sociedade.

A possibilidade de assim o fazer consubstancia-se na dialética materialista, forjada por Marx a partir da subversão radical do idealismo hegeliano. Hegel concebia a realidade como o desdobramento teleológico da Ideia absoluta, subsumindo a contingência da vida humana a uma história autônoma da Razão. Inverter esse eixo é parte essencial do projeto de Marx, sumarizado por Henrique de Lima Vaz (1957, p. 32), que identifica que, no materialismo histórico, “[...] a Razão surgirá da História, e esta encontrará sua razão no movimento dialético das suas determinações concretas”.

O amadurecimento de tal concepção reflete-se na evolução dos planos de redação elaborados por Marx ao longo das décadas de 1850 e 1860. A transição dos amplos rascunhos de 1857 para a estrutura depurada de 1866 revela o abandono gradual de chaves explicativas exteriores – como a redação de uma introdução a-histórica sobre categorias universais – em favor de uma exposição impulsionada estritamente pelo desenvolvimento imanente das contradições do capital (Rosdolsky, [1968] 2001, p. 27). A decisão que Marx tomou nesse ínterim consolida o que Heinrich (2012, p. 34) chamou de crítica categorial da economia política: “Marx não está predominantemente criticando as conclusões da economia política, mas sim a maneira pela qual ela formula perguntas”.

Para nós, a chave motriz dessa crítica categorial reside na superação da confusão entre propriedades físicas e formas sociais – um salto sistematizado por Isaak Rubin. De um lado, temos a economia burguesa, que, em suas diversas tradições, sucumbe ao fundir a materialidade técnica da produção com as relações humanas. De outro, temos o marxismo, que estipula que as categorias não descrevem a natureza física dos objetos, suas propriedades técnicas, mas o modo como a sociedade capitalista se imprime sobre eles:

[...] as diferentes categorias da Economia Política descrevem as diferentes funções sociais das coisas, correspondendo a diferentes relações de produção entre pessoas. Mas a função social que é realizada através de uma coisa confere a essa coisa um particular caráter social, uma determinada forma social, uma “determinação de forma” (*Formbestimmtheit*), como Marx com frequência escreveu (Rubin, [1928] 1987, p. 50).

É na fronteira entre a condição técnica de um objeto e a sua determinação de forma que a dialética deve operar. As relações de produção desenvolvem-se sobre uma base material, e as categorias econômicas “[...] pressupõem certas condições técnicas” (Rubin, [1928] 1987, p. 54). O erro fatal dos economistas é tomar a premissa pela essência. A singularidade da teoria de Marx consiste na profunda sociologia da forma: “A revolução que Marx realizou na Economia Política consiste em ele ter considerado as relações de produção sociais que estão por trás das categorias materiais” (Rubin, [1928] 1987, p. 61). Fechando os olhos para essa dualidade, os economistas transformam as diversas manifestações das relações de produção do capitalismo em leis da natureza. Por esta razão, o método dialético é a única via de acesso científico à realidade desse modo de produção.

Muito embora o capital configure a totalidade desse modo de produção – sendo, nos termos de Marx ([1857-58] 2011, p. 60), “[...] a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina” e, por conseguinte, tanto o seu “[...] ponto de partida quanto o ponto de chegada” –, a investigação não pode iniciar por um conceito de tamanha complexidade concreta, cheio de determinações cada vez mais desenvolvidas. Por esta razão, Marx recua analiticamente até a manifestação mais superficial da economia burguesa, que é a mercadoria (Marx, [1867] 2013, p. 113). Ao isolá-la, Marx abstrai momentaneamente as classes sociais e a concorrência para examinar a “forma-celular” por meio da qual a riqueza adquire validade material na superfície do mercado.

Contudo, a compreensão desse recuo metodológico foi historicamente desfigurada por um grave equívoco interpretativo, que exaurimos em itens anteriores. Podemos retomar apenas que frações do marxismo tradicional, sob forte influência das intervenções de Friedrich Engels – e reverberadas por autores como Paul Sweezy e Ernest Mandel –, presumiram que os primeiros capítulos de *O Capital* descreveriam um estágio histórico pretérito, popularmente denominado de “produção mercantil simples”. Mas o termo jamais foi empregado por Marx no Livro I. A mercadoria investigada desde a primeira página é a mercadoria enquanto “[...] forma característica na qual a produção aparece no capitalismo” (Arthur, 2016, p. 45). O objeto analisado, a mercadoria tal qual aparece nos primeiros capítulos, é “[...] construída, por meio da abstração, a partir do que é empiricamente dado” (Henrich, 2021, p. 54). Esta leitura já aparece

em Rubin ([1928] 1987), que em várias passagens se coloca contra a interpretação originada por Engels sobre esse tema.

Apoiados nesta leitura, entendemos que a superação do mito etapista é necessária para confrontar as críticas formuladas pelos economistas burgueses. Uma das acusações da escola austríaca é a de que a teoria de Marx teria forjado um modelo estático que, ao longo dos três volumes de *O Capital*, teria entrado em contradição com a realidade da concorrência. Como assevera Heinrich (2021, p. 124), a “[...] transição da forma simples de valor para a forma expandida não é uma transição histórica... em vez disso, é uma transição para um novo nível de análise”. A dialética não conta a história cronológica do dinheiro, mas dissecar a hierarquia necessária que o estrutura, que garante que ele adquira uma existência que permita ao capitalismo operar no presente.

O que confere historicidade às categorias de Marx é a imposição da diferença específica. Marx comprova que a troca, embora se apresente como um comportamento natural e universal do *Homo economicus*, adquire uma configuração transitória durante o modo de produção capitalista. A validade da forma-valor reside no fato de ser um imperativo cego do presente, não uma herança do passado: “[...] transparece, pois, porque o valor é, ao mesmo tempo, uma configuração particular e universal do modo de produção burguês: universal em sua efetividade e particular em relação aos modos de produção anteriores” (Machado, 2017, p. 259). O procedimento de ascender das formas simples do valor às cada vez mais intrincadas tramas do sistema de preços nos mostra que a dedução lógica consolida o caminho metodológico correto para revelar a espinha dorsal por trás da dominação de classe: “O caminho que vai do abstrato ao concreto é, ao mesmo tempo, o caminho do a-histórico ao histórico. Concretizar é historicizar” (Machado, 2017, p. 267).

O motor metodológico que impulsiona a ascensão do abstrato ao concreto repousa na maneira como Marx lida com as tensões entre a teoria e a realidade fenomênica. Diferentemente da economia burguesa, o método de Marx exige o que Zeleny (1974, p. 24) define como uma vigorosa análise genético-estrutural, na qual “[...] conceituar cientificamente significa [...] expressar o caráter de um determinado tipo [...] que está em desenvolvimento ou evolução”. Captura-se a realidade em seu movimento, em devir. Quando o arcabouço lógico atinge um ponto em que suas determinações parecem colidir abertamente com a superfície empírica – como na aparente incompatibilidade entre a troca de equivalentes pelo tempo de trabalho e a equalização das taxas de lucro –, Marx não retrocede nem abandona a premissa inicial. Por quê? Porque, para Marx, as contradições não são empecilhos. A teoria deve lidar com as contradições e as abarcar na análise da totalidade do objeto. Como esclarece Rubin, Marx extrai rigorosamente

todas as consequências da definição abstrata até o seu limite, e, diante do aparente impasse, sugere uma ideia que “[...] não consiste em jogar fora a primeira definição, mas antes em ‘modificar’, ‘desenvolver’ e completar a definição inicial” (Rubin, [1928] 1987, p. 266).

Esse procedimento de modificação manifesta-se, dentre outros momentos, na transição para o Livro III. Como advertiu Rosdolsky: “[...] para poder investigar em estado puro as leis imanentes do capital, deve-se abstrair a concorrência e seus fenômenos correlatos” (Rosdolsky, [1968] 2001, p. 51). Por isso, Marx é categórico em afirmar que:

[...] essas formas mais concretas da produção capitalista só podem ser explicadas em toda sua amplitude depois de havermos compreendido a natureza geral do capital”, alertando que investigar a essência seria inútil “se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem diretamente (Marx apud Rosdolsky, [1968] 2001, p. 57).

Por esta razão, podemos, desde já, reservar ressalvas à proposta de que Marx teria incorrido numa contradição sistêmica entre Livro I e Livro III. Argumentamos que essa proposta não deriva de uma simples desonestidade intelectual ou um engano fortuito. Não vem da má vontade do pesquisador, em contraposição à boa vontade tão preconizada pelos positivistas. Como postula Michael Heinrich, a cegueira dos economistas frente à totalidade da sociabilidade burguesa advém da força material do fetichismo, fenômeno investigado exaustivamente por Rubin. Em consonância, Heinrich comprova que “[...] a naturalização e reificação das relações sociais não é [...] o resultado de um erro de economistas individuais, mas sim o resultado de uma imagem da realidade que se desenvolve independentemente como resultado da prática cotidiana” (Heinrich, 2012, p. 34-35). Os economistas tornam-se reféns de “[...] formas de pensamento que são socialmente válidas, e, portanto, objetivas” (Heinrich, 2021, p. 169) para a superfície da circulação capitalista, permanecendo presos ao “[...] fetichismo do mundo das mercadorias, o qual [a economia política] é incapaz de penetrar” (Heinrich, 2021, p. 179).

Pensamos que o diagnóstico dessa incapacidade de penetrar o fetichismo é fornecido pelo próprio Marx nos capítulos iniciais do Livro II, ao analisar os ciclos do capital industrial. Marx alerta que o capital “[...] só pode ser compreendido como movimento, e não como coisa imóvel” ([1885] 2014, p. 184). Esse movimento de valorização do valor assume, sucessivamente, as formas funcionais de capital-dinheiro (D), capital produtivo (P) e capital-mercadoria (M). A economia burguesa fragmenta essa totalidade orgânica, forjando “sistemas” unilaterais a partir da visão isolada de apenas um desses ciclos.

O mercantilismo fixou-se no ciclo do capital-dinheiro, D-M...P...M'-D', em que a ênfase recai sobre a diferença monetária final. Marx denuncia que esta fórmula “[...] inclui em sua

forma um engano, possui um caráter ilusório”, pois gera a falsa ideia de que o lucro nasce puramente do ato de “[...] retirar de circulação mais dinheiro do que nela fora inicialmente colocado” (Marx, [1885] 2014, p. 139).

Por sua vez, a tradição neoclássica e a escola austríaca erguem seus edifícios olhando a realidade exclusivamente pelos óculos do ciclo do capital-mercadoria, $M'-D'-M...P...M'$. Nesse ciclo, nota Marx, “[...] é a circulação inteira, com suas duas fases contrárias” que abre o ciclo (Marx, [1885] 2014, p. 165). A produção encontra-se escamoteada por trás da urgência de realizar o consumo. Apoiados nessa mistificação, os austríacos, como é o caso de Böhm-Bawerk, naturalizam a economia como um reino harmônico, onde trocamos voluntariamente aquilo que produzimos e satisfazemos as nossas necessidades no consumo, depois da troca.

Finalmente, a economia política clássica, bem como vertentes mais recentes como a sraffiana (e até mesmo o marxismo engessado nas interpretações tradicionais) restringem-se à fenda do ciclo do capital produtivo ($P...M'-D'-M...P$). Este ciclo lhes dá relativa autonomia para enxergar o processo de circulação do capital através da sua esfera central, que é a da produção, mas que ainda assim os impedem de enxergar o processo em suas diferentes formas – daí, inclusive, a redução da reprodução social a um problema técnico de coeficientes físicos de insumo e produto.

Em suma, as tradições burguesas convertem a forma em conteúdo. Esquecem-se, como pontua Marx, que “[...] não é o dinheiro que, pela própria natureza, engendra essa relação, mas, antes, é a existência dessa relação que pode transformar uma simples função do dinheiro numa função do capital” (Marx, [1885] 2014, p. 114). Ao contrário, o método de Marx permite escancarar o processo genético que estrutura o modo de funcionamento de toda a sociedade burguesa. Como Rubin recuperaria décadas depois, a essência desse método é separar o desenvolvimento lógico das categorias do fetichismo que lhes oferece a sustentação objetiva. Por esta razão, o método dialético de Marx é a única apreensão científica viável de uma sociedade reificada.

4.2. O SEGREDO DA MERCADORIA: FETICHISMO E VALOR

Em sua obra seminal, *A teoria marxista do valor*, Rubin ([1928] 1987) inicia redefinindo próprio objeto da economia política. Segundo ele, esta não é uma ciência das relações entre as coisas, nem das relações entre pessoas e coisas (como afirmava o subjetivismo austríaco), mas estritamente das relações de produção entre as pessoas. O que a economia política deve analisar não é o aspecto técnico-material do processo produtivo – que é seu pressuposto –, mas sua

forma social específica, ou seja, a totalidade das relações que constituem a estrutura econômica de uma sociedade historicamente determinada.

Para interpretações correntes de sua época, como as de Kautsky ou Bogdanov, o fetichismo era visto essencialmente como uma ilusão, um engano da consciência que atribui às mercadorias propriedades que são, na verdade, sociais. Rubin corrige essa visão, argumentando que Marx demonstrou algo mais profundo: não se trata de um simples erro subjetivo ou da consciência, mas de uma realidade objetiva da economia mercantil. A teoria do fetichismo de Marx não trata de um fenômeno da consciência social, mas da existência social (Rubin, [1928] 1987, p. 73). As relações sociais de produção não são apenas "encobertas" ou "simbolizadas" por coisas; elas inevitavelmente assumem a forma de coisas e não podem se expressar de outra maneira. Esse processo, a "reificação" (*Verdinglichung*) das relações de produção, é um resultado que se impõe aos produtores "pelas suas costas", como um processo social que não foi conscientemente planejado por ninguém.

As bases objetivas para esse fetichismo encontram-se na própria estrutura da economia mercantil: uma sociedade composta por produtores privados, formalmente independentes e isolados em suas unidades produtivas, mas que estão materialmente conectados pela divisão social do trabalho. A única ligação entre esses produtores atomizados se dá através da troca de seus produtos no mercado. É nesse movimento que a atividade produtiva de uma pessoa só pode influenciar a de outra através das coisas. O valor, portanto, não é uma propriedade natural das mercadorias, mas a expressão dessa forma social específica, na qual as relações de produção entre as pessoas se materializam e se realizam por meio dos produtos de seu trabalho²⁰.

As formas sociais levadas em conta nesta teoria se referem à materialização das relações de produção entre pessoas e à personificação das coisas produzidas por elas. Estas relações sociais de produção não são meramente relações isoladas entre indivíduos, mas relações entre indivíduos que são continuamente reproduzidas na forma de organização social em que elas estão inseridas, ganhando substancialidade e uma natureza própria proveniente desta relação.

A saber, uma mesa não é mercadoria em função daquilo que é em si mesma, de suas características enquanto valor de uso, mas em função das determinações sociais que a reproduzem enquanto objeto dotado de valor. Quando dizemos que uma mesa redonda de carvalho, pintada, custa ou tem o valor de 200 reais, por exemplo, estamos trazendo quatro informações sobre a mesa: que ela é redonda, que ela é de carvalho, que ela é pintada e que ela tem o valor de 200 reais. A determinação de ser mercadoria da mesa “[...] não lhe é outorgada por uma

²⁰ “No mercado, os produtores de mercadorias não aparecem como pessoas com um lugar determinado no processo de produção, mas como proprietários e possuidores de coisas, de mercadorias” (Rubin, [1928] 1987, p. 22).

relação isolada e, enquanto tal, acidental e relativa; mas pelo conjunto das relações sociais no interior das quais ela nada mais é que um momento fugaz e a elas inteiramente subordinada” (Machado, 2022, p. 73).²¹

Ora, a mesa não é o valor de 200 reais, mas o carrega, diferente das outras três características que lhe são intrínsecas como produto do trabalho. Ser redonda, ser de carvalho e ser pintada são propriedades que caracterizam a mesa como uma coisa material e oferecem informações sobre os aspectos técnicos do trabalho do carpinteiro. Já a característica de custar ou ter o valor de 200 reais oferece à mesa uma função social, a de ser mercadoria, isto é, a de que ela é produzida para o mercado, que seu produtor está vinculado aos outros membros da sociedade através das relações de produção entre possuidores de mercadorias e que a sociedade está organizada sob a forma mercantil. Se a teoria marxista do valor tem como principal base a teoria do fetichismo da mercadoria, vemos que o valor, então, não caracteriza coisas, mas relações humanas sob as quais as coisas são produzidas²².

O mérito da teoria do fetichismo de Marx – mérito esse que é captado por Rubin – consiste em denunciar que, no capitalismo, as relações de produção entre pessoas só se manifestam através das coisas e são reguladas por essas próprias coisas ao assumirem certas formas sociais:

[...] a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...]. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (Marx, [1867] 2013, p. 148).

Rubin esmiúça a teoria do fetichismo de Marx e, em certa medida, a aprofunda. Operando, ainda, num nível de abstração elevado, que isola as determinações mais concretas da mercadoria e do valor, tal como Marx fez no início de *O Capital*, ele explica que o processo de troca é

²¹ Necessário pontuar que, se seguíssemos a lógica formal aristotélica, nunca poderíamos colocar uma relação como uma substância. O método de Marx nos permite enxergar que, no capitalismo, as relações sociais constituem a substância das formas sociais. “A acepção de Marx subverte aquela presente nas *Categorias* de Aristóteles (1965). Nesse texto clássico, a categoria de relação é sempre acidental, um predicado dos entes singulares-concretos (*tóde ti*, um indivíduo, singular e numericamente uno), os únicos que podem ser substância ou *ousia*. Assim considerada, uma relação jamais pode ser substância ou sujeito, sendo sempre um predicado acidental ou concomitante da *ousia* considerada” (Machado, 2022, p. 73).

²² Rubin lembra que “[...] o trabalho não confere, por si mesmo, valor aos produtos; somente o trabalho organizado numa determinada forma social (na forma de uma economia mercantil”. E, se é assim, se o produto só adquire valor nesta forma determinada de organização, “[...] então o valor não representa uma “propriedade” do produto do trabalho, mas uma determinada “forma social” ou “função social” que o produto do trabalho desempenha como elo de ligação entre produtores mercantis isolados, como um “intermediário” ou um “portador” das relações de produção entre as pessoas” (Rubin, [1928] 1987, p. 84).

composto pelos aspectos socioeconômico, ou as relações de produção entre as pessoas, e objetivo-material, o movimento das coisas dentro do processo produtivo. Esses dois aspectos estão indissolúvelmente unidos no processo de troca, não são previamente organizados e não estão ajustados um ao outro. Por esta razão, diz Rubin: “[...] cada ato de troca individual só pode ser realizado como resultado da ação conjunta desses dois aspectos [...]. Sem a presença de determinados objetos nas mãos de determinados indivíduos, esses indivíduos não entram na relação de produção de troca um com o outro” (Rubin, [1928] 1987, p. 31).

Logo, nesta forma social, o produtor de mercadorias vincula-se apenas a um mercado indeterminado, no qual ele entra por meio de uma sequência de transações individuais que o ligam temporariamente aos outros produtores de mercadorias, relações estas que são estabelecidas voluntariamente, assumindo a forma de relações privadas e vinculando os participantes por um curto período de tempo. Relações que, com efeito, limitam-se a uma transferência de coisas, adquirindo a forma de igualação de coisas.

Percebemos, então, que os produtores não entram nesta relação se não possuírem esses objetos; e, inversamente, a transferência desses objetos não pode ocorrer se seus possuidores não estabelecerem relações de produção particulares, de troca. Como resolver esse aparente paradoxo?

O processo de produção material, por um lado, e o sistema de relações de produção entre as unidades econômicas individuais, privadas, por outro, não estão ajustados um ao outro de antemão. Eles devem ajustar-se em cada etapa, em cada uma das transações isoladas em que se divide formalmente a vida econômica. Se isso não ocorrer, eles inevitavelmente divergirão, e desenvolver-se-á um hiato dentro do processo de reprodução social. Na economia mercantil tal divergência sempre é possível” (Rubin, [123] 1987, p. 31).

Mesmo que estivéssemos num outro nível de abstração, já considerando a subdivisão dos produtores de mercadorias em classes sociais, ainda seria possível observar o fetiche da mercadoria através de suas determinações mais concretas, isto é, na maneira como as diferentes classes sociais do capitalismo representam as coisas. A partir de suas classes, as pessoas não aparecem interligadas como membros da sociedade, mas como representantes sociais dos diferentes elementos da produção: o capitalista como o capital personificado, o proprietário de terras como a terra personificada e o trabalhador como a força de trabalho personificada. Estas personificações indicam a “[...] dependência das relações de produção entre as pessoas quanto à forma social das coisas [...] que lhes pertencem, e que são por elas personificadas” (Rubin, [1928] 1987, p. 34).

Rubin divide o fetichismo da mercadoria em dois processos que são indissociáveis: a materialização das relações de produção entre as pessoas (ou reificação das pessoas) e a personificação das coisas. O primeiro processo refere-se ao modo como determinadas relações de produção conferem uma determinada forma social às coisas produzidas e através das quais as pessoas se relacionam. Por sua vez, a personificação das coisas é o processo em que a existência de coisas com uma determinada forma social capacita seus proprietários a aparecerem na forma de membros de uma determinada classe social e manter relações de produção concretas com outras pessoas (Rubin, [1928] 1987, p. 35).

A reificação das relações de produção entre pessoas e a personificação das coisas formam uma contradição que se resolve no processo de reprodução da sociedade capitalista. Apenas a personificação das coisas permanece na vida econômica cotidiana, isto é, no mundo da aparência, do fetiche. Portanto, a teoria do fetichismo da mercadoria representa um dos ápices do método dialético de Marx, desempenhando um importante papel de investigar as contradições entre forma e conteúdo para ir além da personificação das coisas, algo que os economistas vulgares, por exemplo, não conseguem fazer:

Somente considerando esta “fusão” de relações sociais e condições materiais de produção a partir deste ponto de vista, a teoria de Marx sobre a dupla natureza das mercadorias se nos torna clara, bem como sua afirmação de que o valor de uso aparece como “suporte material do valor de troca” (C, I, p. 4). O valor de uso e o valor não são, como sustenta Böhm-Bawerk, duas diferentes propriedades das coisas. O contraste entre ambos é provocado pelo contraste entre o método das ciências naturais, que trata a mercadoria como uma coisa, e o método sociológico, que trata de relações sociais “fundidas com as coisas” (Rubin, [1928] 1987, p. 41)

Vista a teoria do fetichismo como uma das bases da teoria do valor de Marx, é possível dizer que economistas como Böhm-Bawerk atribuem uma condição natural ao que é social. Böhm-Bawerk atribuiu o caráter da forma econômica a uma qualidade real das coisas, isto é, ele deriva fenômenos sociais diretamente de fenômenos técnicos. Rubin exemplifica como os economistas vulgares costumam fazer esta operação: “[...] a capacidade do capital render lucros – que pressupõe a existência de classes sociais específicas e relações de produção entre elas – é explicada em termos das funções técnicas do capital em seu papel de meio de produção” (Rubin, [1928] 1987, p. 42). E mesmo interpretações que se reivindicam como marxistas não foram capazes de perceber o que Rubin pontua logo a seguir:

[...] a natureza específica da economia mercantil-capitalista reside no fato de que as relações de produção entre as pessoas não são estabelecidas apenas pelas coisas, mas através de coisas. É precisamente isto que dá às relações de produção entre as pessoas uma forma “materializada”, “reificada”, e dá

origem ao fetichismo da mercadoria, à confusão entre o aspecto técnico-material e sócio-econômico do processo de produção, confusão eliminada pelo método sociológico de Marx (Rubin, [1928] 1987, p. 43).

4.3. A ABSTRAÇÃO EM ATO: O DUPLO CARÁTER DO TRABALHO E O MERCADO

Se a teoria marxista do valor está estruturalmente apoiada na teoria do fetichismo, o seu núcleo explicativo – o pivô sobre o qual gira uma clara compreensão da economia política²³ – reside no duplo caráter do trabalho. É a distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato que permite desvendar por que as relações sociais de produção assumem a forma de valor nas mercadorias. Contudo, a potência dessa descoberta foi frequentemente neutralizada por uma compreensão equivocada do que Marx entendia por “trabalho abstrato”.

A interpretação do marxismo tradicional, por exemplo, tendia a definir o trabalho abstrato em um sentido puramente fisiológico: como um mero dispêndio de energia humana (cérebro, músculos e nervos), ou seja, como “trabalho em geral”, abstraído de suas formas particulares. Segundo essa visão, que se revela mais ricardiana do que marxista, a abstração era entendida como um processo mental do cientista ou como uma característica biológica do processo de trabalho. Isaak Rubin se coloca contra as concepções metafísica e mecânica do trabalho abstrato:

Não há nada mais errado que interpretar essas palavras [de Marx] como significando que a igualdade das coisas enquanto valores nada mais representa que uma expressão da igualdade fisiológica das várias formas de trabalho humano [...]. Esta concepção mecânico-materialista é estranha a Marx. Ele fala do caráter social da igualdade dos vários tipos de trabalho, do processo social de igualação do trabalho, indispensável para toda economia baseada numa divisão extensiva de trabalho (Rubin, [1928] 1987, p. 114).

Nesse sentido, Rubin ([1928] 1987, p. 154) explica que existem três tipos de trabalho igual: (1) trabalho fisiologicamente igual, (2) trabalho socialmente igualado e (3) trabalho abstrato. Numa economia mercantil, o trabalho de cada indivíduo entra diretamente na economia social enquanto trabalho concreto. E o trabalho de cada indivíduo é social por ser diferente do trabalho de outros membros da comunidade, porque representa um complemento material. Enquanto o trabalho fisiologicamente igual refere-se à quantidade de esforço físico e mental que

²³ Em agosto de 1867, Marx, em carta a Engels, após finalmente terminar o primeiro volume de *O Capital*, escreve: “Eis o que há de melhor em meu livro: 1. o destaque (e sobre isto se funda toda a inteligência dos fatos), desde o primeiro capítulo, do duplo caráter do trabalho, que se exprime como valor de uso ou como valor de troca; 2. a análise do mais-valor, independentemente das suas formas particulares: lucro, juro, renda da terra etc” (Marx, 2020, p. 216).

é despendida pelos trabalhadores na produção, o trabalho socialmente igualado baseia-se nas relações sociais e nas condições de produção de uma dada sociedade, correspondendo ao tempo médio de trabalho necessário para que um produto seja produzido nesta sociedade.

Que é, então, o trabalho abstrato? É trabalho socialmente igualado na forma específica que adquire numa economia mercantil, e cujo pressuposto é o trabalho fisiologicamente igual. O trabalho socialmente igualado assume a forma de trabalho abstrato quando duas condições são satisfeitas: (1) quando a igualdade dos diferentes tipos de trabalho e dos indivíduos expressa o carácter social específico de trabalho privado realizado independentemente e (2) quando a igualação do trabalho se realiza sob uma forma material – ou seja, assume a forma de valor no produto²⁴.

No sentido de resumir os três conceitos de trabalho aqui explicados – trabalho fisiologicamente igual, trabalho socialmente igualado e trabalho abstrato – vamos propor a seguinte síntese:

1. Trabalho fisiologicamente igual: o dispêndio de energia humana, quantidade de esforço físico e mental despendida pelos trabalhadores na produção, que é um pressuposto biológico e trans-histórico da produção, portanto, não o objeto da economia política.
2. Trabalho socialmente igualado: o processo de distribuição e equalização das diferentes formas de trabalho, que ocorre em diversas formações sociais, incluindo uma comunidade socialista. O trabalho socialmente igualado baseia-se nas relações sociais e nas condições de produção de uma dada sociedade, correspondendo ao tempo médio de trabalho necessário para que um produto seja produzido nesta sociedade.
3. Trabalho abstrato: a forma histórica específica que o trabalho socialmente igualado assume em uma economia mercantil. Pressupõe o trabalho fisiologicamente igual e é um tipo de trabalho socialmente igualado. Mas não é idêntico a nenhum dos dois.

O trabalho só se torna abstrato no sentido marxiano sob duas condições específicas. Primeiro: é preciso que o trabalho privado, realizado de forma isolada e independente, só se torne parte do trabalho social total indiretamente, através da equalização de seus produtos no ato de troca. Em uma economia mercantil, o trabalho não é "diretamente social"; ele só adquire esse carácter ao ser igualado a todos os outros trabalhos no mercado.

²⁴ Rosdolsky ([1968] 2001) argumenta nesta mesma direção. Ao contrário de Hilferding, para quem o conceito marxiano de trabalho abstrato podia ser posto exclusivamente em seu sentido de trabalho “socialmente necessário”, Rosdolsky ([1968] 2001, p. 114) estabelece que, em uma sociedade de “indivíduos isolados”, isto é, de produtores privados e independentes entre si, os trabalhos privados só se tornam partes do trabalho social na medida em que um valor de uso se vincule a outro valor de uso sob a forma do valor de troca. Assim é que os trabalhos privados das diversas pessoas se relacionam como trabalho igual e geral e assumem a forma-valor dos produtos do trabalho.

Segundo: essa equalização social do trabalho deve se realizar sob uma forma material, ou seja, assumir no produto a forma de valor. A transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato não é, portanto, uma abstração mental e teórica, mas um processo social real e objetivo que ocorre diariamente no mercado.

Nesse sentido, a diferença essencial entre trabalho concreto e trabalho abstrato pode finalmente ser percebida: “Trabalho concreto é a definição de trabalho em termos de suas propriedades técnico-materiais. O trabalho abstrato compreende a definição de formas sociais de organização do trabalho humano” (Rubin, [1928] 1987, p. 156). Assim, o que caracteriza o trabalho abstrato não é o dispêndio de energia humana enquanto tal; é, na verdade, a abstração real das formas concretas de trabalho, uma relação social entre produtores mercantis separados.

Numa economia mercantil, a distribuição do trabalho não é realizada de maneira consciente ou coerente com necessidades determinadas, sendo regulada pelo princípio de igual vantagem de produção. Não existe decisão social independente da igualação do trabalho, que é levada a cabo sob a forma e através da igualação de coisas. Assim, o trabalho de cada indivíduo entra diretamente na economia social enquanto trabalho concreto. Nesse tipo de economia, o trabalho em sua forma concreta só se torna social quando adquire a forma de trabalho socialmente igualado, ou seja: “[...] o trabalho de cada produtor mercantil só se torna social porque seu produto é igualado aos produtos de todos os produtores” (Rubin, [1928] 1987, p. 111). Portanto, o trabalho social ou socialmente igualado, na forma que adquire numa economia mercantil, pode ser chamado de trabalho abstrato, e o trabalho concreto só se torna social quando adquire esta forma.

Em Marx, segundo Rubin, o conceito de trabalho abstrato está em nexos inseparáveis com o conceito de valor. Quem “cria” valor é o trabalho abstrato e, portanto, o trabalho abstrato é o conteúdo ou substância do valor. Daí que Marx tenta deduzir o valor dialeticamente a partir do trabalho abstrato, ao contrário do que apontam críticos como Böhm-Bawerk ([1896] 1949), para quem Marx teria tentado reduzir o valor, analiticamente, a trabalho abstrato. A ciência deve reproduzir o movimento efetivo das abstrações reais.

Para justificar que trabalho abstrato cria valor e se expressa no valor, tal como Marx sustentou, é necessário renunciar ao conceito fisiológico do trabalho abstrato. O trabalho abstrato é o trabalho já socialmente igualado sob a forma de valor, e isso só ocorre numa economia mercantil. O trabalho abstrato, portanto, se desenvolve na medida que a troca se torna a forma social de produção, transformando o processo de produção em processo mercantil.

4.4. A NECESSIDADE DA FORMA: DO VALOR DE USO AO DINHEIRO

O duplo caráter do trabalho revela que o valor possui uma objetividade puramente social. No entanto, por ser uma substância suprassensível e desprovida de existência física própria, o valor não pode aparecer por si mesmo, necessitando de uma forma material que o exteriorize. É precisamente sobre a necessidade de o valor se expressar num corpo alheio que versa a dedução lógica do dinheiro, exposta no item três do primeiro capítulo do Livro I de *O Capital*. Marx não narra ali uma evolução histórica do escambo, mas delinea o desdobramento lógico da forma-valor, no qual a potência do trabalho abstrato luta para se materializar em alguma coisa.

Sobre o primeiro estágio desse percurso, a Forma Simples do Valor, Lênin captou com precisão a sua profundidade: “Tal como a forma simples do valor, o ato isolado da troca de uma mercadoria por outra já envolve, numa forma não desenvolvida, todas as contradições fundamentais do capitalismo” (Lênin, [1929-1930] 2011, p. 156). Aqui já se encontra a necessidade estrutural de uma mercadoria alienar-se noutra para expressar seu próprio valor.

A seguir, tem-se a primeira fórmula, representando a Forma de Valor Simples, em que uma determinada quantidade de uma mercadoria é igualada a uma determinada quantidade de outra mercadora:

x mercadorias A = y mercadorias B, ou: x mercadorias A têm o valor de y mercadorias B. (20 braças de linho = 1 casaco, ou 20 braças de linho têm o valor de 1 casaco)

Nesta equação, a mercadoria linho representa o seu valor na mercadoria casaco, que serve de material para essa expressão. A primeira apresenta-se na sua forma de valor relativa, enquanto a segunda na forma de equivalente. As duas formas são momentos inseparáveis que se determinam reciprocamente, mas que são mutuamente excludentes. A mercadoria na forma de equivalente não expressa o seu próprio valor, mas “[...] fornece o material para a expressão do valor de outra mercadoria” (Marx, [1867] 2013, p. 126).

Se uma dada quantidade de linho vale uma outra quantidade de casacos, linho e casaco podem sempre ser expressões da mesma unidade de grandeza de valor. Nesta relação, as suas utilidades específicas (valores de uso) são abstraídas, restando somente o fato de que são produtos do trabalho humano abstrato. Quando se relacionam como iguais, o casaco atua pura e simplesmente como suporte de valor e empresta o seu valor de uso para expressar o valor do linho. Este, por sua vez, “[...] reconhece a bela alma de valor que lhes é originariamente

comum” e “[...] recebe uma forma de valor diferente de sua forma natural”, já que o seu ser de valor “[...] aparece em sua igualdade com o casaco, assim como a natureza de carneiro do cristão em sua igualdade com o Cordeiro de Deus” (Marx, [1867] 2013, p. 128-129).

A mercadoria na forma equivalente nunca pode expressar o seu próprio valor. A forma de valor só existe numa relação; não é uma propriedade natural das mercadorias, mas algo puramente social. Daí o caráter enigmático da forma de equivalente, a qual “[...] só salta aos olhos míopes do economista político quando lhe aparece já pronta, no dinheiro”, levando-o a tentar escamotear o caráter místico do ouro sem suspeitar que “[...] uma expressão de valor tão simples como 20 braças de linho = 1 casaco já forneça a solução do enigma” (Marx, [1867] 2013, p. 134).

Sendo valor de uso e valor, a mercadoria apresenta-se neste ser duplo porque o seu valor possui uma forma de manifestação distinta da sua forma natural. Para que a Forma Simples transcenda as suas limitações contingentes (em que a equiparação é singular e acidental), ela tem de passar pela Forma de Valor Total ou Desdobrada:

z mercadorias A = u mercadoria B, ou = v mercadorias C, ou = w mercadoria D, ou = x mercadoria E, ou = etc. (20 braças de linho = 1 casaco, ou = 10 libras de chá, ou = 40 libras de café = 1 quarter de trigo, ou = 2 onças de ouro, ou = ½ tonelada de ferro, ou = etc.)

Na forma desdobrada, o valor do linho é expresso em inúmeras outras mercadorias, sendo que cada um destes corpos “[...] torna-se um espelho do valor do linho”. O linho encontra-se agora numa relação social “[...] não mais com outro tipo de mercadoria individual, mas com o mundo das mercadorias” (Marx, [1867] 2013, p. 138-139). Torna-se evidente que não é a troca acidental que regula a grandeza de valor, mas, inversamente, é a grandeza de valor da mercadoria que regula as suas as proporções da troca.

Na forma simples, evidenciou-se que o valor da mercadoria na forma relativa precisa expressar-se no valor de uso da mercadoria na forma equivalente, que atua como forma de valor. Na forma desdobrada, passamos a observar uma distinção mais pertinente do valor da mercadoria na forma equivalente de seu próprio valor de uso, porque sua forma natural confronta-se com a forma natural de todas as outras mercadorias, menos consigo mesma. As formas naturais de todas as outras mercadorias servem de equivalente ao linho, e todas elas disputam a posição de equivalente particular.

Contudo, da forma desdobrada não se pode deduzir uma única forma de valor. A validação social plena do trabalho exige um espelho único. A forma desdobrada impulsiona, assim, a sua inversão na Forma Universal do Valor:

1 casaco, ou
 10 libras de chá, ou
 40 libras de café, ou
 1 quarter de trigo, ou
 2 onças de ouro, ou
 ½ tonelada de ferro, ou etc.
 = 20 braças de linho

É neste estágio que a interpretação de Rubin revela a sua força contra as leituras fisiológicas do valor. Para Rubin, como vimos, o trabalho privado só se torna trabalho abstrato e social quando todas as mercadorias conseguem referenciar-se numa única e mesma materialidade. A necessidade da forma universal é uma exigência da própria substância do valor:

[...] trabalho abstrato é trabalho que é igualado por meio da equiparação universal de todos os produtos do trabalho, mas equiparar todos os produtos do trabalho só é possível equiparando cada um deles a um equivalente universal [*allgemeines Äquivalent*]. Consequentemente, o produto do trabalho abstrato só pode ser assemelhado a todos os outros produtos na forma em que aparece como um equivalente universal ou potencialmente pode ser trocado por um equivalente universal (Rubin, ([1927] 2023, p. 235).

A forma universal é a primeira a relacionar as mercadorias entre si como valores, deixando-as aparecer umas para as outras como valores de troca. Além disso, ela surge como obra conjunta do mundo das mercadorias, fazendo com que todas as mercadorias expressem seu valor num mesmo equivalente. Assim, nota-se que “[...] a objetividade do valor das mercadorias, por ser a mera ‘existência social’ dessas coisas, também só pode ser expressa por sua relação social universal [*allseitige*], e sua forma de valor, por isso, tem de ser uma forma socialmente válida” (Marx, [1867] 2013, p. 142).

Na forma universal, surge a figura do equivalente universal, que não possui nenhuma forma de valor relativa em comum com outras mercadorias porque seu valor é expresso relativamente na série infinita de todos os outros corpos de mercadorias. A mercadoria dinheiro é excluída por todas as outras e sua forma natural se funde à sua forma social. Substituindo-se o linho pelo ouro, tem-se a seguinte equação da forma-dinheiro:

1 casaco, ou
 10 libras de chá, ou
 40 libras de café, ou
 1 quarter de trigo, ou
 2 onças de ouro, ou
 ½ tonelada de ferro, ou etc.
 = 2 onças de ouro

A quarta forma de valor não se diferencia em nada da forma de valor universal, exceto que, agora, é o ouro que ocupa a função de equivalente universal. Ao contrário dos economistas políticos que o precedem, Marx não se ocupa aqui com as qualidades que o ouro possui para ser eleito a esta função, mas em como ele se torna dinheiro. Para Marx, antes de ser dinheiro, o ouro já era mercadoria e se confrontava com todas as outras mercadorias; atuou como equivalente individual em diversos atos de troca e competiu na função de equivalente com outras mercadorias, até que definitivamente assumisse a forma-dinheiro. Dele, inclusive, surge a forma-preço como a forma de valor mais desenvolvida.

Em contraposição, também, aos economistas vulgares e marginalistas, que procuram no ouro propriedades utilitárias inerentes que o predestinariam a ser moeda, a perspectiva marxiana resgatada por Rubin entende a emergência do dinheiro como o corolário objetivo e cego da anarquia da produção mercantil. O padrão de valor brota da própria necessidade de validação dos trabalhos privados, uma igualação que ocorre na realidade, todos os dias, no processo de troca do mercado.

Portanto, o valor tem de ser sempre objetivado na mercadoria através da forma de valor de outra mercadoria. O que esse transpassar dialético demonstra – e que Rubin articula em sua interpretação – é que o valor de troca não existe sem o valor, e o valor não pode existir efetivamente sem se materializar no dinheiro. Logo, a análise rigorosa destas categorias coloca em xeque a análise austríaca que vê a troca como uma relação entre duas mercadorias, em que o papel do dinheiro seria trivial, e de que os preços seriam meros reflexos de utilidades subjetivas. Fica preparado o terreno para enfrentar as insuficiências de autores que absolutizam a aparência fenomênica das trocas sem compreender a estrutura que as articulam.

4.5. O VALOR DE TROCA COMO FORMA DE MANIFESTAÇÃO DO VALOR

A análise de Rubin sobre o trabalho abstrato e a forma social do valor está diretamente ligada à sua reconstrução da gênese da teoria marxiana. Ele demonstra que o item sobre a "Forma do Valor" no primeiro capítulo de *O Capital* não é um mero ornamento dialético, como supunha inclusive o marxismo tradicional, mas uma resposta teórica a um problema crucial deixado pela economia clássica e explorado por seus críticos.

O ponto de partida é a lacuna na teoria de David Ricardo. Embora Ricardo ([1817] 1986) tenha corretamente identificado o trabalho como a substância do valor, ele se mostrou incapaz de explicar como essa substância se manifesta, ou seja, qual a conexão necessária entre o valor e sua forma de expressão, o valor de troca. Essa falha abriu um "abismo intransponível" entre o conteúdo (trabalho) e a forma (troca), tornando sua teoria vulnerável, como chamou atenção Marx:

O ponto de partida de Ricardo é a determinação dos valores relativos (ou valores de troca) das mercadorias pela quantidade de trabalho nelas contida. Ele não examina a forma desse trabalho, isto é, a propriedade específica que ele tem de gerar valor de troca e de se representar em valor de troca, e não concebe nenhum nexos entre a determinação do valor de troca da mercadoria pelo tempo de trabalho e a formação do dinheiro pelas mercadorias como uma necessidade para o desenvolvimento das trocas (Marx, [1905] 1980, p. 596-597).

Foi o economista Samuel Bailey quem explorou essa fragilidade e de forma mais aguda. Em sua crítica, Bailey (1825) negou a existência do valor como uma propriedade intrínseca da mercadoria, argumentando que só se pode falar em "valor relativo", ou seja, a proporção puramente quantitativa em que uma mercadoria se troca por outra em um ato contingente. Se o valor só existe na relação de troca, então ele não pode ser determinado antes dela pelo tempo de trabalho. Com efeito, Bailey só enxerga validade na expressão relativa do valor e, portanto, qualquer coisa que não possa ser medida relativamente não tem validade analítica, daí sua discordância com a teoria de Ricardo, para quem o valor era intrínseco, não necessariamente dependente da relação entre dois objetos.

Como destaca Rosa (2018), ao reduzir o valor exclusivamente à sua dimensão fenomênica e relacional, Bailey opera um esvaziamento epistemológico da economia política. A sua manobra teórica absolutiza a aparência do mercado em detrimento de qualquer fundamento objetivo, transformando o valor de troca numa proporção matemática desvinculada das condições sociais de produção. Em Bailey, sendo o valor apenas uma relação entre coisas imediatas, ele perde a sua substância material e passa a depender exclusivamente das avaliações contingentes da circulação.

O fato de Bailey não ter se atentado para questões qualitativas, quanto ao valor, revela entre outras coisas a sua pouca preocupação com relação a categorias que não são imediatamente sensíveis. Por isso sua teoria do valor se baseia quase inteiramente na repetição de que o valor de uma mercadoria é sua relação quantitativa e contemporânea com outras mercadorias (Rosa, 2018, p. 107-108).

Segundo Rubin ([1929] 2022), a resposta de Marx a Bailey – e, ao mesmo tempo, a superação de Ricardo – foi dupla e exigiu uma distinção conceitual rigorosa, que não estava presente de forma clara em seus próprios textos anteriores, como *Contribuição à crítica da economia política*. Primeiro, contra Bailey, Marx precisou demonstrar que a multiplicidade de valores de troca relativos só pode ser compreendida se for reduzida a um elemento comum que lhes serve de base: o valor (*Wert*), cuja substância é o trabalho.

Segundo, e indo além de Ricardo, Marx teve de provar que a análise do valor leva necessariamente ao desenvolvimento de sua manifestação, ou seja, às diferentes formas do valor de troca (*Tauschwert*). A análise da forma de valor é, portanto, a ponte que conecta a substância do valor à sua aparência necessária no mercado (Rubin, [1929] 2022).

Para designar o conceito de valor em *Para a Crítica da Economia Política*, Marx usa ainda ambos os termos, *Tauschwert* e *Wert*, sem qualquer distinção. Com mais frequência, inclusive, ele usa *Tauschwert*, particularmente no primeiro capítulo, o qual é voltado especialmente à teoria do valor. O termo *Wert* é mais encontrado quando se fala da magnitude do valor. Ambos os termos frequentemente são encontrados lado a lado, um substituindo o outro arbitrariamente. Assim, os termos *Wert* e *Tauschwert* significam ainda a mesma coisa em *Para a Crítica*. Entretanto, perguntamos: qual conceito eles denotam precisamente, valor ou valor de troca? Não há dúvida de que em *Para a Crítica* ambos os termos denotam valor – conceito para o qual Marx, posteriormente, em *O Capital*, usará apenas *Wert* (Rubin, [1929] 2019, p. 159).

Desse modo, a progressão das formas de valor em Marx – da forma simples à forma dinheiro – é a demonstração lógica de como o valor, uma propriedade puramente social e invisível, adquire uma expressão objetiva e autônoma. Na forma simples (x mercadoria A = y mercadoria B), o valor de uma mercadoria se expressa no corpo de outra, que funciona como seu equivalente. Essa relação, inicialmente acidental, se generaliza na forma desdobrada e, por fim, exige a exclusão de uma única mercadoria para servir como equivalente universal. Essa mercadoria, na qual todas as outras expressam seu valor de modo unitário e socialmente válido, torna-se dinheiro. O dinheiro não é, portanto, um artifício externo ou um mero facilitador da troca, mas a consequência necessária do desenvolvimento do valor. Ele é a encarnação visível do trabalho humano abstrato, a forma final em que o caráter social do trabalho privado se manifesta.

O que vemos aqui é uma extensão da análise feita sobre o trabalho abstrato: através de um processo de abstração real do trabalho, as mercadorias passam a se espelhar num equivalente universal, que é o dinheiro – a forma material necessária para que o trabalho abstrato adquira validade social. Isto quer dizer que a própria teoria do valor, para explicar o seu objeto, deve considerar a produção e a troca como dois momentos do processo de produção do valor. Cabe, agora, investigar o papel da troca nesse processo.

Nessa perspectiva, o ato de troca consiste em um ato de igualação, uma igualação das mercadorias trocadas que reflete as características sociais básicas da economia mercantil – a mais básica sendo a igualdade dos produtores de mercadorias, sua igualdade enquanto produtores mercantis autônomos, independentes uns dos outros. Böhm-Bawerk, em uma das partes de sua crítica ao vício de origem, nota acertadamente que Marx colocou ênfase no papel da igualdade na troca, mas se equivocou em afirmar que Marx derivou a igualdade dos artigos trocados a partir de uma análise puramente lógica do ato de troca. Segundo Rubin, Marx não afirmou que a troca é realizada em condições de exato equilíbrio e indicou em vários momentos que a desigualdade qualitativa das mercadorias é um estímulo necessário para que a troca ocorra:

Marx não estava interessado nas propriedades qualitativas das mercadorias enquanto valores de uso. Mas sua atenção estava voltada para as características qualitativas do ato de troca, como fenômeno econômico-social. É somente com base nessas características qualitativas e essencialmente sociológicas que alguém pode compreender o aspecto quantitativo do ato de troca (Rubin, [1928] 1987, p. 101).

Na produção que se baseia na troca, como é o caso de qualquer economia mercantil, o produtor mesmo não se interessa pelo valor de uso do produto que faz, apenas pelo valor que ele terá quando for trocado. Não lhe interessam as coisas enquanto resultados do trabalho concreto, somente do trabalho abstrato. O produtor produz exatamente porque a mercadoria se despojará de sua forma útil e se transformará em dinheiro. É, portanto, a troca que cria a indiferença do produtor para com o seu trabalho concreto (Rubin, [1928] 1987, p. 161).

Não é possível pensar troca e produção fora de sua articulação numa economia baseada na produção mercantil, na produção para a troca²⁵. Seria uma contradição nos termos. Quando

²⁵ Nos *Grundrisse*, mesmo ainda não tendo posto claramente as diferenças entre o valor e o valor de troca, Marx já tornava central esta discussão, quando discutiu a transformação do dinheiro em capital: “[...] a circulação não traz consigo mesma o princípio da autorrenovação. Os seus próprios momentos lhe são pressupostos, não são postos por ela mesma. As mercadorias têm de ser lançadas continuamente na circulação desde o exterior, como combustível no fogo. [...] A circulação é um fenômeno de um processo transcorrendo por trás dela. [...] chegamos novamente ao ponto de partida, na produção que põe, cria valores de troca, mas dessa vez de modo tal que a produção pressupõe a circulação como momento desenvolvido e aparece como processo contínuo que põe a

a troca se torna a forma dominante de trabalho social e, conseqüentemente, as pessoas passam a produzir exclusivamente para trocar os seus produtos, a realização do produto enquanto valor está suposta desde a fase de produção direta. Essa possibilidade só existe, e o produto só é produzido, porque se supõe que ele terá valor. E quando esse produto é trocado efetivamente por dinheiro, seu valor se efetiva e a forma social das mercadorias é substituída pela forma social de dinheiro:

Na medida que se ocupa da troca como uma forma do processo de produção, Marx diz claramente que sem a troca não existe nem trabalho abstrato nem valor. O trabalho só adquire o caráter de trabalho abstrato na medida que a troca se desenvolve. Quando Marx fala na troca como fase separada, em oposição à fase de produção, ele diz que mesmo antes do processo de troca o trabalho e o produto do trabalho possuem características sociais determinadas, mas que essas características devem realizar-se no processo de troca. No processo de produção direta, o trabalho ainda não é trabalho abstrato no pleno sentido da palavra, ainda deve tornar-se (*werden*) trabalho abstrato (Rubin, [1928] 1987, p. 167).

Na análise do valor entre os momentos da produção e da troca, a crítica da economia política de Marx parece se apropriar da estrutura lógica presente na categoria “potência” (*dynamis*) elaborada por Aristóteles, notadamente no Livro Theta (θ) de sua *Metafísica*. Na acepção aristotélica, a *dynamis* não é o puro nada, mas uma determinabilidade: ela representa o que uma coisa pode vir a ser, sua potencialidade latente, em contraste absoluto com a *energeia* ou *entelecheia* (ato), que indica o existir efetivo e realizado da coisa no momento presente, a aquisição plena de sua forma.

Para o Estagirita, a potência caracteriza-se justamente pela possibilidade de o ente atualizar-se – ou mesmo de não o fazer –, sendo a passagem da potência ao ato a transição de um estado de indeterminação para um estado de perfeição. Como atesta Aristóteles: “O ato é o existir de algo, não porém no sentido em que dizemos ser em potência. [...] o ato está para a potência como, por exemplo, quem constrói está para quem pode construir, quem está desperto para quem está dormindo, quem vê para quem está de olhos fechados” (Aristóteles, 2002, p. 411).

Em Marx, a categoria *dynamis* é implicitamente apropriada para demonstrar que o valor não é uma relação que existe plenamente no processo produtivo. Na esfera da produção direta, o valor e o trabalho abstrato existem apenas como potência; eles representam uma exigência social que, se não fosse tomada como pressuposto, não haveria produção, mas que ainda

circulação e dela retorna continuamente a si mesmo para pô-la novamente. [...] A própria produção não mais existe aqui antes de seus resultados” (Marx, [1857-58] 2011, p. 196-197).

aguarda validação real. É apenas na esfera da circulação, através do ato da troca monetária, que essa potência se atualiza como ato. O salto mortal (*salto mortale*) da mercadoria é a confirmação material de que o trabalho privado dispendido se realizou, de fato, como trabalho social.

Essa formulação questiona a ideia marginalista de que o valor de troca consistiria no reflexo de um cálculo psicológico e utilitário prévio, ou mesmo a teoria de Bailey, para quem é impossível falar em valor antes da troca. O erro de Bailey consistiu justamente em absolutizar o ato (a proporção na troca), ignorando as relações sociais de produção que o fundamentam. O valor de troca é a única forma pela qual a potência consegue se realizar materialmente no mercado capitalista, transformando-se em ato. Sem a troca, não existe nem trabalho abstrato nem valor realizados:

O trabalho do produtor de mercadorias é diretamente privado e concreto, mas adquire uma propriedade social complementar, “ideal” ou “latente”, na forma de trabalho abstrato-geral e social. Marx ria-se sempre dos utopistas, que sonhavam com o desaparecimento do dinheiro e acreditavam no dogma de que o ‘trabalho especial do indivíduo particular, contido na mercadoria é [diretamente] trabalho social’ (Crítica, p. 179) (Rubin, [1928] 1987, p. 167).

Fica claro como a apropriação do *dynamis* aristotélico é crucial para esse procedimento analítico: os socialistas utópicos acreditavam que seria possível que o dinheiro desaparecesse apenas excluindo-se ele próprio do mundo da mercadoria, sem destruir a própria mercadoria e, portanto, o valor. Pensavam os utopistas que poderiam impedir o ato sem que as possibilidades que lhe conferem existência fossem igualmente combatidas.

Autores contemporâneos como Saad Filho (2001) criticam Rubin por um suposto “circulacionismo”, isto é, um foco excessivo no momento da troca. No entanto, essa crítica ignora que Rubin entendia, a partir de Marx, que o valor não passa a existir somente na troca. Valor e trabalho social já estão postos no processo de produção. O trabalho adquire o caráter de trabalho social antes do ato de circulação. No processo produtivo, está suposto que o produto se tornará mercadoria, e que, portanto, as propriedades sociais do trabalho também estão supostas, existindo em potência e se confirmando na troca. Essa potência é uma das causas do movimento. Se existem em potência – a partir do percurso dialético que analisamos até aqui, e da maneira como Marx se apropria criticamente das categorias filosóficas –, existem também enquanto vir-a-ser, embora realizar-se-ão plenamente apenas no ato, na troca monetária. O mesmo procedimento pode ser percebido quando Marx analisa a criação do mais-valor como um processo que ocorre na produção e na circulação de mercadorias ao mesmo tempo:

[...] o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem

nela. Temos, assim, um duplo resultado. [...] Nosso possuidor de dinheiro, que ainda é apenas um capitalista em estado larval, tem de comprar as mercadorias pelo seu valor, vendê-las pelo seu valor e, no entanto, no final do processo, retirar da circulação mais valor do que ele nela lançara inicialmente. Sua cristalização [*Schmetterlingsentfaltung*] tem de se dar na esfera da circulação e não pode se dar na esfera da circulação. Essas são as condições do problema. *Hic Rhodus, hic salta!* (Marx, [1867] 2013, p. 240-241).

O foco, então, está na unidade estrutural entre produção e circulação. E é só através desta unidade, levada à cabo no momento da troca, que o produto, primeiro, adquire a capacidade de ser alienado diretamente por qualquer outro produto do trabalho social. Depois, o mesmo produto adquire esse caráter social, podendo ser igualado a um determinado produto que possui a qualidade de ser trocável por todos os demais produtos, isto é, o dinheiro. Ocorre, então, a igualação de todos os produtos entre si, que compreende a igualação das várias formas de trabalho, distintas pelos diferentes níveis de qualificação. Por fim, ocorre a igualação de produtos de um tipo e qualidade, com diferentes condições técnicas de produção. Através do processo de troca, da transformação da potência em ato, o trabalho privado recebe uma característica que lhe é complementar, a de ser forma de trabalho social. O trabalho concreto assume a forma de trabalho abstrato. O trabalho complexo é reduzido a trabalho simples. E o trabalho individual se converte em trabalho socialmente necessário.

Ninguém poderia, numa economia mercantil, igualar de antemão as diferentes formas de trabalho, comparando-as a partir de uma unidade de medida. Essa não é uma escolha individual, mas um processo que ocorre independentemente do indivíduo, e que a sociedade impõe a ele através do mercado. Por isso, é epistemologicamente infrutífero buscar um padrão prático, físico ou técnico de valor pré-estabelecido pela mente do pesquisador que torne possível a igualação dos produtos do trabalho no mercado, como tentam fazer parte dos economistas heterodoxos e neorricardianos, como Sraffa ([1960] 1997) e seus seguidores. Diz Rubin: “Esta igualação ocorre na realidade, todos os dias, no processo de troca no mercado. Nesse processo, surge espontaneamente um padrão de valor, a saber, o dinheiro, que é indispensável para esta igualação” (Rubin, [1928] 1987, p. 140).

A igualação ocorre no cotidiano e o padrão surge espontaneamente da própria realidade social. A tarefa da teoria marxista do valor é, portanto, entender e explicar teoricamente esse processo de igualação de mercadorias que ocorre no cotidiano da sociedade capitalista, conectando esse processo com a igualação e distribuição do trabalho social, descobrindo a relação causal entre ambos e as leis de suas modificações.

Dessa forma, Rubin mostra que valor, valor de troca e dinheiro não são categorias estanques, mas momentos interligados de um mesmo processo social. O valor só existe porque se

manifesta no valor de troca, e o valor de troca só se universaliza através do dinheiro. Ao desvendar essa relação umbilical, Marx não apenas resolveu o enigma que os clássicos deixaram, mas também blindou sua teoria contra a crítica de que o valor seria uma abstração metafísica sem existência real ou um simples artifício de cálculo redundante.

4.6. A SUBSTÂNCIA MEDIDA: DETERMINAÇÕES QUANTITATIVAS DA LEI DO VALOR

Toda e qualquer análise sobre o valor deve, necessariamente, partir da superfície do fenômeno: o mercado e o ato da troca. É nesta esfera fenomênica que nos deparamos com um problema imediato, pois a soma de dinheiro que envolve o processo de troca – o preço das coisas – modifica-se quase diariamente, movida pelas flutuações anárquicas do mercado. Contudo, deter-se na superfície dos preços é um erro metodológico básico. Para a crítica da economia política, o valor não é uma relação entre coisas; o valor é uma relação social entre pessoas que assume uma forma material e que está intrinsecamente enraizada no processo de produção do capital.

A mediação que precisamos para compreender a dimensão quantitativa da teoria do valor exige que partamos exatamente do que o mercado nos apresenta: a igualdade de valores das mercadorias. Quando duas mercadorias se trocam em determinada proporção, o mercado está estabelecendo uma igualdade prática entre diferentes trabalhos concretos, que ali se realizam e se confirmam como trabalho abstrato. Uma hora de trabalho do produtor de botas e uma hora de trabalho do tecelão são igualadas; “[...] cada uma delas corresponde a igual parcela do trabalho total da sociedade, distribuído entre todos os ramos de produção. Assim o trabalho que cria valor aparece não só como trabalho quantitativamente distribuído, mas também como trabalho socialmente igualado” (Rubin, [1928] 1987, p. 81).

Essa igualdade de valores pressupõe e subsume uma profunda desigualdade no plano empírico da produção. O dispêndio de trabalho, em suas múltiplas formas concretas, ocorre sob condições desiguais, divergindo em intensidade, periculosidade e, sobretudo, na duração da aprendizagem exigida. É exatamente dessa desigualdade material que emerge a distinção entre trabalho simples e trabalho complexo, ou qualificado. Apropriando-se da formulação de Marx, Rubin esclarece a demarcação entre as duas categorias:

Em primeiro lugar, definiremos trabalho qualificado e simples. Trabalho simples é “o emprego dessa simples força de trabalho que todo homem comum e corrente, em média, possui em seu organismo corporal, sem necessidade de educação especial” (C., I, p. 11; grifos nossos). Em contraste com o trabalho

simples, chamaremos trabalho qualificado aquele que requer um aprendizado especial, ou seja, “uma aprendizagem mais longa ou profissional e uma educação geral mais importante que a média dos trabalhadores” (Marx apud Rubin, [1924] 1987, p. 176).

Estamos diante de uma questão fundamental: o trabalho qualificado não é simplesmente um trabalho executado com maior intensidade física ou por um período mais longo. Trata-se de um trabalho de maior potencial. A justificção para que o produto de uma hora de trabalho de um joalheiro exceda o valor de uma hora de um sapateiro reside na compensação de valor necessária para restabelecer o equilíbrio reprodutivo dessas profissões. Esse excedente incorpora o próprio trabalho despendido durante o treinamento do produtor.

Rubin exemplifica essa dinâmica recordando que, num grupo de estudantes de engenharia, a formação exige os esforços de alunos e professores, mesmo que apenas uma fração conclua o curso. A transferência de força de trabalho para profissões complexas só se sustenta socialmente se o maior valor dos produtos finais compensar esses dispêndios inevitáveis de formação²⁶.

Estabelecidas essas definições, torna-se necessário explicar a mecânica dessa redução. É nesse ponto que a crítica de Böhm-Bawerk lança o seu ataque sobre a suposta “ficção estatística” de Marx. Como discutido anteriormente, o autor austríaco ironiza a tese de que o trabalho complexo “conta como” trabalho simples multiplicado, acusando o sistema marxiano de incorrer num argumento circular que recorreria secretamente às próprias proporções da troca, isto é, preços ou salários, para determinar a magnitude do valor.

Isaak Rubin demonstra que esta objeção não se sustenta. A crítica austríaca nesse caso parte de duas premissas falsas: a primeira é a errônea impressão de que a teoria marxista do valor faria “[...] a igualdade das mercadorias depender exclusivamente da igualdade fisiológica dos dispêndios de trabalho necessários para sua produção” (Rubin, [1928] 1987, p. 185). A segunda é a exigência de que a teoria econômica forneça “[...] um padrão de valor que tornasse possível, operacionalmente, comparar diferentes tipos de trabalho entre si” (Rubin, [1928] 1987, p. 186).

²⁶ “Assim, o trabalho despendido no treinamento dos produtores de uma dada profissão entra no valor do produto do trabalho qualificado. Mas em profissões que diferem em termos de qualificações mais elevadas e maior complexidade do trabalho, o treinamento dos trabalhadores é usualmente realizado através de uma seleção, a partir de um número maior de estudantes mais capacitados. Dentre três indivíduos, estudantes de engenharia, talvez apenas um se gradue e atinja o objetivo. Assim, o dispêndio de trabalho de três estudantes e o dispêndio correspondentemente aumentado de trabalho do instrutor são necessários para a preparação de um engenheiro. Assim, a transferência de estudantes para uma dada profissão, dos quais apenas um terço tem a probabilidade de atingir o objetivo, só ocorre em suficiente medida se o valor maior dos produtos dessa dada profissão puder compensar os inevitáveis (e até certo ponto desperdiçados) dispêndios de trabalho” (Rubin, [1928] 1987, p. 182).

A resposta à crítica de Böhm-Bawerk exige a inversão metodológica do problema. Para Marx, a redução do trabalho complexo ao simples é uma abstração real que o mercado impõe implacavelmente aos produtores:

Se tomarmos o trabalho de um trabalhador não-qualificado (um escavador) como trabalho simples, e se tomarmos uma hora desse trabalho como unidade, então uma hora de trabalho do joalheiro é igual, digamos, a 4 unidades, não porque o joalheiro avalie seu trabalho e lhe atribua o valor de 4 unidades, mas porque seu trabalho é igualado no mercado a 4 unidades de trabalho simples. A redução do trabalho complexo a trabalho simples é um processo real que se efetiva através do processo de troca e, em última análise, reduz-se à igualação de diferentes formas de trabalho no processo de distribuição do trabalho social, não às diferentes avaliações das diferentes formas de trabalho ou à definição de diferentes valores de trabalho (Rubin, [1928] 1987, p. 184).

Por esta razão, se existiu algum autor que incorreu no vício de analisar o ato de troca de modo isolado de um contexto socioeconômico determinado, foi Böhm-Bawerk, e não Marx. A linha de pensamento marxiana move-se na direção contrária: é apenas através do valor que o trabalho dos produtores privados – desiguais em suas determinações concretas – se submete a um processo de coordenação mútua, adquirindo a forma de trabalho social. Böhm-Bawerk e sua corrente ignoram que o valor é “[...] a correia de transmissão do movimento dos processos de trabalho de uma parte a outra da sociedade, tornando essa sociedade um todo em funcionamento” (Rubin, [1928] 1987, p. 96).

Mas, afinal, como medir essa substância suprassensível? Ultrapassada a questão qualitativa da forma e a intrincada redução do trabalho complexo ao simples, a determinação quantitativa do valor exige a compreensão exata de sua unidade de medida. A medida do peso é o quilograma. A medida da força é o Newton. A medida da velocidade é o quilômetro por hora. A medida do volume é o litro. Se a medida do valor é o tempo de trabalho, não seria o trabalhador mais ineficiente e preguiçoso aquele que cria mais valor, visto que gasta mais tempo na produção?

É com essa indagação vulgar que os críticos costumam atacar a teoria marxiana. A resposta a essa falsa simetria reside no conceito de tempo de trabalho socialmente necessário. Como salienta Rubin, a “[...] magnitude do tempo de trabalho socialmente necessário é determinada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, compreendidas, num sentido amplo, como a totalidade dos elementos de produção materiais e humanos” (Rubin, [1928] 1987, p. 189).

Marx chega a esse conceito por meio das seguintes etapas analíticas. Inicialmente, ele pressupõe que todos os exemplares de um produto sejam produzidos em condições normais,

abstraindo a diferença entre o trabalho individual e o socialmente necessário. Contudo, ao aproximar a lente da realidade crua e concreta do modo de produção capitalista, o que se revela? Que diferentes exemplares da mesma mercadoria são produzidos sob condições técnicas desiguais. Surge, assim, a oposição fundamental entre o valor individual, determinado pelas condições de uma dada empresa, e o valor social ou de mercado.

Já sabemos com o que foi exposto que a regulação da atividade humana numa sociedade mercantil não é feita de modo consciente, mas de modo reificado e implacável pelas costas dos produtores. O mercado é cego às ineficiências fisiológicas ou aos atrasos técnicos do produtor isolado. Nas palavras precisas de Rubin:

O mercado não leva em consideração as propriedades e desvios individuais na atividade de trabalho dos produtores mercantis individuais em unidades econômicas individuais. “Para esse efeito, cada mercadoria é considerada como um exemplar médio de sua espécie” (C., I, p. 7). Toda mercadoria individual não é vendida segundo seu valor individual, mas segundo o valor social médio, que Marx chama de valor de mercado no Livro III de *O Capital* (Rubin, [1928] 1987, p. 190).

É a divergência entre valor individual e valor de mercado que atua como o motor fundamental do progresso técnico na sociedade capitalista. Por que os capitalistas buscam revolucionar constantemente as forças produtivas? Para reduzir o tempo de trabalho individual gasto na sua fábrica para patamares abaixo do tempo de trabalho socialmente necessário, permitindo-lhes, provisoriamente, extrair um sobrelucro na venda pelo valor médio vigente. No nível de abstração do Livro I, então, já sabíamos que era possível que os valores divergissem dos valores de mercado. Suponhamos um mercado de dois produtores de uma mesma mercadoria, em que I leva 12h para produzi-la e II leva 8h. No mercado, o produtor I não venderá sua mercadoria pelo equivalente às 12h que ele efetivamente dispendeu, nem o produtor II venderá pelo equivalente às 8h. Quando confrontados na concorrência, os valores individuais das mercadorias produzidas por ambos os produtores deverão corresponder ao tempo de trabalho socialmente necessário, um tempo que expressaria, nesse caso, a média de 10h.

Por conseguinte, o tempo de trabalho socialmente necessário está intimamente ligado à produtividade do trabalho e atua como o centro de gravidade inescapável do mercado. A média ditada pelo tempo de trabalho socialmente necessário não é uma abstração matemática estática ou um decreto arbitrário, mas o resultado violento da luta concorrencial e, portanto, depende de qual estrato produtivo fornece a massa dominante das mercadorias:

[...] na visão de Marx, em condições normais o valor de mercado se aproxima do valor individual da massa dominante de produtos de um dado ramo de

produção. Se uma grande parte das mercadorias é produzida em empresas com produtividade média do trabalho, e somente uma parte insignificante é produzida sob piores condições, então o valor de mercado será regulado pelas empresas de produtividade média [...]. Se “a quantidade de mercadorias produzidas sob condições mais desfavoráveis representa uma proporção maior, [...] a massa produzida sob condições mais desfavoráveis regulará o valor comercial [de mercado] ou o valor social” (C., III, p. 188) [...]. Finalmente, se as mercadorias produzidas sob melhores condições dominam o mercado, então elas exercerão uma influência decisiva sobre o valor de mercado. Em outras palavras, o trabalho socialmente necessário pode se aproximar do trabalho de produtividade média (isto ocorre na maioria dos casos), bem como do trabalho de maior (ou menor) produtividade (Rubin, [1928] 1987, p. 193).

Aqui, portanto, já sabemos que as mercadorias não são vendidas pelos seus valores individuais, mas pelos seus valores de mercado, medidos pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Aqui, já sabemos que os capitais individuais se encontram impelidos a aumentar a produtividade para vender as mercadorias de modo que o valor individual seja menor que o valor de mercado, extraindo sobrelucros. Neste nível de abstração, no entanto, a lógica ainda é a da produção de valores de uso iguais, em que os produtores I e II se defrontam como produtores de um mesmo valor de uso; mais adiante, no nível de abstração alcançado no Livro III de *O Capital*, Marx incorpora os setores distintos, que produzem valores de uso distintos, a esta análise.

Embora a magnitude do valor seja regida por essas condições técnicas objetivas, é preciso soar um alerta: tornar absoluta essa dimensão quantitativa em detrimento da forma social é cair na armadilha da velha economia clássica. Rubin ilustra esse erro de forma magistral na sua análise da interpretação de Werner Sombart. Sombart captou que o valor reflete a força produtiva do trabalho, mas equivocou-se ao enxergar no conceito de tempo de trabalho socialmente necessário a totalidade da teoria de Marx sobre o valor. Para Rubin, isso seria equivalente a mutilar a descoberta de Marx: “Sombart restringiu-se ao aspecto da teoria de Marx que examinava a dependência das modificações na magnitude do valor quanto ao movimento do processo material de produção, e ele não notou a parte mais original da teoria de Marx, ou seja, a teoria da ‘forma de valor’” (Rubin, [1928] 1987, p. 198).

Se a substância, a forma e a magnitude já estão explicadas, o que dizer então da sacrossanta “lei da oferta e da procura”? Para entender que a teoria marxista do valor também oferece respostas para cenários em que um produto dispara devido a uma escassez passageira ou a uma demanda que explodiu, é imperativo traçar uma fronteira intransponível: o valor de mercado (determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário) é distinto do preço de mercado (as flutuações fenomênicas diárias nos preços das mercadorias).

Os marginalistas, os austríacos e os neoclássicos confundem a superfície caótica das ondas com as correntes tectônicas profundas que movem o oceano. Ainda operando no campo da abstração da economia mercantil simples, onde é a lei do valor que rege todo o movimento, podemos dizer que os desvios do preço em relação ao valor sinalizam apenas uma ausência provisória de equilíbrio. Rubin é cirúrgico ao demonstrar que a interação entre a oferta e a demanda atua apenas e tão somente ao nível dos preços de mercado:

Marx distinguia rigorosamente os casos em que o valor de mercado é determinado [...] pelas empresas com maior produtividade [...] dos casos em que o valor é normalmente determinado pelo valor médio mas, devido à sobreoferta, o preço de mercado é mais elevado que o valor de mercado e é determinado pelos dispêndios nas empresas com maior produtividade [...]. No segundo caso, a venda de mercadorias de acordo com os mesmos dispêndios é provocada por sobreoferta anormal no mercado, e provoca inevitavelmente uma contração da produção no dado ramo, ou seja, significa uma ausência de equilíbrio entre os ramos individuais. [...] No segundo caso, o preço das mercadorias se desvia dos valores de mercado determinados pelo trabalho socialmente necessário (Rubin, [1928] 1987, p. 199).

É chegado o momento de desferir um golpe letal contra a moderna escola matemática (neoclássica), herdeira direta de Böhm-Bawerk. Os apologetas do marginalismo traçam curvas cruzadas de oferta e demanda e acreditam, com isso, ter explicado a essência da economia. No entanto, ao postular que o preço é determinado pela oferta e demanda, e afirmar simultaneamente que o volume de oferta e demanda depende do próprio preço, a escola matemática encerra-se numa tautologia. Como pontua incisivamente Rubin:

Desta maneira, a proposição de que existe uma dependência causal do preço com respeito à demanda e oferta torna-se um círculo vicioso. A teoria do valor-trabalho sai deste círculo vicioso; ela reconhece que mesmo se o preço é determinado pela oferta e demanda, a lei do valor regula a oferta, por sua vez. A oferta se modifica relativamente ao desenvolvimento das forças produtivas e às modificações na quantidade de trabalho socialmente necessário. A escola matemática encontrou uma diferente saída deste círculo vicioso: esta escola abandonou a própria questão da dependência causal entre os fenômenos de preço e se restringiu a uma formulação matemática da dependência funcional [...] Esta teoria não pergunta por que os preços se modificam, mas apenas mostra como ocorrem mudanças simultâneas (Rubin, [1928] 1987, p. 232).

Ora, ora! O valor não flutua ao sabor infinito e subjetivo dos desejos psicológicos. As variações da procura não criam valor do nada; elas operam enjauladas “[...] dentro de limites estreitos que dependem da estrutura técnica do dado ramo” (Rubin, [1928] 1987, p. 238). A procura exerce sua influência apenas de maneira indireta: se a necessidade social aumenta, a produção expande-se, e essa nova escala de produção pode, eventualmente, alterar as técnicas

produtivas médias, modificando, assim, o tempo de trabalho socialmente necessário. A conclusão é irrefutável e demolidora:

Por outro lado, o valor, que em qualquer caso é estabelecido dentro desses limites, corresponde exatamente às condições de produção que acompanham o dado volume de produção. A demanda não pode influenciar o valor diretamente e sem limites, mas apenas indiretamente, através de modificações nas condições técnicas de produção e dentro de limites estreitos que também são determinados por essas condições. Consequentemente, a premissa básica da teoria de Marx permanece válida: o valor e suas modificações são determinados exclusivamente pelo nível e desenvolvimento da produtividade do trabalho ou pela quantidade de trabalho social necessário para a produção de uma unidade de produto, dadas as condições técnicas médias (Rubin, [1928] 1987, p. 239).

A quimera da oferta e da procura desvanece-se perante o poder explicativo da lei do valor, que compreende e influencia diretamente a própria interação entre a oferta e a demanda.

4.7. O CAPITAL EM SEU DUPLO MOVIMENTO: VALOR, PREÇO DE PRODUÇÃO E A SUPERAÇÃO DA QUIMERA

Vimos, então, que a teoria do valor de Marx escapa do círculo vicioso da escola neoclássica, porque a teoria marxista do valor reconhece o seguinte: ainda que o preço de mercado seja influenciado pela oferta e demanda, é a lei do valor que regula a oferta, e a oferta se modifica relativamente ao desenvolvimento das forças produtivas e às mudanças na quantidade de trabalho socialmente necessário. Mais que mostrar, como se limita a tentar fazer a escola neoclássica, como ocorrem mudanças simultâneas no preço e na demanda ou na oferta, a teoria marxista do valor se pergunta por que os preços se modificam. Todo gráfico de oferta e demanda, que os neoclássicos pensam ser autoexplicativos, nos dá apenas um estado momentâneo do mercado, não evidenciando um equilíbrio de longo alcance ou estável entre oferta e demanda, que pode ser entendido teoricamente como o resultado do equilíbrio entre os diversos ramos de produção.

Sendo assim, a concorrência é regulada de antemão pelas condições técnicas de produção, condições que estabelecem os limites das modificações do valor ou preços médios, condições que são explicadas ao nível de abstração do Livro I, que Böhm-Bawerk pensa se tratar de uma explicação inteiramente diferente da que aparece no Livro III, apontando para a “grande contradição” em sua crítica mais feroz. Esta crítica só pode ser elucidada quando se compreende a relação incontornável entre valor e preço, duas categorias que tratam da mesma relação em distintos níveis de abstração.

Depois de investigar o processo de produção do capital, no Livro I, e o processo de circulação do capital, no Livro II, Marx almeja estudar os processos em seu conjunto. No Livro I, Marx pressupõe a realização, isto é, a reprodução do capital, assumindo que o capital continuaria realizando o valor *ad eternum*. No Livro II, isto torna-se o objeto de investigação, fazendo-se necessário explicar tudo aquilo que o capital precisa fazer para que seu movimento ocorra. No nível de abstração do Livro II, Marx compreende que: “O processo cíclico do capital é [...] a unidade de circulação e produção – ambas estão nele incluídas” (Marx, [1883] 2014, p. 138). Por conseguinte, no Livro III, o objetivo não é somente desenvolver reflexões gerais sobre a unidade entre produção e circulação de capital, mas de:

[...] descobrir e expor as formas concretas que brotam do processo de movimento do capital considerado como um todo. Em seu movimento real, os capitais se confrontam em formas concretas, para as quais a configuração do capital no processo direto de produção, do mesmo modo que sua configuração no processo de circulação, aparece apenas como momento particular (Marx, [1894] 2017, p. 53).

Avançando ao nível de abstração da economia capitalista global, emergem as diferenças técnicas e sociais fundamentais que servem de palco para a mistificação cada vez mais aguda do capital. Diferentemente do produtor de mercadorias que realiza o ciclo $M - D - M$, cuja motivação era assegurar sua subsistência, o capitalista busca invariavelmente a expansão do valor através do ciclo simplificado $D - M - D'$; não produz, portanto, a mercadoria em razão do seu valor de uso; o que ele tem em vista “[...] é o excedente de valor do produto, acima do valor do capital nele consumido” (Marx, [1894] 2017, p. 67). Ele é o agente que realiza o sentido de ser do capital, isto é, o capital enquanto um eterno vir-a-ser, como um valor que se valoriza *ad infinitum*.

Para compreendermos o enigma dos preços, precisamos analisar a espiral de mistificação que se opera na consciência do capitalista prático. Originalmente, o valor do produto assumia a forma $M = c + v + m$, isto é, o valor total da mercadoria é igual aos custos, entendidos como o montante de capital constante (c) e capital variável (v), acrescidos ao mais-valor (m). No entanto, quando o capitalista adianta o seu capital para iniciar a produção, a diferença fundamental entre o trabalho pretérito objetivado (capital constante) e a força de trabalho viva (capital variável) desaparece da sua contabilidade, fundindo-se na categoria cega do preço de custo (p)²⁷. Esta não é uma ilusão da consciência, um simples engano, mas uma imposição material da própria circulação. Como explica Marx:

²⁷ “O custo capitalista da mercadoria se mede pelo dispêndio de capital, e o custo real da mercadoria, pelo dispêndio de trabalho. O preço de custo capitalista da mercadoria é, desse modo, quantitativamente distinto de seu valor ou

[...] o preço de custo da mercadoria não é de modo nenhum uma categoria que só existe na contabilidade capitalista. Na prática, a autonomização dessa parcela de valor impõe-se continuamente, já que ela precisa ser sempre reconvertida [...] de sua forma-mercadoria em forma de capital produtivo (Marx, [1894] 2017, p. 54).

No cálculo burguês, apenas o consumo material dos meios de produção e a forma como o valor circula importam. O capital fixo cede o seu valor gradualmente, enquanto a parte variável do capital é subsumida sob a categoria genérica de capital circulante²⁸, sendo "[...] expressamente identificada com o capital constante [...] consumando, assim, a mistificação do processo de valorização do capital" (Marx, [1894] 2017, p. 59). Antes, no nível de abstração do Livro II, observávamos o seguinte momento:

$$D - M < \frac{MP}{FT}$$

Aqui, o capital-dinheiro adiantado (D) comprava as mercadorias para iniciar o processo produtivo (M), que se ramificavam em meios de produção (MP), pagos com a parte constante do capital, e força de trabalho (FT), paga com a parte variável do capital. Mas, alcançando cada vez mais as formas concretas como o conteúdo do processo de movimento do capital aparecem, as matérias-primas, que são pagas com capital constante, são reunidas com a força de trabalho no capital circulante (KC):

$$D - M < \frac{KF}{KC}$$

Desse montante indiscriminado, o capitalista subtrai o remanescente puramente como o seu lucro (*l*). A fórmula original $M = c + v + m$ transforma-se em $M = p + l$. Com a origem do mais-valor apagada, "[...] o lucro, tal como ele se apresenta aqui, é, então, o mesmo que o mais-

de seu preço de custo real; ele é menor que o valor-mercadoria, pois, como $M = p + m$, então $p = M - m$ " (Marx, [1894] 2017, p. 54).

²⁸ No Livro II de *O Capital*, Marx ([1883] 2014) estabelece que a diferença entre capital fixo e circulante não reside na criação de valor (como constante vs. variável), mas na forma como o valor circula e é repostado. O capital fixo, que compreende as máquinas e as instalações, transfere o seu valor de forma fracionada ao longo de múltiplos ciclos de produção. O capital circulante (matérias-primas e força de trabalho) transfere o seu valor num único ciclo e exige reposição integral imediata, isto é, ao fim do ciclo é preciso recomprar matérias-primas e força de trabalho. A mistificação ocorre porque o capital variável e a fração circulante do capital constante comportam-se de maneira idêntica na circulação: o capitalista desembolsa ambos a cada ciclo. Assim, aos olhos da contabilidade burguesa, a exploração do trabalho vivo é diluída sob o custo genérico das despesas operacionais correntes. No mundo da aparência, das manifestações concretas e mistificadas, parece que o valor do capital fixo não circula, quando, na realidade, apesar do valor de uso do capital fixo permanecer fisicamente no interior do processo de produção até ser integralmente consumido, seu valor está circulando de maneira fragmentada, algo que Adam Smith, por exemplo, não compreendeu (Marx, [1883] 2014, p. 286).

valor, apenas numa forma mistificada, que, no entanto, tem origem necessariamente no modo de produção capitalista" (Marx, [1894] 2017, p. 62). Neste processo mistificado, o capital se confronta com o capital, e não mais diretamente com o trabalho. O capitalista enxerga o valor como preço de custo, como forma mistificada em que m desaparece. Mas o capitalista quer chegar em D' , quer realizar o lucro, que aparece para ele como o preço esperado de venda subtraído pelo preço de custo. Por esse motivo, parece que a origem do lucro provém do capital:

A produção do mais-valor, assim como do valor em geral, assume no processo de circulação, como mostramos anteriormente, novas determinações; o capital percorre o ciclo de suas transformações; por fim, ele abandona [...] sua vida interna orgânica para estabelecer relações vitais com o estrangeiro, relações nas quais se confrontam não o capital e o trabalho, mas, de um lado, o capital e o capital e, de outro, os indivíduos, divididos simplesmente em compradores e vendedores; tempo de circulação e tempo de trabalho se entrecruzam e, por isso, ambos aparentam determinar, na mesma medida, o mais-valor (Marx, [1894] 2017, p. 69-70).

Aferrado à superfície dessa aparência, Böhm-Bawerk decreta a falência do sistema de Marx, apontando a divergência quantitativa entre os valores e os preços de produção como a “grande contradição”. Böhm-Bawerk vê o tempo como a razão do lucro (ou juro) porque ele pode ver assim, porque o mais-valor aparece mistificado na forma de lucro. O que o austríaco ignora é que a lei fundamental da concorrência capitalista exige essa mesma divergência para operar. Como Marx adverte: “[...] mais-valor e taxa de mais-valor são, relativamente, o invisível e o essencial a ser investigados, ao passo que a taxa de lucro e, assim, a forma do mais-valor como lucro são fenômenos superficiais” (Marx, [1894] 2017, p. 68-69). Mas escapa ao economista captar a relação mistificada do capital e decifrar que:

[...] o modo como o mais-valor adquire a forma do lucro por meio de sua passagem pela taxa de lucro é apenas o desenvolvimento subsequente da inversão de sujeito e objeto que já ocorria durante o processo de produção. Já vimos diversas forças produtivas subjetivas do trabalho que se apresentam como forças produtivas do capital. Por um lado, o valor, o trabalho morto que domina o trabalho vivo, é personificado no capitalista; por outro, inversamente, o trabalhador aparece como mera força de trabalho objetivada, como mercadoria. Dessa relação invertida deriva necessariamente, já na mais simples relação de produção, a representação errônea correspondente, uma consciência deslocada [*transponiertes Bewußtsein*] que continua a se desenvolver por meio de transformações e modificações do processo de circulação propriamente dito (Marx, [1894] 2017, p. 71).

Com o que foi discutido até aqui, já descobrimos que o valor assume pelo menos três formas distintas no preço: o preço de custo (custo de produção), o preço de venda (preço de mercado) e o preço de venda esperado. Se o preço de custo é o que o capitalista enxerga como

seus custos de capital fixo e capital circulante, o preço de mercado é o preço que é influenciado pela concorrência, isto é, os múltiplos pontos em que oferta e demanda podem interagir. Mas e o preço esperado? Este ainda não investigamos. De onde o capitalista extrai suas expectativas? Se preço de custo é igual à soma de capital fixo e capital circulante ($KF + KC$), então o preço esperado (p^e) é esta mesma soma acrescida de uma taxa de lucro esperada (l^e):

$$p^e = (KF + KC) \cdot (1 + l^e)^{29}$$

Contudo, antes de alcançarmos a transição do capital isolado para o confronto simultâneo entre múltiplos capitais na arena da concorrência, é preciso compreender uma mediação temporal que age sobre essa taxa de lucro esperada: o tempo de rotação do capital. O ciclo D – M – D’ consome tempo de produção e tempo de circulação, como Marx explica no Livro II. Para Marx ([1885] 2014, p. 201), a duração da permanência do capital na esfera da produção “[...] constitui seu tempo de produção e, na esfera da circulação, seu tempo de circulação ou de curso. O tempo total no qual ele percorre seu ciclo é, assim, igual à soma do tempo de produção e do tempo de curso”. O tempo de rotação afeta diretamente a massa de mais-valor apropriada anualmente e, por conseguinte, a taxa de lucro. Se um capital encurta o tempo de produção através do aumento de produtividade ou o seu tempo de circulação através de inovações nos meios de transporte e comunicação, ele consegue realizar o seu ciclo mais vezes dentro de um mesmo ano.

O efeito direto do tempo reduzido de rotação sobre a produção de mais-valor – portanto, também do lucro – consiste na eficácia aumentada que, desse modo, se confere à parte variável do capital [...]. Quanto mais curto o tempo de rotação, tanto menor se torna essa parte imobilizada do capital em comparação com o todo; tanto maior, também, torna-se o mais-valor apropriado, conservando-se inalteradas as demais circunstâncias (Marx, [1894] 2017, p. 99).³⁰

Essa eficácia aumentada do capital variável explica por que capitais com a mesma estrutura de custos podem apresentar resultados tão distintos. Se um capital A efetua duas rotações anuais enquanto um capital B efetua apenas uma, a massa de mais-valor do primeiro será o

²⁹ “Se no preço de custo de uma mercadoria entra uma soma $=l$ para os lucros dos produtores dos meios de produção e a esse preço de custo se acrescenta um lucro $=l_1$, então o lucro total L será $=1 + l_1$. O preço de custo total da mercadoria, abstraindo de todas as partes do preço que entram para compor o lucro, é então seu preço de custo menor L” (Marx, [1894] 2017, p. 195).

³⁰ Vale destacar que o capítulo 4 do Livro III, que é onde se encontra a citação que aqui reproduzimos integralmente, foi de maneira muito competente inteiramente escrito por Engels, já que Marx deixou apenas o título: “Efeito da rotação sobre a taxa de lucro”. Como Engels explica: “Do capítulo 4, só se encontrava o título. Como, porém, o ponto nele abordado – o efeito da rotação sobre a taxa de lucro – é de importância decisiva, eu mesmo o elaborei, motivo pelo qual todo o texto se encontra entre chaves” (Engels, [1894] 2017, p. 34).

dobro da do segundo, ainda que ambos utilizem a mesma quantidade de força de trabalho em cada ciclo produtivo. Disso, Marx conclui: “[...] a relação entre as taxas de lucro de dois capitais é inversa à relação entre seus tempos de rotação” (Marx, [1894] 2017, p. 99).

A inclusão da rotação complementa o destino da consciência mistificada. Na vida prática, o capitalista não possui clareza sobre qual parcela de seu adiantamento é efetivamente variável e quantas vezes ela rodou no ano, pois “[...] quão grande é o capital variável num negócio é algo que o próprio capitalista, na maior parte dos casos, não sabe” (Marx, [1894] 2017, p. 101). O que se impõe à sua percepção é apenas o fluxo indiscriminado do capital circulante. Ao constatar que a aceleração das vendas engorda o seu montante final de lucro, a mistificação de que o capital possui uma faculdade inata de se autovalorizar através da mera passagem do tempo consolida-se de forma absoluta.

A investigação tem de seguir à taxa de lucro que constitui o que o capitalista espera receber após restar apenas o resíduo entre o preço de venda e o preço de custo, alcançando a transição do ciclo de um capital isolado para o confronto simultâneo entre os múltiplos capitais. O capitalista não calcula a sua rentabilidade sobre a parte do capital que efetivamente produz valor, o capital variável (v), mas sobre todo o capital adiantado ($C = c + v$), buscando a maior taxa de lucro possível ($l' = m/C$), em que l' é a taxa de lucro. Ocorre que, na realidade, quando capitais de mesma grandeza possuem diferentes composições orgânicas, eles mobilizam quantidades desiguais de trabalho vivo e, conseqüentemente, produzem massas desiguais de maisvalor. Marx chama de composição orgânica do capital “[...] a composição de valor do capital, na medida em que esta é determinada por sua composição técnica e a reflete” (Marx, [1894] 2017, p. 180), nada mais que a proporção técnica entre meios de produção e força de trabalho que se expressa no valor³¹.

Os capitais de alta composição são aqueles que contêm percentualmente mais capital constante; os capitais de baixa composição são aqueles em que o capital variável ocupa um espaço relativamente maior (Marx, [1894] 2017, p. 198). Portanto, essa é uma proporção que não pode ser percebida, investigada e exposta se permanecermos na forma mais aparente da

³¹ No Livro I, Marx considera que a composição do capital deve ser considerada em dois sentidos: “Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de composição de valor e a segunda, de composição técnica do capital. Entre ambas existe uma estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica” (Marx, [1867] 2013, p. 689).

oposição entre capital fixo e capital circulante, que, como vimos, mascara a oposição entre capital constante e capital variável.

Em passos anteriores, Marx já havia verificado que a taxa de lucro é determinada por dois fatores: “[...] a taxa do mais-valor e a composição de valor do capital” (Marx, [1894] 2017, p. 95), verificando os casos em que as taxas de lucro de dois capitais ou de um e mesmo capital podem ser iguais ou desiguais. A igualdade na taxa de lucro pode ocorrer em dois cenários distintos. O primeiro e mais evidente é quando não há variação nos fatores: ambos os capitais possuem a mesma estrutura percentual de investimento (mesma composição) e operam sob a mesma taxa de mais-valor³². O segundo cenário ocorre por uma compensação matemática: os capitais possuem composições e taxas de mais-valor diferentes, mas esses dois fatores são inversamente proporcionais. Isso significa que a massa final de mais-valor gerada (calculada multiplicando-se a taxa de exploração pela parcela de capital variável) acaba sendo exatamente a mesma para o capital total investido.

Por outro lado, as taxas de lucro divergem em três situações. 1) Quanto os capitais possuem igual composição percentual, mas extraem mais-valor a taxas diferentes. Nesse caso, a diferença nas taxas de lucro será diretamente proporcional à diferença nas taxas de mais-valor. 2) Quando o grau de exploração, isto é, a taxa de mais-valor, é idêntico, mas os capitais possuem composições diferentes. Aqui, a taxa de lucro varia acompanhando a mesma proporção da diferença existente nas parcelas de capital variável de cada um. 3) Quando tanto a composição do capital quanto a taxa de mais-valor são diferentes. Nesse cenário mais complexo, a relação entre as taxas de lucro desiguais corresponderá exatamente à proporção entre as massas totais de mais-valor produzidas por cada capital (Marx, [1894] 2017, p. 96).

A partir do prisma da composição orgânica do capital, vemos que se as mercadorias fossem vendidas pelos seus estritos valores, como no Livro I, os ramos de produção altamente mecanizados teriam taxas de lucro irrisórias, enquanto os ramos com baixo nível tecnológico e alta intensidade de força de trabalho teriam lucros exorbitantes.

É neste ponto que a concorrência, agora desenvolvida em todo o seu potencial no Livro III, entra em ação promovendo a conversão do lucro em lucro médio. Os capitais migram dos setores de menor para os de maior rentabilidade, e os proprietários dos meios de produção dividem o mais-valor total da sociedade. Não através da proporção do mais-trabalho de suas fábricas particulares, mas na proporção do montante de capital que investiram.

³² Lembramos ao leitor que a massa de mais-valor (m) é o produto da taxa de mais-valor (m') pelo capital variável (v). Toda a lógica dessa passagem sintética de Marx se resume a observar como a variação de m' e de v afeta o resultado final da taxa de lucro.

Enquanto seu preço de venda se encontra acima de seu preço de custo, mesmo que abaixo de seu valor, uma parte do mais-valor nele contida é sempre realizada, ou seja, um lucro é sempre gerado. [...] A lei fundamental da concorrência, até agora não compreendida pela economia política, isto é, a lei que regula a taxa geral de lucro e os assim chamados preços de produção por ela determinados, repousa, como veremos adiante, sobre essa diferença entre valor e preço de custo da mercadoria e sobre a possibilidade daí derivada de se obter lucro vendendo a mercadoria abaixo de seu valor (Marx, [1894] 2017, pp. 62-63).

Com a introdução da concorrência, a venda das mercadorias por seus valores é substituída pela venda segundo seus preços de produção – iguais aos custos de produção acrescidos do lucro médio. Portanto, aquilo que antes nos aparecia como preço esperado, podemos identificar agora que se constitui como preço de produção, uma categoria mediadora entre o valor e o preço de mercado. No item anterior, abordamos o preço de mercado enquanto a forma mais acabada do valor e que atua como um sinalizador social cujas flutuações sinalizam para onde o trabalho social deverá ser alocado. Tomando como exemplo a fórmula do capital industrial vista a partir do capital-dinheiro, temos:

$$D - M < \frac{MP}{FT} \dots P \dots M' - D'$$

Se o valor é produzido em P, na combinação entre as mercadorias compradas com o capital adiantado – os meios de produção e a força de trabalho –, em M', momento em que as mercadorias estão produzidas e que o capitalista forma seus preços, o valor assume a forma do preço de produção, um preço em que se considera o total gasto em capital fixo e capital circulante, entendidos com o preço de custo, e um lucro esperado. No entanto, no momento seguinte, quando as mercadorias produzidas são lançadas ao mercado, nesta esfera própria já se pratica um determinado preço, o preço de mercado, que poderá ser maior ou menor que o preço de produção. Trata-se de descobrir como se formam os preços de produção, o que exige compreender, nesse nível de abstração, a formação da taxa média de lucro.

No penúltimo capítulo de *A teoria marxista do valor*, que trata da relação entre valor e preço de produção, abordada no Livro III de *O Capital*, Rubin ([1928] 1987) inicia pontuando que a concorrência de capitais entre diferentes esferas de produção, que era constante no nível de abstração do Livro I, leva à formação de uma taxa de lucro média em níveis cada vez mais concretos. Esse processo faz com que as mercadorias sejam vendidas pelos seus preços de produção, que são iguais aos custos de produção acrescidos ao lucro médio, não coincidindo, então, com os valores das mercadorias. Essa suposta contradição entre valor e preço de produção é o

que Böhm-Bawerk aponta em sua Crítica II. O próprio Marx percebe que “[...] a teoria do valor parece ser incompatível com o movimento real, com os fenômenos efetivos da produção, de modo que se deveria renunciar absolutamente à pretensão de compreender estes últimos” (Marx, [1894] 2017, p. 188). O que leva Marx a perceber é o mesmo que levou Böhm-Bawerk a formular sua crítica: se as mercadorias fossem vendidas pelos seus valores, capitais de menor composição orgânica, portanto menos produtivos, seriam premiados com taxas de lucro maiores. Ainda que todo o desdobramento teórico de Marx tenha o conduzido até esta conclusão, Marx não se comporta como idealista: se seu “modelo” teórico alcança uma formulação que diverge da realidade, então é necessário confrontá-lo com esta mesma realidade, assumindo as contradições encontradas.

E a percepção dominante entre os intérpretes era mesmo a de que a lei do valor seria inaplicável à economia capitalista. Foi por isso que “[...] certos marxistas se inclinaram em construir um assim chamado fundamento ‘histórico’ para a teoria de Marx sobre o valor” (Rubin, [1928] 1987, p. 272). Mas Marx, com efeito, se opunha vigorosamente à ideia de que a lei do valor esteve em vigor no período precedente ao desenvolvimento capitalista. Marx rechaçava a possibilidade de que a lei do valor funcionasse numa economia pré-capitalista, mas não na economia capitalista. Na famosa *Introdução* de 1857, Marx ([1857] 2011) enfatiza que o método de passar das categorias simples e abstratas às complexas e concretas é apenas o método através do qual o pensamento apreende o concreto, não a maneira pela qual o fenômeno concreto realmente se desenvolve historicamente. E ele é taxativo quanto à sucessão histórica das categorias:

Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem “na ideia” ([como em] Proudhon) (uma representação obscura do movimento histórico). Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa (Marx, [1857] 2011, p. 60).

Como demonstrado por Rubin, se a teoria do valor desvenda o equilíbrio de trabalho entre as esferas de produção, a teoria dos preços de produção, enquanto um momento mais concreto e desenvolvido da teoria do valor, considera o equilíbrio do capital investido. Ambas não

descrevem épocas históricas distintas, como sugeriu Engels³³, que tentou salvar a lei do valor argumentando que ela descreveria uma fase mercantil pré-capitalista, mas distintos graus de abstração da mesma economia capitalista:

A teoria do valor-trabalho é uma teoria da economia mercantil simples, não no sentido de explicar o tipo de economia que precedeu a economia capitalista, mas no sentido de descrever apenas um aspecto da economia capitalista, ou seja, relações de produção entre produtores mercantis que são características para toda economia mercantil (Rubin, [1928] 1987, p. 272).

Logo, a transição do valor ou da economia mercantil simples ao preço de produção ou economia capitalista é operada através de um método de apreensão do concreto, que é a própria economia capitalista. Uma abstração razoável, que tem em vista o modo como essas relações sociais se articulam na realidade, não um quadro da transição histórica de duas formas de sociedade distintas.

A teoria do valor-trabalho e a teoria do preço de produção diferem uma da outra, não como diferentes teorias que funcionam em diferentes períodos históricos, mas como uma teoria abstrata e um fato concreto, como dois graus de abstração da mesma teoria da economia capitalista. A teoria do valor-trabalho pressupõe apenas relações de produção entre produtores de mercadorias. A teoria do preço de produção pressupõe, além disso, relações de produção entre capitalistas e operários, de um lado, e entre diversos grupos de capitalistas industriais, de outro (Rubin, [1928] 1987, p. 276).

Mas ainda não analisamos o processo pelo qual deixamos o nível de abstração do Livro I, que trata da teoria do valor, e alcançamos o nível de abstração do Livro III, que trata da teoria dos preços de produção. Resta, ainda, o fazer.

[...] se no Livro III de *O Capital* Marx nos oferece a teoria do preço de produção como regulador da distribuição do capital, esta teoria acha-se vinculada à teoria do valor de duas maneiras: por um lado, o preço de produção é derivado do valor-trabalho; por outro, a distribuição do capital leva à distribuição do trabalho social. Ao invés do esquema de uma economia mercantil simples: produtividade do trabalho – trabalho abstrato – valor – distribuição do trabalho social, temos para a economia capitalista um esquema mais complexo:

³³ Trata-se do artigo *Ergänzung und Nachtrag zum III. Buche des Kapital* ("Apêndice e Notas Suplementares do Livro III d'*O Capital*"), publicado por Friedrich Engels na revista *Die Neue Zeit* em 1895. Para defender a teoria de Marx das críticas que se avolumavam após a publicação do Livro III, Engels argumentou que a lei do valor vigorou de forma empírica e imediata durante um período de cinco a sete milênios, desde os primórdios da troca até o século XV, correspondendo à fase histórica da produção mercantil simples. Para ele: "[...] a lei marxiana do valor tem validade geral, desde que as leis econômicas valham para todo o período da produção simples de mercadorias, portanto, até o tempo em que esta experimenta uma modificação por meio da introdução da forma de produção capitalista. Até então, os preços variavam na direção dos valores determinados pela lei marxiana e gravitam em torno desses valores, de modo que, quanto mais desenvolvida a produção simples de mercadorias, tanto mais os preços médios de períodos mais longos [...] coincidem com os valores" (Engels, [1895] 2017, p. 961-962). Como Rubin evidencia, essa solução historicista contraria o próprio método lógico-sistemático de Marx, transformando graus de abstração teórica do capitalismo em sucessões cronológicas.

produtividade do trabalho – trabalho abstrato – preço de produção – distribuição do capital – distribuição do trabalho social. A teoria de Marx sobre o preço de produção não contradiz a teoria do valor-trabalho. Baseia-se na teoria do valor-trabalho e a inclui como um de seus componentes (Rubin, [1928] 1987, p. 241).

Vimos que a taxa de lucro, enquanto forma mistificada da taxa de mais-valor, mascara a origem do valor e o faz parecer um fruto de todo o capital adiantado³⁴. De acordo com diferentes composições dos capitais, as taxas individuais de lucro podem ser diversas, mas a concorrência estabelece uma taxa geral de lucro que representa a média de todas as taxas de lucro individuais. Dessa forma, o lucro que é distribuído ao capitalista não é exatamente o mais-valor que ele próprio produziu: “O lucro que, em conformidade com essa taxa geral de lucro, corresponde a um capital de dada grandeza, seja qual for sua composição orgânica, chama-se lucro médio”. Se é assim, o preço de produção é o preço de custo da mercadoria acrescido a esse lucro médio (Marx, [1894] 2017, p. 192). Portanto, o preço de produção se afigura como uma forma mediadora entre o valor e o preço de mercado.

A taxa geral de lucro também depende estruturalmente de dois pontos: “1. Pela composição orgânica dos capitais nas diferentes esferas da produção, ou seja, pelas diversas taxas de lucro [...]; 2. Pela distribuição do capital social total nessas diferentes esferas, quer dizer, pela grandeza relativa do capital investido em cada esfera” (Marx, [1894] 2017, p. 197). Em suma, ocorre uma conversão dos lucros em partes do mais-valor, distribuídas agora não em função do mais-valor extraído em cada esfera particular, mas da massa do capital empregado em cada esfera da produção.

Enquanto a teoria do valor supunha a relação entre produtores de mercadorias, a teoria que trata do preço de produção supõe a existência de todos os três tipos básicos de relações de produção entre as pessoas na sociedade capitalista: as relações entre produtores de mercadorias, as relações entre capitalistas e operários e as relações entre grupos específicos de capitalistas individuais. Dando-se conta disso, Rubin nos oferece um exemplo magistral:

Assim como um espaço tridimensional não pode ser reduzido a um plano, a teoria da economia capitalista não pode ser reduzida a uma teoria, a teoria do

³⁴ “Como na taxa de lucro o mais-valor é calculado sobre o capital total e é referido a ele como sua medida, o próprio mais-valor aparece como algo que surge do capital total, como se emanasse por igual de todas as suas partes, de modo que a diferença orgânica entre capital constante e variável encontra-se apagada no conceito de lucro” (Marx, [1894] 2017, p. 201). Depois, Marx explica esta mistificação mais detidamente: “Mas esse é um processo [a transformação da taxa de mais-valor em taxa de lucro] que transcorre às suas costas [do capitalista], que ele não vê, não entende e que, de fato, não lhe interessa. A diferença efetiva de grandeza entre lucro e mais-valor – não apenas entre taxa de lucro e taxa de mais-valor – nas esferas particulares da produção oculta por completo a verdadeira natureza e a origem do lucro, não só ao capitalista, que aqui tem um interesse especial em enganar a si mesmo, mas também ao trabalhador” (Marx, [1894] 2017, p. 202).

valor-trabalho. Assim como no espaço tridimensional é necessário determinar a distância de cada ponto a partir de cada um dos três planos, a teoria da economia capitalista pressupõe a teoria das relações de produção entre produtores de mercadorias, isto é, a teoria do valor-trabalho (Rubin, [1928] 1987, p. 241).

Anteriormente, Marx analisou as modificações no valor das mercadorias em relação à atividade do trabalho dos produtores de mercadorias. Essas modificações destroem o equilíbrio de trabalho e provocam transferência de trabalho de um ramo de produção a outro, redistribuindo as forças produtivas na economia social. Como vimos, as modificações nas forças produtivas do trabalho provocam aumentos ou diminuições na quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de determinados bens. Por esta razão, a produtividade do trabalho influencia a distribuição do trabalho social através do valor.

À primeira vista, essa definição de preço de produção levanta um problema lógico aparente, que é explorado pelos críticos de Marx. Se o preço de produção explica o valor das mercadorias, mas os próprios custos de produção (capital constante e variável) são formados por valores, não estaríamos presos numa tautologia? Como questiona Rubin: “[...] todos os nossos argumentos giram num círculo vicioso: o valor das mercadorias é explicado pelos preços de produção, isto é, custos de produção ou valor do capital, e o valor do capital, por sua vez, é reduzido ao valor das mercadorias” (Rubin, [1928] 1987, p. 253).

A única maneira de romper com essa falsa circularidade, que foi encontrada por Marx, foi não tomar a taxa de lucro como um dado *a priori*, mas encontrar a sua gênese na teoria do mais-valor. O excedente surge, inicialmente, porque o trabalho despendido é maior que o trabalho necessário. Contudo, o capitalista calcula o seu ganho em relação à totalidade do capital desembolsado, capital constante mais capital variável ($c + v$). Como capitais de igual magnitude acionam massas desiguais de trabalho vivo, caso não houvesse um mecanismo social de equalização, os lucros individuais divergiriam drasticamente do mais-valor extraído.

A concorrência atua na formação de uma taxa média de lucro (l'). Esta taxa é o resultado de uma relação material que engloba a sociedade inteira e que se estabelece ao nível do capital de composição social média. Logo, a taxa média de lucro é o lucro percentualmente calculado que se obtém na esfera da composição social média, na qual o lucro coincide com o mais-valor. Nas palavras de Rubin: “A magnitude deste mais-valor determina o montante da taxa média de lucro. Esta taxa, conseqüentemente, é determinada pela relação da massa total de mais-valor (m) produzida na sociedade, com o capital social total (C), ou $l' = m/C$ ” (Rubin, [1928] 1987,

p. 260)³⁵, em que $l' = m/C$ significa que a taxa média de lucro é igual à massa total de mais-valor sobre o capital social total. Para demonstrar essa equalização, Marx rascunha no Livro III um esquema com cinco esferas de produção de diferentes composições orgânicas:

Tabela 1: Esquema de transformação de valores em preços de produção adaptado do Livro III de *O Capital*.

Capitais	Valor das Mercadorias ($c+v+m$)	Preço de Custo ($c+v$)	Preço de Produção ($c+v+l$)	Taxa de Lucro	Divergência (Preço - Valor)
I. 80c + 20v	120	100	122	22%	2
II. 70c + 30v	130	100	122	22%	-8
III. 60c + 40v	140	100	122	22%	-18
IV. 85c + 15v	115	100	122	22%	7
V. 95c + 5v	105	100	122	22%	17
Total: 390c + 110v	$\Sigma = 610$	500	$\Sigma = 610$	22%	0

Fonte: Marx ([1894] 2017, p. 191-192).

Para que o sistema funcione e haja mobilidade de capitais, o lucro médio a ser acrescido ao preço de custo ($p = c + v$) de cada setor é ditado por essa taxa geral (l'). O preço de produção final (PP) de cada mercadoria passa a ser expresso pela fórmula $p + (p \times l')$. Desse método redistributivo, Marx extrai dois postuladores de invariância, conforme explica Gerstein (2013, p. 68), para quem a solução de Marx garante a validade estrutural da lei do valor à escala social da economia capitalista. Os dois postulados evidenciam que a soma dos preços de produção da sociedade é igual à soma dos seus valores totais e que a soma dos lucros médios da sociedade é rigorosamente igual à soma da massa total de mais-valor extraído:

$$\begin{aligned}\sum PP &= \sum M \\ \sum l &= \sum m\end{aligned}$$

³⁵ Originalmente, Rubin utiliza mv no lugar de m , p' no lugar de l' e K no lugar de C . Alteramos as identidades para corresponder com o nosso texto.

Marx também chega à mesma conclusão pelo método de comparação, captando a diferença específica entre uma economia capitalista desenvolvida e uma economia mercantil simples e uma economia capitalista embrionária ou hipotética, diferindo o capitalismo desenvolvido pela ausência de concorrência entre capitais em esferas de produção diferentes³⁶. O importante é perceber que, com a introdução do suposto de concorrência de capitais, a venda das mercadorias pelos seus valores é substituída pela venda segundo seus preços de produção, realizando uma taxa média de lucro.

Para ilustrar, Rubin utiliza dois cenários distintos: o Cenário 1, em que a taxa de lucro é constante, os custos de produção se modificam em relação à produtividade do trabalho, o valor se modifica e a taxa de lucro permanece constante. Nesse cenário, o preço de produção só varia porque seu próprio valor varia. E o Cenário 2, em que, caso a taxa de lucro varie, precisaríamos compreender a própria formação dela, suas leis e modificações. Daí que Rubin esclarece que a teoria do lucro de Marx analisa as interrelações e as leis de modificação das rendas dos capitalistas industriais individuais e de grupos de capitalistas (Rubin, [1928] 1987, p. 254).

Construindo a teoria do lucro sobre a base da teoria do mais-valor, Marx começa por perceber que todo valor recebido pelo capitalista se divide entre um fundo para reprodução do capital constante (c), um fundo de subsistência do trabalho ou reprodução da força de trabalho (v) e o fundo para subsistência do capitalista e reprodução ampliada (m). Se a magnitude do mais-valor depende de sua relação com o trabalho necessário e do número de operários, isto é, da taxa de sobretrabalho (ou de mais-valor m) e da quantidade de trabalho vivo acionada pelo capital, os lucros não seriam proporcionais às massas de trabalho, e os capitalistas obtêm quantias de lucro diferentes daquelas que obteriam se fossem proporcionais ao sobretrabalho ou mais-valor.

Desta maneira, chegamos à conclusão de que a formação de uma taxa média geral de lucro reflete uma redistribuição da massa anterior total de mais-valor entre os capitalistas. A participação deste mais-valor no capital social total determina o nível da taxa média de lucro. Repetimos que essa “redistribuição” do mais-valor não deve, a nosso ver, ser entendida como um processo histórico que realmente ocorreu e que foi precedido por uma economia capitalista com diferentes taxas de lucro em diferentes esferas. É um esquema teórico da distribuição do lucro numa economia capitalista (Rubin, [1928] 1987, p. 263-264).

³⁶ Lembremos: a comparação busca captar as diferenças específicas dos diferentes níveis de abstração da análise de Marx. Não significa que a economia mercantil simples e esse capitalismo embrionário hipotético teriam existência própria.

A incompreensão dessa base teórica e não histórica motivou críticas posteriores e a falência de diversas correntes interpretativas, como discutimos no capítulo anterior. Em busca de modelos virtuais de equilíbrio, o longo debate em torno do “problema da transformação” buscou enquadrar o movimento do capital a partir de formulações estáticas.

Conclui-se que o caráter específico da teoria do preço de produção é que toda a questão das relações mútuas entre mais-valor e lucro é transferida dos capitais individuais para o capital social total. Marx percebe que, na economia capitalista, a distribuição de capital não é realizada proporcionalmente à distribuição do trabalho. A composição orgânica do capital nas diferentes esferas e o tamanho do capital em cada esfera é que determinam a massa total de mais-valor nas esferas individuais e na economia como um todo. O lucro não é, portanto, proporcional ao mais-valor, mas determinado pela taxa média de lucro, ou seja, pela relação entre o mais-valor total e o capital social total.

O preço de produção se modifica, então, sempre em relação às modificações na produtividade do trabalho e as correspondentes alterações no valor. Produtividade do trabalho – trabalho abstrato – valor – custos de produção mais lucro médio – preço de produção – preço de mercado é o esquema de relações causais corretos para compreender a lei do valor na economia capitalista. Enquanto forma mediada entre valor e preço de mercado, o preço de produção já mistifica a existência do valor:

Com a transformação dos valores em preços de produção, subtrai-se da vista o próprio fundamento da determinação do valor. [...] se na mera transformação do mais-valor em lucro a parcela de valor das mercadorias que constitui o lucro se opõe à outra parcela de valor como o preço de custo da mercadoria – de modo que já aqui o conceito do valor escapa ao capitalista, porque este não tem diante de si o trabalho total que custa a produção da mercadoria, apenas a parte do trabalho total que ele pagou na forma de meios de produção, vivos ou mortos, razão pela qual o lucro lhe aparece como algo situado fora do valor imanente da mercadoria –, agora essa ideia é plenamente confirmada, consolidada, ossificada pelo fato de que o lucro agregado ao preço de custo, caso se considere essa esfera particular da produção, não está determinado pelos limites da criação do valor que ocorre no interior dessa própria esfera, mas, pelo contrário, de maneira totalmente exterior. A circunstância de que aqui tenha se desvelado pela primeira vez essa conexão interna, o fato de que [...] a economia até o presente ou tenha abstraído forçadamente das diferenças entre mais-valor e lucro, entre taxa de mais-valor e taxa de lucro, para poder manter a determinação do valor como fundamento, ou tenha abandonado, com essa determinação do valor, o terreno de um proceder científico para aferrar-se às diferenças que se mostram no fenômeno – essa confusão dos teóricos é a melhor demonstração de como o capitalista prático, preso à luta concorrencial e sem compreender em absoluto os fenômenos, tem de ser completamente incapaz de conhecer, através das aparências, a natureza e a figura intrínsecas desse processo (Marx, [1894] 2017, p. 202).

A suposta contradição teórica entre preço e valor, entre Livro III e Livro I, é uma quimera. A teoria do valor é o fundamento necessário da teoria do preço de produção, enquanto a segunda é o desenvolvimento necessário da primeira. Uma não pode existir sem a outra. Qualquer tentativa de explicar o valor sem o preço de produção, e o preço de produção sem o valor, resulta em uma visão unilateral do processo de produção capitalista; resulta em uma conclusão que desconsidera que valor e preço tratam da mesma relação social em distintos níveis de abstração.

Em geral, os críticos de Marx nesse aspecto não levam em consideração que a fórmula quantitativa para a troca de mercadorias é somente a conclusão de uma teoria muito complexa, que trata “[...] da forma social dos fenômenos relacionados ao valor, o reflexo de um determinado tipo de relações sociais de produção entre pessoas, bem como do conteúdo desses fenômenos, de seu papel como reguladores da distribuição do trabalho social” (Rubin, [1928] 1987, p. 269).

O fetichismo da mercadoria permanece sendo a base. Em uma sociedade pautada pela anarquia na produção e na distribuição de mercadorias, a ausência de relações diretas entre os produtores exige que a divisão social do trabalho seja dirigida pelos mecanismos de preços. Rubin nos ajuda a esclarecer que esse sistema é regido por flutuações que oscilam em torno de um nível médio, um “preço estabilizador”. Em uma economia mercantil simples, esse movimento de entrada e saída de trabalho ocorre de forma direta; contudo, na especificidade do modo de produção capitalista, essa regulação adquire uma mediação adicional e decisiva: a distribuição de capital.

Nesse estágio de desenvolvimento, o aumento da produtividade do trabalho não influencia a massa de trabalhadores de maneira imediata. O nexos causal opera através de uma cadeia de mediações reificadas: a alteração na produtividade modifica o valor dos produtos, o que, por sua vez, impacta os custos de produção e a taxa média de lucro. É esse movimento que altera o preço de produção, servindo como o sinalizador para que o capital migre de uma esfera a outra: “Tal influência sobre a distribuição de capital é possível, por sua vez, apenas se modificações na produtividade do trabalho e valor-trabalho provocarem modificações nos custos de produção ou na taxa média de lucro, isto é, influenciarem o preço de produção” (Rubin, [1928] 1987, p. 270).

Como o trabalho no capitalismo está subsumido ao capital, ele é forçado a seguir essa trajetória. A distribuição do trabalho social, portanto, realiza-se por meio da distribuição de capital, guiada pela busca da equalização da taxa de lucro. O preço de produção emerge como o “eixo” ou o centro de gravidade em torno do qual orbitam os preços de mercado. Ele é a forma concreta pela qual a lei do valor impõe a sua gramática coercitiva sobre a anarquia da produção,

garantindo, desta maneira, que o valor seja o regulador último da vida social, ainda que traves-tido sob a máscara da rentabilidade.

Anarquia na produção social; ausência de relações sociais diretas entre produtores; influência mútua de suas atividades de trabalho através de coisas que são produtos de seu trabalho; nexos entre o movimento das relações de produção entre pessoas e o movimento das coisas no processo de produção material; “reificação” das relações de produção, transformação de suas propriedades das “coisas” – todos esses fenômenos do fetichismo da mercadoria estão igualmente presentes em toda economia mercantil, tanto simples quanto capitalista. Eles caracterizam da mesma maneira o valor-trabalho e o preço de produção (Rubin, [1928] 1987, p. 269).

A nascente ortodoxia austríaca, deslumbrada pela harmonia superficial do mercado, inclinou a cabeça ante o “imbecil dourado”. Böhm-Bawerk aceitou passivamente as formas fenomênicas do preço, do capital e do lucro, tomando as abstrações mercantis como verdades absolutas, aceitando o poder daquele “escravo amarelo” capaz de subverter a realidade. A teoria do valor de Marx, meticulosamente resgatada por Rubin, opera o movimento diametralmente oposto. Ela recusa a naturalização dessa tragicomédia burguesa, em que as relações entre pessoas aparecem como propriedades fantasmagóricas das coisas. Através da revisão sistemática da teoria de Marx e da interpretação de Rubin, compreendemos que o preço de produção tem de ser explicado pelas modificações na produtividade do trabalho, ou no valor das mercadorias. Se o explicássemos somente em termos dos custos de produção, não sairíamos do círculo vicioso. “Assim, a teoria do preço de produção deve, infalivelmente, basear-se na teoria do valor-trabalho. Por outro lado, a teoria do valor-trabalho deve ser desenvolvida e complementada [...] na teoria do preço de produção” (Rubin, [1928] 1987, p. 271).

Desnudar a quimera do problema da transformação e o fracasso da crítica da contradição, bem como expor o fio condutor que liga o trabalho abstrato ao preço de produção, não são outra coisa senão cumprir o juramento de Timão àquela poeira maldita: arrancar o véu do mercado e forçar o capital a se mostrar como aquilo que é – uma relação social de poder, de dominação, cristalizada e oculta sob a forma das coisas, mas que organiza toda a sociabilidade desta forma social em que estamos inseridos.

4.8. DESDOBRAMENTOS DA TEORIA DA FORMA-VALOR E NOVAS SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DA TRANSFORMAÇÃO

No final da década de 1960 e ao longo dos anos 1970, a crescente insatisfação com a insuficiência explicativa da ortodoxia marxista provocou cada vez mais renovado interesse

pelas visões alternativas, como a de Rubin. Esse resgate fundamentou a emergência de um conjunto de abordagens que se somaram às teorias da forma-valor, uma tradição que engloba vertentes teóricas como a Escola de Konstanz-Sydney e autores como Suzanne de Brunhoff (1973), Michel De Vroey (1982) e Alan Lipietz (1982). O objetivo primordial desta abordagem era resgatar a fronteira entre economia política burguesa e o materialismo histórico:

Muitas vezes distinguem-se apenas duas tendências principais na teoria do valor: os “objetivistas” – defensores de uma teoria do valor-trabalho, ou seja, principalmente Ricardo e Marx, e os “subjetivistas” [...] Essa linha de demarcação tende a encobrir outra diferença muito mais importante: o contraste entre a teoria de Ricardo e a de Marx, entre a economia política e o materialismo histórico (De Brunhoff, 1973, p. 422).

Esse contraste expressa-se também no fato de que o marxismo tradicional operava sob o que De Vroey (1982, p. 40) denominou como um “paradigma tecnológico”, no qual o valor é identificado diretamente com a tecnicidade do processo produtivo. A versão do trabalho abstrato defendida pela tradição da forma-valor, por sua vez, vai em direção oposta, pois exige resgatar que a teoria de Marx é bem-sucedida porque apreende “[...] as características peculiares da forma de valor, ou seja, a forma mercadoria e, mais importante, desenvolve o dinheiro como uma forma de valor” (Eldred; Hanlon, 1981, p. 24).

Como sintetiza De Vroey (1982, p. 40), a socialização do trabalho “[...] ocorre através de um ‘salto mortal’, a venda no mercado, pela qual o trabalho privado se transforma em trabalho social”. Essa tradição reconhece que o dinheiro é um mecanismo incontornável que reduz “[...] todos os tipos de trabalho real ao seu caráter comum de ser trabalho humano em geral” (Saad-Filho, 1997, p. 463). Fica estabelecido o princípio de que “[...] não faz sentido atribuir quantidades de tempo de trabalho abstrato ao valor das mercadorias em unidades que não sejam o dinheiro” (Gleicher, 1985, p. 150).

Na Alemanha Ocidental, emergiu um esforço rigoroso de resgate ontológico e filológico que viria a redefinir o campo dos estudos marxistas. Esse movimento, profundamente influenciado pela teoria crítica da Escola de Frankfurt – em especial pelas formulações de Theodor Adorno –, buscou romper com a versão da interpretação da teoria do valor pelas abordagens do trabalho incorporado:

O projeto de reexaminar a crítica da economia política de Marx no final da década de 1960 por alunos de Horkheimer e Adorno é hoje conhecido como a Neue Marx-Lektüre (NML). Esta “nova leitura de Marx”, iniciada principalmente por Alfred Schmidt, Hans-Georg Backhaus e Helmut Reichelt, tentou libertar Marx dos esquemas petrificados da ortodoxia marxista (Bellofiore; Riva, 2015, p. 24).

O ponto de partida dessa tradição foi a recusa frontal ao chamado “marxismo de visão de mundo” (*Weltanschauungsmarxismus*), que reduzia a obra de Marx a um determinismo histórico-mecanicista e a uma teoria econômica que colocaria Marx como um Ricardo sofisticado. A teoria de Marx estaria assim, em particular sua teoria do valor, restrita a uma prova contábil da exploração sofrida pelo trabalhador. Para os expoentes da NML, essa leitura economicista desfigurou o método dialético de Marx. Backhaus diagnostica essa capitulação com precisão cirúrgica:

A interpretação “economicista” está fadada, contudo, a perder a intenção crítica da teoria marxiana do valor: a crítica da economia política se torna uma “teoria econômica” ao lado de muitas outras. A compreensão positivista leva necessariamente, além disso, a dissolver a teoria marxiana da sociedade em um pacote de hipóteses sociológicas e econômicas ou “observações de fatos” (Backhaus, 2022, p. 41).

Logo, para a NML, trata-se de rejeitar a formulação de mecanicista de uma “economia política socialista”, rechaçando o “[...] determinismo ontológico que, divulgado como ‘socialismo científico’, preparou o caminho para a concepção mecanicista e fatalista do materialismo histórico” (Barreira, 2022, p. 16). É neste esforço de desnaturalização das categorias que a NML reencontra e radicaliza a tradição inaugurada por Isaak Rubin, reconhecido, agora, como um precursor solitário no resgate da dimensão histórica e social do trabalho abstrato.

O núcleo teórico desse desdobramento se consolidaria naquilo que passou a ser designado como a teoria monetária do valor. Para a NML, o trabalho abstrato é uma forma de validação social que opera *post festum* (após a produção), adquirindo realidade exclusivamente no ato da troca. O valor exige uma objetividade social que não pode prescindir da sua materialização fetichista. Nesse sentido, as categorias econômicas são formas de manifestação de relações sociais reificadas, o que Reichelt (2013, p. 255) teoriza a partir do conceito de “abstração real”, uma abstração objetiva que ocorre no cotidiano do mercado, constituindo um “[...] produto de abstração gerado pelos próprios envolvidos na troca”.

Essa centralidade da reificação redimensiona o entendimento do fetichismo. Em sintonia com Rubin, a NML recusa a tese de que o fetichismo seja uma simples ilusão da consciência que encobre a exploração. O fetichismo é, antes, a realidade estruturante do capitalismo, uma “ilusão objetiva”. Ele expressa “[...] a regulação objetiva do mundo social pelo mundo das mercadorias, independentemente da consciência que se tenha a respeito disso. [...] A coisificação do homem como resultado da socialização das mercadorias” (Heinrich, 2018, p. 212).

É através desse arcabouço que a NML dissolve o famigerado problema da transformação, exaustivamente examinado nesta dissertação. Se o valor é compreendido ricardianamente como

uma substância fisiológica, a exigência de uma fórmula para convertê-lo imediatamente em preços de mercado torna-se inescapável. Contudo, Heinrich denota que reduzir a teoria do valor a uma teoria das quantidades de trabalho “[...] reduz a tarefa da teoria do valor a fornecer o fundamento para a determinação dos preços relativos”, o que a situaria “[...] exatamente no mesmo espaço teórico da [escola] Clássica” (Heinrich, 1999, p. 157).

Com efeito, a NML soluciona o impasse de maneira semelhante a Rubin, ao argumentar que a teoria não visa prever preços relativos por meio da contabilidade de horas, mas expor como a mediação social do trabalho assume, necessariamente, a forma do dinheiro. Na medida que as “[...] mercadorias já são ‘representadas como preços em dinheiro’ [...], eu posso compará-las; elas já estão de fato comparadas. No entanto, para representar os valores como preços, o valor das mercadorias deve ter representado a si mesmo anteriormente como dinheiro” (Backhaus, 2022, p. 161). O valor é pré-monetário, segundo a NML, apenas em sua gênese lógica, mas ontológica e empiricamente ele só ganha realidade e validação sob a forma de preço. A lei do valor é, então, a estrutura que organiza “[...] a constituição da totalidade social sob as condições da produção capitalista de mercadorias” (Heinrich, 2014, p. 39).

Apesar de seu vigor explicativo, a NML não está isenta de tensões. Internamente, observa-se uma ambivalência entre o esforço pioneiro de Backhaus e Reichelt de reconstruir um método lógico puro em Marx, e a constatação posterior de teóricos como Michael Heinrich de que “[...] elementos do discurso clássico estão bastante integrados no novo terreno; eles já infectam as categorias básicas e geram problemas específicos (Heinrich apud Barreira, 2022, p. 30), admitindo que a busca por uma coerência interna absoluta pode constituir uma pretensão ingênua.

Externamente, a NML enfrenta os questionamentos como os do *Open Marxism*. Autores como Werner Bonefeld alertam para o risco de um “marxismo de circulação”, argumentando que, na ânsia de afastar as leituras mecanicistas, a NML “[...] procurou renovar o marxismo crítico sem atentar para essas categorias fundamentais, enfatizando a análise da forma-valor em sua dimensão lógica, como se ‘o valor fosse uma entidade secularizada válida nela mesma’” (Bonefeld apud Barreira, 2022, p. 33).

Não obstante esses limites e férteis debates que ensejam, a herança da *Neue Marx-Lektüre* consolida e atualiza a ruptura operada por Rubin na década de 1920. Ao atestar a indissociabilidade entre mercadoria, valor, dinheiro e fetichismo, essa tradição ajuda a demonstrar que a dominação capitalista se exerce por meio de mecanismos automatizados e impessoais, sujeitos à abstração real.

Se a NML operou o resgate ontológico do valor contra leituras mecanicistas que predominavam até então, restava ainda um desafio de ordem lógico-formal a ser superado: o impasse

matemático cristalizado no problema da transformação. Nas décadas finais do século XX, surge a tradição que engloba a Nova Interpretação (NI) e, posteriormente, a Interpretação Macro-Monetária (MMI). Um dos autores mais relevantes dessa tradição é Fred Moseley, que observa que:

[...] a interpretação mais comum do “problema da transformação” na teoria de Marx baseia-se no trabalho de Bortkiewicz e Sweezy [...]. De acordo com essas interpretações padrão, os dados iniciais na teoria de Marx são quantidades físicas – as quantidades de insumos e produtos em cada indústria [...] e também o salário real (Moseley, 2016, p. xi-xii).

Para a MMI, Marx nunca operou com quantidades físicas pré-monetárias. O sistema de Marx é um sistema único. O núcleo analítico da MMI desloca o foco da contabilidade de insumo-produto para o movimento global da acumulação: “A estrutura lógica da teoria da produção e distribuição do mais-valor de Marx pode ser entendida a partir do circuito do capital-dinheiro, que é expresso simbolicamente como: $D - M...P...M' - D'$, em que $D' = D + \Delta D$, sendo que “[...] o principal objetivo da teoria é explicar a origem e a magnitude do ΔD total na economia como um todo” (Moseley, 2016, p. 3). Nessa arquitetura, o capitalista não adianta horas abstratas de trabalho fisiológico, mas uma grandeza estritamente monetária (D), que assume a forma de capital constante (c) e capital variável (v). Sendo assim, o suposto erro matemático apontado por mais de um século de críticos simplesmente se desmorona:

Marx não “falhou em transformar os insumos” de capital constante e variável de valores para preços de produção – porque tal transformação não é necessária nem apropriada na teoria de Marx. Os insumos de capital constante e variável na teoria dos preços de produção de Marx no Livro III são as mesmas quantidades reais de capital monetário adiantado na economia capitalista real que são insumos na teoria do mais-valor total de Marx no Livro I (Moseley, 2016, p. 17).

A magnitude do mais-valor total é determinada no nível da produção global da classe trabalhadora durante o nível de abstração do Livro I, operando como um limite estrutural absoluto. Em um momento subsequente, sob a ação da concorrência e da mobilidade intersetorial de capitais, agora postas no Livro III, essa massa global e já predeterminada de mais-valor é redistribuída, formando os preços de produção. Como assevera Gérard Duménil, o que está em jogo é “[...] a relevância do conceito de valor como a base da economia política” (Duménil, 1983, p. 427), evidenciando que Marx utilizou um multiplicador escalar para provar que os preços de produção não criam riqueza do nada, mas são “[...] mera redistribuição de valores entre setores” (Duménil; Lévy, 1991, p. 363).

Essas correntes (NI e MMI) promovem alguns avanços no que tange à operacionalização da relação entre o tempo de trabalho e sua forma social. Duménil, por exemplo, propõe que as igualdades agregadas de Marx sejam restritas ao produto líquido (*Net Output*), de modo que a “[...] a ligação do trabalho total despendido em um dado período com a produção associada a ele” torne-se evidente (Duménil, 1984, p. 341). Por sua vez, Fred Moseley cristaliza essa conexão através da MELT (*Monetary Expression of Labor Time*), definida como “[...] o coeficiente (designado por *m*) que converte uma dada quantidade de trabalho abstrato em todas as indústrias em uma quantidade de dinheiro de novo valor produzido pelo trabalho atual” (Moseley, 2016, p. 214). A MELT prova, então, que o trabalho recém-adicionado cria diretamente uma magnitude monetária, dispensando de vez a necessidade de calcular valores de uso físicos para determinar preços relativos.

Liquidando a dicotomia entre valor e preço, as interpretações da NI e da NMI confirmam uma das teses rubinianas: a de que o valor é uma relação social cujas categorias aparecem através das relações entre coisas. Rompe-se, em definitivo, com o substancialismo fisiológico das tradições do trabalho incorporado. Ben Fine e Laurence Harris consolidam essa ponte afirmando que, para Marx, “[...] o trabalho abstrato que subjaz ao valor é uma categoria real produzida pelas relações de mercado capitalistas” (Fine; Harris, 1979, p. 31-32); o valor não caminha por aí com um rótulo descrevendo o que ele é, e o trabalho abstrato só pode ser medido quando assume a forma independente de dinheiro (Fine, 1986, p. 53).

Ainda que essa tradição comporte ricas tensões internas – como a crítica de Moseley (2016, p. 253) a Duménil e Foley por preservarem uma inconsistência metodológica ao manterem o capital constante atrelado a matrizes quantitativas físicas, ou as acusações de que a leitura de Moseley separaria os preços dos processos de trabalho subjacentes –, o seu saldo histórico é incontestável.

Tais formulações contemporâneas são devedoras profundas da redescoberta de Isaak Rubin. Esse resgate consolidou a fusão entre a teoria do valor e a crítica do fetichismo, colocando o dinheiro como a dimensão social geral abstrata do valor. Contudo, a assimilação desse novo paradigma suscitou várias tensões metodológicas, revelando alguns limites da tradição da forma-valor. Autores como Alfredo Saad Filho apontam que, ao levar as premissas de Rubin às últimas consequências, a NI e a abordagens focadas na validação mercantil flertam com o “circulacionismo”. Se o trabalho só se torna abstrato *ex-post*, no ato da venda, corre-se o risco de subordinar as relações capitalistas de produção à esfera da troca. Saad Filho (2001, p. 517) adverte que a “[...] NI tem pouca profundidade analítica, enfatiza a circulação e a distribuição à custa da produção, e elimina as mediações”.

Paralelamente, no flanco lógico-filosófico, a tradição da Dialética Sistemática – encabeçada por pensadores como Geert Reuten, Tony Smith e Christopher Arthur – buscou resgatar a ontologia de Hegel para fundamentar a forma-valor. Reanimados pelo espírito das contribuições de Isaak Rubin, esses teóricos também recusam a noção de que o valor seja um mero receptáculo de trabalho fisiológico, ao contrário do que fizera o marxismo tradicional (Reuten, 1993, p. 108). Para a Dialética Sistemática, o capital opera como um universal concreto que subsume a sociedade: a separação e a reificação exigem o dinheiro como a única materialização imperativa capaz de validar o trabalho abstrato. Essa tradição também encontrou limites e suscitou fissuras profundas no interior do marxismo. Sua radicalização encontra seu ápice na “dialética da negatividade” formulada por Christopher Arthur e criticada por Carchedi (2003) por esvaziar a luta de classes em prol de uma estrutura onde o capital figura como o espírito absoluto hegeliano.

5. CONCLUSÃO

Dia após dia, torna-se mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter de duplicidade [...]. Quanto mais se evidencia esse caráter antagônico, mais os economistas, os representantes científicos da produção burguesa, embaralham-se em sua própria teoria e formam diferentes escolas.

(Marx, *A miséria da filosofia*, [1847] 2017, p. 111)

A controvérsia em torno da teoria do valor, cujo confronto secular entre as teorias de Karl Marx e de Eugen von Böhm-Bawerk constituem o núcleo desta investigação, transcende o estatuto de um simples impasse matemático sobre a transformação de duas grandezas distintas, o valor e o preço. Com efeito, a crítica austríaca se apresentou neste trabalho como uma profunda redução epistemológica: a substituição da totalidade das relações sociais de produção pela análise de átomos isolados na esfera da circulação. Ao tentar apontar o “fechamento” do sistema de Marx, Böhm-Bawerk operou, em última instância, o recuo da economia política para o terreno da lógica formal, que não concede espaço ao contraditório, que não enxerga as leis sociais como leis de tendência, e em que a comensurabilidade das mercadorias é buscada exclusivamente na consciência subjetiva do indivíduo, não na maneira como, objetivamente, o trabalho social está organizado.

Historicamente, as respostas a este desafio foram marcadas por insuficiências metodológicas, desde a redução do vasto conjunto crítico proposto por Böhm-Bawerk a um único problema, o problema da transformação, até respostas que desconsideram o procedimento dialético da teoria do valor de Marx. O marxismo tradicional e o posterior desdobramento neoricardiano, por exemplo, ao interpretarem o valor como trabalho físico incorporado, como demonstrado, representaram a submissão aos próprios pressupostos da teoria econômica burguesa, alcançando uma formalização que, ao tentar salvar a coerência matemática, acabou por decretar a redundância do valor. Para separar o impasse, resgatamos a teoria da forma-valor, cuja proposição aparece pioneiramente com Isaak Rubin

Em face dessa investida, o marxismo tradicional anglo-saxão e o posterior desdobramento neoricardiano apresentaram respostas insuficientes. Traduzindo o valor como trabalho físico incorporado, essas tradições esvaziaram a crítica da economia política de seu caráter propriamente sociológico, e o resultado não poderia ser outro a não ser a submissão aos pressupostos

da própria economia burguesa, alcançando, por fim, a formalização que decretaria a redundância do valor.

Superar esse impasse exige a retomada da teoria da forma-valor, cuja reconstrução devemos principalmente a Isaak Rubin, que percebeu que a ciência de Marx se apresenta como uma longa investigação da forma social específica que valida os trabalhos privados em uma sociedade produtora de mercadorias. O valor é, antes de mais nada, uma relação social de produção que adquire uma objetividade e exige a forma-dinheiro; do contrário, ele não se efetiva materialmente no mercado.

Por outro lado, a submissão de Böhm-Bawerk à esfera da circulação encontra sua própria gênese, como vimos, na maneira como o capitalista faz a contabilidade material de seu próprio capital. No cotidiano da produção, a distinção entre o trabalho morto, objetivado nos meios de produção, nas matérias-primas e nos instrumentos de trabalho (capital constante), e a força de trabalho viva (capital variável) é sumariamente apagada. Ao adiantar o seu capital, o capitalista funde estas categorias na unidade cega do preço de custo. E não o faz porque está iludido em sua própria consciência, mas porque a circulação impõe esta exigência a ele: para o agente prático, o que importa é a reconversão da forma-mercadoria em capital produtivo, independentemente da origem do valor; a fórmula original do valor da mercadoria ($M = c + v + m$) transfigura-se na fórmula acabada $M = p + l$, em que o lucro aparece como um resíduo extrínseco, desvinculado da exploração do trabalho vivo.

É sobre este apagamento que se ergue o que chamamos de o conjunto da Crítica III de Böhm-Bawerk e a sua tese de preferência temporal. Ao observar que a aceleração do giro do capital “engorda” o montante final de lucro, o austríaco conclui que o capital possui uma faculdade inata de se autovalorizar através da passagem do tempo. O que a sua análise ignora, contudo, é a mediação do tempo de rotação. Como demonstrado no Livro II e no início do Livro III de *O Capital*, o tempo não é substância produtora de valor, mas um multiplicador da eficácia do capital variável. Um capital que gira dez vezes ao ano não cria valor “pela espera”, apenas permite que a mesma soma de salários explore o trabalho vivo dez vezes no mesmo período.

Dessa forma, a justificação do juro como um “ágio” ou prêmio pelo sacrifício da espera revela-se como uma robinsonada teórica. Na indústria moderna, o processo de produção é sincrônico e contínuo, não havendo interregno de “agonia psicológica” para o capitalista. A suposta superioridade técnica dos métodos indiretos de produção pode explicar o aumento da massa de valores de uso, mas é organicamente incapaz de gerar valor ou lucro. A “espera” descrita pelo austríaco é, na verdade, o exercício de um poder de classe fundamentado no monopólio dos meios de produção, e o juro é uma fração do mais-valor global que assume a forma fetichizada

de um rendimento inerente ao dinheiro. A Crítica III de Böhm-Bawerk não passa, portanto, da tradução erudita da cegueira burguesa diante da única substância que sustenta a acumulação de capital: o trabalho abstrato.

Mas se a contabilidade prática do capitalista ofusca a percepção acerca da origem do lucro no decurso do tempo, no terreno da concorrência intersetorial a mistificação atinge novos graus de complexidade. E é justamente sobre esse aspecto que Böhm-Bawerk ergue a sua acusação mais célebre: a chamada “grande contradição”, parte da Crítica II. Ao constatar que, no Livro III de *O Capital*, as mercadorias são vendidas pelos seus preços de produção e não pelos seus valores individuais, o autor austríaco decreta a falência lógica do sistema de Marx. Para Böhm-Bawerk, a lei do valor torna-se inoperante para explicar os fenômenos reais do mercado; o trabalho passaria a ser apenas um dos vários reguladores arbitrários e o sistema marxiano, falido nas suas proporções causais, ter-se-ia rendido de forma velada à lei da oferta e da procura.

Contudo, essa objeção desmorona sob o peso do seu próprio vício positivista: a exigência de que as relações sociais devam coincidir de forma imediata e estática com a sua manifestação fenomênica. E não apenas: Böhm-Bawerk desconsidera que, já no Livro I, Marx considerava que as mercadorias não eram vendidas pelos seus valores individuais, mas pelos valores de mercado, determinados pelo tempo de trabalho socialmente necessário, uma média social estabelecida através da concorrência entre diferentes produtores de mesmos valores de uso.

Ora, este era um pressuposto de um nível mais elevado de abstração da investigação marxiana, que inclusive reduzia os seres sociais a produtores de mercadorias. Como Isaak Rubin demonstrou através da sua analogia tridimensional, a economia capitalista não pode ser reduzida a um plano simples de troca entre produtores diretos. Böhm-Bawerk lê os três livros como se a teoria de Marx estivesse tratando de relações distintas em cada um deles, o que o leva a acusar o seu adversário de uma capitulação teórica. Marx não está, no Livro III, “corrigindo” através da teoria do preço de produção os resultados que ele encontrou no Livro I, sobre os valores. A transição do Livro I para o Livro III representa uma ascensão metodológica estritamente necessária do abstrato ao concreto: em resumo, tratam-se das mesmas relações sociais observadas a partir de categorias em distintos níveis de abstração.

Desse modo, ao culminar na análise de uma economia capitalista desenvolvida, Marx percebe que capitais com diferentes composições orgânicas mobilizam massas desiguais de trabalho vivo. Se as mercadorias fossem vendidas pelos seus valores individuais, os setores de baixa tecnologia com elevada proporção de trabalho vivo seriam premiados com lucros exorbitantes, enquanto os ramos mais avançados e mecanizados iriam à falência. Por isso, a divergência quantitativa entre o preço de produção e o valor não pode ser compreendida como a

revogação da lei do valor, mas como a exigência material para que essa mesma lei possa operar e reproduzir a totalidade do capital.

Nesse processo de concorrência e mobilidade de capitais, opera-se a socialização do mais-valor. O capitalista individual não se apropria diretamente do mais-valor extraído na sua fábrica particular, mas auferes uma quota-parte da massa de mais-valor global da sociedade, redistribuída através da formação de uma taxa média de lucro. A taxa de lucro encontra a sua gênese e o seu teto na relação material entre a massa total de mais-valor e o capital social total.

Ainda, a soma global dos preços de produção iguala a soma dos valores totais, assim como a soma dos lucros médios equivale à massa total de mais-valor extraído. Os desvios individuais compensam-se na totalidade. Marx não capitula à lei da oferta e da procura; ele demonstra, através do preço de produção, qual é o centro de gravidade em torno do qual essas forças superficiais são obrigadas a orbitar. Se a restrição imposta pelo trabalho abstrato não governasse o agregado social, a distribuição de lucros seria nada mais que uma criação mágica da própria circulação.

Cumprir retornar, também, ao alicerce metodológico de toda a crítica: a Crítica I, na qual Böhm-Bawerk se direciona ao mecanismo de comensurabilidade das mercadorias. Ele acusa Marx de operar uma “exclusão negativa” deliberada desde as primeiras páginas de *O Capital*. Argumenta que Marx teria pré-selecionado os bens de troca – excluindo convenientemente os “bens naturais” – para cometer um malabarismo que elimina qualquer fator distinto do trabalho. Para Böhm-Bawerk, se a abstração fosse conduzida com imparcialidade lógica, o denominador comum encontrado não seria o trabalho abstrato, mas sim uma “utilidade abstrata”.

Essa objeção expõe a matriz do abismo metodológico entre a lógica formal adotada pelo marginalismo e a lógica dialética que estrutura a crítica da economia política. Böhm-Bawerk concebe a abstração do valor de uso como um procedimento mental, arbitrário. Contudo, na sociabilidade capitalista, a abstração é um processo objetivo e real. Não é Marx que exclui a utilidade; é a própria dinâmica cega do mercado que esmaga as características naturais e sensíveis das coisas para que elas possam se representar como valores.

Essa crítica repousa sobre uma profunda incompreensão do que significa a abstração na obra de Marx. Böhm-Bawerk confunde um procedimento analítico-mental com um processo social objetivo. A abstração do valor de uso é uma abstração real, imposta pela própria dinâmica da troca mercantil. O produtor não aliena sua mercadoria com base numa comparação psicológica de utilidades abstratas; ele o faz impelido pela necessidade de converter o seu produto no equivalente universal, o dinheiro, assegurando a sua reprodução material e a continuidade de seu empreendimento. No instante em que o produto ingressa na esfera da circulação, sua

dimensão útil e particular é subsumida por sua dimensão de valor. A abstração do valor de uso ocorre, portanto, de maneira prática e cotidiana no mercado.

É neste ponto que se ergue, inclusive, a distinção que Böhm-Bawerk não compreende: a diferença entre o “ser” e o “ter”. Os bens naturais possuem, sim, utilidade; fazem parte do “ser” material do mundo”; mas em si mesmos não detêm a propriedade social de “ter valor”. O valor não diz respeito à substância física da mercadoria, mas à função social que ela adquire numa rede de produtores privados. Quando Böhm-Bawerk exige a “utilidade abstrata” como medida, ele confunde as propriedades naturais das coisas com a forma social que as reifica.

Como vimos, na análise da mercadoria, após encontrar valor de uso e valor, este último que se manifesta através do valor de troca, Marx nota que existem características naturais e sociais na mercadoria. Com o exemplo que oferecemos sobre a mesa, essas diferenças tornam-se claras: quando dizemos que uma mesa redonda, de carvalho e pintada, custa ou tem o valor de duzentos reais, estamos trazendo quatro informações sobre ela, as três primeiras qualificadas com o verbo "ser" e a última com o verbo "ter". "Redonda", "de carvalho" e "pintada" fazem parte do *ser* da mercadoria, enquanto a característica de *custar* ou *ter* o valor de duzentos reais é atribuída a ela externamente. A mesa, dadas as suas características naturais, adquire uma determinada função social a de ser mercadoria; numa economia mercantil, a mesa é produzida para ir ao mercado, e seu produtor vincula-se aos outros produtores somente através de suas relações enquanto possuidores de mercadorias que possuem coisas úteis para trocar. O valor caracteriza as relações humanas sob as quais as coisas são produzidas no capitalismo. Esta acepção de valor é completamente ignorada por Böhm-Bawerk, que não reconhece a diferença entre aquilo que a mercadoria é enquanto valor de uso e aquilo que a mercadoria adquire enquanto valor. Marx não realiza um procedimento de exclusão arbitrária do valor de uso, mas o faz porque a própria sociedade capitalista, no âmbito do mercado, abstrai todas as características naturais da mercadoria, restando apenas a característica social, a de ter valor, que permite sua comensurabilidade com todas as outras mercadorias que são naturalmente diferentes da primeira.

A mesma barreira aprisiona o austríaco na sua crítica à redução do trabalho complexo a trabalho simples. Ao constatar que os trabalhos concretos são empiricamente desiguais, Böhm-Bawerk exige proporções matemáticas *a priori* e estáticas para justificar a equivalência, ironizando a solução proposta por Marx. O que lhe escapa, novamente, é que a redução do trabalho complexo é uma equalização imposta *a posteriori* pelo mercado. O trabalho qualificado atua como um múltiplo do trabalho simples porque a distribuição social do trabalho assim o determina, operando nas costas dos indivíduos através das flutuações da concorrência. Por isso, essa

objeção desconsidera a forma como o trabalho social é organizado numa economia mercantil. Nesse tipo de sociedade, que é organizada pela anarquia da produção, a redução das diferentes formas de trabalho não é decidida nem pelas avaliações subjetivas dos agentes, nem por um cálculo a priori do produtor. O trabalho qualificado de um joalheiro equivale a um múltiplo do trabalho de um carpinteiro porque o mercado iguala esses esforços através da distribuição do trabalho social. Essa igualação, como vimos, impõe-se aos produtores independentes por intermédio das coisas, revelando que os preços constituem a forma fetichizada pela qual a equalização social do trabalho se exterioriza na concorrência.

A crítica bawerkiana é, em essência, unilateral. Quando Böhm-Bawerk tenta derivar as leis da troca a partir da relação abstrata entre um indivíduo isolado e a natureza composta como um amontoado de recursos escassos, sua teoria capta apenas o aspecto técnico e utilitário, mas não apreende as formas do conteúdo, e muito menos o próprio conteúdo. A relação entre utilidade e sujeito não produz a objetividade social que é requerida para a comensurabilidade na troca; o valor emerge apenas quando a relação metabólica com a natureza é mediada pela relação social de produção entre proprietários privados. O “vício de origem” não está no método de Marx, mas na insistência da economia burguesa em deduzir a totalidade social a partir da psicologia de uma economia autárquica fruto da própria imaginação dela!

Se o valor é subjetivo, nasce na consciência do indivíduo no momento em que ele descobre, para falar como Menger, o nexos causal da coisa com suas necessidades, a troca é motivada pela desigualdade, não pela equivalência. Os austríacos veem a troca como uma troca entre coisas desiguais, e isso é uma das formas de mistificação em que a troca aparece, em que o dinheiro se camufla. Daí a consequência imediata de os austríacos criticarem as teorias que explicam o valor pelo trabalho, que tendem a enxergar a troca como uma troca de coisas equivalentes em uma mesma medida.

Em Böhm-Bawerk, vimos que nem mesmo sua própria teoria do capital como desdobramento da teoria subjetiva do valor se sustenta. Ele propõe a diferença entre valor subjetivo e valor objetivo, ou valor de troca objetivo: para ele, se o valor subjetivo é a importância que um bem adquire para o bem-estar do indivíduo, o valor de troca objetivo é a exteriorização dessa importância, é a capacidade que o bem tem, no mercado, de expressar-se como preço. A formação dos preços de mercado corresponde ao mesmo movimento das forças motrizes que atuam no mercado, isto é, as avaliações subjetivas dos indivíduos. O exemplo dos pares marginais foi suficientemente claro para ilustrar essa posição. Uma posição que, no mínimo é contraditória tendo em vista uma das principais críticas de Böhm-Bawerk a Marx: aqui, o austríaco precisa também de uma mediação entre sua teoria do valor subjetivo e sua teoria do valor de troca

objetivo. Do valor ao preço de mercado, ele também precisa estabelecer conexões, fazer abstrações. A diferença entre Marx e Böhm-Bawerk, nesse caso, é que as abstrações que o austríaco faz não possuem referência com os processos de abstração real que existem no próprio mundo das mercadorias. Enquanto sua teoria do valor subjetivo estabelece a utilidade marginal como princípio fundante, sua teoria do capital caminha na direção dos métodos de produção indiretos, colocando o juro como a forma do lucro por excelência, cujo significado é o de um ágio pelo tempo, nada mais que a diferença entre o valor de bens futuros e bens presentes. Visto isso, Böhm-Bawerk poderia muito bem sustentar sua teoria do capital sem sua teoria do valor subjetivo.

Em geral, a escola austríaca não considera as articulações inevitáveis entre o indivíduo e aquilo que é social, naturalizando, assim, o modo de vida do burguês já fora da produção, imerso no campo da circulação, onde o valor parece surgir e adquirir existência independentemente da produção de mercadorias. Mas o indivíduo isolado não passa de uma abstração vazia. É também por isso que a escola austríaca falha em seus próprios termos. Se o valor subjetivo pode ser criado na mente do indivíduo, os preços se apresentam a ele independentemente de sua vontade. As avaliações subjetivas que o indivíduo faz da mercadoria surgem só após ele tomar conhecimento do preço.

Num plano mais desenvolvido, a crítica da contradição alcança a crítica da redundância – e a redundância do valor só é possível para quem abdica de compreender a sociabilidade capitalista. Como demonstramos no quarto capítulo, o valor é uma potência que exige, imperativamente, uma forma de manifestação para se atualizar sempre como ato. Essa forma é o dinheiro. Enquanto autores como Steedman e Samuelson operam com um *numéraire* arbitrário para equilibrar suas equações, a crítica da economia política de Marx e Rubin prova que o dinheiro é a única forma capaz de materializar e validar os trabalhos privados como partes do trabalho social total. Sem a forma-valor, a própria comensurabilidade entre mercadorias qualitativamente distintas desaparece. Quando os sraffianos reduzem a economia a uma relação entre coisas, recaem em outra parte do unilateralismo, observando o objeto a partir de uma outra mistificação.

Temos razões para acreditar que, com a apreensão crítica da tradição de Böhm-Bawerk e a retomada dos textos de Rubin, a força aparente dessas objeções já tenha se dissolvido. O fundamental é compreender que Böhm-Bawerk toma as formas de manifestação do conteúdo como o próprio conteúdo. Ora, se aparência coincidisse com essência, se as formas fossem o próprio conteúdo, não precisaríamos de ciência! Quando o austríaco, vendo as mistificações saltitando ao seu redor e acreditando fielmente nelas, exige que a lei do valor atue como um

mecanismo de precificação direta e estática no mercado, ele demonstra estar muito longe de compreender a articulação entre os diferentes níveis de abstração que estruturam a crítica da economia política.

Em oposição, o primeiro passo de Rubin é corrigir a rota. Ele redefine o objeto da economia política com as relações de produção entre pessoas. A economia política não deve lidar com a relação entre as coisas, ou com a relação entre pessoas e coisas, mas com a relação entre pessoas camuflada pela relação entre as coisas. Isto quer dizer que as relações de produção entre as pessoas constituem a essência escamoteada pela aparência das relações entre coisas. As relações de produção só podem aparecer e se manifestar através das relações entre coisas, não somente estando encobertas por estas coisas. A reificação é, então, algo que se impõe aos produtores de mercadorias independentemente de sua vontade. Produtores estes que, na economia mercantil, são produtores privados, formalmente independentes, livres, isolados em suas unidades produtivas e que se conectam uns com os outros através da divisão social do trabalho. Sua única ligação mútua é estabelecida quando eles vão ao mercado e trocam os produtores de seus diferentes trabalhos concretos.

Como demonstrado pela leitura de Isaak Rubin e corroborado por autores como Roman Rosdolsky, a transição do Livro I ao Livro III é o movimento lógico que ascende da essência do modo de produção capitalista para sua superfície aparente, para as suas formas mais concretas de manifestação. No Livro I, Marx abstrai provisoriamente a concorrência intersetorial para isolar o problema da origem do mais-valor, que é fundamental para entender o processo de produção do capital. Sob esse nível de abstração, a venda das mercadorias por seus valores é um pressuposto necessário.

Ao avançar para o Livro III, a análise incorpora as determinações da concorrência capitalista global. Emergem as diferenças na composição orgânica dos capitais investidos em diversos ramos de produção. Se a premissa do Livro I fosse mantida para esse nível de abstração, setores com alta intensidade de trabalho vivo teriam lucros astronômicos, enquanto setores de alta tecnologia faliriam. Em outras palavras, se a teoria do valor se resumisse ao seu aspecto essencial, o próprio valor, ela estaria fadada às inúmeras contradições encontradas pelos críticos de Marx e, inclusive, pelo próprio Marx. Teríamos que concordar que a lei do valor é sistematicamente violada pelas mudanças quantitativas diárias nos preços das mercadorias, que divergem de seus valores. Não é o caso. Esta divergência faz parte e é característica necessária da lei do valor. Como definimos, a partir de Rubin, que o fetichismo é a base da teoria do valor de Marx, isso quer dizer, dentre outras sentenças, que temos de entender o processo de troca a partir de dois aspectos indissociáveis: as relações de produção entre as pessoas e o movimento

das coisas dentro do processo produtivo. Sabemos que as relações sociais só se manifestam através das coisas. E sabemos que as coisas, em seu movimento concreto, são expressões necessárias das relações sociais e passam ditar os rumos do movimento das próprias pessoas que as produzem. Nada disso está organizado prévia ou conscientemente. Tanto o processo de produção material quanto o sistema de relações de produção entre as unidades econômicas individuais não estão ajustados um ao outro de antemão. Ajustam-se, em cada etapa, em cada uma das transações isoladas da vida econômica e, se esse ajuste não ocorrer, haverá um hiato dentro do processo de reprodução atual, uma divergência que é sempre possível. Quando entendemos que a teoria do valor em Marx é uma teoria da forma-valor, entendemos que o valor enquanto conteúdo só se manifesta através de múltiplas formas, seja a forma mediadora do preço de produção ou a forma acabada do preço de mercado. E estas formas podem divergir de seu conteúdo.

A divergência entre preço de produção e valor não refuta a lei do valor, mas a valida ainda mais! Especificamente, para uma economia capitalista desenvolvida. Böhm-Bawerk classificou esse desenvolvimento teórico como uma tautologia inútil, sobretudo a formulação de que a soma dos preços de produção seria igual à soma dos valores. Mas Böhm-Bawerk, é preciso dizer: o capitalista individual, embora atue de maneira privada, é igualmente governado pela totalidade do capital social. A igualdade agregada – o fato de que a soma dos lucros não pode exceder a massa total do mais-valor – é o limite incontornável imposto pelo trabalho abstrato. A taxa de lucro é rigidamente delimitada pela relação entre a massa de mais-valor global e o capital social total. Se essa restrição não existisse, o lucro seria uma criação mágica da troca.

Assim, preço de produção pressupõe o valor. O esquema causal revelado por Rubin – da produtividade do trabalho, passando pelo trabalho abstrato, pelo valor, até chegar à formação dos custos de produção e ao lucro médio e culminar no preço de produção e no preço de mercado – prova que a regulação do mercado continua subordinada ao valor. O que se altera é a forma pela qual a substância precisa seguir se reificando, ou ela mesma não seria capaz de garantir a reprodução do capital enquanto totalidade. Ao exigir que Marx explicasse os preços sem recorrer ao valor, Böhm-Bawerk e interpretações que se colocam na mesma esteira cobram uma teoria desprovida de fundamento. Böhm-Bawerk exigiu isso de Marx porque saltou completamente ao terceiro item do primeiro capítulo do Livro I de *O Capital*, que trata das formas de valor e demonstra que valor e valor de troca, além de serem diferentes, não podem existir de maneira independente um do outro.

O valor de troca é a forma de manifestação do valor, e o dinheiro é uma necessidade para que as trocas ocorram numa economia mercantil-capitalista. Ao mostrar como opera a abstração real do valor em dinheiro, discutindo em detalhes metamorfoses da mercadoria em suas

múltiplas formas de valor, Marx demonstra que, no ato simples de escambo, na troca entre um valor de uso e outro, um dos dois tem de atuar como equivalente e representar o valor da outra mercadoria, que se encontra na forma relativa. Esta necessidade de a mercadoria na forma relativa expressar o seu valor no corpo de um equivalente, necessidade que culmina na universalização de um equivalente geral, o dinheiro, evidencia mesmo em seu caráter primitivo que a reificação é parte fundante e inevitável do funcionamento de uma economia capitalista. As relações sociais se representam nas coisas, e esta representação confere um caráter dúbio, duplicado, em que sempre o conteúdo assume determinações concretas em múltiplas formas. No caso do valor, sua determinação mais concreta é o preço, que, ao mesmo tempo, é valor e não é valor. É valor porque é uma de suas formas de manifestação, é o próprio valor numa manifestação mais concreta; mas não é valor na medida em que dele se diferencia, porque assume uma forma que o aprofunda e o modifica. Por esta razão, o processo pelo qual o valor se transforma em preço, processo que ficou conhecido como o "problema da transformação", não pode ser completamente entendido se as explicações de Marx sobre as formas de valor e o fetichismo da mercadoria forem tomadas como simples ornamentos dialéticos.

A tarefa da teoria marxista do valor é, portanto, decifrar o processo de igualação das mercadorias como a forma fetichizada pela qual a sociedade capitalista distribui o seu trabalho social. Uma distribuição cega, às costas dos produtores, sem planejamento prévio e consciente. Nesse metabolismo, a produção e a troca operam como momentos de uma totalidade indissociável, em que a potência do trabalho abstrato se converte no ato de sua realização em dinheiro. É a partir dessa unidade que se impõe a necessidade de distinguir rigorosamente as mediações que operam no mercado: o valor, o valor de mercado, o preço de produção e o preço de mercado.

Vimos que o valor é a relação social elementar que permite a comensurabilidade na troca, emergindo quando as características físicas e úteis das mercadorias são abstraídas. Na economia mercantil, o dispêndio de trabalhos concretos de distintas qualidades, intensidades e periculosidades sofre uma redução real a trabalho abstrato. O trabalho complexo é equalizado como um múltiplo do trabalho simples. Os trabalhos privados validam-se como trabalhos sociais na troca. Essa igualação não decorre de avaliações subjetivas, mas impõe-se nas costas dos produtores independentes através do próprio processo de distribuição do trabalho social. Passando pelas formas simples, total, geral e dinheiro, Marx demonstra por que o dinheiro é uma necessidade para que o valor se manifeste sensivelmente e para que as trocas possam ocorrer.

Mas as mercadorias não são vendidas, mesmo na dimensão em que os seres sociais são apenas produtores de mercadorias, por seus valores individuais. O valor adquire a sua medida quantitativa através do tempo de trabalho socialmente necessário, ditado pelo nível de

desenvolvimento das forças produtivas. Como o mercado é cego às ineficiências das empresas individuais, as mercadorias são transacionadas com base em seu valor social médio. O valor de mercado atua, assim, como a norma técnica imposta pela concorrência no interior de um mesmo ramo produtivo.

Esta era a explicação para a dimensão que todos somos simples produtores de mercadorias. Avançando, descobrimos que os seres humanos estão divididos, na economia capitalista, entre capitalistas e trabalhadores e, posteriormente, que há uma terceira dimensão analítica que deve considerar as diferenças no interior da classe capitalista. Ao avançarmos para a concorrência global entre esferas produtivas com diferentes composições orgânicas de capital, o valor assume uma nova forma mediadora. Para que capitais desiguais possam coexistir, a massa de mais-valor da sociedade é redistribuída sob a forma de uma taxa média de lucro. O preço de produção emerge como regulador da economia capitalista em manifestações mais concretas, operando como o centro de gravidade em torno do qual os preços são formados a partir do cálculo capitalista.

Os preços de produção são, por sua vez, a mediação entre os valores e os preços de mercado. O preço de mercado é a manifestação fenomênica imediata do valor, a superfície em que atuam as flutuações de oferta e procura. A economia neoclássica encerra-se numa tautologia ao afirmar que a oferta e a procura determinam este preço e, simultaneamente, que as mudanças nestas curvas são explicadas pelas alterações nos preços. Essa falsa circularidade oferece apenas “fotografias” momentâneas de como o mercado se encontra num dado momento. A crítica da economia política deve incorporar os diferentes momentos analíticos: produtores de mercadorias – capitalistas e trabalhadores – capitalistas concorrendo entre si; ou então: valor – valor de mercado – preço de produção – preço de mercado. E aí sim, mostrar como a oferta e a procura explicam os desvios diários e transitórios do preço de mercado, mas que, em longo alcance, essas oscilações orbitam o preço de produção, sendo a própria oferta regulada em última instância pelas alterações no tempo de trabalho socialmente necessário.

Retornamos, agora, ao combate balzaquiano evocado na abertura deste trabalho. Se a economia política nasceu como um campo de batalha encarniçado, a teoria da forma-valor revela-se como o instrumento capaz de despir os combatentes de suas armaduras mistificadas. Enquanto a escola austríaca se encanta com as aparências e os herdeiros do marxismo tradicional se perdem em labirintos que ignoram o modo de ser sempre em movimento do capital, a perspectiva aqui defendida reafirma que o valor é a gramática invisível, porém coercitiva e necessária, da vida moderna.

Se arrancamos ou não a máscara das categorias econômicas, é o leitor que deve decidir. Mas pensamos que, no mínimo, ao recuperar a interpretação de Isaak Rubin e a colocar contra leituras que diminuem a potência da teoria marxista do valor, demos um passo nessa direção. Forçar o capital a mostrar-se como de fato ele é, argumentamos, significa restituir a ciência econômica sua dignidade; significa dizer que a ciência econômica deve ser a crítica dela mesma, ou se destinará a perder a qualidade de ciência – se é que já não perdeu. A comédia burguesa pode continuar a ser representada, mas os espectadores já não podem alegar ignorância sobre o que se passa por trás das cortinas: a exploração do trabalho vivo como a única substância que sustenta o palco, as luzes e a própria máscara do grande e articulado teatro do capital.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron. **Lecture notes for political economy of institutions and development**. Available from the World Wide Web: < <http://www.mit.edu>>, 2003.

ANTUNES, Jadir. Marx e o fetiche da mercadoria dinheiro. **Dialectus**: v. 6, n. 12, p. 139-162, jan-jul. 2018.

ARTHUR, Christopher J. **De la Crítica de Hegel a la Crítica del Capital**. In: BÁEZ, Mario L. R. (Org). *Dialéctica y Capital*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2005, p. 229-256.

ARTHUR, Christopher J. **A nova dialética e O Capital de Marx**. São Paulo: Edipro, 2016.

ARISTÓTELES. **Metafísica**, vol. 2. São Paulo: Loyola, 2002.

ARISTÓTELES. **Ethica Nicomachea V 1 – 15: Tratado da Justiça**. São Paulo: Odysseus, 2017.

ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Vega, 1998.

BACKHAUS, Hans Georg. Dialéctica de la forma de valor. **Dialéctica**, año III, n.4, p. 9-34, jan. 1978.

BACKHAUS, Hans-Georg. Sobre a Dialéctica da Forma de Valor. Tradução de Thiago Papageorgiou. **Revista Zero à Esquerda**, 2022.

BACON, Francis. **Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. In: Francis Bacon, Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 19-238.

BADEAU, Nicolas (1767). **Explicação sobre o verdadeiro sentido da palavra estéril aplicada à indústria**. In: MÜLLER, Leonardo A. Paes (Org.). *Fisiocracia: textos selecionados*. São Paulo: Editora Unesp, 2020a, p. 297-304.

BAILEY, Samuel. **A Critical Dissertation on the Nature, Measures, and Causes of Value: Chiefly in Reference to the Writing of Mr. Ricardo and His Followers**. R. Hunter, 1825.

BAUER, Otto. The History of a Book [On the Fortieth Anniversary of the Publication of Capital, Vol. i] (1907). In: DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel F. (ed.). **Responses to Marx's Capital: From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin**. Leiden; Boston: Brill, 2018. p. 112-128.

BARREIRA, César Mortari. A "nova leitura de Marx": um mapeamento de suas premissas e desenvolvimentos. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, p. 10-40, 2022.

BELLOFIORE, Riccardo; RIVA, Tommaso Redolfi. The Neue Marx-Lektüre: Putting the critique of political economy back into the critique of society. **Radical Philosophy**, v. 189, p. 24-36, 2015.

BILŮ, Šimon. Imputation and Value in the Works of Menger, Böhm-Bawerk and Wieser. **E-LOGOS**, v. 2005, n. 1, 2005.

BLAUG, Mark. Was There a Marginal Revolution? **History of Political Economy**, v. 4, n. 2, p. 269-280, 1972.

BÖHM-BAWERK, E. von (1889). **Teoria positiva do capital**, vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

BÖHM-BAWERK, E. von. **Capital and Interest: A Critical History of Economical Theory**. London: Macmillian and Co, 1890.

BÖHM-BAWERK, E. von. The Historical vs. the Deductive Method in Political Economy. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, vol. 1, p. 244-271, Oct. 1891.

BÖHM-BAWERK, E. von. The Ultimate Standard of Value. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, [S.l.], p. 149-207, set. 1894.

BÖHM-BAWERK, E. von (1896). **Karl Marx and the close of his system**. In: SWEEZY, Paul (Org.). Karl Marx and the close of his system by Eugen von Böhm-Bawerk and Böhm-Bawerk's criticism of Marx by Rudolf Hilferding. New York: Augustus M. Kelley, 1949, p. 1-118.

BOLDYREV, I. A; KRAGH, Martin. **The Fate of Social Sciences in Soviet Russia**. Berlin: National Research University Higher School of Economics / Humboldt University, 2012.

BOLDYREV, I. Isaak Rubin: Historian of Economic Thought During the Stalinization of Social Sciences in Soviet Russia. **Journal of the History of Economic Thought**, Cambridge, v. 37, n. 3, p. 369-390, 2015.

BORTKIEWICZ, L. V. (1907). **On the correction of Marx's fundamental theoretical construction in the third volume of Capital**. In: SWEEZY, Paul (Org.). Karl Marx and the close of his system by Eugen von Böhm-Bawerk and Böhm-Bawerk's criticism of Marx by Rudolf Hilferding. New York: Augustus M. Kelley, 1949, 197-221.

BORTKIEWICZ, L. V. Wertrechnung und Preisrechnung im Marxschen System. **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**, vol. XXV, 1907.

BRUE, Stanley L (1963). **História do pensamento econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BUKHARIN, Nikolai (1914). **Economic Theory of the Leisure Class**. Moscou: [s.n.], 1927. Disponível em: https://ouleft.org/wp-content/uploads/EconomicTheoryOfTheLeisure-Class_NikolaiBukharin.pdf

BUTLIN, F. M. Review: Karl Marx and the Close of his System. **The Economic Journal**, v. 8, n. 31, p. 375-378, set. 1898.

CALDWELL, Bruce (2008). **Hayek's challenge: An intellectual biography of FA Hayek**. University of Chicago Press, 2019.

CAMARINHA LOPES, Tiago. Teoria do Valor Trabalho: A Crítica de Contradição e a Crítica de Redundância. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 35, p. 93-108, jun. 2013.

CARCHEDI, G. A Note on Chris Arthur's 'Dialectics of Negativity'. **Capital & Class**, n. 81, p. 26-33, 2003.

CONDE, S. J. A. Ontology and Gnoseology of Capitalism in Isaak Illich Rubin: "Essays on Marxist Theory of Value". **Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**, Madrid, v. Especial: Mediterranean Perspectives, n. 49, 2016.

DA GAMA CERQUEIRA, H. E. A. **David Riazanov e a edição das obras de Marx e Engels**. In: DE PAULA, João Antônio. O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858). Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 13-32.

DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel F. (ed.). **Responses to Marx's Capital: From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin**. Leiden; Boston: Brill, 2018

DEANE, Phyllis. **The Evolution of Economic Ideas**. Cambridge University Press, 1993.

DEHEM, Roger. Review of Karl Marx and the Close of His System, by Eugen von Böhm-Bawerk. **Canadian Journal of Economics and Political Science/Revue canadienne de économiques et science politique**, v. 16, n. 4, p. 555-557, 1950.

DEL CASTILLO, José Ignacio. Grandes controversias de la historia de la ciencia económica: Böhm-Bawerk refuta la teoría marxista de la explotación. **Revista Procesos de Mercado**, p. 169-184, 2007.

DE BRUNHOFF, Suzanne. Marx as an A-Ricardian: Value, Money and Price at the Beginning of Capital. **Economy and Society**, v. 2, n. 4, p. 421-430, 1973

DE PAULA, João Antônio. Ensaio sobre a atualidade da lei do valor. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 4, n. 2, p. 267-290, 1984.

DE PAULA, João Antônio. A Dialética Valores e Preços. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 20, n. 4 (80), p. 480-500, out./dez. 2000.

DE PAULA, João Antônio. Walras no *Journal des Économistes*: 1860-65. **Revista Brasileira de Economia**, v. 56, p. 121-146, 2002.

DE PAULA, J. A. de; DA GAMA CERQUEIRA, H. E. A. **Isaac I. Rubin e sua História do pensamento econômico**. Texto para Discussão n. 469. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, abr. 2013.

DE VROEY, Michel. On the Obsolescence of the Marxian Theory of Value: A Critical Review. **Capital & Class**, n. 17, p. 34-59, 1982

DMITRIEV, V. K. (1902). **Economic Essays on Value, Competition and Utility**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

DOBB, Maurice (1937). **Economia politica y capitalismo**. México: Fundo de Cultura Economica, 1961.

DOBB, Maurice. **Theories of value and distribution since Adam Smith: Ideology and economic theory**. Cambridge University Press, 1973.

DOSTALER, Gilles. **Valeur et Prix: Histoire d'un débat**. Paris: François Maspero; Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble; Montréal: Les Presses de l'Université du Québec, 1978.

DUMÉNIL, G. Beyond the Transformation Riddle: A Labor Theory of Value. **Science & Society**, v. 47, n. 4, p. 427-450, 1983/1984.

DUMÉNIL, G. The so-called "transformation problem" revisited: A brief comment. **Journal of Economic Theory**, v. 33, p. 340-348, 1984.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Szumski's validation of the Labour Theory of Value: a comment. **Cambridge Journal of Economics**, v. 15, p. 359-364, 1991.

ECKSTEIN, Gustav. Marx's Critique of Ricardo (1906). In: DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel F. (ed.). **Responses to Marx's Capital: From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin**. Leiden; Boston: Brill, 2018. p. 246-272.

EDGEWORTH, F. Y. **Mathematical Psychics**. London: Kegan Paul, 1881.

EHRBAR, Hans; GLICK, Mark. The Labor Theory Of Value And Its Critics. **Science & Society**, vol. 50, No. 4, 1987, p. 464-478.

ELDRED, Michael; HANLON, Marnie. Reconstructing Value-Form Analysis. **Capital & Class**, n. 13, p. 24-60, 1981

ENDRES, A. M. The Origins of Böhm-Bawerk's 'Greatest Error': Theoretical Points of Separation from Menger. **Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE) / Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft**, v. 143, n. 2, p. 291-309, jun. 1987.

ENGELS, Friederich (1885). **Prefácio**. In: MARX, Karl. O capital, vol. 2. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 79-100.

ENGELS, Friedrich (1894). **Prefácio**. In: MARX, Karl. O capital, vol. 3. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 31-49.

ENGELS, Friedrich (1895). **Apêndice e notas suplementares ao Livro III d'O Capital**. In: MARX, Karl. O capital, vol. 3. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 949-970.

ERASMO DE ROTTERDAM. Elogio da loucura. In: Erasmo, Thomas More, Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1972, p. 7-157.

FEHL, Ulrich. Kapitalzins und Allokation: Zum Kardinalfehler der Marxschen Arbeitswerttheorie. **Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft / Journal of Institutional and Theoretical Economics**, v. 130, n. 2, p. 297-324, abr. 1974.

FETTER, Frank A. Recent Discussion of the Capital Concept. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 15, n. 1, p. 1, nov. 1900.

FINE, B.; HARRIS, L. **Rereading Capital**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1979.

FINE, B. (Ed.). **The Value Dimension: Marx versus Ricardo and Sraffa**. Londres e Nova Iorque: Routledge & Kegan Paul, 1986.

GARRISON, Roger W. Biography of Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914). **Mises Institute**. 08 de jan. de 2007. Disponível em: < <https://mises.org/articles-interest/biography-eugen-von-bohm-bawerk-1851-1914>>. Acesso em: 22-12-2025.

GERSTEIN, Ira. **Production, Circulation and Value: The Significance of the ‘Transformation Problem’ in Marx’s Critique of Political Economy**. In: FINE, Ben. *The Value Dimension (Routledge Revivals): Marx versus Ricardo and Sraffa*. Routledge, 2013, p. 45-93.

GLEICHER, David. Note: a rejoinder to Eldred. **Capital & Class**, n. 24, p. 147-155, 1985

GONTIJO, Cláudio. A epistemologia da transformação: uma crítica ao neo-Ricardianismo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, n. 3 (35), p. 386-405, jul./set. 1989.

HABERLER, Gottfried. Marxian economics in retrospect and prospect. **Zeitschrift für Nationalökonomie/Journal of Economics**, n. H. 1/3, p. 69-82, 1966.

HEINRICH, Michael. Monetäre Werttheorie: Geld und Krise bei Marx. **PROKLA**, Berlin, v. 29, n. 115, p. 151-176, 1999.

HEINRICH, Michael. **An Introduction to the Three Volumes of Karl Marx's Capital**. Tradução de Alexander Locascio. Nova York: Monthly Review Press, 2012.

HEINRICH, Michael. Indivíduo, personificação e dominação impessoal na crítica da economia política de Marx. In: ELBE, Ingo; ELLMERS, Sven; EUFINGER, Jan. **Anonyme Herrschaft: Zur Struktur moderner Machtverhältnisse**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2012. p. 15-34.

HEINRICH, Michael. Uma coisa com qualidades transcendentais: O dinheiro como relação social no capitalismo. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 35, p. 121-128, 2013.

HEINRICH, Michael. Os invasores de Marx: sobre os usos da teoria marxista e as dificuldades de uma leitura contemporânea. Tradução de Leonardo Marques. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 38, p. 29-39, 2014.

HEINRICH, Michael. Objetividade valor e forma valor: Apontamentos de Marx para a segunda edição de O Capital. Apresentação e tradução de Rômulo Lima. **Revista de Economia Política**, vol. 38, n. 1 (150), p. 201-214, 2018.

HEINRICH, Michael. **How to Read Marx’s Capital: Commentary and Explanations on the Beginning Chapters**. Tradução de Alexander Locascio. Nova York: Monthly Review Press, 2021.

HEINRICH, Michael. **Introdução a *O capital* de Karl Marx**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

HEGEL, G. W. F. (1830). **Enciclopédia das ciências filosóficas: a ciência da lógica**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HILFERDING, Rudolf (1904). **Böhm-Bawerk's Criticism of Marx**. In: SWEEZY, Paul (Org.). *Karl Marx and the close of his system by Eugen von Böhm-Bawerk and Böhm-Bawerk's criticism of Marx by Rudolf Hilferding*. New York: Augustus M. Kelley, 1949, p. 121-198.

HODGSKIN, Thomas. **Popular political economy: four lectures delivered at the London Mechanics' Institution**. Tait, 1827.

HODGSON, Geoff. Marxian epistemology and the transformation problem. **Economy and Society**, v. 3, n. 4, p. 357–392, nov. 1974.

HODGSON, Geoff. Money and the Sraffa System. **Australian Economic Papers**, v. 20, n. 36, p. 83–95, jun. 1981.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M (1968). **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HUTCHISON, Terence W. The “Marginal Revolution” Decline and Fall of English Political Economy. **History of Political Economy**, v. 4, n. 2, p. 442-468, 1972.

JAFFÉ, William. Léon Walras's Role in the “Marginal Revolution” of the 1870s. **History of Political Economy**, v. 4, n. 2, p. 379-405, 1972.

JAFFÉ, William. Menger, Jevons and Walras de-homogenized. **Economic Inquiry**, v. 14, n. 4, p. 511-524, 1976.

JEVONS, W. Stanley (1871). **A teoria da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KARATANI, Kojin. **Transcritique on Kant and Marx**. Cambridge/London: The MIT Press, 2003.

KAUDER, Emil. Genesis of The Marginal Utility Theory: from Aristotle to the End of the Eighteenth Century. **The Economic Journal**, v. 63, n. 251, p. 638-650, 1953.

KAUDER, Emil. Intellectual and Political Roots of the Older Austrian School. **Zeitschrift für Nationalökonomie/Journal of Economics**, p. 411-425, 1957.

KAUTSKY, Karl. ‘The Poverty of Philosophy’ and ‘Capital’ (1886). In: DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel F. (ed.). **Responses to Marx's Capital: From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin**. Leiden; Boston: Brill, 2018. p. 129-161.

KAUTSKY, Karl (1887). **The Economic Doctrines of Karl Marx**. A. & C. Black, Limited, 1925.

KIRMAN, Alan. Walras or Pareto: Who is to Blame for the State of Modern Economic Theory?. **Review of Political Economy**, v. 33, n. 2, p. 280-302, 2021.

KLEIN, Peter G. The Mundane Economics of the Austrian School. **The Quarterly Journal of Austrian Economics**, v. 11, n. 3–4, p. 165–187, dez. 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUHN, Thomas S (1962). **A estrutura das revoluções científicas**. Editora Perspectiva SA, 2020.

LIPIETZ, Alain. The So-Called "Transformation Problem" Revisited. **Journal of Economic Theory**, v. 26, p. 59-88, 1982

LOPES, Tiago Camarinha. Teoria do Valor Trabalho: A Crítica de Contradição e a Crítica de Redundância. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 35, p. 93-108, jun. 2013.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1996.

LUCAS, Gustavo Daou. A re-reabilitação da teoria clássica do valor e o “problema da transformação”. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 3 (61), p. 633-662, dez. 2017.

MACHADO, Gustavo. O papel da história no modo de exposição de *O Capital* de Marx. **Veri-notio–Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas-ISSN 1981-061X**, v. 24, n. 1, p. 238-269, 2018.

MACHADO, Gustavo. **Marx e a história: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista**. São Paulo: Editora Sundermann, 2022.

MARX, Karl (1844). **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**, Col. Os pensadores, 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, Karl (1847). **Miséria da filosofia: resposta à *Filosofia da miséria*, do Sr. Proudhon**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl (1857). **Introdução**. In: MARX, Karl. *Grundrisse*, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 37-64.

MARX, Karl (1857-1858). **Grundrisse**, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl (1859). **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl (1867). **O capital**, vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. [Correspondência]. Destinatário: Friedrich Engels. Manchester, 24 ago. 1867. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre *O capital***. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 216.

MARX, Karl (1879-1880). Glosas marginais ao Manual de Economia Política de Adolph Wagner, trad. Luiz Philipe de Caux. **Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, v. 23, p. 252–279, 2017.

MARX, Karl (1885). **O capital**, vol. 2. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl (1894). **O capital**, vol. 3. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl (1905). **Teorias da mais-valia**, volume 1-3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MAY, Kenneth O. Review of Karl Marx and the Close of His System by Eugen von Böhm-Bawerk. **Econometrica**, Vol. 19, No. 3 (Jul. 1951), pp. 354-355

MEEK, Ronald L. Some notes on the "Transformation Problem". **The Economic Journal**, v. 66, n. 261, p. 94-107, 1956.

MEEK, Ronald L (1956). **Studies in the labor theory of value**. NYU Press, 1973.

MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira de. Schmoller e os conflitos de seu tempo: batalha dos métodos, questão nacional e questão social. **Economia e Sociedade**, v. 34, p. e245857, 2025.

MENGER, Carl (1871). **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENGER, Carl (1883). **Investigations into the Method of the Social Sciences with Special Reference to Economics**. Nova York: New York University Press, 1985.

MILONAKIS, Dimitris; FINE, Ben. **From Political Economy to Economics: Method, the Social and the Historical in the Evolution of Economic Theory**. Routledge, 2009.

MIRABEAU, Victor (1760). **O Quadro econômico com suas explicações**. In: MÜLLER, Leonardo A. Paes (Org.). **Fisiocracia: textos selecionados**. São Paulo: Editora Unesp, 2020a, p. 27-128.

MIROWSKI, Philip. Physics and the 'Marginalist Revolution'. **Cambridge Journal of Economics**, v. 8, n. 4, p. 361-379, 1984.

MISES, Ludwig von (1920). **O cálculo econômico sob o socialismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012.

MISES, Ludwig von (1922). **Socialismo: uma análise econômica e sociológica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011.

MOSELEY, Fred. Uma crítica da teoria da produtividade marginal como preço do capital. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 35, p. 109-120, jun. 2013.

MOSELEY, F. **Money and Totality: A Macro-Monetary Interpretation of Marx's Logic in Capital and the End of the "Transformation Problem"**. Leiden/Boston: Brill, 2016.

NETTO, José Paulo. Karl Marx, nosso contemporâneo. **Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx**, v. 2, n. 2, p. 13-26, 2014.

PADIAL, R. A.; MELO, R. P. de. O debate Rubin-Dashkovskii sobre trabalho abstrato. In: **Encontro Nacional de Economia da ANPEC**, 52., 2024, Natal. Anais... Natal: ANPEC, 2024.

PADIAL, R. A. Isaak Rubin – vida, obra e legado do economista soviético. **História Econômica & História de Empresas**, v. 29, n. 1, e1095, 2026.

PADIAL, R. A.; MELO, R. P. de. Marx, Rubin e o debate soviético sobre trabalho abstrato. **Revista Opinião Filosófica**, v. 17, e1293, 2026.

PASINETTI, Luigi (1975). Lecciones de teoría de la producción. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

PETTY, William (1662). **Tratado dos impostos e das contribuições**. Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 2-78.

PILLING, Geoffrey. The Law of Value in Ricardo and Marx. **Economy and Society**, v. 1, n. 3, p. 281-307, 1972

PLATÃO. **Protágoras**. In: Diálogos. Trad: Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Melhoramentos, 1970, p. 225-284.

QUESNAY, François (1758). **Quadro Econômico dos Fisiocratas**. Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 249-343.

RAUHALA, P. **Marx in the West and in the East: Reading Capital in the divided Germany**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Tampere University, Tampere, 2023.

RAVIX, Jacques-Laurent. Nature et mesure du capital dans la théorie du capital productif de Böhm-Bawerk. **Cahiers d'économie politique/Papers in Political Economy**, p. 37-61, 1999.

REICHELTL, Helmut. **Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx**. Tradução de Nélio Schneider. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. Original de 1970.

REUTEN, Geert. **El trabajo difícil de una teoría del valor social: metáforas y dialéctica sistemática al principio de 'el capital' de Marx**. In: Mario L. Robles Baez (compilador). *Dialéctica y Capital: Elementos para una reconstrucción de la crítica de la economía política*. México: UAM, 2014. p. 31–58.

RICARDO, David (1817). **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

RIVIÈRE, Le Mercier De La (1767). **A ordem natural e essencial das sociedades políticas**. In: MÜLLER, Leonardo A. Paes (Org.). *Fisiocracia: textos selecionados*. São Paulo: Editora Unesp, 2020, p. 247-296.

ROBINSON, Joan. Review of Karl Marx and the Close of his System. **The Economic Journal**, v. 60, n. 238, p. 358-363, 1950.

ROSA, Elton Rodrigo. **Samuel Bailey e a crítica da economia política**. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2018.

ROSDOLSKY, Roman (1968). **Gênese e estrutura de O Capital de Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ROTHBARD, Murray. **An Austrian Perspective on the History of Economic Thought**. Ludwig von Mises Institute, 1995.

RUBIN, Isaak Illich (1924-1926). **Contemporary Economists in the West: Critical Essays on Oppenheimer, Stolzmann, Amonn, Petry, and Liefmann**. Tradução, introdução e comentários de Richard B. Day. Leiden/Boston: Brill, 2024.

RUBIN, Isaak Illich (1926). **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2014.

RUBIN, Isaak Illich (1926). A escola austríaca. Trad. Rafael de Almeida Padial. **Eleuthería: Revista do Curso de Filosofia da UFMS**, 4(6), 135-149, 2019.

RUBIN, Isaak Illich (1927). Trabalho abstrato e valor no sistema de Marx. Trad. Rafael de Almeida Padial. **Eleuthería-Revista do Mestrado Profissional em Filosofia da UFMS**, v. 8, n. 14, p. 222-261, 2023.

RUBIN, Isaak Illich (1928). **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Pólis, 1987.

RUBIN, Isaak Illich (1929). Para a história do primeiro capítulo de O Capital de Marx, parte 1. Trad. Rafael de Almeida Padial. **Eleuthería-Revista Do Curso De Filosofia Da UFMS**, v. 4, n. 07, p. 154-172, 2019.

RUBIN, Isaak Illich (1929). Para a história do primeiro capítulo de O Capital de Marx, parte 2. Trad. Rafael de Almeida Padial. **Eleuthería-Revista Do Curso De Filosofia Da UFMS**, v. 7, n. 12, p. 271-287, 2022.

RUBIN, Isaak Illich (1936-1937). A doutrina do capital de David Ricardo. Tradução de Rafael de Almeida Padial. **Revista Eleuthería**, Campo Grande, v. 8, n. 15, 2023.

RUBINA, B. I (1992). Memória de Isaak I. Rubin. Tradução de Rafael de Almeida Padial. **Revista Eleuthería**, Campo Grande, v. 8, n. 14, p. 262-273, 2023.

SAAD FILHO, Alfredo. Interpretações da teoria marxista do valor: uma revisão da literatura. **Estudos Econômicos**: São Paulo, v. 31, n. 3, p. 495-527, 2001.

SALERNO, Joseph T. Böhm-Bawerk's Vision of the Capitalist Economic Process: Intellectual Influences and Conceptual Foundations. In: **New Perspectives on Political Economy**, v. 4, n. 2, p. 87-112, 2008.

SAMUELSON, Paul A. Wages and Interest: a Modern Dissection of Marxian Economic Models. **American Economic Review**, vol. 47, 884-912, 1957.

SAMUELSON, Paul A. Understanding the Marxian Notion of Exploitation: A Summary of the So-Called Transformation Problem Between Marxian Values and Competitive Prices. **Journal of Economic Literature**, vol. 9, no. 2, 399-431, 1971.

SAMUELSON, Paul A. The Economics of Marx: An Ecumenical Reply. **Journal of Economic Literature**, 10 (1): 51-57, 1972.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. **Economía**. AMGH Editora, 2012.

SAY, Jean-Baptiste (1803). **Tratado de economia política**. Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Dez grandes economistas**. Civilização Brasileira, 1958.

SCHMIDT, Conrad. The Psychological Tendency in Recent Political Economy (1892). In: DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel F. (ed.). **Responses to Marx's Capital: From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin**. Leiden; Boston: Brill, 2018. p. 405-428.

SETON, F. The "Transformation Problem". **The Review of Economic Studies**, v. 24, n. 3, p. 149, jun. 1957.

SHAKESPEARE, William. **Timão de Atenas**. Trad. Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Peixoto Neto, 2017.

SHIBATA, Kei. The meaning of the theory of value in theoretical economics. **The Kyoto University Economic Review**, v. 8, n. 2, p. 49-68, 1933.

SILVA, Bruno Humberto Alves da. **Uma outra transformação: valores e preços no debate da conclusão do sistema marxiano a partir das contribuições de Sombart, Engels e Böhm-Bawerk**. 2019. 124 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SÖLLNER, Fritz. The Use (and Abuse) of Robinson Crusoe in Neoclassical Economics. **History of Political Economy**, v. 48, n. 1, p. 35-64, 2016.

SOMBART, Werner. A Contribution to the Critique of Karl Marx's Economic System (1894). In: DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel F. (ed.). **Responses to Marx's Capital: From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin**. Leiden; Boston: Brill, 2018. p. 162-211.

SRAFFA, Piero (1960). **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

STEEDMAN, Ian. **Marx After Sraffa**. London: NLB, 1977.

STREISSLER, Erich. To What Extent was the Austrian School Marginalist?. **History of Political Economy**, v. 4, n. 2, p. 426-441, 1972.

STUART MILL, John (1848). **Princípios de Economia Política, vol. 2.** São Paulo: Nova Cultural, 1983.

SMITH, Adam (1776). **A riqueza das nações**, Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SWEEZY, Paul (1956). **Teoria do desenvolvimento capitalista.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

TEIXEIRA, F. O Encontro de Hegel e Marx com a Economia Política Clássica. **Revista de Filosofia do Mestrado Acadêmico em Filosofia da UECE**, v. 3, nº 5, 2006.

TOLIPAN, Ricardo. Dinheiro e transformação em Marx. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 3, n. 3 (11), p. 308-318, jul./set. 1983.

TUGAN-BARANOWSKY, M. **Los fundamentos teóricos del marxismo.** Madrid: Hijos de Reus, 1915.

TURGOT, Anne R. J. (1770). **Reflexões acerca da formação e distribuição de riquezas.** In: Teorias da mais-valia: os fisiocratas, Col. Bases, Vol. 5. São Paulo: Global, 1979, p. 119-191.

VOYEKOV, M. I.; MELNIK, D. V. (ed.). **И.И. Рубин: политическая экономия и современность [I. I. Rubin: Economia política e contemporaneidade].** Moscou: Instituto de Economia da Academia Russa de Ciências, 2017.

WALRAS, Léon. **Principe d'une théorie mathématique de l'échange:** mémoire lu a l'Académie des sciences morales et politiques, 1874.

WALRAS, Léon (1874). **Compêndio dos elementos de economia política pura.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

WINCH, Donald. Marginalism and the Boundaries of Economic Science. **History of Political Economy**, v. 4, n. 2, p. 325-343, 1972.

WINTERNITZ, Joseph. Values and Prices: A Solution of the So-Called Transformation Problem. **The Economic Journal**, v. 58, n. 230, p. 276-280, 1948.

ZELENY, Jindrich. **La estructura lógica de El Capital de Marx.** Tradução de Manuel Sacristán. México, D.F.: Grijalbo, 1974